

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

ADOLESCENTES SEM ADOLESCÊNCIA:
*Reflexões em torno da construção da subjetividade adolescente
sob o contexto neoliberal.*

Alejandro Klein

UFRJ/ESS/Programa de Pós-Graduação
Professor Orientador: Dr Eduardo Mourão Vasconcelos,Phd.

Rio de Janeiro

2006

**Tese de Doutorado apresentada à
Escola de Serviço Social da UFRJ como
parte dos requisitos para obtenção do
título de Doutor em Serviço Social.**

**Orientador: Prof. Eduardo Mourão
Vasconcelos, PhD.**

RESUMO

Esta pesquisa busca situar, a partir do contexto neoliberal, as mudanças que se verificam na expressão e construção da subjetividade de uma população de adolescentes que se consulta num Serviço de Saúde Mental em Montevideu, Uruguai (anos 1997-1999)

Minha preocupação em torno a este tema surge tanto do meu campo de trabalho como psicólogo especializado em adolescência, como do meu interesse em continuar e aprofundar uma temática que comecei a desenvolver desde a minha dissertação de Mestrado e outros trabalhos, e que acredito ter-se tornado imperiosa: investigar a influência do contexto social e da cultura neoliberal na forma como se constitui e expressa o adolescente.

O grande interesse pela investigação da influência social e cultural neoliberal no adolescente surgiu a partir da dissertação da tese de Mestrado e a realização posterior de outros trabalhos, aprimorando-se ao longo da minha prática como psicólogo especializado no atendimento a essa população.

Percebo que estudos sociais sobre o tema *neoliberalismo* não proporcionam um exame mais aprofundado sobre os aspectos da subjetividade, tal como o fazem outros estudos em outras áreas do saber. Ou seja, desde o neoliberalismo fala-se da construção de uma subjetividade que surge e se expressa desde a modernidade, mas pouco se sabe sobre esse fenômeno, fato que não poderia deixar suas conseqüências...

Este trabalho de investigação propõe como hipótese a tese de que se podem identificar múltiplos entrelaçamentos e sustentáculos entre o contexto social e a construção da subjetividade, onde a primeira se faz presente influenciando a segunda. Chamo a atenção para a pertinência no estudo das figuras de mediação como pontos de articulação entre campos heterogêneos, pois por meio deles se abre, a meu ver, uma perspectiva de trabalho e pesquisa tão árdua como apaixonante.

Desta maneira indago como os fenômenos sociais podem não deixar de ter incidência na caracterização da subjetividade. O que implica que não há *uma* subjetividade geral e imutável. *Há subjetividades e processos de subjetivação*, o que torna imprescindíveis investigações que dêem conta das

mesmas.

ABSTRACT

This investigation aims to locate what changes from the neoliberal context are verified in the expression and construction of subjectivity of adolescents population that consults in a Service of Mental Health in Montevideo, Uruguay (years 1997-1999)

My concern around this topic come from my work like psychologist specialised in adolescence, and from my interest in continuing and deep in a thematic that I have begun in my Thesis of Master and other works and that I produced and that have become imperious: investigate the influence of the social context and the neoliberal culture in the way that are constituted and expressed the adolescent.

The hypothesis of which I begin is that between social context and construction of subjectivity is verified a lot of links and propping, in a process of mutual influences . However I perceive that the social studies on the neoliberal system are not continued with others that maintain the same depth level about the aspects of subjectivity. It means a description of the subjectivity that have been expressed from the modernity, and it is trying to use within the neoliberal system . Misunderstanding that is impossible not create consequences.

I made special accent in the study of the “figures of mediation”, like points of articulation between heterogeneous fields, through their study it opens, in my point of view, a perspective of interesting work and arduous investigation.

In this way I try to investigate how the social phenomenon's have incidence in the characterisation of the subjectivity. The consequence is that there is not a general subjectivity but subjectivities and processes of subjectivity ,which makes indispensable investigations of this subject.

Sumário

INTRODUÇÃO	p.8
CAPÍTULO I- A MODERNIDADE : SER ADOLESCENTE É TER	
PORVIR	p.14
I.1- A Modernidade: Apresentação Geral.....	p.14
I.2- A sociedade ampla e o futuro possível.....	p.15
I.3- O Fraternal e o Estado.....	p.18
I.4- Figuras de mediação.....	p.21
I.5- Contrato social-narcisista.....	p.23
I.6- Laço social indubitável - Institucionalidade sólida.....	p.25
I.7- Apresentação da problemática da cidadania.....	p.33
I.8- A Cidadania e a Adolescência.....	p. 39
I.9- A família , o paterno e o amparante.....	p.41
I.10- Adolescência e modernidade: um frutífero encontro.....	p.52
I.11- Descrição da adolescência desde a psicanálise.....	p.56
CAPÍTULO 2- O NEOLIBERALISMO: DE REPENTE,	
PARA QUÊ A ADOLESCÊNCIA?	
II.1- Neoliberalismo: apresentação geral.....	p.62
II.2- A presença do Mercado e do Estado.....	p.63
II.3- Mudanças desde a subjetividade.....	p.68
II.4- América Latina: custos sociais e redistribuição espacial.....	p.73
II.5- A situação da violência.....	p.79
II.6- Catástrofe social, “catástrofe iminente” e efeitos na subjetividade.....	p.82
II.7- A família e o paterno.....	p.90
II.8- Três tristes tópicos : ser jovem, pobre e latino-americano.....	p.98
CAPÍTULO 3- ADOLESCENTES SEM ADOLESCÊNCIA: DA MODERNIDADE AO	
NEOLIBERALISMO	
III.1- Aquele Uruguai que foi.....	p.108
III.2- O Uruguai que é : dados sócio-demográficos atuais.....	p.110
III.3- Contexto institucional da investigação e origem do material clínico a considerar.....	p.119
III.4- O que foi do Paterno? : Pai- paternidades- cronicídios.....	p.126
III.5- Os pais abrumados (<i>agobiados</i>) e o escópico insuficiente.....	p.138

III.6- Acerca do messianismo exacerbado ou o estar todo o tempo ocupado em “cuidar”.....	p.152
III.7- A viagem mítica e a problemática do ideal das bordas, limites e da paisagem.....	p.160
III.8- Os monstros do outro lado do espelho. Apontamentos sobre o fraterno.....	p.173
III.9- O estudo e o institucional metonímico : fazer de suplentes.....	p.181
III.10- O persecutório e o risco da vulnerabilidade extrema: Elementos de uma subjetividade fragilizada.....	p.192
III.11- A anulação do laço social e a sociedade escassa.....	p.204
III.12- O Deus severo e o Diabo rondando aqui e acolá. Apontamentos sobre a cultura neo-evangélica.....	p.211
<i>CAPÍTULO IV- UMA PROPOSTA DE DISPOSITIVO TERAPÊUTICO DE GRUPO, NA CLÍNICA DO ADOLESCENTE.....</i>	p.225
IV.1- O grupo como dispositivo de encontro e resiliência.....	p.225
VI.2 - Repensando o marco de cultura terapêutica: Questões relativas ao “enxertadura” e ao “grupo–conclave”.....	p.237
<i>CONCLUSÕES : ADOLESCENTES SEM ADOLESCÊNCIA.....</i>	p.248
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p. 278

ÍNDICE DE QUADROS ANALÍTICOS

Quadro I- Pessoas por diferentes grupos etários em lares pobres.....	p.111
Quadro II- Pessoas em lares na indigência.....	p.111
Quadro III- Projeção da população urbana, grupos etários juvenis e resto da população.....	p.112
Quadro IV- Situação de desemprego em Montevidéu - 1997.....	p.114
Quadro V - Fragilização das estruturas de mediação.....	p.264
Quadro VI - Formas de apresentação da adolescência.....	p.269

INTRODUÇÃO

*O condenado que deve inaugurar o funcionamento
da máquina complexa inventada pelo antigo
governador da ilha não foi julgado, nem informado
da sentença inapelável pronunciada pelo oficial.
Se a máquina não estivesse quebrada,
estaria previsto que as pontas de vidro do seu tridente
gravariam sobre o peito do condenado:
"Honra o teu superior"
A Colônia Penal -Kafka*

*Mas basta mudar a escala do tempo
E as estrelas do céu dançarão loucamente
Cornelius Castoriadis*

No dia 26 de junho do ano de 2003, na *Puente Avellaneda*, na cidade de Buenos Aires, dois jovens integrantes do Movimento Anibal Verón, Darío Santillán e Maximiliano Costeki, são assassinados por forças policiais. Enquanto o segundo ainda agoniza - por um disparo feito pelas costas - a polícia o chuta de forma absolutamente desnecessária. (Darío y Maxi, 2003). Como para evitar que, como se diz habitualmente: "os mortos descansem em paz".

Enquanto isso, na favela da Rocinha, cenário de lutas entre narcotraficantes e policiais, uma investigação revela que nessa favela existe o menor nível de escolaridade do Rio de Janeiro.... "O estudo também mostra que na Rocinha os salários médios dos trabalhadores é de R.\$ 433,78, enquanto que na Lagoa a media salarial é de R\$ 2.765 por mês" (Brasil de Fato, 22/04/2004: 6).

Como é possível que se exerça tal grau de violência massiva sobre jovens, existindo ao mesmo tempo um grau importante de consenso na população, em torno a uma valorização positiva do uso da força? Como é possível que se esteja filtrando paulatina, mas implacavelmente, um processo de des-cidadanização adolescente que é indiferente a salários de fome (quando existe trabalho) ou ao desemprego estrutural ou a taxa de deserção estudantil preocupantes?

Creio que ante as situações resenhadas se pode indicar a hipótese em comum de uma significativa “regressão” dos direitos de cidadania em geral e dos jovens em particular a nível latino-americano, incentivando situações de desamparo pronunciado, nas quais o jovem sente, e se lhe confirma, que já não possui direitos inquestionáveis.

Cabe esclarecer que a população de minha pesquisa é majoritariamente de jovens provenientes de classe social média, a que tem sofrido um especial processo de empobrecimento desde o neoliberalismo. Daí que os mesmos sofram na sua subjetividade, este vai-vem entre uma modernidade cidadã que “foi” e este neoliberalismo descidadanizante que “é”.

Como assinala Kaës (1991) é uma situação em que a comunidade nega seu fundamento, provocando a violência generalizada entre seus sujeitos e contra seus sujeitos. Dessa maneira o contrato narcisista social (Aulagnier, 1975) se ressent afetando a continuidade, a permanência e a mudança. Os lugares oferecidos pelo coletivo se ressentem e escasseiam gerando uma política de morte e expiação.

Situação que não pode deixar de se expressar no nível de uma subjetividade desde a qual o aparato psíquico se mostra ineficaz em tramitar e resolver determinadas moções. Já não opera como pano de fundo da subjetividade, senão que paulatinamente vai se “desmantelando” (como o próprio Estado) numa operação de desativação de setores do funcionamento mental.

O cotidiano do jovem passa a constituir-se em termos de “sobrevivência” enfrentados em escassas ou nulas oportunidades de educação e/ou trabalho. Isto se acompanha nas figuras familiares de um esgotamento da capacidade de tolerância, que denomino na minha pesquisa “estrutura de pais abrumados”. Social e familiarmente desvalidos, acabam por estarem também desvalidos psicologicamente não podendo experimentar o adolescente em suas vidas.

É o ponto em que o adolescente manifesta fracasso nos seus processos de contenção, transformação e elaboração, o que o confronta com situações de dependência, falso self e estruturas de cuidado do outro que tornam impossíveis ou muito difíceis cursar a adolescência sob os parâmetros do júbilo, do crescimento e do confronto de gerações.

O mundo mental deixa de ser marco propício, para expressar situações de incômodo e mal-estar. Esta passagem do “silêncio” ao “ruído” é o ponto em que

o psiquismo (assim como o social e o familiar) perde propriedades homeostáticas de autoconservação e constância, para que passem a predominar situações de sobreexcitação ou hiperadaptação.

É também a perda do antecipatório como operação que articula o futuro da história pessoal com o porvir da promessa social. Assim como a mente já não funciona como continente do mundo interno, a sociedade já não protege em tudo aquilo que deveria cuidar.

Desde o psiquismo passam a predominar processos criptografados que impedem a diferenciação do “antes” familiar, tanto como a nível social se impõe a idéia de uma maquinaria que impede a diferenciação do “sempre” do Mercado (agora definitivamente “maiusculizado”)

A capacidade de crescimento (que envolve o tempo) se perde e a questão passa a ser o consumo ou o não-consumo, eliminando-se a capacidade de resguardo “suficientemente bom”. O conjunto termina por buscar um bode expiatório devido a sua impossibilidade de conceber duelos que habilitem desprendimentos os quais, ainda que dolorosos, permitiriam um trabalho de elaboração imprescindível.

Começa uma cultura de acentuação do dogmático e de revitalização de uma cultura evangélica que preconiza a resignação, assim como um ambiente paranóico que crê descobrir o Diabo por trás de feitos aparentemente inexplicáveis. Culpar o diabo de tudo é consolidar o sentimento generalizado de impunidade, com o qual se torna impossível responsabilizar os que causam , antes terrorismo de Estado, hoje um descalabro social e econômico que tem ocasionado fissuras, dor e padecimento pessoal e coletivo.

Começam então a predominar sentimentos de revanche, de ódio, de competição onde o outro não é mais um “vizinho” senão um potencial “inimigo”. O adolescente recebe o “impacto” destas configurações e passa a representar a figura do estranho por antonomásia. Se antes era a expressão de uma sexualidade perturbadora, hoje é cúmplice da “pasta base” e da delinqüência.

Mas não é nem uma coisa nem outra, senão a constatação do ótimo funcionamento do fenômeno da exclusão inaugurado pelo neoliberalismo: sai da sociedade para já não poder voltar a “entrar”. Despojado do mundo do trabalho e dos estudos, parece que o torna parte de uma disjuntiva horrenda: “Ou ele (o adolescente) ou nós (a sociedade)”, expressando o clímax do que

denomino sociedade escassa.

Esta pesquisa busca explicitar algumas destas questões angustiantes e urgentes. Na medida da minha capacidade tento que este trabalho seja um aporte ao estudo desta adolescência, de uma modernidade keynesiana cada vez mais distante, e de algumas formas de expressão sociais e psíquicas próprias do neoliberalismo. Desta maneira a tese se organiza em três áreas:

- Na primeira, coloco uma apresentação geral da modernidade keynesiana, os contratos sociais e narcisistas que a fundam, o modelo de família e os aspectos edipianos e amparantes que lhe concernem. Destaco como eixo central o processo de cidadania e a moratória psicossocial eriksoniana como exemplar expressão da mesma. Sendo assim me aprofundo no fortuito “encontro” entre adolescência e modernidade, enclave sutil mas reveladoramente expressado pela psicanálise do adolescente, o qual faço uma apresentação superficial, tendo em conta que já realizei uma investigação exaustiva do mesmo tema na minha dissertação de Mestrado.
- Na segunda área descrevo o neoliberalismo e a lógica do mercado com um imaginário que assenta o social como “maquinaria” e o cidadão como “engrenagem”. Desenvolvo distintos fenômenos que fazem aquilo que denomino “descontratualização generalizada”, como a pseudomoratória social, a vivência de “catástrofe iminente” e a acentuação de discursos dogmáticos neo-evangélicos, que supõem um processo de des-cidadanização que afeta a população adolescente latino-americana em suas possibilidades de antecipar o futuro e montar projetos de vida. Em seu lugar surgem processos de expiação próprios do que chamo “sociedade escassa”.
- Na terceira parte desenvolvo como esses fatores sociais se expressam no material clínico que me serviu como base de minha pesquisa. Proponho assim uma revisão de muitos fatores descritos pela psicanálise de adolescentes e por mim mesmo, sugerindo a necessidade de introduzir outros (como “messianismo exacerbado”; “estrutura de pais abrumados”; “grupo-bastião”; “cena de enlaçamento mútuo” ; “self clandestino”) que buscam na medida das minhas possibilidades, contribuir para um melhor estudo e compreensão do mal-estar e do sofrimento do jovem latino-americano em nossos dias.

- Na quarta parte desenvolvo distintos fenômenos que fazem a configuração terapêutica dos grupos adolescentes, procurando sua coerência com os postulados prévios.

Cabe assinalar, especialmente para a terceira parte, que em cada análise praticada no material de pesquisa, nem sempre esgotei todas as possibilidades de análise, elegendo mais bem algumas poucas variáveis, deixando outras para outros momentos ou capítulos. Desta maneira alguns conceitos podem ficar mais claros em algumas partes e não em outras. Busquei assim agilizar minha análise, evitando uma complicação excessiva da mesma buscando, além disso, não esgotar o leitor com a apresentação de múltiplas variáveis as quais, mais do que oferecer complexidade, iriam desorientá-lo.

Mantenho como marco teórico a psicanálise, levando em conta aportes de outras disciplinas (sociologia, teoria social, teoria política). A revisão bibliográfica que disponho leva em conta tanto autores latino-americanos como Europeus ou norte-americanos. Dentro do possível considero seus aportes teóricos, sem deixar de lado comparações entre eles e reflexões críticas quando creio necessário. Cabe realçar que a psicanálise que controlo se refere a um modelo teórico amplo e complexo, que leva em conta fatores sociais e culturais. Anthony Elliot explicita assim a necessidade de *"uma reconceitualização radical das elaborações atuais de teoria social e psicanálise"* (Elliot, 1995: 17) e acrescenta:

Nos debates contemporâneos sobre a índole da ação humana criadora, sobre as possibilidades de uma transformação social e política e sobre a modernidade e o pós-modernismo, é essencial a questão da natureza da psique para analisar e compreender a subjetividade humana (Elliot, 1995: 19).

Igualmente Franco defende o estudo da construção de subjetividade dentro de redes sociais e vinculares: *"faz aos fundamentos da psicanálise [a] articulação (...) que se produz entre a cultura, o aparelho psíquico e o dispositivo de cura"* (Franco, 2001:1). Busco assim manter um equilíbrio entre elementos provenientes do campo psicanalítico da subjetividade e outros desde a teoria social, com o convencimento de que entre ambos (o social e a

subjetividade) não pode haver nem indiferença nem justaposição. Dito de outra forma: nem “psicologismo” nem “sociologismo”, senão a aposta num paradigma que na sua complexidade permita o estudo de múltiplas problemáticas que se expressam, não poucas vezes, pelas figuras do enigmático ou do paradoxal.

As reflexões anteriores, no entanto, não devem evitar o reconhecimento de contradições – o que acredito até certo ponto incontornável - entre distintas correntes (como a história das mentalidades de Ariés-Duby, uma sociologia dirigida à subjetividade como a de Giddens, ou autores que desde a psicanálise buscam esclarecer processos de subjetivação), ou entre distintos contextos de trabalho (Latino Americano, Europeu, etc.). As mesmas serão indicadas ao longo do texto, buscando traçar as limitações ou complexidades das mesmas.

Faço referência além do mais a minhas próprias reflexões teóricas e clínicas, concordantes ou discordantes com as anteriores, ao que busco incorporar a esta pesquisa, como produto de mais de 16 anos de trabalho clínico com adolescentes. O mesmo teve começo pouco antes de receber meu título universitário de psicólogo e se enriqueceu com a formação posterior em psicodrama, psicanálise de grupo e vínculos familiares, no qual tive oportunidade de levar à prática tanto no campo comunitário como no privado, e no hospitalar. Nesse último passei (e ainda continuo nele) a formar parte da Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina, Programa de Psicoterapia para Adolescentes, coordenando um grupo psicanalítico e psicodramático de adolescentes, com uma freqüência semanal. Perdi a conta de quantos jovens passaram por esse grupo. Alguns por uma só sessão, outros por um ano... Em todos os casos espero ter podido ajudá-los a tornar mais toleráveis os sofrimentos que os levaram a nos consultar.

De uma maneira ou outra todos eles estão aqui, pois esta pesquisa sem dúvida, é mais que uma investigação acadêmica. Fecha, além do mais, um período da minha vida, afligido por minha própria subjetividade, conflitos e preocupações. Mas é ao mesmo tempo um desafio. O desafio de que é impossível se manter impassível diante de situações injustas que urgem um compromisso de mudança e transformação, distanciando-nos dessa inquietante indiferença, tão afim do próprio neoliberalismo, de que tanto nos lamentamos.

CAPÍTULO I

A MODERNIDADE: SER ADOLESCENTE É TER PORVIR.

I.1- A Modernidade: Apresentação Geral

Certamente falar de A modernidade no singular seja enganoso. Tem havido distintas fases dentro do capitalismo (Vasconcelos, 1988) e da modernidade em geral: uma fase liberal, uma fase fordista, uma fase keynesiana (ou de welfare state) e uma fase neoliberal, que outros (como Giddens) denominam de alta modernidade. Desta forma a sociedade capitalista apresenta distintas formas de organização econômica e social dentro de um período histórico específico¹: “*Em cada ciclo teremos formas predominantes de organizar o processo e o mercado de trabalho, assim como outras instituições econômicas e políticas estruturantes da acumulação*” (idem: 81). É necessário igualmente ter em conta a diferença entre o chamado capitalismo central e o periférico (Vasconcelos, 1989), tema que desenvolverei mais adiante.

No que se refere ao meu trabalho levarei em conta principalmente como categoria de análise e comparação o capitalismo keynesiano². O mesmo significou um câmbio importante nos padrões de reprodução social, reconhecimento do poder sindical e dos direitos dos trabalhadores, com um crescente processo de consumo assumido pelo Estado (Vasconcelos, 1988).

Destacarei, contudo, outros dois processos dentro da fase keynesiana, fundamentais enquanto eixos de minha investigação: a consolidação do campo das políticas sociais e da **cidadania**³ e a visão do vínculo indivíduo-sociedade em termos de gestação de uma promessa que garantia (solidamente) **um porvir** e um projeto tanto social como individual. No primeiro caso,

¹ Cabe assinalar que esta periodização histórica-cuja falta se faz sentir- não está desenvolvida na chamada Escola dos Anais, cujas idéias, contudo, por razões de minha tese, utilizo muito. Como assinala Burguière, Ariès foi “*insensível às tentações da história total, assim como ao recurso canônico de um mínimo de determinismo sócio-demográfico[...]seu método lhe foi indicado por uma concepção da história que privilegia o universo mental*” (Burguière, 1993: 69).

² Neste sentido, esteja ou não explicitado, se há de entender, no que segue, que, quando na investigação, se menciona a modernidade, a mesma está necessariamente referida ao **capitalismo keynesiano**.

³ Cabe assinalar que a noção de cidadania não nasceu com a modernidade, ainda que tenha alcançado nela sua máxima expressão (Coutinho, 2000).

Vasconcelos assinala que se constata “*um deslocamento (...) de uma parte do conflito capital/trabalho para a lógica de cidadania e dos direitos sociais*” (idem: 82). Desta maneira “*o campo das políticas sociais e da cidadania passa a constituir o principal cenário da luta de classes nos países centrais*” (idem: 83).

Por outro lado é necessário assinalar como a idéia de cidadania é inseparável de outra pela qual esta “borda” social da modernidade keynesiana se assenta em uma “promessa” (Coutinho, 2002) que ao enunciar uma série de “instrumentos” efetivos de cidadanização e progresso social (como o trabalho e a educação) garantia (mais ou menos plenamente) um lugar na sociedade.

No que se segue tentarei desenvolver no que implicou, desde a subjetividade e o imaginário, esta concepção keynesiana do sujeito e a sociedade, mostrando no próximo capítulo como esta visão social foi “desmantelada” a partir do neoliberalismo e as conseqüências que isso traz paralelamente.

I.2- A sociedade ampla e o futuro possível

Em 1990 Giddens refletia:

O que é a modernidade? Como primeira aproximação, digamos que a noção de modernidade se refere aos modos de vida ou organização social que surgiram na Europa ao redor do século XVII em diante e cuja influência, posteriormente, os converteram em mais ou menos mundiais. Isto associa a modernidade a um período de tempo e a uma inicial localização geográfica mas , de momento, deixa de resguardo numa caixa preta suas características mais importantes. (Giddens, 1990:16)

Esta idéia de Giddens, emparelhada à idéia de modernidade como um sistema de vida originado num espaço geográfico e numa medida de tempo, inclui além do mais uma noção a qual chamo sociedade ampla, definível como o consenso de um grande todo (teorizado pelo contrato narcisista de Piera Aulagnier, 1975), um sistema de inclusão e interrelação recíproca sociedade-subjetividade (Freud, 1931), institucionalidade sólida (Lewkowicz, 2004) e figuras de mediação (Kaës, 1989).

Giddens (1990) assinala que as instituições que estão na modernidade dão

conta dela, pois surgem somente e desde ela. Não têm precedentes nem antecedentes. Esta observação se deve complementar além do mais com o fato de que estas instituições cristalizam uma visão do homem, uma forma de convivência e uma determinada estrutura das mentalidades.

Um ponto em comum é o movimento, celeridade de mudança (Giddens, 1990) ou ruptura que ao “cortar” com sistemas tradicionais medievais, estabelece um novo e torna impossível o retorno ao passado (medieval infantil no caso do sujeito). É intrínseco à modernidade então, o temporal⁴: o esforço por estabelecer um passado, indicando um futuro previsível de mudança. E ao mesmo tempo, uma política de transformação que augura os processos do psiquismo tal como o descreve a psicanálise e a passagem da endogamia para a exogamia como forma valorizada de crescimento.

Mas deve-se acrescentar que caso se estabeleça um futuro é para melhorar. Este otimismo que crê na mudança e na melhora, foi expresso por vários pensadores (Marx, Durkheim) mas é também o clima de uma época e uma forma de entender a humanidade, entrecruzando porvir social e construção de subjetividade.

É o risco e a oportunidade, porém, emoldurados no convencimento da oportunidade de possuir um futuro, e ser melhor do que é. Nesse ponto se unem as distintas escolhas negociadas da vida: vocacional, matrimonial, de divórcio, etc., entendidas como oportunidades de melhora através de uma crise (Giddens, 1997). Passam assim a ter relevância os sistemas especializados que funcionam como organizadores do entorno material e social no qual vivemos (Giddens, 1997), expressão do sentimento de confiança, segurança e continência que provê a modernidade keynesiana.

Consolida-se assim uma experiência de: *“Emancipação [que] significa que a vida coletiva se organiza de tal maneira que o indivíduo é capaz (...) de atuar de modo livre e independente nas circunstâncias de sua vida social”* (Giddens, 1997: 270) entrelaçada a uma “biografia” (Aulagnier, 1991,1994), na qual o Eu

⁴ Esta referência temporal se encontra assim mesmo na teorização sobre sistemas culturais: *“(...)trabalhosamente fabricado na herança do passado pela inovação atual, por causa disso as seqüências elaboradas através das quais se transforma a cultura são os produtos conjuntos da lógica situacional que a partir do Sistema Cultural fazem impacto nos contextos em que se encontram os agentes e de suas respostas Socioculturais a eles. Este é o processo genérico pelo qual o futuro cultural se faz no presente”* (Acher,1997:22).

se conjuga no futuro, a través da autoconstrução contínua do Eu pelo Eu: “*entrada em cena de um tempo historizado*” (Aulagnier, 1975:167) .

O modelo de Freud (Freud, 1923), do segundo tópico, baseia-se nesta idéia de modernidade de risco, posto que também fala de um Eu que “negocia” entre instâncias. “EU” que por sua vez revela um dispositivo de confissão (Foucault, 1995), operatórias de individualização (Burin-Meler, 1998), facilitação do consumo (Giddens, 1997) e busca de autenticidade e paixão narcisista (Lipovetsky, 2000).

Este consenso ilusório e eficaz de uma humanidade plena à qual se aplica a todos os sistemas abstratos, cultura e leis iguais, configura um sistema de vida o qual denomino “**sociedade ampla**”, implicado na promessa de que todos os seres humanos estão integrados ou são integráveis pela cidadanização.

A cidadanização keynesiana funda assim um marco de expectativa razoável de trabalho, bem-estar e vida digna, revelando uma estrutura de cuidado e de amparo (ao que Foucault denomina biopolítica (1984,2004). A modernidade se torna assim um mundo possível de gente que deseja viver, e se cuidar (“cuidado de si” foucaultiano⁵ (1988,2004) e ser cuidada, crescer, bem como experimentar coisas novas. Uma sociedade de seres vivos, que descrevem e pensam em como fazer suas vidas.

Cada pessoa se continua na sociedade e a sociedade se continua em seus cidadãos, aos que “convida” à participação. A visão da sociedade como um todo invoca grandes conjuntos onde o *englobante* permite com que todos possuam um lugar erotizado. Tomo a denominação de Eros, no sentido de como Freud apresenta a pulsão de vida: atividade que leva e alcança cada vez mais a unidades maiores (Laplanche-Pontalis,1981). O integrador, nucleador e otimista (Fisher, 1996) faz com que a sociedade (e o urbano) pareça harmoniosa e “com tecido social mais unido” (Pretecille, 1996: 22). Teresa Pires do Rio Caldeira (2000) descreve esse modelo urbano-histórico, onde as classes sociais “pareciam” poder conviver e se inter-relacionar.

Desenvolve-se, portanto, na cultura urbana com função unificadora que

⁵ “*Na relação que ele tem consigo mesmo em suas diferentes ações, pensamentos e sentimentos, se constitui como sujeito moral, a ênfase está posta nas formas de relação consigo próprio, nos procedimentos e técnicas por meio das quais elas as elaboram, nos exercícios pelos quais se propõe a si mesmo como objeto a conhecer e nas práticas em que se permite transformar seu próprio modo de ser*” (Foucault,1984: 215).

descansa no ideal de diálogo e ignora conflitos sociais e de classes insolúveis, no entendimento de que o iniludível marco de referência de um projeto de cidadania está vigente e é unificador.

Por essa cultura do diálogo o outro é alguém reconhecível e com o qual se pode compartilhar e discutir de forma razoável, antes de recorrer à violência ou a hostilidade (Beck, 1997), gerando com esse amigo – vizinho, cooperação e intercâmbio dentro de uma “consciência de contingência” pela qual todos somos e temos o direito de ser diferentes, consolidando-se um ideal do fraternal que tem a ver com a tolerância, a diversidade e a solidariedade (Bauman, 1999).

Como indica Dufour:

A modernidade é, pois, um espaço em que se encontraram os sujeitos como tal submetidos a vários grandes Sujeitos(...) um novo grande Sujeito sobrevivendo depois de todos os outros quanto o lugar aberto no pensamento onde se discutem ao infinito todos os desacordos possíveis(...) Há, pois, grande Sujeito na modernidade, Outro e até muitos Outros, ou, pelo menos, muitas figuras do Outro (Dufour,2005: 49).

O comentário acima faz referência á violência que anula o diferente e o alheio (Jeammet, 1998).

I.3- O Fraternal e o Estado

Porém esta “flecha” em direção ao porvir e ao encontro do outro, não oculta o fato de que a modernidade é também uma fascinante mistura de ambigüidades (democracia *versus*; tolerância *versus* intolerância; utopia *versus* desencanto; norma *versus* transgressão). A seguir, irei deter-me em uma dessas ambigüidades em particular: horizontalidade *versus* verticalidade.

O horizontal destaca o gosto da modernidade pelo amigo⁶, o grupo de pares, o irmão, figuras que se unem num sentido de “fraternidade” que impõem a idéia de um espaço de “liberdade” e escolha pessoal (Ariès-Duby v. VI, 1990), tanto quanto a de emancipação e alteridade. A mesma aparece igualmente como potencial para a emancipação e o respeito à alteridade do outro (Bauman, 1999), “*sonho de uma fraternidade universal que seja a base da reconstrução do mundo*” (Ariès- Duby v.VI, 1990: 81).

Esta importância estruturante do fraterno no plano social e subjetivo tem sido destacada por Kancyper (1992,1997) (complexo fraterno), Birman (2001) (valores de alteridade, reciprocidade e reconhecimento como forma não-narcisista de aceitar o outro), Kehl (2000) (assunção da incompletude em torno da ética e da responsabilidade), e Ruiz (2000) (responsabilidade frente ao sofrimento do outro). É acompanhada da noção de autodeterminação: “sou eu mesmo”; “acredito em mim mesmo”; “ não devo nada a ninguém”, definindo um conjunto de atitudes liberadas para a eleição e para a espontaneidade que articula uma construção de subjetividade baseada no Eu, na personalidade e na existência do mundo interno.

Opõe-se ao anterior um funcionamento social de verticalidade biológica (vínculos de filiação) e social (vínculos de trabalho), que destacam a necessidade de hierarquias e desigualdades (Ariès - Duby v. VI, 1990).

O fraterno poderia relacionar-se à índole reflexiva da modernidade pela qual “*o contraste com a tradição é inerente à noção de modernidade*” (Giddens, 1997: 44). Uma das conseqüências disso é a crítica ao paterno e aos sistemas instituídos que não admitem dimensão instituinte: “*a Revolução (...) limita em numerosos pontos os poderes do pai*” (Ariès-Duby v. VII, 1990: 17)

Essa fraternidade dos irmãos é o Estado, oposta aos poderes (anacrônicos) do Pai tirânico: “*A autoridade pública adotava agora um papel ativo na*

⁶ Sua importância é tão radical que : “*Há que reconhecer que, ainda estando regulamentada e codificada, a amizade não se identifica com nenhuma instituição estável e “visível” das sociedades da Europa moderna*” (Ariès-Duby v VI,1990 :60). Por outra parte ,corresponde à uma mentalidade mercantil - capitalista : “*(...)a amizade, igual que o parentesco e a aliança, inspira uma autêntica carreira para conservar e aumentar, mediante a renovação e a acumulação, esse capital primordial*” (Ariès-Duby v VI,1990 :63).

constituição da família” (Ariès-Duby, v. VII, 1990: 36). Sua autoridade já não emana da tradição oral, senão de um Código, isto é, seu poder está regulado (e então inevitavelmente controlado⁷) pela lei ⁸.

Dentro destas estipulações deveria ser incluída a necessidade do pedagógico como um espaço extrafamiliar. O pai, a família, não é capaz, por si só, de proporcionar a disciplina e o conhecimento com o qual a escola contribui. (Ariès-Duby v.IX, 1990).

Nesse questionamento e relativização da figura paterno-familiar, existe uma crítica às figuras inquestionáveis da autoridade: “As formas de autoridade tradicional passaram a ser tão somente *autoridades entre outras*” (Giddens, 1997: 246-247); a modernidade tem reconstruído a tradição na medida em que a dissolve (Beck, 1997: 76). Da mesma maneira Benjamin (1982) analisa como a técnica reprodutiva desvincula o reproduzido do âmbito da tradição; Tocqueville (Nisbet v. I,1996) os câmbios na sociedade democrática; Freud (1913) a substituição do Padre da Horda à liga de irmãos; Barrán(1991) a passagem da puberdade para a adolescência, Burin-Meler (1998) a individuação crescente, Jöel Dor (1990) e o rol do pai morto que impõe retrospectivamente a instituição da interdição do incesto.

Consolida-se assim a figura primordial da confrontação que aglutina o questionamento da autoridade, bem como o consenso social que sustenta a necessidade de crítica dirigida ao que é tradição: “ninguém mais pode dizer: sou um homem e nós homens somos assim, me nego a seguir discutindo as coisas” (Beck,1997: 135). A tradição persiste somente na medida em que tolera a discussão e o enfrentamento (Beck, 1997), com o que se reafirma ainda mais a necessidade de pensar em si mesmos e por si mesmos. Pelo contrário: “Dedicação, abnegação, esquecimento de si mesmo. Com estas virtudes cardeais, a ruptura é impossível” (Duby-Perrot v. VIII, 1991: 231).

O Pai se tornou frágil, incapaz de sustentar por si mesmo uma nova

⁷ É interessante que, na teoria da metáfora paterna lacaniana, o pai já não é lei, senão que a representa.

⁸ “(...)segundo *Le Play, a Revolução[havia] matado o pai ao retirar-lhe o direito de testar*” (Ariès-Duby v. VII,1990 :128).

sociedade: a divide antes de integrá-la. É por disso que se torna imprescindível a participação do Estado, capaz tanto de totalizar como de individualizar (Foucault, 1984) e representar o conjunto social (Pizzorno, 1998).

I.4.Figuras de mediação

Creio que se o Estado, Família e Cidadania são figuras de mediação por excelência é porque a modernidade as estabelece como formas privilegiadas do vínculo sujeito-sociedade e sujeito-antecessores-descendentes. Vale dizer que tornam possível possuir e transmitir o herdado dos antecessores. De outra forma se anularia o sentido de porvir e de futuro. Essas manobras de receber, transformar e antecipar (Kaës, 1994) implica a consolidação de um vínculo estável entre o sujeito e o social, estando ambos num processo de permanente reciprocidade e sustentação dupla. Por isso Kaës assinala as figuras de mediação: *“Estas formações e estes processos psíquicos no interior do conjunto se regem por uma lógica do conjunto e ao mesmo tempo pela lógica dos processos individuais”* (Kaës, 1994: 131).

Dito de outro modo trata-se de um duplo processo: o conjunto organiza as figuras de mediação, tanto como elas a organizam, consolidando um modelo homeostático de funcionamento social, vincular e psíquico. Mas também pontos intrincados (Kaës, 1993) que garantem mediações, conflitos e solidez.

Situação inseparável da reciprocidade heterogênea entre sujeito-sociedade: *“a inserção social (...) transforma o sujeito em transmissor e ator de uma organização social na qual é sujeito ativo e objeto passivo”* (Puget, 1991:26-27) Por tanto o sujeito é para si o seu próprio fim, sujeito dos processos inconscientes, e sujeito também de uma cadeia da qual ele mesmo é membro: *“parte constituinte e parte constituída, herdeiro e transmissor, elo de um conjunto”* (Kaës, 1993:133).

Dessa maneira o nexó entre sociedade e sujeito passa a significar o que fazer com o que não pode deixar de ser transmitido: *“Se os processos psíquicos de uma geração não se transmitissem para a outra (...) cada uma estaria obrigada a recomeçar seu aprendizado da vida”* (Kaës, 1993:44). Para que haja um sujeito do inconsciente, aquilo que vem como herança tem que

sofrer uma transformação (Kaës,1993) tornando-se exigência e definição de atividade psíquica. O aparelho psíquico não pode aceitar nada que venha de fora sem sofrer transformação, a não ser que se imponha o *transubjetivo* como forma de funcionamento psíquico, ou seja, originando-se no psiquismo o “implante” traumático de conteúdos do “fora” que ingressam sem transformação.

A questão da modernidade é uma questão de transmissão: tentativas de colocar em jogo, arriscar e pensar o que quebrou-se, ou a vontade de ainda aumentar a distância entre o antigo ou o novo (...)o conceito de modernidade é, no máximo, aquele pelo qual cada geração se descola da precedente e se coloca como sua herdeira instituída (Kaës,1996: 29).

Trata-se, no meu entendimento, de manter o que é reconhecível, sustentando um sentido frente ao qual o absurdo permanece como um acidente superável. Assim: “Em qualquer ser humano que aspire pensar-se como indivíduo singular há uma insistência subjetiva que o empurra à rememoração e à investigação do passado” (Enriquez, 1990: 102).

O passado deve constituir-se de maneira tal que não invada nem invalide os esforços por fazer do presente um aguilhão rumo ao futuro. Este imprescindível **trabalho da memória** implica uma anamnese historiográfica (idem) como suporte da subjetividade e controle do tempo (Beck, 1997) que torna o tempo que transcorre em história pessoal. Deste modo, transmissão, memória coletiva, memória individual e consolidação da vivência temporal estão intimamente entrelaçadas. Quando um elemento desta matriz se debilita ou desaparece, surgem patologias na subjetividade, pelo qual Kaës se inclina a analisar os problemas da modernidade em torno às dificuldades de transmissão (Kaës,1996).

Interessa-me então, destacar a idéia de que a sociedade keynesiana é uma sociedade de herdeiros. Mas para que haja um herdeiro deve existir uma ‘herança’ disponível e capacidade de aceitar a morte, que marca a diferença entre gerações por meio da possibilidade de um duelo (que definitivamente é um trabalho da memória), o qual ressignifica a história geracional e subjetiva.

I.5- Contrato social-narcisista

Esta reciprocidade sociedade- sujeito é fundamento e expressão de um contrato que exigirá com que os indivíduos atuem como seres autônomos (Castel,1997) que aceitam a necessidade de renúncia para obter uma compensação (Freud,1931) e um direito a se proteger da violência (Kaës,1989). Surge a noção de: “*comunidade de todos os cidadãos*” (Ariès-Duby v VI, 1990:48) que legitima a necessidade de um contrato real ou imaginário (Nisbet v II,1996) o qual postula que a sociedade está integrada por indivíduos detentores de direitos que seriam defendidos pela comunidade (Pacheco, 2000).

Sua garantia é a lei e esse é o fundamento essencial do contrato social: a existência indubitável de garantias. Dito de outra maneira, não acredito como Kaës (1993) que o contrato social seja o fundamento da sociedade (de fato, no neoliberalismo existe uma des-contratualização generalizada), se não que é o *mito da modernidade keynesiana por antonomásia*. Mito fundamental que permite reunir distintos aspectos: transcendência da lei, continuidade geracional, reciprocidade, pacificação social e o antecipatório. A. M. Fernández (1993), ao retomar a distinção de Castoriadis entre imaginário social efetivo (instituído) e imaginário social radical (instituinte), localiza o mito como uma cristalização de significação que opera como organizador de sentido, **peça chave** na manutenção do instituído.

O sujeito – através deste contrato social-narcisista- por sua vez busca e deve encontrar referências⁹ que lhe permitam se projetar para um futuro (Aulagnier, 1975:158). Esta antecipação ao futuro enunciado ou vozes, permite uma passagem da família de origem à de destino, da infância a outras etapas etárias, revelando o suporte de espaços sociais característicos catectizados e

⁹ Nestas referências haveria que agregar o conceito de experiência seqüestrada :”*têm o efeito de suprimir certos aspectos básicos da experiência da vida(...) processos interconectados de ocultamento que afastam das rotinas da vida ordinária os seguintes fenômenos: a loucura, a criminalidade ,a enfermidade e a morte, a sexualidade e a natureza*” (Giddens,1997: 199). Ou seja, se trata de um pacto denegativo (Missenard,1989) próprio da modernidade que deixa “fora” aquilo necessário para poder viver e para conviver.

sempre disponíveis a serem “ocupados”, ao qual o sujeito, na sua existência, acredita.

É um processo indissociável e recíproco: o conjunto social reconhece um porta-voz, e o sujeito faz dele uma verdade de convivência que tem um fundamento social. A sociedade antecipa e estabelece um lugar vazio para o qual um Eu virá, e o sujeito, por sua vez, catectiza o social como lugar que é apropriado pelo Eu. Situação simultaneamente instituída e instituinte: “retomar” uma voz morta (garantindo a continuidade) (Aulagnier, 1975); mas que além disso implica tornar próprio o que é alheio (garantindo a renovação e a descontinuidade). O futuro é forjado desde nós mesmos, mas integrado a um horizonte de projetos sociais disponíveis e viáveis.

Seguindo a Lyotard (1989), diria então que a sociedade keynesiana é um “metarelato” que inclui uma dupla metáfora do materno e do paterno. Pela primeira quer demonstrar sua capacidade de ser fonte nutridora e provedora; pela segunda mantêm uma regulação que alenta o crescimento maduro e controlado de seus filhos- cidadãos.

Mas também implica num debate entre o desejo de liberdade e a consolidação do controle social. Dicotomia atualizada por Foucault (1976) e Giddens (1997), mas que na realidade remonta ao debate entre Spinoza e Leibniz. Spinoza- assim como Foucault- desdenha da possibilidade da liberdade, onde o único arbítrio possível é o reconhecimento da ordem necessária (a Natureza geométrica em um, o Poder ou o Micro-Poder em outro). Pelo contrário, Leibniz reivindica a energia da eleição, como Giddens por sua vez, a capacidade reflexiva (Abbagnano, 1963).

Em qualquer uma das suas duas vertentes, a modernidade em geral tem sido (e é?) antes de qualquer coisa um projeto político oposto ao regime feudal. Esse “contra” marca em grande parte sua orientação desconfiada, pero desejante do poder. Ambigüidade que Foucault (1984) descreve magistralmente através do par biopolítica – tanatopolítica.

Situação que de certa maneira recolhe a modernidade keynesiana em torno do programa democrático e de cidadania (que não descarta, de momento, o

autoritário) buscando estabelecer um equilíbrio permanente entre sociedade e indivíduo. Se a sociedade “cresce” muito, “afoga” o indivíduo; se é o indivíduo quem predomina, pode “destruir” a sociedade.

Por outro lado, como projeto-promessa a modernidade keynesiana tem encontrado três maneiras de manifestar-se: enquanto sociedade transparente mostra que não tem interesses próprios, mas que reparte seus dons igualmente entre todos seus integrantes; enquanto sociedade ética, cristaliza valores substanciais, e enquanto sociedade administrante, reivindica e sustém para si uma forma de governo ótimo e adequado.

Este debate resgata um aspecto instituinte: a sociedade se constrói como extensão de uma política racional com predomínio da compreensão e a busca positiva de resultados. Provavelmente esta modernidade faria sua a opinião de que: *“a atitude reflexiva, quinta essência dos seres humanos para se defenderem de seu condicionamento (...) lhe dá a capacidade de responder com originalidade ao seu contexto presente”* (Acher, 1997:22).

Este imaginário da sociedade keynesiana forjou assim uma construção social que se verifica preferentemente através da busca de justiça, porvir, futuro, inclusão do heterogêneo, espaços de articulação, negociação e conflito, protagonismo do cidadão, oportunidade, compensação, amparo e proteção. Idéia consubstancial à fase keynesiana da qual não participa, de certo, a modernidade em geral, tal como assinala no começo do capítulo.

I.6- Laço social indubitável - Institucionalidade sólida

Lewkowicz define o conceito de laço social como parte fundamental da modernidade:

O laço social moderno está baseado na ficção do cidadão, na ficção das nações, na história como doadora da identidade, na representação como dispositivo de funcionamento e fundamentalmente baseado na idéia de progresso (...) ficção social que institui os indivíduos como

membros desta sociedade. (Lewkowicz, 2004:57)

Devemos acrescentar que este laço têm sido mais que uma ficção, (termo com o qual estou em desacordo), uma ilusão eficaz que permitiu sustentar dentro da modernidade keynesiana, nódulos sólidos que habilitaram uma construção de subjetividade baseada em etapas (etárias) pré-estabelecidas, consolidação de um porvir tangível e, a nível social, a instauração de vínculos baseados troficamente no reconhecimento do alheio. É coisa demais para tratar-se de mera ficção...

Ao contrário, o termo “ilusão eficaz” me permite sustentar uma perspectiva que sem desconhecer o alcance do imaginário, não desdenha de realizações concretas em nível de qualidade de vida, aspirações, esperanças. Este conluio duplo: imaginário-materialidade, concretizou um programa de inclusão visível, sustentando um laço social que não se colocava em dúvida para nenhuma classe social, por mais que as divisões em classes existiram e existem.

Toda a humanidade era “terra simbólica” e por isso a duplo centro-periferia não desdenhava graus de comunicação representados pelas ruas, os passeios, as praças recorridas e habitadas por todos os cidadãos. Compartilhava-se o orgulho de ser cidadão, de ser “iluminado” pelo “brilho” das leis, por formar parte da dinâmica social ocupada por instituições justas e soberanas. Como aponta A. M. Fernández:

As instituições formam parte das redes de poder social. Em circuitos macro ou micro, a instituição constitui um fator de integração onde as relações de força se articulam em formas: formas de visibilidade como aparatos institucionais e formas de enunciabilidade, como suas regras (Fernández, 1989:55).

Esta capacidade de integração se apresenta na modernidade como uma flexibilidade na inclusão social, sustentando um funcionamento semipermeável que reproduz modelos sociais mas sustentando uma subjetividade autônoma. Emiliano Galende assinala assim ao “*indivíduo strictu-sensu, como aquele que defende seu papel e valor dentro da sociedade. Isto é, aquele que sendo gestor de sua autonomia, a realiza dentro dos marcos normativos e institucionais*”

(Galende, 1997: 112).

Dessa maneira indivíduo-autonomia e instituição se forjam correlativamente. Autonomia deveria ser pensada como a capacidade de gerar condutas inéditas, mas tendo como base um fundo social de respostas possíveis que podem ser ou no, levadas em conta.

Deste ponto de vista, a instituição na modernidade cumpre com um “aí-já” do qual se pode originar contraste ou diferença. Como assinala Kaës, é a necessidade “*de encontrar enunciados já ditos, mitos, lendas, contos, teoria, teologia, ideologias, garantias de sua própria capacidade de enunciação no marco das convenções e das referências percebidas e compartilhadas*” (Kaës, 1993: 350). A partir do instituinte se gera o material e a possibilidade da própria capacidade de enunciação, isto é, a capacidade de transformação do psiquismo, mas com o esclarecimento de que para transformar deve haver algo transformável.

Ao mesmo tempo, a instituição deve poder tolerar a capacidade enunciativa do sujeito como margem de transgressão que seja possível semantizar como mudança passível de ser valorizada e não como cena temida. Assim, a instituição há de permitir a mudança, mas mantendo seu status de solidez. O qual se expressa por meio de regras enunciadas ou enunciáveis: “*não passamos a ser seres falantes e desejantes, senão porque ela [a instituição] sustenta a designação do impossível: a interdição da possessão da mãe instituição, a interdição do retorno à origem e de fusão imediata*” (idem : 14).

A instituição na modernidade keynesiana cumpre então basicamente duas funções: assegura interdições e intervêm na construção de subjetividade através da sociabilidade sincrética (Bleger, 1967) que permite resguardar o não-pensável e a definição das margens possíveis de confrontação e de conflito.

A instituição garante um marco de pensamento: dentro dela e desde ela se pode pensar. Economiza ter que pensar o irrepresentável¹⁰ bem como exige

¹⁰ Que se poderia relacionar ao conceito de negatividade radical : “*Ela admite ser representada como não-vínculo, não experiência, como algo irrepresentável, nas figuras do branco, do*

pensar o representável: “para que esse pensamento advenha faz falta um marco apropriado e um aparelho de pensar, aos que o sujeito singular contribui em parte, na condição de que esse marco já esteja ali, pronto para ser inventado”¹¹ (Kaës,1993: 16).

A instituição é um marco de exigência de atividade psíquica que busca restaurar esse irrepresentável que nunca vai terminar de se representar, mas que, no entanto, não pode renunciar à tentativa de se restaurar: “*Nas instituições, o trabalho psíquico incessante consiste em reintegrar esta parte irrepresentável à rede de sentido do mito e em se defender contra o “um”, institucional necessário e inconcebível*” (idem: 17).

Por isso, tanto como exige pensar, garante as condições de pensamento, “encapsulando” tudo o que é demasiado perturbador:

...vemos-nos enfrentados ao pensamento de que uma parte de nosso si mesmo está fora de si, e que precisamente isso que está “fora de si” é o mais primitivo, o mais indiferenciado, o pedestal de nosso ser, quer dizer, tanto aquilo que, literalmente, nos expõe a loucura e a desposseção, ao alinhamento, como o que fomenta nossa atividade criadora (...). É constituinte dos espaços psíquicos comuns que são coextensivos aos agrupamentos de diversos tipos. (idem: 16).

Mas deveria ser acrescentado que assim como o psicótico se volta para “dentro”, também garante uma atividade de transformação, relacionável com a função Revêrie de Bion (1962), pela qual os objetos beta (o persecutório - psicótico) passam a ser elementos alfa (elementos disponíveis para pensar, sonhar, elaborar):

incógnito, do vazio, da ausência, do não-ser (...) não pode ser inteiramente pensada pelo pensamento, que, se a tomara como um objeto, perderia com isso sua própria condição de funcionamento, (é)...a relação de contato do pensamento com o que não é, com o que ele não é e com o que ele não pode pensar: é aquilo que permanece refratário a toda ligaçã” (Missenard,1989:149).

¹¹ Que já esteja, mas na condição de ser inventado, não é uma contradição senão um paradoxo, pois em realidade Kaës está desenvolvendo o conceito winnicottiano de objeto transicional.

Este trabalho coletivo de pensar cumpre uma das funções capitais das instituições: propor objetos de pensamento que têm sentido para os sujeitos aos quais está destinada a representação e que geram pensamentos sobre o passado, o presente e o porvir (Kaës, 1993: 18).

Daí que se bem a instituição se perfila como relação violenta e expressão do poder cristalizado, não por isso deixa de ser, ao mesmo tempo, estruturante. Institui espaços psíquicos comuns oferecendo a garantia de que mais além de nós, há sempre um outro. Neste sentido é a base para o reconhecimento do outro como um interlocutor, facilitando o vínculo dialógico.

Paralelamente consolida a noção de tempo estabelecendo que há algo que antecede e que continua desde o passado até o porvir, estabelecendo um legado e uma herança. O ancorar no ancestral originário que menciona Kaës (1993) como “invenção” do progenitor originário, aponta nesse sentido um contrato narcisista - social próprio da modernidade, que “embrenha” as gerações em pactos de continuidade e descontinuidade simultaneamente.

A instituição é intrínseca a um movimento permanente instituinte – instituído, por ele, onde se garantem marcos ou espaços sociais catectizados *previamente*, mas que se advêm *inventando-os*. Por isso Kaës assinala: “(...) *cada recém chegado tem que carregar o conjunto como portador da continuidade e reciprocamente, com esta condição, o conjunto sustenta um lugar para o elemento novo*” (idem: 47).

Reforçando assim o que já havia apresentado como contrato narcisista social, já que a condição que aponta Kaës anuncia que todo membro da sociedade (filho-cidadão) tem garantido um lugar antecipado de inclusão. Alguém é esperado e “esperável” porque se mantém um espaço amplo previamente catequizado, no qual, a princípio, todos podem ingressar se cumprirem determinadas condições. Uma delas é o compartilhamento de ideais comuns ao que devem se transformar e perpetuar.

Esta modernidade instaura espaços de catectização e também matrizes sólidas de inserção, identificação e trocas, desde que o grupo e a instituição se abram lhes proporcionando um espaço.

...Significado pelo conjunto das vozes que, antes de cada sujeito desenvolveram um discurso conforme o mito fundador do grupo. Cada sujeito tem que retomar este discurso de alguma maneira; é mediante ele que se conecta com o Antepassado fundador (idem: 47).

Este conjunto das vozes é o que chamo de *operatória de investimento de espaço social*: cada sujeito sentir-se-á fazendo parte e orientado por ele, contribuindo com a sua continuidade, “*parte interventora e parte constituinte*” (idem: 17). Esta dimensão metafórica sempre é uma possibilidade, uma vez que “onde está a instituição um Eu pode *advir*”, estabelecendo uma promessa sempre aberta e renovada. Como o próprio Kaës (1993) assinala, as instituições não são apenas expressão de uma infra-estrutura material e social. Ao mesmo tempo implica um simbolismo pelo qual elas se expressam. Neste sentido, tal qual afirma Kaës, acredito que:

A instituição não é somente uma formação social e cultural complexa (...) realiza funções psíquicas múltiplas para os sujeitos singulares, na sua estrutura, sua dinâmica, e sua economia pessoal (...) Garantem as bases da identificação do sujeito no conjunto social: constitui (...) o avesso da vida psíquica no qual podem ser depositadas e contidas algumas partes da psique que escapam à realidade psíquica (idem: 25).

Uma conclusão fundamental é a de que uma mudança - qualquer mudança - no nível das instituições (e do social) sempre terá repercussões no psíquico e na forma como a subjetividade se constrói. Dessa maneira:

A identidade não é nunca algo estruturado e definido: vai se construindo. No seio das redes de interação familiares, profissionais e sociais que situam um indivíduo no mundo, em cada momento da sua vida permanentemente se constrói e reconstrói o conjunto de traços fundamentais que definem uma pessoa frente à outra e pelos qual esta pessoa é re-conhecida. Estes traços nos são Neutros, são valorizados, são reconhecidos, impregnados de afetividade pelos outros em função das expectativas sociais e das normas de avaliação que a sociedade

der (Araujo, 2002: 32)¹².

Deve-se dizer que as instituições da modernidade, tal como as descreve Kaës (1993), não sofrem de complexo de inferioridade: aceitam mudanças, confrontação e renovação sem que se sintam frágeis ou invadidas. Por isso Kaës aponta que:

O contrato narcisista está de fato, implicado na fundação, isto é, na morte (...) O distanciamento a respeito do contrato faz a história, em primeiro lugar o herói e a origem de toda outra instituição: a partir da qual nos funda. Toda fundação institucional contém, ocultas, a continuidade de um mandato e de sua ruptura - a morte e a filiação. (Kaës, 1993: 48).

A transgressão é tolerada e talvez alentada, e por isso, os “fundadores” desde a modernidade keynesiana não são “homicidas”, como acredito que assinala equivocadamente Kaës, senão transgressores que põem – se quisermos - a agressividade a serviço do crescimento (Winnicott, 1972)

Mas a leitura institucional kaësiana não inclui a leitura política, a que permitiria entender que assim como a instituição é uma meta - continente, por sua vez há uma meta - instituição que é o Estado (Lewkowicz, 2004). É que na verdade não há “instituição” senão que “instituições”. Esta instituição é o Estado, o qual organiza e gera um lugar lógico de relação entre todas as instituições, das que estão concatenadas: passa da família, ao jardim, à escola, ao trabalho, gerando uma “trilha” de devir vital (idem).

Deste modo, uma das funções mais importantes das instituições na modernidade keynesiana é gerar espaços sociais em consenso, para o qual advirão cidadãos. Desde esta ótica a teoria institucional é inseparável da teoria de cidadania, que é por sua vez inseparável de uma teoria da subjetividade. As instituições neste tipo de sociedade representam um espaço-tempo aos quais se podem entrar e dos quais se podem sair, mas em articulação com condutas, atitudes e decisões. É uma antecipação de cidadania inseparável de um porvir

¹² Apesar do anterior e de que estamos transcorrendo por uma mudança substancial nas instituições, ainda se segue estudando a subjetividade como se nada houvesse acontecido ou como se a mesma fosse imodificável

de cidadania.

Ao mesmo tempo parecem articular um duplo processo instituinte – instituído. Por nós estas instituições pré-existem “solidamente” ao individuo para que possa se formar como parte das mesmas: *“a instituição é o conjunto das formas e as estruturas sociais instituídas pela lei e os costumes: regula nossas relações, nos preexiste e se impões a nós: inscreve-se na permanência”* (Kaës, 1993: 45). Porém, pelo outro admitem igualmente processos de transformação: *“Não se trata somente de que a instituição tem que ser estável; o intercâmbio social e os movimentos que o acompanham exigem da sua função que ela o estabilize”*. (idem).

Deste modo provém um marco de segurança e cotidianidade no qual é possível reconhecer-se e orientar-se. Daí que é insuficiente descrever este tipo de instituição como depósito de aspectos sincréticos (Bleger, 1967) como se somente operasse num nível vertical. Existe também um nível horizontal, de laço social, pelo qual se constata uma regeneração permanente daqueles símbolos que fazem a re-instauração e conservação desse laço social.

Se existe algo que caracteriza o laço social é justamente sua durabilidade, tanto como sua capacidade de intersubjetividade. Enfim, as instituições da modernidade keynesiana implantam um laço social capaz de atividade transformadora sem que a mesma se semantize como catastrófica. Assim as instituições geravam mal-estar, mas o cidadão podia se reconhecer nelas. Talvez implicassem vínculos de ataque e fuga (Bion,1979) mas também um espaço de segurança o qual se poderia retornar:

A instituição tem que ser permanente: com isso garante as funções estáveis que são necessárias para a vida social e a vida psíquica. Para o psiquismo, a instituição está como a mãe, por trás dos movimentos de descontinuidade que instaura o jogo do ritmo pulsar e da satisfação. É uma das razões do valor ideal e – necessariamente- persecutório que assume tão facilmente (Kaës, 1993: 45).

Mas então, a suposta “eternidade” destas instituições não é apenas uma reação instituída à mudança. É também uma necessidade, uma ilusão eficaz. E

uma das palavras chave de seu funcionamento é *ligação*: a instituição liga, une, o que a princípio não se poderia re-unir cumprindo uma “promessa” de renovação e integração ininterrupta. Assim, como exige atividade psíquica, ela mesma não pode renunciar à ligação recente:

A instituição vincula, reúne y administra formações e processos heterogêneos: sociais, políticos, culturais, econômicos, psíquicos (...) grande parte das cargas psíquicas está destinada a fazer coincidir numa unidade imaginaria essas ordens lógicas, diferentes, e complementares, para fazer desaparecer os conflitos que contém (Kaës, 1993: 30-31).

Este modelo de funcionamento institucional remete a uma espécie de formação de compromisso, como uma meta – Eu negociador e articulador, que liga desde o conflito. Talvez por isso Bauman (1999) assinala como característica da modernidade não a presença de estranhos, senão a de amigos e inimigos, dentro de uma lógica de conexões e possíveis encontros.

I.7- Apresentação da problemática da cidadania

Provavelmente falar da Cidadania em geral ocupe a mesma ficção que falar Da Modernidade com a mesma amplitude. Distintos autores (Coutinho, 2000) (Vasconcelos, 1988) indicam que a problemática de cidadania é inseparável de um suporte histórico preciso, inscrito numa longa luta dos trabalhadores pelo seu direito a voto, políticas sociais, etc.

O que procuro destacar neste à parte é como, e desde seu contexto histórico preciso, a cidadania gerada na matriz keinesiana se enlaçava a um importante sentido de **promessa**, concretizável em maior ou menor grau, em distintas realizações. Mas por outro lado, este processo implica, além de posições políticas e econômicas, uma forma de subjetividade assentada na capacidade de mentalizar situações e pessoas em forma de opções e alternativas, e com aceitação das diferenças regidas pela lei: “O cidadão é o tipo de sujeito forjado por um Estado que enuncia que a soberania emana do povo (...) é um tipo subjetivo organizado pela suposição básica de que, real o potencialmente, a lei é a mesma para todos” (Lewkowicz, 2004: 57).

Este modelo keynesiano de cidadania se desenvolve no perceber ao outro como semelhante, um reconhecível, um – se assim quiser – “vizinho”. Implica além do mais, ao mesmo tempo ser percebido pela sociedade como um interlocutor válido, alguém que tem ou deseja ter, um lugar de integração na mesma:

O discurso da cidadania (...) tinha poder performativo não porque necessariamente na prática se concretizara o princípio de igualdade entre os homens, senão porque produzia interpelação, desejo de formar parte dessa ficção, desse universo de discurso, de valores, de princípios de práticas (Duschatzky, 2002: 82).

O “outro” enquanto “vizinho”, “patriota”, “amigo”, “colega” ou simplesmente como “interlocutor”, contextualiza um marco de diálogo, de valorização do intercâmbio que é também co-sustentador de diversos compromissos sociais, grupais e pessoais baseados numa sociedade de emprego e salário que ao mesmo tempo, buscava dissimular seus conflitos de classe:

A sociedade salarial é a formação social que levou a conjurar em grande medida a vulnerabilidade de massas, e a garantir uma grande participação nos valores sociais comuns (...) não a igualdade das condições, mas sim regulação dos conflitos; não igualdade das condições, mas sim compatibilidade das diferenças; não justiça social, mas sim controle e redução da arbitrariedade de todos os ricos e poderosos; não governo de todos, mas sim representação de todos os interesses, levados ao debate na cena pública (...) Está do mesmo modo na ordem da cidadania social (...) veículo concreto sobre cuja base se erguem os direitos e deveres sociais, as responsabilidades e o reconhecimento, ao mesmo tempo em que as sujeições e as coações (Castel, 1997: 456).

Como indica Castel, o capitalismo gera classes dominantes e classes dominadas, tanto como matizes e heterogeneidades que somente podem ser levados em conta se é assentada a capacidade de “reconhecer” ao outro em sua alteridade e singularidade. Esta disponibilidade ao “diálogo” e capacidade

de flexibilidade argumentativa, pode se relacionar ao que Macedo assinala como “razoabilidade pública” :

Os cidadãos liberais devem dar razões que sustentem suas reclamações políticas, no lugar de limitar-se a manifestar preferências ou proferir ameaças. Estas razões devem além disso ser ‘públicas’ no sentido de que devem ser capazes de convencer a pessoas de diferentes crenças e nacionalidades (Kymlicka-Wayne,1997: 23).

É desde esta perspectiva que assinalo que pessoa, Estado e cidadania parecem ser inseparáveis:

Desde a potência soberana do Estado, a sociedade civil se organiza segundo parâmetros jurídicos. As regras de convivência procedem de – ou são incompatíveis com - a organização jurídica da nação (...) A regra social é compatível com o corpus legal; a regra social se submete ao poder de punição do Estado (Lewkowicz, 2004: 192).

Ainda que Lewkowicz não o explicita, na realidade é o keynesianismo que consegue esta conjunção pela qual se geram:

Profundas transformações na estrutura do Estado e da sociedade civil (...) [se gera então um deslocamento](...) de uma parte o conflito capital/trabalho para a lógica da cidadania e dos direitos sociais, ou uma proeminência do eixo distributivo na luta de classe sendo seu maior foco o Estado (Vasconcelos,1988: 81-82).

Isso faz com que se efetive: *uma gradual e crescente valorização das prerrogativas e dos direitos da pessoa (idem: 82).* Esta valorização da pessoa, de seus aportes, de sua inclusão progressiva e indefinida no social forma parte do que chamo sociedade “ampla”.

Como se sabe, Marshall (1967) distingue três elementos dentro do conceito de cidadania: direitos civis, políticos e sociais. É interessante fazer notar que para ele estes direitos são progressivos e históricos. Primeiro surgem os direitos civis (século XVIII), logo os políticos (século XIX), e finalmente os sociais (no século XX). Esta posição é criticável como uma visão funcionalista que enfoca o câmbio de uma sociedade pré-industrial a outra industrial dentro

de uma perspectiva evolucionista (Vasconcellos, 1988). Por outro lado é necessário recalcar seus aspectos claramente utópicos¹³ e ingênuos no sentido de uma marcha irreversível da cidadania.

Do mesmo modo cabe assinalar que suas idéias expressam o consenso estendido da modernidade keynesiana de que os direitos sociais implicam a não-postergação e o *direito de participar integralmente na herança social* (idem: 27). Assim a transmissão gerencial e a biografia pessoal conjugam-se um tempo social-pessoal, que consolida a sensação de continuidade e entrelaçamento social: o cidadão é uma pessoa que pode ter a expectativa razoável de logros no seu tempo pessoal ,ajustados a um devir social que lhe garante direitos.

Dessa forma, Vasconcelos aponta que o desenvolvimento da cidadania neste sentido de promessa “*involucra a extensão de cada direito até incluir toda a população*” (op. cit: 91), como uma prática justa e razoável. No entanto, cabe assinalar que estes direitos não são “outorgados”, senão que devem ser também ‘conquistados’. Coutinho cita que: “*a generalização dos direitos políticos, até o mesmo nível do sufrágio, é o resultado da luta da classe trabalhadora*” (Coutinho,200:60) :

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de apropriar-se dos bens socialmente criados, de atualizar todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado (op.cit: 50-51).

Kymlicka e Norman indicam que existe uma verdadeira renovação do tema de cidadania: “*já que o conceito de cidadania parece integrar as exigências de justiça e de pertencimento comunitário que são respectivamente os conceitos centrais da filosofia política dos anos setenta e oitenta*” (op cit: 5).

Como seja esta “conquista”, ainda no seu nível mais apaixonado ou

¹³ “*Em muitos países europeus vários destes progressos recém ocorreram nos últimos cinquenta anos e freqüentemente em uma ordem inversa. E ainda na Inglaterra a evidência histórica fala de um ‘modelo de fluxo e refluxo’ mais que de um esquema linear*” (Kymlicka-Wayne,1996: 5-8).

agressivo, implica um sentido de pertencimento no sentido de que aquele que “interpela” por seus direitos se sente parte indubitável dessa matriz social “interpelada”. Sociedade e sujeito se refletem um no outro, de um modelo social que desde a modernidade keynesiana, preconiza e valoriza a capacidade de escuta e recepção. Matriz social que por sua vez se reconhece, como um eco resignificante, nesse sujeito que valida como “interpelador”. Desde essa perspectiva esta modernidade é indissociável de sociedade “integradora”.

Creio que a situação de cidadania conduz assim a relação que se estabeleça entre o instituído, e ao instituinte (assim: a cidadã se outorga ou se cria?). Mas se esta situação está necessariamente presente na construção de subjetividade, é necessário distinguir nela mesma também a dupla instituinte – instituído. Neste sentido sigo as idéias de Lewkowicz (2001) que sugere distinguir a subjetividade como dado instituído e a subjetivação como processo instituinte. A primeira se refere: “*à série de operações necessárias para ser parte de uma lógica. Vale esclarecer que não se tratam de meras operações exteriores para se introduzir nessa lógica, senão de operações que resultam do transitar essa lógica*” (Lewkowicz, 2001: 20). Ou seja, se trata das regras e das práticas que produzem subjetividade, dando lugar a dispositivos produtores do instituído.

Mas o sujeito é mais que a subjetividade que o produz (assim como a cidadania é mais do que a sociedade que a produz) e por isso Lewkowicz esclarece: “*de todos os modos o homem socialmente instituído não se esgota na figura visível delineada pelas práticas e os discursos que o instituíram*” (idem: 20). Com o que desenvolve uma sugestiva hipótese: “*não há marca que ao marcar efetivamente uma superfície em atividade, não produza além disso um excesso ou plus (...) é um excesso do instituído que não resulta assimilável ao campo do instituído*” (idem: 21).

Vale dizer: é um excesso do instituído que gera instituinte. Idéia talvez aparentada àquela de Foucault (1984, 1988) de que o poder necessita de quem lhe resista, o que termina por gerar sujeitos que não estão previstos nem são previsíveis no dispositivo instituído do poder. A “resistência” foucaultiana

recebe em Lewkowicz o nome de “revés subjetivo”, necessário para dar conta de um efeito decisivo: “*as mutações tanto do laço como da subjetividade socialmente instituída*” (op. cit: 21).

É a passagem de um esquema de causa- efeito a um paradigma que acomplexa pelo qual o sujeito não é, nem pode ser, igual aos dispositivos instituídos que lhe concernem. É sempre outra coisa que o projeto que pretendia desenhar ou que o atravessa. Esta alteração ou passagem do previsível a o imprevisível é chamada “*subjetivação*”: “*operação capaz de intervir sobre a subjetividade e o laço social instituídos*” (idem: 21).

A subjetividade instituída deixa marcas no sujeito, mas este, por sua vez, pelo revés da subjetividade, tem a possibilidade de estabelecer suas próprias marcas nos dispositivos de subjetividade que o instituem, ou seja no social.

Poderia se pensar que no mesmo momento em que o sujeito pode modificar a sociedade, é porque a sociedade em algum ponto já está se modificando, mas existe sempre um efeito não antecipável que implica e requer tolerância à mudança e a um imprevisível que se “descola” do seu instituído.

Desta maneira tem se insistido em que a cidadanização do sujeito tem a ver com a consolidação de espaços de participação, quer dizer, privilegiando estritamente um nível de leitura política instituída de cidadania. Porém a cidadania implica ademais em capacidade consolidada de mudança, herança e transformação.

Poder-se-ia debater se a cidadania se gera somente por um processo de conquistas dos direitos sociais, ou de outra forma que vai, além disso, por meio da articulação e mediação precisa entre construção da subjetividade e a dinâmica social (que é o que P. Aulagnier denomina *contrato narcisista*; Erikson, *moratória*, e Lewkowicz de *subjetivação*).

Sob a minha perspectiva, a cidadania não se constitui apenas na conquista de espaços (como alguém que avança ganhando terreno), mas também

implicam uma estrutura com diálogo¹⁴, reconhecimento e confiança (mesmo que pequena) dentro da sociedade keynesiana, onde a cidadania constitui o ponto de interseção entre aquilo que é transmitido e aquilo que é passível de transformação.

Portanto, não se trata apenas em “tolerar” socialmente a conquista de direitos justos, trata-se também da expressão das figuras de mediação que estabelecem pactos e contratos que convalidam uma política de intercâmbios, além da exigência de trabalho psíquico. Ou seja, a cidadania não é algo que repouse no plano da realidade “material”. Trata-se também da realidade “psíquica” e “vincular”, que pouco possui de ficção, e muito mais de uma ação operacional social (efetiva) de antecipação e disponibilidade dos locais sociais que por sua vez têm que ser transformados pelos que nele residam.

Dessa forma, suponho que o conjunto social cumpra a função de estrutura para uma rede de relações intersubjetivas que, por sua vez, influenciem a própria sociedade. Nesse contexto, os sentimentos de pertencer, reconhecimento e transformação se tornariam inseparáveis e por vezes (saudavelmente) indistinguíveis.

1.8- A cidadania e a adolescência

Brevemente apresentarei as idéias de Erikson (Maier, 1980), psicanalista americano, alto expoente de uma teoria psicológica sobre a cidadania na adolescência. Suas idéias se enquadram dentro de uma perspectiva muito clara da chamada *escola de psicanálise do Eu*, onde são apresentados postulados muito críticos que, com o passar dos anos, mostraram-se ser a síntese do que é a subjetividade¹⁵.

¹⁴ Como já aclarei não me refiro ao diálogo “liberal”, senão a um diálogo “keynesiano”, que não exclue contudo a persistência de distintas lutas sociais, mas sim um imaginário de espaços de negociação e encontro.

¹⁵ A perspectiva de Erikson tem seu suporte em uma psicologia cuja função é adaptacionista, secundarizando a existência do inconsciente e da pulsão, ademais de mostrar-se como uma sociologia funcionalista. O contexto norte-americano de sua obra acentua a marca a-crítica de uma sociedade capitalista opulenta à qual o indivíduo deve ajustar-se. Sua produção se incrusta então não somente no welfare state em si, senão em uma de suas variações históricas, diferente da européia que produz esta matriz psicanalítica que enfoca uma muito peculiar relação indivíduo – sociedade.

A premissa básica de sua teoria supõe que o indivíduo tem a capacidade inata de se relacionar harmoniosamente com um ambiente típico e previsível, descrição que se ajusta perfeitamente ao que se reconhece como cidadania: *“O indivíduo em desenvolvimento se esforça para atingir a unidade, depositando a sua confiança em um passado e um futuro contínuo, e identificando-se com ambos”* (idem:27)

Assim se estabelece uma integração plena do psicológico com o social, reunindo harmoniosamente interesses individuais, comunitários e sociais. Em “Youth and Crisis“, Erikson afirma: *“Não podemos separar o crescimento pessoal das mudanças sociais (...), também não podemos separar (...) a crise de identidade do desenvolvimento histórico, uma vez que os dois aspectos contribuem para a sua mútua definição, dependendo realmente um do outro”* (idem: 23).

Mas, por outro lado, a sociedade é tolerante e receptiva em relação ao indivíduo:

A preservação da inviolabilidade do indivíduo requer a confiança e o respeito da sociedade, e da cultura circundante (...) a perpetuação das instituições sociais exige o respeito e o reconhecimento correspondentes aos indivíduos que dependem dela. Por tanto, a inviolabilidade do indivíduo está garantida no seu mundo social.
(idem: 28).

Dessa maneira, a adolescência gira em torno de uma função yoica: a integração e um destino social: a cidadania *“como pessoa que se encontra definitivamente situada nos planos psicossocial, econômico e cultural. Ele percebe a promessa de um futuro mais amplo com a ajuda de uma identidade mais universalizada”* (idem: 68).

Assim, a adolescência é integrada a uma moratória psicossocial que reflete a postergação das obrigações autorizadas pelo social. Trata-se de moratórias institucionalizadas, tal como a educação prolongada, recrutamento militar e outros.

Uma moratória é um período de postergação concedido a alguém que

não está em condições de enfrentar certa obrigação, algo imposto a alguém que precisa dispor de tempo para fazê-lo. Aqui me refiro à postergação dos compromissos do adulto, mas não se trata apenas de uma postergação. Refiro-me a um período caracterizado por uma permissividade seletiva da sociedade (...); no entanto, também é um período de profundo compromisso (apesar de frequentemente transitório) por parte deste último e de aceitação cerimonial do compromisso por parte da sociedade. (Idem:69)

Daí nasce a tarefa do adolescente de resolver (com ajuda da sociedade) sua plena inserção na mesma. Para Erikson, em uma perspectiva fiel pertencente à modernidade, sociedade e adolescência se realimentam e se necessitam mutuamente. O que implica, além disso, confiança e compreensão entre ambas.

Ainda que a moratória seja apresentada como a contrapartida da confiança, cabe perguntar-se se, definitivamente, a moratória não é uma construção (simultaneamente ficcional e ilusória) para consolidar uma estrutura de “entrada” à cidadania. Por outro lado, também reflete uma teoria implícita a respeito da sociedade. Ela se refere a um Estado Keynesiano (Vasconcelos, 1989) que alberga, integra e inclui.

I.9- A família, o paterno e o amparante

Giddens observa que a experiência diária de segurança se remete a “*certas experiências típicas da infância*” (Giddens, 1997:92), relacionadas a sentimentos de “confiança básica”: “*a confiança não só implica que nós aprendemos a confiar na equidade, igualdade e continuidade dos agentes externos, mas também que nós “podemos confiar em nós mesmos”* (Idem:94).

Esta confiança se relaciona à experiência dos pais que amparam capazes de cuidar e proteger. O que, além disso, inclui o social. Se o filho aprende a ter confiança em seus progenitores, é porque, por sua vez, confiam em seu entorno e vice-versa. Trata-se, então, de uma estrutura de continuidade entre o familiar, o social e o subjetivo – relacionados intimamente entre si – pelo qual

se estabelece um marco de confiança, experiências de segurança e reassseguramento.

Essa conjunção especial é a aquisição e expressão da modernidade, da qual uma das maiores articulações é a conquista da “confiança básica”. Giddens (1997) relaciona explicitamente esse processo à qualidade e ao tipo de cuidado que dá suporte às necessidades individuais da criança. Cuidado que, concomitantemente, expressa determinados valores e códigos culturais reproduzidos e valorizados.

Por tanto, uma condição para existir a confiança básica é que deve haver um sentido de integração entre os pais e o social, ou dito de outra maneira, entre os pais e o adulto que existe nos pais. A transmissão de determinados modelos de paternidade e maternidade refletem procedimentos firmes e sólidos do que é ser adulto sob a visão de uma sociedade keynesiana. Os pais que ensinam a “confiança básica” são pais que estão orgulhosos de sê-los.

Daí a necessidade de ter em vista essas estruturas sociais que dignificam o adulto que existe nos pais para, assim, viabilizar tal sentimento. Sendo assim, educar é transmitir sociedade mediante uma atividade no qual o adulto possa identificar-se e dignificar-se. Ser adulto, educar e estar integrado na sociedade é uma tríade que se retro-alimenta.

Parte da humanização do pai consiste na sua transição para uma realidade emocional nos seus próprios termos, dentro do movimento que o desloca do espaço do trabalho para a vida familiar (...) A relação da família com o pai – outro e a natureza de sua transformação em paizinho têm uma considerável importância psíquica para a criança em crescimento. Até certo ponto é uma tarefa reparatória essencial para a relação da criança com a realidade (Bollas, 1991:207).

É transmitido, nessa dimensão de orgulho, o vaivém do lar-trabalho, uma educação precisa e a segurança redobrada que a sociedade contém o que é adulto tanto como ele contém o que é infantil:

Ele [pai] reveste-se dessa lei do tempo, a que afasta e separa os membros da família do espaço familiar. Os que vivem em tempo de

arar, vêem-se transportados a outro lugar, ao mundo do trabalho e das obrigações (...). O retorno do pai do trabalho, portanto, é um momento intrapsíquico complexo para a criança que o espera. Para a esposa que talvez deva percebê-lo, e mesmo para o homem (...). Sem dúvida, toda criança consegue perceber que existe um mundo que produz a sua história, que caminha a seu próprio tempo, além das paredes do lar (Idem:218).

Ou seja, os filhos não são criados apenas por narcisismo, mas também porque se acreditam que alguma coisa do que é transmitido servirá para a sua vida e seu futuro. O familiar passa a ser uma vertente do contrato narcisista, capaz de antecipar e catectizar um futuro possível, outorgando em um sentido de coesão e unidade.

Giddens (1997) destaca a importância da unidade primária pelo qual o núcleo familiar não é em si edípico, mas uma linha de pensamento mais propenso a brindar um modelo de integração psicossomático e social. Em todo caso, não é o Édipo da rivalidade, mas um Édipo a partir da cooperação integracional (Kohut, 1982).

A partir dessa perspectiva, o que prevalece no vínculo familiar são as experiências reais, e não fantasiosas, por meio do qual a criança se apodera da educação paterna como uma versão dos sistemas experientes. Ao mesmo tempo, a ausência dos pais não é vivenciada como uma catástrofe, porque sempre há entre a criança e os pais um “espaço” para o sentimento de confiança básica.

Esse espaço potencial “se refere à capacidade que a criança possui para tolerar o afastamento de seu de quem cuida” (Giddens, 1997: 95). O “potencial” como agente operacional subjetivo e vincular se enredam à família nuclear e é consequência do fato de que, desde a modernidade, subjetivamente deve-se negociar o acontece de fato: o afastamento dos pais não implica em sua extinção. Isso é produzido por rompimentos que Giddens não adverte. Em primeiro lugar, as crianças são educadas tanto no plano social (a escola) como no plano familiar e, em segundo lugar, ocorre um o afastamento entre o espaço

familiar e o espaço da produção e do trabalho.

No medievo (Ariès-Duby v. II, 1990) o espaço do lar também era o espaço da produção econômica e da educação, fato que é desassociado e deslocado na modernidade. Daí o fato de que na construção da subjetividade o espaço potencial ou transacional (Winnicott, 1979) busca resolver a ausência paterna como retorno potencial. Ao mesmo tempo, ocorre uma homologia fundamental entre o lar-espaço fechado e a subjetividade – também espaço fechado. O ir e vir, o sair e o entrar, recepcionar e transformar complica o psiquismo ao mesmo tempo em que dá sentido aos movimentos familiares. Não é à toa que Winnicott (1972) assinala como índice de saúde mental a capacidade de estar a sós, revelador do núcleo do desenvolvimento psicológico quanto à confiabilidade, assentado na certeza de quem o cuida retornará.

Então, a família nuclear é mais do que uma simples divisão de papéis entre o pai, a mãe e os filhos. Implica em uma operativa de espaços e tempos, apontando os tipos específicos de subjetividade. O protetor experiente não é somente aquele que cuida, mas também é aquele que garante as condições de sobrevivência. Demonstra que, entre o lar-sociedade e subjetivamente, há integração assim como também diante de sua ausência pode-se manter a esperança de seu retorno (isto é, que é previsível) (Giddens, 1997).

Esse sentido de esperança é fundamental e indissociável da confiança básica. Concluindo, acredito que aponta para a consolidação psíquica, no entanto surge como marco de integração para pensar. (Bollas, 1991). Winnicott assinala: “ *O bom cuidado produz um estado das coisas em que a integração começa e se converte em um fato e já existe em uma pessoa*” (Winnicott, 1979: 141). Dito de uma outra maneira, o cuidado paterno – materno “suficientemente bom” é aquele que não permite que surja em primeiro plano aquilo que geralmente permanece difuso, destacando-se, ao contrário, estruturas sólidas: o verdadeiro self, o sentimento de segurança, o estado de integração e continuidade.

Essa zona mental associa-se a uma capacidade de mentalismo ou função reflexiva, que demonstra a compreensão da conduta de si mesmo e dos outros

em termos de estados mentais. (Fonagy, 1999, 2000). Apego garantido que reflete a capacidade dos pais em observar a mente de seus filhos, facilitando a compreensão geral que eles têm do mental. Assim, sugiro re-pensar a “confiança básica” como instauração de esses processos que Green chama de terciários (Green, 1984), pelos quais teoriza como fundamental ao psiquismo a capacidade de instaurar processos de ligamento e desligamento, mais que o reprimido em si ou o reprimido trazido à consciência.

Os pais, por meio da função reflexiva, transmitem dois legados. Primeiro, as coisas podem ser pensadas e solucionadas. E, segundo, que essas coisas pensadas e solucionadas podem ser realizadas pela mente da criança. Dessa maneira deposita-se confiança na criança¹⁶ ao mesmo tempo em que se transmite o consenso de um contexto social estável, imprescindível para que as coisas adquiram um sentido e uma racionalidade. Desta maneira, os pais geram preexistência e valorização ao pensamento. *“Nenhum pensamento é possível sem a preexistência de outros pensantes, e de formações coletiva anteriores ao sujeito”* (Kaes, 1994:71).

Dessa maneira espera-se que a criança assuma responsabilidades de maneira gradual, podendo se inquietar e se preocupar pelo seu ambiente (Winnicott, 1979). Inquietude que retomo no sentido de poder explorar coisas novas e definitivamente instaurar, do que denominei em outros trabalhos de, “inquietude”, que também vem a partir do outro, tal como assinala Giovacchini (1989), se a mãe tem a capacidade da inquietude pelo seu bebê, o imprimirá como outro do qual tolerará seus próprios processos transacionais¹⁷.

Podemos pensar que as técnicas adequadas de cuidado instauram definitivamente sem dúvida capacidades que permitem conseguir autonomia, segurança em si mesmo, a capacidade de estar a sós, isto é, traços psíquicos que permitirão a inserção do processo de cidadania com seu jogo interno de direitos-obrigações, limites e permissões. Assim, como na cidadania, se

¹⁶ Para Fonagy a capacidade reflexiva surge como um produto das interações concretas, mas estimo que é também imprescindível que a família antecipe (Aulagnier, 1975) que a criança será capaz de mentalizar.

¹⁷ Dito de outra maneira: se opõe a vínculos de fusão endogamizantes .

exprime a temática do interlocutor-vizinho, na origem do pensamento se exprimirá o do seu semelhante-irmão (Kaës,1994).

Para tal, a criança precisa usar “cruelmente” o objeto (Winnicott, 1979), ou seja, usá-lo de forma desmedida, mantendo ao mesmo tempo uma relação calma e tranqüila com a mãe - meio ambiente. Lyons-Ruth (2004) assinala como a indisponibilidade emocional dos pais gera vulnerabilidade emocional. Esta disponibilidade emocional se relaciona ao fato de que a mãe deve estar disposta a ser mãe e ser usada de maneira irrestrita como tal e, ao mesmo tempo, também ser irrestritamente reconhecida socialmente como mãe – adulta, e não desqualificada como tal.

Mas é possível pensar outro aspecto do intercruzamento entre a organização social e a organização familiar. Refere-se à proibição do incesto, e também à proibição do parricídio. Esta “proibição maior” (Kaës,1995: 345) assegura o devir das gerações e o sentido de porvir, e inaugura a idéia de transmissão, de descendência e da lei como regulador essencial.

Dessa maneira, configura-se um ideal comum e compartilhado: a passagem da família de origem a uma família de destino, e a partir da subjetividade, a solidificação da ambivalência como base da estrutura emocional.

O pai clássico aparece, assim, como regulador dos desejos e designado como representante “rotulado” da lei (Aulagnier,1975), expressando um isomorfismo entre a lei simbólica e a regra social: “ *como a capacidade de fazer laço (...) desejamos uma associação com os outros que faça possível espaços de humanidade*” (Kaës,1994: 193).

Dessa maneira, o complexo de Édipo passa a ser um organizador onde se estabelecem as diferenças dos sexos e das gerações, mas também as diferenças temporais e subjetivas: a mãe associa-se às as origens, o narcisismo, o passado, enquanto o pai associa-se ao objetal, o futuro e à sucessão (Aulagnier,1975) ¹⁸. A mãe precisa – nesse imaginário – garantir origens e embasamentos, e o pai, um futuro e uma saída *exogâmica*. O

¹⁸ Não deixo de perceber os preconceitos de gênero que implicam esta forma de apresentar as coisas por parte de Aulagnier.

resultado da ameaça de castração implica sair da imortalidade do narcisismo primário para a mortalidade do narcisismo secundário, como forma de reconhecer-se dentro de uma cadeia causal. Condições que, se cumpridas, permitem alcançar um lugar social reconhecido e a ideais compatíveis.

Assim, Édipo, estrutura reflexiva e com capacidade de intercambio, unem-se quando:

Aceita que o outro não somente deseje ele (a criança, mas também a um terceiro, se é desejado ainda quando não é o único, se o deseja por algo e ao terceiro por outra coisa (...)) a passagem de uma lógica de exclusão a uma de conjunção – eu e o terceiro – não é uma mera questão de evolução garantida pelo passar do tempo... o contexto intersubjetivo no qual se desenvolve o sujeito, as mensagens do outro significativo, as experiências de afastamento, preferências e temáticas produzem a sua marca neste sentido (Bleichmar,1981: 11).

Origina-se, pois, um processo (Kaës, 1995) de sinalização psíquica e renovação social por meio de ideais que pertencem ao grupo, mas que também representa um emblema de pertencer ao grupo. Se a angustia que aparece com o narcisismo primário é angustia de desamparo (Bernard, 1991), dirigido ao um ideal, é angustia de designação. O sujeito escolhe para si mesmo determinados valores (através do sEu ideal do Eu) para sentir-se fazendo parte de um conjunto; *“através desta operação o sujeito assegura-se da continuidade, da unidade, e do valor do seu Eu”* (Kaës, 1995: 349).

Por meio do ideal do Eu o sujeito exige sua determinação como seu representante, em um contrato que assinala lugares preestabelecidos e preservados, mas renovadamente significados como forma de poder entrar em um discurso simbólico. O Édipo, então proíbe, mas liberta (Laplanche, 1980), restringe, mas habilita, marca, mas estrutura, assim reabre a cadeia dos intercâmbios que vincula a família ao social e vice-versa. Desta maneira, assegura uma continuidade entre as famílias, mas descontinuidade a respeito da própria família. Daí a lei de castração aparecer como *“fenômeno libertador”*

(Laplanche, 1980:155)¹⁹.

Mas, para que a ameaça de castração – eixo central do Édipo – faça efeito, tem que existir um pai forte, um pai capaz de levar adiante essa ameaça. Igual à confrontação de Winnicott (1972), o Édipo requer lugares diferenciados entre filhos e adultos, ou melhor dizendo, adultos que querem ser adultos e não crianças. Descansa, assim, em uma singular estruturação os papéis geradores e familiares.

A opção civilizadora da modernidade passa a renunciar à mãe, ou colocar a mãe sob um lugar do que é proibido e passar a outro objeto feminino. Renunciar ao que é materno para entrar ao que é feminino. Mas esta situação é possível de ser lida também sob coordenadas especiais e temporais, uma vez que diz respeito a “romper” o espaço do que é materno para entrar na dimensão do que é temporal-biográfico paterno. Essa “ruptura” e clausura de um espaço é a forma possível de caracterizar a proibição do incesto, enquanto que se “abre” a dimensão temporal da subjetividade.

Ao contrário, na medida em que a dimensão temporal da subjetividade está “obstruída”, o que se sobressai é uma patologia do anterior, do passado, do materno como um espaço em que sempre se reproduz a si mesmo em oposição ao futuro e ao porvir. Essa situação intolerável para a modernidade recebe, a partir da subjetividade, o nome de compulsão de repetição, enquanto que o porvir é denominado de “limite”, “barreira” ou “obstrução do desejo”

Então o Édipo não é igual à família, mas uma figura de mediação entre o familiar e o social. Afirma e consolida, como aparente situação de incesto, o sentimento de que a família está em perigo de máxima saturação (que aparece no imaginário como processo de auto-intoxicação), impondo-se como imprescindível passar a constituir outra família. Observa-se nesta lógica uma intervenção social interessada em controlar o excessivo da família percebido como perigoso para a modernidade (Áries-Duby, v. VII, 1990).

Não é em vão que o fim do Édipo – a latência, a entrada na escola – tem a

¹⁹ Em tal sentido me pergunto : o que pode compreender uma criança do Édipo? Não creio que seja da ordem da compreensão o que está aqui em jogo. O Édipo é um” sabido não

ver com a institucionalização da criança. Em nível mental se constata que existe algo além da sua família: o social. Que o social apareça simultaneamente na forma de companheiros de classe – o fraterno – e com os mestres – o vertical – não impedirá de ter conseqüências subjetivas, tal como explico em outra publicação (Klein,2002).

A criança compreende, assim, que a sua família já não é mais o corpo absoluto que ele demandava e que existem outros corpos e outros espaços. Então, já não basta dizer que a passagem do que é materno para o que é feminino corresponde à clausura do que é espacial-familiar para passar à temporalização. É necessário acrescentar que esta clausura habilita a passagem a um espacial-temporal-institucional.

A certa altura o Édipo implica os pais, mas também seu desaparecimento. Está sendo veiculado pelos pais (Laplanche, 1980) mas para garantir sua desativação como figuras significativas como forma de implementar valores sociais (Aulagnier,1975). Desaparecem, mas ressurgem fantasmagoricamente em nível de intercâmbios da criança futuro-adulto com outros adultos-prováveis-prometidos. O sentido de porvir augura o intercâmbio.

Até certo ponto os pais se “imolam” ao Édipo, convencidos e identificados a valores sociais da modernidade keynesiana que fazem imprescindível a garantia do porvir e do futuro. Do contrário, se o que é familiar predominar sobre o edípico, implica que o sentido de nostalgia e insegurança prevalecerá sobre o de segurança e confiança básica.

A ameaça de castração é em Freud (1924) um “não te deitarás com a tua mãe”, em Lacan (1979), “não reintegrarás teu produto” e em Berenstein (1981), a partir da teoria das configurações vinculares, “não retornarás a quem foi teu provedor”. As duas primeiras enunciações são insuficientes porque não dão conta claramente da lei a partir dessa modernidade, a que não é tão somente proibição, mas também regulação e habilitação. A lei como forma de intercâmbio e regulação se aproxima mais do ponto de vista de Lacan (1979), o qual indica a “não reintegração” em direção à mãe, o que implica que não

pensado” por excelência nos termos de Bollas (1991).

existe nenhuma maneira de que o filho a complete e, por sua vez em um determinado momento, a mãe já não deseje o valor fálico com a qual ele têm garantido o passado ao objeto genital.

O filho passa a ter identidade própria, amparado no social que se manifesta como a lei em torno de um pai simbólico. Assim a lei (social e da modernidade) é recolocada a partir da família, mas que retorna finalmente para a sociedade. Plena de poder, a família termina sem poder: *“a mãe perde a sua identificação com a lei, com ser aquilo que a dita, a lei como entidade além de uma personagem fica instaurado, por isso pode-se dizer que o pai simbólico é o formato da lei”* (Bleichmar, 1982: 79).

Mas se alguma vez houve um pai simbólico, é porque não é simples “representante”, também é “delegado” e “testa de ferro”, com plenos poderes enquanto ocupa um lugar de “adulto” respeitável. A psicanálise às vezes se esquece que um adulto não é em si mesmo uma figura imutável e que não sofre mudanças. No momento em que a mãe-pai diz “existe uma lei que é externa a nós” é o momento correlativo no qual se subentende; “somos adultos e como tais sabemos que a lei em si é sempre externa”.

É uma ação de estrutura em relação a posições e lugares, que implicam para o adulto também intercâmbio, no entanto, existe um prazer libidinoso e social em ser adulto, o que facilita a “renuncia” ao filho como objeto onipotente. As insígnias do que é paterno têm que ser providenciadas e “reconhecidas” pelo social, no entanto o autorizam a se proclamar como parte fundamental do ideal social.

Os pais tanto no início como no fim do Édipo, mantêm – se espera que mantenham – intacta a sua condição de membros plenos e dignos de uma sociedade.

O pai e a mãe fundam, a partir da modernidade – uma distribuição especial entre o interno e o externo. O “externo” é um trabalho paterno, e o necessário esforço de labora, mas também o perigo e o imprevisto. O “interno” é o lar, o lugar de moradia, os sonhos e a proteção. Em casa permanece a mãe e o que é reconhecidamente seguro:

O pai vive, ou assim lhe parece, em uma ordem de tempo diferente, tato que o poderíamos chamar de tempo paterno para distingui-lo do tempo materno. Tempo materno: 1) atemporal 2) instintivo 3) eterno 4) íntimo. Tempo paterno: 1) tempestivo 2) social 3) mortal 4) impessoal (Bollas, 1993: 216).

Em resumo: é a divisão entre o espaço do refugio, da proteção e do cuidado, e o lugar das obrigações e os “tormentos”. O pai especializa-se, então, no temporal e a mãe no espacial. A mãe delimita os espaços de dentro e fora, o pai delimita o tempo da ida e da volta, do sair e do retornar. Ambos se conjugam em uma sensação de estabilidade, de progresso e de conforto. A corrente de transformação que faz com que o pai saia e volte, pressupondo-se que os adultos estão orgulhosos de ser adultos. O pai sai e volta com o sustento, porque é um trabalhador cuja qualidade como tal está garantida por ser adulto.

Mas tanto o pai como a mãe é representante do mundo social. A lei-inscrita tradicionalmente ao pai não representa todo o mundo social, mas uma parte dele em relação à forma de intercâmbios. O social, em relação ao materno, também é o que Giddes formulou em termos de “confiança básica”.

A problemática das descontinuidades espacial e temporal inaugura o que, em nível subjetivo será o espaço transacional, em tal alternância que negocia entre presenças e ausências. Assim, o pai está ausente, mas sempre voltará o que expressa uma estrutura de “promessa”. Porém, esclareço que se ele mesmo se apresenta seguro como “adulto” não será por isso que deixará de se mostrar vulnerável. É o que diferencia o pai real do Pai de Horda (Freud, 1013).

Desde o pai, o social aparece para a criança como um espaço outro, aparte, e misterioso (Bollas, 1993). Um espaço que pode “devorar” o seu pai e não devolvê-lo nunca mais. É uma questão a ser sublinhada porque não adscrevo à teoria do “matrimônio consumado” entre o paterno e o social. Mas não porque essas estas “rinhas” sejam patológicas. Pelo contrário, acredito que revelam

pontos de “fratura” nas figuras de mediação devem, imprescindivelmente, o tempo todo, se reformular para garantir a passagem de um espaço transitoriamente ameaçador e incompatível, para uma reorganização temporal que assegura um equilíbrio homeostático ente o social, o familiar e a subjetividade.

I.10- Adolescência e modernidade: um frutífero encontro

Para as mentalidades do início do século passado, o adolescente era produto de um espaço sexual, se entender como tal uma sexualidade masturbante nociva e debilitável (Barrán, 1991).

A importância que o corporal e o próprio espaço vão tomando em uma cultura e a sociedade do início do século XX, propiciaram aquilo que a própria sociedade faz queixa: o onanismo. De qualquer maneira, a mesma sociedade “alimenta” os monstros de seus pesadelos: *“A nova solidão do leito individual conforta o sentimento da pessoa, favorece sua autonomia (...). Mas os médicos deploram uma coisa: o prazer solitário sai favorecido* (Ariès-Duby, v. VIII, 1990: 142).

Trata-se também de um mal entendido e um desencontro. Enquanto o discurso médico apresenta à sexualidade como *“uma força necessária para a reprodução da espécie”* (idem: 231), o adolescente, cada vez mais auxiliado pelo discurso romântico, a reivindica como elemento de sentimento e paixão. Forja-se um Eu de sentimentos que guiam a aparição de formas inéditas de sensibilidade em torno da espontaneidade (idem), e que insiste em emancipar-se de controles e disciplinar, buscando outorgar “legitimidade” ao espaço interior.

Ao mesmo tempo, sexualidade, adolescente e fragilidade emocional aparecem cada vez mais associadas ao imaginário da década de novecentos. Rapidamente, o mesmo é acusado “desperdiçar” energias com a masturbação e o sêmem, repreensão que revela uma realidade social onde o adolescente gera medo quando se converte no representante de mudanças sociais e movimentos revolucionários incessantes (idem).

Uma forma que sugerida para atenuar o “revolucionário” do adolescente, é torná-lo transitório. A adolescência, então, se solidifica como uma etapa etária e, portanto, transitória. Desta maneira, se a “desordem” social que instaura o adolescente é inevitável, pelo menos passa a ser acotado e limitado no tempo. Dessa maneira se gera o consenso (e a tranqüilidade) de que a adolescência é uma porta de entrada à cidadania, porém mantendo marcas claras do seu término. A “desordem” se “ordena” e se reinstaura a normalidade subjetiva e a tranqüilidade social. Esta passagem: adolescência – maioridade se transforma em algo necessário, esperado e facilitado (Klein: 2002).

Sugiro que se trate de um enlace entre a *adolescência* como um espaço cíclico que da desordem passa à ordem, e o *adolescente* como função linear que assegura a transformação do jovem em adulto.

O adolescente (ao transformar-se em adulto: a função) permite colaborar, tranqüilizar, assegurar a barbárie, o descontrole, o irracional (o espaço) não sejam mais que uma etapa transitória e não perigosa²⁰. A adolescência (como espaço catectizado) e o adolescente (como sujeito que se apodera de si mesmo) se unem transformando-se em indistinguíveis.

O conceito da desordem necessária para a restauração da ordem permanente, enfoca o imaginário intrínseco do adolescente na modernidade, onde quebrar as regras, tanto como deslocar-se nos limites do tolerável, gera um movimento de contradição permanente (Ariès-Duby, v.VIII, 1990).

Mas cabe pensar que a adolescência se torna não tanto contradição, como assinalam Ariès-Duby, senão, melhor falando, em paranóia. *Trata-se desde ali de uma adolescência que oscila entre o homeostático e o anti-homeostático, entre o messianismo e a transgressão.* A adolescência que desde a barbárie, o irracional, o descontrole (a *transgressão*) permite e assegura a “restauração” da civilização, a urbanidade e as boas maneiras (o *messiânico*), como o desenvolvimento em uma obra anterior (Klein, 2002).

²⁰ Todas estas idéias e as seguintes estão melhor desenvolvidas e ampliadas em uma publicação prévia onde analizo exaustivamente a relação entre modernidade e adolescência (Klein, 2002).

Ao mesmo tempo, tanto é um lugar da perda, do resgate, do irrecuperável, da economia anti-homeostática, como de um campo de experimentação sobre como deter essa perda e o desgaste (economia homeostática), evitando a perda irreversível de energia e a entrada do mundo na era da obscuridade e da apatia.

Consolidou-se, assim, uma espécie de contrato curioso entre a modernidade e o adolescente. A modernidade “criava”, mantinha e dava garantias à adolescência e, em troca, ela adquiria condutas e funções que lhe asseguravam a perpetuação da sociedade. O adolescente perfilou-se preferencialmente nos espaços de “passagem” entre o dentro e o fora, entre a família de origem e a família que fundará, entre o passado e o futuro, entre endogamia e exogamia.

Através desse espaço de borda se mantinha a ilusão de que a sociedade era capaz de se automanter, autogerar, de se renovar permanentemente. A modernidade recebia um enriquecimento a fazia renovar-se ciclicamente.

Não é por acaso que muitas das metáforas que se têm estudado, a adolescência faz referência a “segundo nascimento”, metamorfose, “segunda oportunidade”, “renovação”, ou outras, aludindo a uma sensação de esperança e nostalgia. “Os jovens são o nosso futuro”, exclamavam, por meio de uma frase que se perpetuava e recebia consenso social.

A adolescência inaugura-se assim, dessa forma, sustento da sociedade. Por este consenso os jovens recebiam a garantia de trabalho, inserção social, um projeto de vida e dando um sentido ao decorrer das gerações. Este “curioso” contrato era uma aposta à vida, à ligação, à reciprocidade e ao resguardo do contrato narcisista (Aulagnier, 1975), que mencionei oportunamente.

Ainda assim o imaginário da modernidade em relação ao adolescente não tem sido unidirecional, manifestando três grandes grupos de imagens ao redor daquele:

- O adolescente em perigo e quase esquecido;
- O adolescente perigoso e transgressor;

- O adolescente fascinante e sedutor;

Tanto quando quase enlouquecido é associado à mercê de algum perigo que o subjuga e seduz. O adolescente nada pode fazer frente a si mesmo. Ou por ignorância ou por maldade. Às vezes vicioso, às vezes incauto este imaginário reclama que sejam implantadas medidas enérgicas contra o vício e a corrupção que ameaça o jovem. Antes a masturbação, hoje a pasta base, a gramática do imaginário é tão similar em seu drama de uma vítima inocente ou um corrompido sem salvação, impondo graus de irracionalidade e alarme, que não pude deixar de lembrar no compulsivo de certas imagens sociais.

Pelo contrário, o segundo tipo de imaginário já não o aloca como um ser em perigo. Agora ele se tornou perigoso. O romântico ou contestatório; o revolucionário ou ressentido, já não reage ante ele com bondade ou sabedoria, mas com sanções, disciplinas ou humilhações. No último caso o adulto sente-se confuso ante um adolescente que o lembra de verdades essenciais pelas qual o adolescente passa a ser o protetor e preservador de nossa sociedade. Guardião moral da sociedade guarda seus valores mais puros, sacros e exemplares, denunciando a “hipocrisia” e as “renúncias” morais dos adultos.

Diferentes filmes refletem este imaginário. Em “Rebelde sem causa” (1955), o adolescente confronta a hipocrisia. Em “A laranja mecânica” (1971) é um sádico e perverso. Em “O graduado” (1967), é um ser ético e puro. E é especialmente representante de uma nova era em “Woodstock” (1969).

O terceiro grupo de imagens faz alusão à adolescência como um bem cultural comum dentro da chamada “adolescência da sociedade”. A juventude se democratiza se faz um imperativo e um dever. Em geral a sexualidade que detêm agora aparece reconciliada com a administração burguesa da vida. Uma sexualidade onde a introdução do “casal” consolida, entre o homem e a mulher, uma sexualidade igualitária, simétrica, ecológica. Imitado ou invejado, o adolescente passa a ser o parâmetro de avaliação de belezas, êxito e prosperidade. O jovem é fator de velocidade, adaptação e rendimento. Valores de uma economia de mercado.

I.11- Descrição da adolescência a partir da psicanálise

Para Giddens, a importância da psicanálise reside no fato de que *“proporciona uma panóplia e um rico acervo de recursos conceituais e teóricas para a criação de uma narrativa reflexivamente ordenada do eu pessoal e da identidade pessoal”* (Giddens, 1995: 39).

A partir desta perspectiva, a psicanálise é indissociável do projeto funcional da modernidade. No caso da psicanálise de adolescentes, esta observação é certa: provê de imagens com as que a adolescência é pensada assim como garante a educação disciplinadora do sujeito adolescente por meio da teoria pubertária.

Mas, apesar desta forte presença do social na psicanálise de adolescentes, seus autores têm buscado, pelo contrário, construir um “adolescente-típico” sem marcas sociais nem referências culturais. Contudo, é possível encontrar uma oscilação notável na bibliografia consultada que vai desde modelos ultra simplificados a outros que dão conta de uma diversidade de matizes interessantes, com qual poderia se dizer que não existe “a” teoria psicanalítica sobre a adolescência.

Como desenvolvo em outra publicação (Klein, 2002), a posição de Erikson (Maier, 1980) – por exemplo – é inconciliável com a de Aulagnier (1991). Um preocupa-se com os processos de adaptação e de “boas-vindas” do jovem à sociedade; a outra preocupada por estabelecer um fundo de memória capaz de outorgar identidade e continuidade psíquica. Assinalaria distintas vertentes dentro dos autores estudados: Winnicott (1972) contribuindo com uma visão sociológica do adolescente, Erikson com uma visão adaptativa, Blos (1978) com uma visão desenvolvimentista, Dolto (1990) com uma visão antropológica, e Aulagnier (1991) com uma visão historicista no qual o adolescente é um “historiador”, o narrador de sua própria história. Para Urribarri (1990) o jubilo redimensiona o adolescente enquanto que para Kancyper (1992, 1991) não há adolescência sem pulso de morte, ou seja, não há adolescência sem um “desgarre” do corpo narcisista familiar.

Destaco como original a perspectiva de F. Dolto (1990). Nem sempre se

coloca do lado do adolescente nem da sociedade. Com inteligência, aponta as conseqüências da existência dos ritos de passagem, vazio exasperador e ambíguo a partir do qual se desarticulam deveres e obrigações entre o adolescente e a sociedade. Situação talvez premonitória do que desde o neoliberalismo denomino *descontratualização social generalizada*.

O próprio Freud (1895, 1905) reúne diferentes perspectivas: desde a caracterização do “*nächtraglich*” adolescente como espaço de subjetividade que dá lugar ao inédito e que reestrutura, até a puberdade como simples controle pulsional, sua posição é ampla e em alguns momentos contraditória. No esquema que Freud (1905) apresenta em “Três ensaios de uma teoria sexual”, a puberdade se mostra como uma fase de conformação definitiva do que é a personalidade. Essa obra delimita claramente o que é infância, o que é puberdade, e o que é o adulto, delimitando tarefas em relação a elas.

Assim, a infância aparece como a idade da anarquia pulsional, onde cada pulsão “vive” independentemente uma da outra. A fase adulta, pelo contrário, é uma etapa de responsabilidade onde não é coincidência que as pulsões parciais passem a subordinar-se à pulsão genital, ou seja, à reprodução.

O infante aparece caracterizado como uma fase de retraimento, enquanto que na do adulto implica coletivização. Desde o perverso polimorfo ao adulto genitalizado neurótico se descreve um processo “natural” que vai do desintegrado ao integrado. É uma psicologia evolutiva que descreve a irreversibilidade da conversão do adolescente em adulto, retomando o esquema anti-homeostático - homeostático da modernidade.

Freud está pensando desde e para uma sociedade adultocêntrica e falocêntrica onde a sua descrição e ajustava fielmente ao programa da modernidade que se propunha “domesticar” o rebelde, mas sem o anular. Por isso, a partir deste imaginário surgem frases como: “já vai melhorar”; “Não é nada bom, mas é adolescente” ou a famosíssima: “tenha paciência com ele porque está com os hormônios alterados”, apresentando o que se supõe ser

uma etapa de caos que será sucedida pela lei e pelo acato²¹.

No caso de Hanna Freud (1885) não aparece a diferença genital – pré-genital, mas o Ello *versus* o Eu, de forma tal que interessa marcar o ponto em que é impossível voltar ao que é adolescente. Para isso, gera ao redor do que é adolescente, uma cena temida desde a modernidade: a loucura. Não há nada mais eficaz, como ela faz, que assinalar que o fracasso na passagem para o adulto significa enterrar a loucura, como para que ninguém tenha vontade de continuar sendo adolescente mais tempo do que é necessário. Impõe-se, pois uma passagem do Ello – adolescente – ao Eu – adulto representante dos valores importantes para a modernidade: seriedade, raciocínio e senso comum.

Renova-se dessa maneira o imaginário do adolescente como ser em situação de perigo e precariedade, o que tem que estar controlando. Se o sócio fundamental para o adolescente a partir de Freud é o processo de integração pulsional ou libidinal, para Hanna Freud é com o passar do tempo que se restabelecerá a harmonia egóica desde que haja uma tolerância firme. Na realidade é uma tolerância frente ao Eu e uma firmeza frente ao Ello.

Acrescento uma observação ousada à obra dessa autora, consciente que talvez me afaste do tema em questão. Ela se refere ao fato de que na época em que a autora escreve suas primeiras obras sobre a adolescência se consolida a ascensão do nazismo e a queda de um sistema democrático vulnerável. Acredito que, a partir de sua sensibilidade judia e dela mesma como uma pessoa ameaçada e inserida em um grupo ameaçado, transfere à puberdade o poder da irrupção, do irracional, e perseguidor que ela percebe na barbárie nazista.

Desta maneira, transfere metaforicamente o terror e a ansiedade diante de uma ordem que se rompe. Realidade política e social que talvez se desvie simbolicamente para o conflito entre o Eu que deve sobreviver a partir da latência (um tempo mítico sem conflitos) e o Aquilo desbordante da puberdade. Psicanaliticamente falando, a adolescência passa a ser a expressão de uma

²¹ A modernidade keynesiana parece que não pode prescindir da transgressão mas tampouco da lei. Necessita simultaneamente do questionamento e do acatamento.

formação de compromisso entre os elementos racionais e equilibrados da sociedade (o Eu, a sensibilidade judia, a democracia) e os elementos irracionais persecutórios e conspiradores (o Ello, a barbárie nazista).

Antípoda dos Freud, Blos (1978) busca resguardar a adolescência localizando-a no centro de uma reformulação da infância capaz de resolver conflitos que a partir daquele pareciam insolúveis. De maneira otimista supõe que a adolescência é uma segunda oportunidade que permite, por meio de um processo de amadurecimento, uma reestrutura não defensiva, mas sim estruturante. Onde as coisas podem-se transformar, mas a um nível muito mais enriquecedor e a partir de um Eu muito mais complexo. Provavelmente existe em sua obra uma crítica velada a Erikson, o qual tem uma perspectiva adaptativa do adolescente²².

Desta maneira, segundo Blos, as condições de entrada à sociedade se dão através dos ideais aos quais se chega – em uma perspectiva típica da modernidade keynesiana – por meio do pai. Resolver a questão do pai é resolver como se entra na sociedade. Antes que sociedade faça alguma coisa com os adolescentes, o adolescente tem que fundar a sociedade em si mesmo através de seus ideais. Desta maneira, transitar a adolescência, o paterno e o social se transformam em processos simultâneos. Então, antes que haja moratória institucional (Erikson), tem que haver espaço social prévio na adolescência.

A adolescência aparece como um período em si fundamental. Não é simplesmente chegar ao adulto para restaurar a harmonia do Eu. É que, na realidade, para Blos a adolescência não desaparece, mas permanece consubstanciado ao que é aparato psíquico. Se o adolescente consegue que os conflitos adquiram um novo significado e resolução, isso permanece como conquista para a resolução de situações problemáticas.

Assim a adolescência passa a ser um modelo de construção da subjetividade e construção do aparato psíquico, no que talvez seja uma atualização da visão messiânica do adolescente desde a modernidade.

Uma dificuldade em Blos é a de confundir o pai com o paterno, entendido como uma construção social que o autor considera essencial para a aparição dos ideais. Mas o paterno é mais que o pai e remete a uma figura social desde a modernidade acede a um trabalho, cumpre um ciclo entre sair da casa e voltar a ela, e mostra rasgos de vitalidade e de força antecipando um porvir e um futuro possíveis.

Provavelmente lhe aconteça o mesmo a Winnicott (1972). Tal como desenvolvi em outro trabalho (Klein, 2002) a sua interessante posição sobre a necessidade de confrontação de gerações (que pessoalmente compartilho) implique em que:

O adulto deve ser adulto, e basicamente é aquele que sobrevive ao ataque adolescente, não o que educa. O adolescente precisa de um PAI BASTANTE VIVO, QUE NÃO SUCUMBA NEM ABDIQUE, que se resigna a receber somente algum tipo de recompensa e que não ficara com ciúmes pelo crescimento do adolescente, diferente do pai Freudiano que não está nem vivo nem morto, ou o pai Lacaniano (Dör, 1990), que está definitivamente morto para estabelecer a ordem simbólica. Na teoria winnicottiana, somente o pai vivo faz efeito como estrutura e é aquele que pode preservar essa irresponsabilidade necessária para que o adolescente cresça. É por isso que Winnicott assinala enfaticamente a necessidade de que o adolescente viva a sua imaturidade para evitar que esta agressividade passe ao ato, e é transmitida através da confrontação. (Klein, 2002: 39).

Mas isso paterno nem sempre está presente. Depende das condições sociais precisas que se desbarataram desde o neoliberalismo. Pais deprimidos, pais que não saem de casa, pais agoniados, pais em uma estrutura de desemprego permanente, não podem garantir o lugar do paterno ao nível social e de ideal. Algo se perde, talvez irremediavelmente.

Proponho, então, a hipótese de que a Psicanálise do adolescente tem atuado como gerador não só de um campo clínico, mas também de uma série de implícitos sobre o que é ou não adolescente.

²² Retomando as idéas de Winnicott (1972) se poderia dizer que a moratória eriksoniana é um dispositivo que gera falso self.

Desta maneira, seu poder de irradiar imagens adolescentes no nível das distintas disciplinas sociais, é proporcional ao seu lugar de invisibilidade como promotor das mesmas.

Em geral, poder-se-ia dizer que o que engloba a todos os autores é a grande dificuldade em ver o adolescente inserido dentro de um processo mais amplo, envolvendo os pais, instituições, a sociedade ou o social. Outro traço preocupante que não posso desenvolver aqui e que certamente tem criticado E. Dio de Bleichmar (1997) a respeito da Psicanálise e que se poderia generalizar para a adolescência, é que tal como Freud antes, os autores posteriores têm pensado o adolescente a partir de uma visão masculina. A adolescente mulher se transformou em uma página muda e incapaz de fazer a sua contribuição, apesar de certos autores contemporâneos intentam fazer contribuição a esse respeito (Burin, 1998).

A minha hipótese é a de que alguns autores aportam e descrevem diferentes aspectos que relevam distintos ângulos do contrato narcisista da modernidade. Eles teorizam, desta maneira, meta - estruturas de dão conta do vínculo de “entrada” ao social como figuras de mediação, relação e intercâmbio, que articulam os nós essenciais entre o social e o subjetivo. A *confrontação* em Winnicott seria a expressão dessa meta – estrutura, tal como os ritos de *passagem* em Dolto, a *moratória* em Erikson, a *puberdade* em Hanna Freud, o “*nachträglich*” em Freud.

A partir desta ótica, poderia se dizer que são figuras de mediação as que geram adolescência e vice-versa, uma vez que implicam processos complexos de elaboração e exigência psíquica para o adolescente. Mas, ao mesmo tempo, possibilitam a manutenção de um sistema homeostático entre: maturidade – imaturidade; adolescência – adulto; autonomia – dependência; irresponsabilidade – responsabilidade, expressão da modernidade como (parafrazeando a Winnicott) ambiente facilitador, suficientemente bom para que permita estabelecer continuidades e discontinuidades a partir das quais o adolescente pudesse se gerenciar e “fazer história”.

CAPITULO 2

O NEOLIBERALISMO: DE REPENTE, PARA QUÊ A ADOLESCÊNCIA?

II.1- Neoliberalismo : apresentação geral

Neste capítulo desenvolverei essencialmente as repercussões psicossociais do neoliberalismo e seu vínculo com a modernidade keynesiana, especialmente no que se refere a dois eixos: cidadania e promessa de um porvir ²³. Igualmente tentarei de apresentar resumidamente as características básicas do neoliberalismo, levando em conta as suas características sócio-históricas. Neste sentido, Antunes (1999), assinala como representa uma crise estrutural do capital, com substituição do padrão produtivo taylorista e fordista a favor de formas de produção flexibilizadas como as conseguintes crises do Welfare State, principalmente a partir do início dos anos 70.

Por outro lado, pode-se indicar que a partir desta fase neoliberal do capitalismo (que autores como Giddens denominam de alta modernidade) verifica-se um desenrolamento e globalização dos fluxos capitalistas, especulação financeira, enfraquecimento do Estado – nação, suspensão dos direitos trabalhistas e sociais conquistados, segmentação do mercado de trabalho, desemprego estrutural, crise fiscal permanente que substitui a gestão Keynesiana, hegemonia do mercado (Vasconcelos & Morgado, 2005). Em tal sentido assinala-se a consolidação de:

Uma sociedade heterogênea e fragmentada, marcada por profundas desigualdades de todos os tipos – classe, etnia, gênero, religião, etc. – (...) existe um amplo setor social, um terço excluído e fatalmente condenado à marginalização e que não pode se “reconvertido” pelo trabalho nem pelo interesse dos mercados de trabalho formais (...) se traduz em desemprego massivo, pobreza extrema, anomia e

²³ Cabe aclarar que ainda que haja autores que insistam em que não haja ruptura radical entre neoliberalismo e modernidade, creio que sim, há efeitos irreversíveis a partir daquele com respeito a alguns embasamentos que fazem a modernidade keynesiana.

desintegração social, drogadicção, auge da criminalidade (Sader, 1999:80-81)

Levando-se em consideração o dito acima, talvez para Sader o neoliberalismo represente um êxito e um fracasso:

A prioridade mais imediata do neoliberalismo foi deter a inflação nos anos 70. Nesse aspecto seu êxito tem sido inegável (...) um terceiro êxito do neoliberalismo: o crescimento das taxas de desemprego concebido como um mecanismo natural e necessário a qualquer economia de mercado eficiente (...) Finalmente, o grau de desigualdade (...) aumentou significativamente [mas} não houve nenhuma mudança significativa da taxa média de crescimento (...) por o desregramento financeiro (...) criou condições muito mais propícias para o investimento especulativo do que produtivo (...) este foi, por assim dizer, o fracasso no neoliberalismo (Sader, 1999:20-21).

Mas tem que ser destacado como o neoliberalismo, apesar de seus efeitos dramáticos e graves (Tavares, 1999) (Vasconcelos & Morgado, 2005), segue mantendo uma vitalidade destacável, assentada principalmente no convencimento do seu papel messiânico e imprescindível para a sociedade “disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios” (Sader, 1999: 27).

II.2- A presença do Mercado e do Estado

Um dos fatores principais que fazem a matriz econômica do neoliberalismo, é a predominância do Mercado (Vasconcelos & Morgado,2005), que aparece atravessado por forças anônimas e invisíveis que fazem com que os acontecimentos pareçam produtos do caos e do azar, e não de fatores racionais. Vale dizer: os acontecimentos apresentam-se como um imutável instituído.

Aquele projeto da modernidade keynesiana, de uma sociedade integrada por seres autônomos e racionais, é substituído por uma fantástica utopia de uma sociedade onde não entram nem reguladores, nem leis, nem nebulosidades,

nem diferenças a título de uma globalização em rede que se apresenta irremediável:

O Mercado só obedece a uma exigência interna que procura escapar a todo tipo de controle externo (...) O que se chama de “dinamismo de mercado” é apenas um doce eufemismo para designar o seu lado incoercível (...) Tudo na rede encontra-se no mesmo plano, existem apenas inter-relações dos atores. Não há mais exterioridade que inferioridade. Não há mais exterioridade que interioridade. Não há mais transcendência que imanência. O ternário cede lugar à relação dual (Dofour,2005: 82-86) .

Lewkowicz (2004) denomina o “estado de fluido” a esta perda de referências “sólidas” que sustenta um mercado de circulação ininterrupta e que não pode ser interrompida, para garantir, na realidade, a ganância do capital financeiro ainda ao preço de uma ruptura social (Sader,1999). A partir de outro contexto, Freud assinala como sendo a ruptura da cultura a que leva ao predomínio do indivíduo mais forte (Freud, 1931). Mas, neste caso, a ruptura social que tem propiciado o neoliberalismo não tem levado à arbitrariedade do indivíduo singular, mas ao mercado que *“dirige-se a um sujeito que só tem direitos de consumidor e não direitos e obrigações conferidos ao cidadão”* (Duschatzky,2002: 21).

Se algo caracteriza este mercado são as “forças” auto-reguladoras, e não por cidadãos exigindo uma hiper-adaptação à sua dinâmica:

(...) baseado no dogma (ou o fantasma) de uma auto-regulação (...), de onde vem esta impressão crescente de viver aprisionado sob uma dominação inexorável e “globalizada”, tão poderosa que seria em vão questioná-la, fútil analisá-la, absurdo opor-se e delirante sequer sonhar com sacudir-se uma onipotência que supostamente confunde-se com a História? (...) Adaptar-se é o designado. Adaptar-se mais uma e sempre. Adaptar-se ao fato consumado, às fatalidades econômicas, às conseqüências dessas fatalidades. (Forrester, 2000: 7-22).

O Mercado passa a ser semelhante quase, desde o imaginário social, a uma

Máquina onde tudo está programado, previsto (Anzieu, 1986), “naturalizado”, e onde aparentemente tudo está excelentemente articulado. As leis do mercado, desta maneira, aparecem como eficazes e imutáveis. Já não é criação dos homens por onde, entre a sociedade e seus integrantes, instala-se uma nova geografia (social e psíquica) de não desconhecimento (Sassen, 1988), e não de inclusão.

No entanto, ainda resta um reduto para encontrar sentido às coisas, provido por uma cultura dogmática neo-evangélica:

A tendência a reencontrar certas “referências duras” entre as condutas desenvolvidas pelos indivíduos e pelos grupos para sair de uma situação onde tanto a perda das referências quanto a multiplicidade delas nos faz entrar em um universo no quais as potencialidades persecutórias são inumeráveis (Enriquez, 2001:75).

Trata-se de uma primazia do suposto de ataque e fuga (Bion, 1979) em relação a uma des – simbolização que cobiça a aparição de movimentos religiosos de matiz fundamentalista:

(...) a atual dessimbolização do mundo pode perfeitamente se conciliar – e até mesmo suscitar – com os violentos retornos de religiosidade fanática. O que teria que provar que “a retirada da religião”, tese de Marcel Gauchet que subscrevo, de jeito nenhum impede o retorno de virulentas chamas de religiosidade, muito pelo contrário (Dofour,2004: 116).

Situação que implica na acentuação de um estado de desamparo que se tornou insuportável e frente ao qual se buscam defesas de resguardo:

O sujeito sempre tentará reencontrar-se com seus objetos onipotentes, procura que é incrementada por todo estado de desamparo originário, o que se potencializa em nível do coletivo (...) a que se produz quando o Outro do coletivo fracassa em sua função de instância terceira, e a cena social é ocupada por figuras onipotentes (que podem ser doutrinas, ideologias, regimes) e os sujeitos se encontram sem Outro e sem outro, e seu espaço psíquico é colonizado por um excesso de realidade

(Franco,1998: 3-6).

Qual será a explicação que se aparece a partir desta Máquina que impõe crise, desgostos e amarguras e um “nunca se sabe o que acontecerá”?

Os anãos, as bruxas, os duendes, o diabo, infiltram-se em relatos cotidianos adaptando naturalidade (...) Acode-se a eles em busca de ajuda para questões mundanas (...) Têm um estatuto diferente de Deus, a quem só lhe é pedido questões de enorme transcendência (Duschatzky,2002: 40).

Cabe lembrar que desde o capitalismo fordista e keynesiano, mercado e Estado mantêm respectivamente uma relação fundo – figura, que se inverte no neoliberalismo²⁴. Se nesta modernidade o mercado está mediado por todo um marco de regulação normativa jurídica, é porque o Estado Keynesiano é a base do processo de cidadania, é a lei e a cultura dialógica.

O neoliberalismo opera de maneira inversa: o estado é relegado a um fundo e o Mercado prima como figura. Operação que implica o descrédito do Estado ou porque é (se afirma com vozeirão) ineficaz ou burocrata, ou porque as leis que dita são corruptas. Não é como assinala Lewkowicz (2004), que o Estado é apenas demolido, contudo entendo que ele é *desintegrado*. Resta operatória da desintegração é fundamental ao neoliberalismo e explica o poder de sua impregnação e permanência, convencendo de sua necessária imprescindibilidade uma vez que se insiste em que não se deve ter “nostalgia” de uma sociedade com tantos erros e características “inadmissíveis” ...

Aquele Estado que liga e dá sentido às instituições (Lewkowicz,2004) dentro de um contrato narcisista que o assegurava como ancestral fundador (Kaës,1993) também é um “vigilante” das instituições funcionando como deve ser. Se desde a modernidade Keynesiana a produção de subjetividade é indissociável do institucional, ao faltar o marco regulador estatal, as instituições se desligam e perdem a sua capacidade – fundamental – de produzir subjetividade (Lewkowicz,2004).

As instituições já não “esperam” por aqueles que as habitem se perdendo

²⁴ Situação que não se verifica no capitalismo liberal do século XIX.

referenciais de pré-catectização (Aulagnier, 1975) fundamentais para a história do sujeito enquanto integrante de uma sociedade (Lewkowicz, 2004): *“Entramos na crise da modernidade quando fazemos a experiência das instituições não cumprirem a sua função principal de continuidade e regulação”* (Kaës, 1993: 18).

Sem dúvida, o neoliberalismo precisa ainda do Estado ao menos para dois motivos: tem que surgir como garantia do pagamento da dívida externa (Forrester, 2000) e para executar os devedores internos, endividados de forma cônica e permanente. Ou seja, é um devedor que nunca pode deixar de estar endividado. Entende-se, assim, que a inflação neoliberal basicamente não se gera pela produção de bens e mercadoria (Seader, 1999), mas pela produção de dívida e de devedores.

Se o sólido estatal (Lewkowicz, 2004) implicava em um marco a partir do qual se reconhecia e construía a cidadania, a lei, a cultura, a responsabilidade e a convivência, o fluxo neoliberal instaura a figura da impunidade, da transgressão, o estranho e a paranóia. A Lei já não é um referencial que cobre e protege a todos, destituída de seu lugar de resguardo, situação que é acompanhada por uma retração do investimento de espaços sociais em potencial. Para tolerar o “potencial” se deve sustentar o transcurso temporal e o ambíguo que habilitam a “gestação” do espaço transacional (Winnicott, 1981) impossível desde o Mercado que é o puro presente eficaz, o que “fratura” a dimensão temporal.

A conseqüência imediata é que as instituições no neoliberalismo produzem integrantes, mas não cidadãos²⁵. Vamos levar em conta que desde a modernidade keynesiana o transcurso do passado, o futuro e o presente consolidam biografia (Aulagnier, 1991), o que por sua vez possibilitava criar a poupança “base da fortuna”, de acordo com o que se falava. Porém se a poupança é a base da fortuna (e da inversão produtiva) é porque se constrói através do tempo, e para isso acontecer é preciso gerar um imaginário a partir do qual não haja sentimentos de desalento na medida que constrói a poupança de maneira paulatina e gradual.

Mesmo assim a modernidade expressava com o tal “os jovens são nosso

²⁵ Cabe aclarar que esta distinção funciona no plano ideológico e imaginário, mas pouco no plano sócio-histórico concreto.

futuro”, uma expectativa de porvir que socialmente consolidava uma promessa de regeneração permanente. O futuro garante ao jovem que será adulto que tem possibilidades de se tornar cidadão e se inserir socialmente como protagonista afetivo, como o qual a adolescência, futuro e porvir, se entrelaçam reciprocamente.

Pelo contrário, como pode haver processo de adolescência se o futuro se desvanece? As conseqüências não são menores e implicam uma transmutação no que se refere ao matiz da sobrevivência social no imaginário de como a sociedade se percebe e na forma de construção de subjetividade geral e adolescente em particular (Galende, 1997).

II.3- Mudanças desde a subjetividade

Se a partir daquela modernidade os cidadãos podem prantejar uma regeneração permanente da sociedade, a situação neoliberal impõe uma descidanização à cidadanização da modernidade keynesiana (Fraga, 2003). Segundo Lewkowicz (2004), esta exclusão *desligante* toma a forma de anulação do laço social o que provavelmente incentiva angustia de não assunção (Bernard, 1991) à qual se responde com uma re - assunção hiperadaptada. É um processo ominoso (Freud, 1919) pelo qual, como se fosse compulsivamente há destruição do laço social, compulsivamente buscam instaurá-lo. Constato assim, uma situação peculiar: ainda desde um marco neoliberal, conteúdos caros à modernidade, como o estudo e o trabalho, seguem presentes (Fraga, 2003), (Klein, 2004), apesar de não estarem mais vigorando (Duschatzky, 2002) (Dofour, 2005)²⁶.

Desde a modernidade keynesiana se entendia que estarem socializados significaria fazer parte do laço social, díade que, no entanto, no neoliberalismo se quebra. Estar em sociedade já não implica estar dentro do laço social. Neste ponto, a subjetividade perde características de singularidade e o poder de expressar-se em primeira pessoa (Galende, 1997), firmando a heteronomia

²⁶ Apesar do anterior não posso deixar de fazer notar que igualmente há um mal-estar difuso no ponto em que a sociedade começa a perceber que os conteúdos da modernidade não somente já não estão vigentes senão que já não estão presentes. A isto se chama ou se enuncia com um significante: “o vago”. Se pensamos na queixa dos professores ou dos pais, as mesmas se referem a que o jovem é justamente um vago. Mas esta identidade de vago é também uma forma de enunciação por parte dos adolescentes, de que já os valores da modernidade nem têm vigência nem estão presentes para eles.

(Franco, 2000), a mitologização social (Castoriadis, 1992) e a desarticulação da experiência de ser indivíduo (Galende, 1997), com o qual se perde construções essenciais que fazem o vínculo sujeito – sociedade: anulação do *portador* (mais ninguém possui nada), o *apontalante* (mais ninguém se sente representado nos conjuntos), e o *guardião* (mais ninguém quer ou pode cuidar ou preservar o social) (Kaës, 1993).

A partir daí sugiro que se substitua ao cidadão a caracterização do indivíduo como “engrenagem”. Se aquele é insubstituível, a engrenagem o é. Do cidadão se espera uma atitude ativa, participativa e transformadora. Pelo contrário, da engrenagem se requer um lugar passivo, sem réplica e que, em resumo, ocupe um lugar de instituído perfeito. Para garantir este “apagamento” da cidadania, se desarticulam os apoios sólidos do Estado considerados zonas de resistência e regulação. Além disso, são “demolidas” as figuras de cidadania próprias de uma sociedade de emprego, como a do trabalho, substituindo-se a prosperidade do trabalho pelo neo – desemprego (Castel, 1997). Situação do neo – trabalho permanente e estrutural em contraste com o desemprego, intervalo acidental e transitório da modernidade keynesiana.

Desta maneira, a construção de subjetividade desde a modernidade keynesiana com o predomínio de processos *intersubjetivos*, assegura o desenvolvimento de um psiquismo traumatizante através de uma operatória pela qual, o que provém de “fora” da mente passa por um processo de assimilação pelo o aparato psíquico (Kaës, 1993). Pelo contrário, esta operatória é impossível desde uma estrutura social que facilita a predominância de experiências *transsubjetivas*, onde já não são respeitadas as barreiras da subjetividade (Bernard, 2001), e o “fora” aparece como invasor do psiquismo.

A subjetividade toma características do asubjetal (Kaës, 1993), espaço psíquico mínimo submetido a uma simplificação do mesmo. O que Green (1993) chama de clínica do vazio²⁷, ilustra esta situação em que é anulada a capacidade de pensar e sentir e, em resumo, de preservar e consolidar o mundo interno: “A vivência parece ser a de um “desolamento”, pela qual a psique passa a ser como uma casca que ao cair deixa “uma derme exposta a

²⁷ “Chegado o caso, tudo isto pode muito bem prescindir de objeto e converter-se em teatro de um drama onde um só encarna os diferentes personagens sem que nenhum roteiro ofereça o conteúdo destas peripécias “ (Green, 1993: 390).

todas as agressões” (Green, 1993: 393) .

Este fator que de regressão conjuga-se a uma prevalência de processos indistintos e de fusão (Galende, 1997). Kaës (1991) sugere que, diante de situações de catástrofe social, a realidade psíquica e social já não mais se conserva como duas ordens heterogêneas e indistinguíveis entre si, existindo o *“alimento conjugado destes limites escorados entre si”* (Puget, 1991: 144).

Desta maneira, se aniquilam ou se pervertem *“os sistemas imaginários e simbólicos predispostos nas instituições sociais e transgeracionais”* (Puget, 1991: 144). Isto facilita a resignação e o não questionamento das coisas, tal como a *“lei da devida obediência”*, em consonância com a consolidação do Eu ideal (Bleichmar, 1981) como forma de funcionamento mental ao redor de verdades dogmáticas.

Passa a predominar um narcisismo negativo (Green, 1986), ou melhor, um narcisismo *mortificado*, caracterizado por uma regressão ao neo – desejo com correlatos de *“desativação”* de zonas do aparato psíquico (Klein, 2004) e a anulação do pré-consciente (espaço de ligação e de desligamento por excelência), (Green, 1997) como instância mediadora e de tramitação do conflito a nível psíquico. Esta dimensão do *“mortificante”* assinala, então, a dificuldade de gerar condições de elaboração psíquica e espaço mental, por impossibilitar o desdobramento do que é calmo, do que é tranqüilo, e a sensação de unidade e autenticidade que caracterizam fundamentalmente a constituição de um self verdadeiro (Winnicott, 1981) (Bollas, 1991).

E possível pensar, tal como em época da ditadura, que o modelo neoliberal *“desarticula os fundamentos do conjunto social e destrói as formações e os processos da vida psíquica que se apóiam sobre o conjunto social”* (Puget 1991:145). Uma dessas formações é a cultura de diálogo substituída por um messianismo da violência que leva que se *“aperte”* o espaço entre os homens como assinala Hanna Arendt (Gómez Ramos, 2003). Concomitantemente, a figura do vizinho é substituída pela do *“desconhecido”*, revestido com características de ameaça, indefinição e não responsabilização (Bauman, 1999). Esta situação que incrementa o paranóico impossibilita a confrontação social e geracional (Winnicott, 1972), corroendo a *“confiança”* como meta organizadora das relações sociais.

Os espaços sociais diminuem e se transformam em intolerantes, fato que

repercute diretamente na população jovem, e que passa da chamada “moratória” (Maier, 1980) a uma “anti-moratória”, pelo qual o adolescente, então, já não têm nem direitos nem obrigações (figura do excluído social) ou está sobrecarregado de obrigações dentro de uma estrutura de “simulacro” de promessa social (figura do hiperadaptado). Ou não há nenhuma obrigação ou se têm demasiadas obrigações, com a característica de que, por mais que se faça, nunca parece ser o suficiente e pelo qual é incentivado o sentimento de culpa de vergonha, incômodo e inadequação.

Nesse sentido, o neoliberalismo propicia características de “saqueio” da produtividade, com a anulação da diferença entre trabalho – descanso, que desde a modernidade se expressa como vaivém entre o trabalho e a volta ao lar, diferenciando o espaço do ganha-pão do espaço de descanso.

Essa é uma das razões que explica como, apesar de tudo, “o que é jovem” passa a ser um valor requerido e procurado pelo imaginário social. Para Galende (1997) é por causa de que, nessa figura social condensa-se o desaparecimento das oposições de classe, gênero e geração. Em minha opinião, acredito que nesta prevalência do que é jovem revelam-se traços exageradamente exigentes (diria, quase sádicos) de inovação e adaptabilidade pela valorização do gerencial, do empresarial e do individualismo exacerbado. Porque, na realidade, por trás do jovem, a mensagem neoliberal busca outra coisa: atingir o empresário flexível com inventiva e rápida (extenuante) capacidade de mobilização e hiperadaptação.

O neoliberalismo quer convencer de que o esforço, a iniciativa, a competência individual levam ao progresso, tolerando-se um mundo de incertezas, de “destituição” da promessa e impossibilidade de antecipar um porvir. Mas, na realidade, nada disso é realmente tolerável, a não ser projetando um “falso self” (Winnicott, 1981) social. Se existe um grupo que tem se mostrado especialmente vulnerável a esta incerteza “intolerante” tem sido a classe média outrora beneficiada pelo contrato social da modernidade, o que a levou a situar-se no horizonte junto com as aspirações do imaginário social. O dito anteriormente me leva-me a ser cuidadoso com a afirmação de que o neoliberalismo gera “riscos” sociais e psíquicos. O termo “risco” é muito fraco e pouco marcante para caracterizar uma situação que é uma verdadeira catástrofe social e psíquica. No neoliberalismo não existem riscos porque

esses riscos implicam em possibilidades frente às quais se podem armar estratégias de decisão (Giddens, 1997), mais ou menos imediatas. Temos sim situações catastróficas (Lewkowicz, 2004), porque se trata de condições que produzem mutações no tecido social em relação a uma desconstrução generalizada que impossibilita manter situações sociais subjetivas e vinculadas de forma homeostática.

Definitivamente, são situações que unidas a outras de desamparo e abandono social, acentuam traços de violência que parafraseando Marcuse (Elliot, 1995) implicam em passar de uma superpressão a uma violência-sobressalente consolidada por uma aparente indiferença diante das rupturas e sofrimentos do tecido social.

A cultura neoliberal é, então, predominantemente tanatológica (Laplanche-Pontalis, 1981), enquanto rompe o laço erótico da integração e o contato social da modernidade keynesiana. Talvez, em tal sentido, Göran Therborn assinale: *“o neoliberalismo pertence ao império do mal. Em diversas ocasiões, inclusive, podemos calcular o grau de perversidade que dito regime supõe”* (Sader, 1999: 131). Porém é um ato “diabólico” ou de parricídio social o que explicaria tanta preocupação por parte do neoliberalismo, por desarticular o que são considerados os fundamentos mais preciosos da modernidade Keynesiana? Neste sentido, acredito que o neoliberalismo se dedica preferencialmente a “atacar” as figuras fônicas, intermediárias ou de mediação. Tudo aquilo (Estado – família – instituições) que assegurava heterogeneidades e apontamentos inferiorizantes.

Contudo, e por alguma estranha razão, o neoliberalismo permite – ou resigna-se – a que núcleos permaneçam imunes, retalhos de modernidade keynesiana. Adverte-se, quando surgem calorosos debates sobre a cidadania, as tentativas (fugazes) por retomar a cultura ideológica diante de conflitos sociais. Seria um excesso assinalar que talvez o vínculo que tem o neoliberalismo com a modernidade seja ambivalente, onde odeia e teme tanto quanto admira e inveja? Ou, pelo contrário, trata-se de uma estranha operatória criptografada (Tisseron, 1997) pela qual aquela repousa “encapsulada” nos recantos mais silenciosos e isolados do neoliberalismo?

Se formos coerentes com o enunciado de que não há modificação nos

processos sócio-econômicos que não acarrete um correlato a nível do imaginário social e as formas de subjetividade, se faz necessário ampliar ainda mais uma investigação que dê conta disso, desde este neoliberalismo que tanto pode ser uma “criação”, experimento social, “Auschwitz sem crematórios”, ou “fórmula tecnológica do capitalismo avançado”.

II.4- América Latina: custos sociais e redistribuição espacial

Como assinala anteriormente, o neoliberalismo acarreta em geral múltiplos custos sociais, solidificando social e economicamente uma linha de indigência, já muito “abaixo” da linha de pobreza. Porém, deve se dizer que não é possível generalizar esta situação. A situação de América Latina não é a mesma que a da Europa, o que se relaciona à diferença mais global entre o capitalismo central e o capitalismo periférico. Essa mesma diferença se aplica igualmente aos aspectos que fazem a modernidade keynesiana: *“a estratégia social reformista promovida pelo keynesianismo conclui a sua penetração no contexto da América Latina quando o mesmo ficou inviável dentro próprio capitalismo central”* (Vasconcelos, 1989: 102).

Como assinala Vasconcelos (1989), o capitalismo periférico é tardiamente heterogêneo (regiões desenvolvidas agrícola e industrialmente coexistindo junto a regiões tradicionais e pobres) e dependente sob relações de exploração. Assim mesmo, se desenvolve sob predomínio da burguesia com preeminência do Estado no processo de modernização econômica e de direção política, o que faz com que ele se transforme em arena da luta política.

Uma consequência é a de que se *“evidencia a não-existência dessa linearidade no processo de extinção da cidadania, na maneira compreendida por Marshall”* (Idem: 89). Desta maneira, seguindo as idéias de Coimbra, Vasconcelos indica que fica mais claro, no caso de América Latina falar, antes que a cidadania em geral, de “situações de cidadania” e “sistema virtual de cidadania”, dando conta de uma tensão específica entre um discurso universalizante e uma prática institucional onde a hierarquia é mantida.

Por outro lado, é possível assinalar como se é descartada, assim, *“as teses otimistas que acreditam nas possibilidades de progresso compatível à dos países centrais”* (Idem: 73). Devo indicar, no entanto, que – como desenvolverei mais adiante – o caso de Uruguai é diferente à do contexto da

América Latina, apesar de apresentar algumas características que aponte anteriormente.

Por isso é possível apontar mesmo assim que algumas mudanças sociais geradas a partir do neoliberalismo têm sido mais dramáticas ainda na América Latina, o que implica que os pobres não só “ficaram mais pobres”, mas também que perderam rapidamente espaços fundamentais de proteção estatal. Da política social paralelo ao processo que Tavares (1999) denomina “descentralização destrutiva”, se desmantelam programas sociais “*sem deixar nada substitutivo*” (Idem: 1977). Aspecto que se enlaça ao fato de que:

*Segundo a concepção neoliberal de política social, o bem-estar social pertence ao âmbito privado (...) Este processo provocado por políticas deliberadas de ajuste e não por uma “fatalidade global” é um dos principais mecanismos geradores de **exclusão** atualmente no Brasil e América Latina. (Idem: 181). (em negrito por mim)*

generalizando: “*um sem número de novas formas de exclusão social, na medida em que pioraram as condições de desemprego e trabalho [o que] criou um desemprego (...) seguramente o custo social mais alto*” (Idem: 174-175). Desta maneira: “*para os que detêm emprego se deterioraram as condições de trabalho e se generaliza o medo de perda do trabalho, passando pelo estímulo ao trabalho escravo, ao trabalho infante-juvenil e à prostituição de crianças e adolescentes*” (Vasconcelos & Morgano, 2005: 7).

Esta situação amplia as brechas sociais: “*A Análise panorâmica dos resultados empíricos certamente mostrou a amplitude das divisões sociais naquelas cidades e a intensidade dos processos que as reproduzem e as transformam*” (Pretecille, 1996:33)²⁸. Segundo Pretecille, a segregação mais acentuada não se refere às categorias populares, mas ao contrário, às categorias “superiores”. Não é essa a opinião de Lago:

dois fenômenos devem ser destacados [dentro da lógica segregacionista da metrópole brasileira]: (i) a perda da capacidade de endividamento, reduzindo o acesso à moradia de aluguel e pela compra

²⁸ Ainda que se assinale que se elaboram políticas para atenuar essas divisões e sobretudo, a violência social (Pretecille, 1996: 16).

com financiamento a longo prazo e (ii) ao aumento do preço do transporte no orçamento familiar (Lago, 2002: 158).

A favela:

*é a única alternativa de moradia para os que estão **precarosamente** inseridos na economia urbana e onde a proximidade com o mercado de trabalho, especialmente a prestação de serviços e a construção civil, é condição para a sua inserção.*

(Lago, 2002:173). (em negrito por mim)

Pretecille, por outro lado, assinala que: *é verdade que um novo proletariado terciário com empregos frequentemente **precários** substitui, em parte, um proletariado industrial* (Pretecille, 1996: 20) [em negrito por mim]

Acentuo a precisão terminológica de Lago: os grupos sociais dominantes se **confinam** (que não é o mesmo que segregar-se), enquanto que os grupos dominados são **estigmatizados** (que não é o mesmo que marginalizado). Estigmatizar e confinar apresenta como vetor comum o aprofundamento do processo de territorialização. O mesmo se expressa, no meu entender, como gettização nas classes dominantes, e como favelização ou periferalização nas classes dominadas.

Na realidade, haveria que ser ampliada esta situação de “favelização” à rua mesmo, como território mesmo de confinamento da pobreza. Cabe assinalar, então, que a segregação alude não só a uma repartição geográfica como também implica uma matriz social.

O precário, conceito recorrente nos autores citados, é uma de suas claves. O termo alude a distintos fatores em jogo no processo de segregação que é tanto cultural como econômico, e em relação não em si à divisão de classe (que já existia desde a modernidade), mas aos formidáveis processos de concentração de riqueza: *“os contrastes sociais são mais violentos (...) devido á fortíssima concentração de riqueza e não ao nível absoluto de pobreza”* (idem: 22)

Esta concentração de riqueza é acompanhada pela auto-segregação das classes privilegiadas (Petecille, 1996), em espaços protegidos e ferozmente protegidos por guardas de segurança. Como assinala O’ Donnell: “As

distâncias sociais têm aumentado e os ricos tendem a isolar-se cada vez mais do mundo estranho e inquietante dos desprovidos. Os guetos fortificados dos ricos são testemunhos do abismo que os separa de boa parte da população de seus países” (O’Donnell, 1997: 79).

Caldeira mostra desta maneira como se promove o insulo frente ao que é diferente:

Os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, porém estão separados por muros e tecnologias de segurança e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que eu chamo de “enclaves fortificados”. Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para moradia, consumo, prazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento (Caldeira, 2002: 211)

Acredito que é possível, portanto, falar de uma “guettização” para caracterizar a forma que está tomando a segregação urbana atual, orientada segundo um princípio tanatológico de segregação radical. Esta situação é acompanhada de um processo de endogamia social notável: “os *enclaves tendem a ser ambientes sociais homogêneos (...) cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade*” (idem: 259)²⁹.

Se faz necessário destacar que a segregação também tem a ver com o status e com a utopia em querer forjar uma microsociedade auto-suficiente, buscando estabelecer um espaço de homogeneidade abusiva que se entrelaça ao anseio de um controle permanente (idem). Não me é possível desenvolvê-lo aqui, mas seria interessante estudar até que ponto esta idéia de conceber uma micro sociedade não se relaciona à taxa relevante de transgressão e psicopatia nesta classe social:

Dentro dos condomínios, o desprezo à lei é quase uma regra. As pessoas sentem-se mais livres para desobedecer a lei porque estão em espaços privados dos quais a polícia é mantida distante

²⁹ É surpreendente a homologia dos atuais enclaves ricos com a descrição que faz Fritz Lang, no filme “Metrópolis” (1924), de uma cidade autosuficiente e subterrânea de ricos. Neste caso a metrópole atual está na superfície da terra, mas conserva igualmente seu status de confinamento e segregação.

e porque vêem as ruas desses complexos como extensões de suas próprias posses (idem: 279).

Apesar de estar consciente do que não é possível fazer uma oposição radical entre a modernidade e o neoliberalismo, os dados aportados precedentemente parecem indicar que de um modelo de homogeneidade inclusiva própria da modernidade keynesiana se impõe o neoliberal da heterogeneidade excludente.

A cultura neoliberal enquanto tanatos impõe a necessidade de exclusão, não como um dado secundário, mas como um nódulo central nas adaptações sociais e econômicas. A esta exclusão se uniram as situações de gettização e o processo de endogamia.

Mas há um outro aspecto que gostaria de destacar: enquanto o projeto de cultura da modernidade se apresenta a partir da aspiração do racional fomentando os valores do que é seguro e previsível, o neoliberal “alimenta” sensações de insegurança e precariedade. O medo, assim, transformou-se em um articulador fundamental das relações sociais.

Por outro lado, é importante destacar como a sociedade passa a ser concebida como uma somatória isolada de “guetos”. Situação que revela a *“ineficácia simbólica da sociedade contemporânea”* (Dofour, 2005: 167):

Todo sentimento de comunidade estabelecido nesses termos garante uma forma estreita de fazer parte e, ao mesmo tempo, impõe dificuldades ao estabelecimento de vínculos do tipo contratual em um sentido abrangente, como as instâncias de diálogo todo sentimento de comunidade estabelecido nesses termos garante um tipo estreito de pertencimento e, ao mesmo tempo, impõe dificuldades ao estabelecimento de vínculos de tipo contratual no sentido abrangente, com as instâncias de diálogo, negociação e confrontação com outros interlocutores que por definição deveriam existir (Abramovay, 1999: 21) .

Deve ser distinguido, contudo, a segregação das classes favorecidas das de classes pobres. A segregação de classes privilegiadas é eletiva e que busca a sua “proteção. Se remete, explicitamente ou não, a um imaginário paranóico:

policia, grades e alarmes impõem-se quando um grupo urbano sente-se ameaçado por um ataque, empobrecido ou violentado.

Ao contrário, a segregação dos grupos empobrecidos se remete a uma pressão externa, a uma exclusão e não a uma decisão pessoal. Ao mesmo tempo tem que ser destacado como ao fechamento –a invisibilidade – das pessoas ricas em seus condomínios, contrapõe-se à total transparência das pessoas humildes, as quais podem ser invadidas e ameaçadas em seus espaços privados de surpresa e sem aviso prévio.

Parece-me pertinente apontar, então, que o neoliberalismo apesar de ter se apresentado como um projeto estritamente econômico, indiferente à problemática social e, apesar disso, um faustoso projeto social. Baseado na cultura tanatológica, como indiquei anteriormente, como marca essencial é o enfraquecimento do projeto de cidadania. Um resultado do mesmo é a imposição da inacessibilidade tanto a bens e serviços, como a empregos, salários e educação.

A sua conseqüência não é somente a de que os pobres se tornam mais pobres. Não se trata simplesmente de passar da pobreza para a indigência. Acredito que aqui talvez exista um mal entendido, pois se está utilizado um modelo de *perda* (perda de salário, de emprego, de rendimentos) que apesar de útil para a modernidade, é absolutamente inútil para o neoliberalismo. Sem dúvida as classes médias têm se empobrecido. Mas para outras classes a situação é mais estrutural: os indigentes já não passam mais – e se o modelo não muda, já não passaram – a uma situação de pobreza. Não tão só existe o desmantelamento das condições econômicas significativas, como também ao mesmo tempo estas não mais serão passíveis de viabilização.

Este modelo econômico, social e cultural impõe a segregação para o desamparo e a impossibilidade de estabelecer, ou restabelecer uma série de mínimos direitos cívicos, sociais e políticos. Passa-se da proteção, do resguardo, auspício e criação de cultura da hospitalidade e do “vizinho”, a outro onde as versões do Outro tomam características abomináveis, gerando fantasias paranóicas de roubo, destruição e maldade. Seu modelo é o de “enclausurar” e das figuras do “estranho”.

II.5- A situação da violência

A violência é um fenômeno extremamente complexo, com diversos aspectos que devem ser levados em conta. O meu interesse se resume a delinear algumas relações entre o contexto neoliberal e a violência que se torna cotidiana. Novamente devo esclarecer que, em geral, estou me referindo à situação da América Latina.

A minha hipótese é a de que a violência que instaura o neoliberalismo relaciona-se a novas formas de convivência da modernidade keynesiana (assentada, no meu entender, na idéia da “promessa”, como desenvolvi anteriormente). Esta situação solidifica uma forma de relacionamento social no qual, como indica Pellegrino, se perfila: “*uma guerra civil crônica sob a forma de assaltos, roubos, assassinatos, estupros*”. (Pellegrino,1987: 203). Cabe pensar se esta “guerra civil cronificada” é mais um acidente, uma situação resolvível ou se não é, melhor dizendo, uma expressão da matriz social neoliberal.

Como assinali a evidência empírica e cotidiana vêm apontando que em estes anos tem aumentado o grau de pobreza e empobrecimento. Mas, na medida em que o pobre já ocupa apenas o negativo da exclusão social, passa de “sofredor” da pobreza a “culpável” por ela.

Constatamos que a relação entre pobreza e criminalidade, disseminada por o século XX, hoje atualiza-se e está presente nas falas daqueles que defendem a militarização da segurança pública, temerosos pelas ondas de violência que os meios de comunicação alardeiam. Está presente quando acreditamos que é uma realidade vivermos em uma “guerra civil” (...) Uma nova Lei de Talião (...) é aplicada a todos os pobres, porque suspeitos e, portanto, considerados culpados. Uma nova “Doutrina de Segurança Nacional, que tem hoje como seu “inimigo interno” não mais os opositores políticos, mas os milhares de miseráveis que perambulam por nossos campos e cidades” (Rauter, 2002: 84).

A situação de pobreza não é mais percebida como uma situação de anomalia e injustiça social, mas passa a ser considerada como parte de uma

anomalia extirpável (Caldeira, 2000) – a “criminalização” da pobreza (Dario e Maxi, 2003), ou um incômodo ignorável.

Juntamente a um imaginário que criminaliza a pobreza e que torna violenta a classe trabalhadora, a violência é tolerada e alimentada por uma Estado deslocado para um lugar secundário diante do mercado, mas é o protagonista quando se trata de resolver o instável que este mesmo incentiva, no sentido de que somente a violência (polícia militar) é capaz de resolver situações sociais.

Não mais se trata de uma violência educada, administrada, mediada e com garantias (Puget,1991), mas de outra, onde é posto em jogo um processo de controle brutal e maciço que, do meu ponto de vista, chega a se parecer a micro -genocídios. Parafraseando a Kaës, diria que é uma:

Violência de Estado (...) exercida contra uma parte da sociedade civil, [que] tem por objetivo a eliminação de uma categoria de seus cidadãos, [e] atua não mais como na guerra entre nações, mas segundo o método do genocídio em seu próprio seio (...) aqueles encarregados de proteger e impor a lei são justamente aqueles que detêm um poder mortífero” (idem: 13 – 22).

Contudo, permanece a questão se a violência não seria uma saída “normal” para este tipo de estrutura social, o que explicaria aquilo que se apresenta como carente de alternativas frente a ela. Assim mesmo, apesar de não alcançar a toda a população, se percebe pelos momentos em que a violência alcança graus importantes de consenso na população (Caldeira, 2000).

Mas, por outro lado, esse tipo de violência contundente, para que tem continuidade em mais de um ponto com a ditadura que assolou a região (Caldeira,2000), o que acrescenta outro dado juntamente o que eu já mencionei como especificidade do neoliberalismo da América Latina. Em geral, parece tratar-se da consolidação de um modelo de força e brutalidade que provêm de governos militares e talvez mesmo de antes (no caso do Uruguai desde o “pachecato”)³⁰. Uma conseqüência é a renovação da idealização da força e da violência como reguladores permitidos para as tensões sociais, junto

³⁰ Alusão a Jorge Pacheco Areco, presidente de direita uruguaio entre os anos 1968-1971.

ao descrédito do aparato judicial.

Esta situação implica a sobrevivência determinados pactos que permitem a continuidade de subjugações sociais (Puget,1991). Desta maneira, diria que existe um setor da sociedade que continua “militarizada” apesar dos militares já tenham abandonado os aparatos do Estado. Uma das causas disso que continuam se mantendo condições sociais inalteráveis nas que, no contexto social “*não assegura mais a sua função de sustentação e domínio*” (idem: 43).

Podemos supor, ainda, que se gera uma conservação de conteúdos sociais próprios da ditadura em função da impossibilidade de fazer duelos elaborados (Tisseron, 1995)³¹ que se relacionem, entre outros fatores, à sobrevivência de situações de impunidade que revelam a ineficácia judicial (e política) para processar as violações dos direitos humanos que ficam sem resolução. Eugène Enriquez escreve a esse respeito: “*uma sociedade sem memória não tem castigado (ou tem castigado insuficientemente) os autores dos crimes. Nisso reside o maior escândalo*” (Enriquez, 200: 193). Chasseguet-Smirgel indica, por outro lado, que “*desfazer os desmentidos e as repressões dá acesso à lembrança e à realidade (...) O “dever de memória” repousa ante mais nada em um trabalho coletivo de construção de renegações*” (Chasseguet-Smirgel, 2000: 45). Também, tal como apontou Freud: “*não é lícito então supor que nenhuma geração é capaz de ocultar àquela que segue seus processos anímicos de maior sustentividade*” (Freud, 191: 159)

Esta situação nos leva a uma mudança substancial em como se percebe e concebe a lei. De mediadora valorizada e respeitada passa a ser progressivamente transgredida no sentido que, ou é corrupta ou não tem a suficiente força para enfrentar o que se percebe como problema social: “*uma lei que não seja temida – que não tenha potência de interdição e punição – é uma lei (...) impotente*” (Pellegrino, 1987: 198-199).

É desacreditada, ao mesmo tempo, a mediação e a administração racional da violência com esgotamento da figura do vizinho ou “semelhante”: “*o esgotamento de um tipo subjetivo, a figura do semelhante, instituída sob a hegemonia da lei do estado – nação (...) Não somos semelhantes entre nos*

³¹ Me refiro por tais aqueles que permitam gerar um “fechamento” mais ou menos definitivo de certas situações sociais e pessoais.

mesmos, senão ao que diz respeito à lei, essa lei que fundamenta não só direitos, mas também obrigações” (Duschatzky, 2002: 97), diante do qual passa a prevalecer a figura do “estranho” e do “inimigo”.

A violência sem lei ou a lei sem sentido gera a falta de um marco estável, transformando-se indispensável de uma descidadanização progressiva dos excluídos sociais, entendendo-se que, para poder “violentar” e degradar a um sujeito, há de se convencer o outro e a si próprio, de que se está fora do marco protetor da lei. Isso transforma o “outro” em alguém sem direitos, em uma “regressão” tanto social como individual que atualiza aspectos arcaicos de uma força que passa além do marco da lei.

II.6- Catástrofe social, “catástrofe iminente” e efeitos na subjetividade

Tomo a noção de “catástrofe social” como um conceito capaz de descrever o estado de desamparo e ameaça que é gerado nas pessoas quando prevalece a violência social consensual e valorizada, e situações sociais e econômicas de extrema dramaticidade. Uma parte da subjetividade que parece assentar-se, se relaciona a uma cultura da resignação e do padecer em silêncio, que poderia se relacionar ao incentivo do processo de identificação com o agressor (Frankel,2002), pelo qual nos “convertemos” no que o atacante espera de nós, quanto a nossa conduta, percepções, emoções e pensamentos.

As trocas sociais se vêem atravessados por fenômenos de violência, os quais nem sempre é possível discriminá-los nem questioná-los como tais: *“Nossa violência se compõe, melhor dizendo, de arrebatamentos sem discurso (...) Não são o resultado de um programa, senão que testemunham a desagregação por esgotamento discursivo de uma constelação ficcional* (Lewkowicz,2004: 67). A sua difusão já não requer de outros discursos compreensivos e mediadores, mas ela mesma acaba por transformar-se, ao mesmo tempo, na explicação e o remédio dos problemas sociais.

Certamente no neoliberalismo, como parte do processo capitalista, implica no enriquecimento dos ricos e no empobrecimento dos pobres. Porém, é mais do que isso, e é outra coisa. No sentido dialético de conservação e superação implicam para a regulação Keynesiana na divisão e lutas de classes, mudanças na matriz social da cidadania.

Pellegrino (1987) assinala que se o sentido de humilhação e degradação

persistirem, o trabalho já não irá garantir o pacto social e nem o sacrifício praticado em seu nome. A sua discussão gira em torno da dupla, trabalho dignificante – trabalho degradante, com o que se distingue uma situação própria da modernidade keynesiana na qual o trabalho ainda pode-se converter em emprego. Ao contrário, entendo que o neoliberalismo não somente impõe um trabalho degradante, como também uma ruptura profunda do contrato social. A violência como ato cotidiano se encontra intimamente vinculada à transgressão não somente da lei, mas daquilo que a poderia garantir: um mínimo de convivência civilizada e, pela subjetividade, um espaço de pró – atividade, segurança e auto-estima.

Dessa maneira, é possível que o padrão de segregação neoliberal não tenha efeitos na subjetividade e os vínculos cotidianos. Apesar da violência não é causa única capaz de explicar as complexas relações entre os seres humanos (não temos que esquecer, por exemplo, os fatores étnicos, de gênero e outros), se pode considerar que a violência social se redobra e se manifesta psiquicamente:

Com possível anulação ou ainda mais, aniquilação do mais frágil ou debilitado (...) reduz o espaço vincular e de socialização a sua mínima expressão, impõe algo alheio ao Eu, anula o Sujeito desejante, o desconhece e transforma o vínculo em aquele ente o amo e do escravo (Puget,1991: 28).

Apontei como podia ser verificado, dentro do neoliberalismo, distintas permutações econômicas, sociais e de convivência. Um fator importante a ser ressaltado é como o medo passa a organizar algum dos vínculos sociais assim: *”todos os tipos de moradias (...) passam por processos de clausura em resposta ao medo do crime”* (Caldeira, 2000:291).

O outro se “cotidianiza” sob as formas do ominoso, do persecutório, do angustiante. As possibilidades de encontro e comunicação resistem a favor do enfrentamento, o receio e a insegurança. O que leva a uma prevalência da experiência do abandono e, em determinados momentos, de incomunicação.

Esta situação consolida a sensação que denominou de “catástrofe iminente” como parte da cultura neoliberal: **qualquer coisa pode acontecer a qualquer**

momento e para qualquer pessoa. Desconfiamos, receamos, não se sabe muito bem o que fazer.

O que implica outra dimensão crucial: a dificuldade em assumir como próprios os valores da cultura. Se a lei da cultura “*é poder assumir os valores da cultura com o qual, por meio do trabalho, nos articulamos organicamente*” (Puget, 1991: 201), é porque existiam garantias de acesso ao mundo do trabalho e de regulação social.

Lei da cultura era ou é, portanto, inseparável da idéia de justiça e igualdade: “*o conceito de cidadania parece integrar as exigências de justiça e de integração comunitária, que são respectivamente os conceitos centrais da filosofia política dos anos setenta e oitenta*” (Kymlicka, 1997: 5).

Porém, além disso, se deve considerar que a cidadania é uma matriz de convivência que se desenvolve dentro da *ilusão eficaz* de olhar o outro como a um semelhante, um reconhecível, um – que se quer como – “vizinho”. Implica, ao mesmo tempo, perceber ao outro e ser percebido pela sociedade como um interlocutor válido, alguém que tem ou terá um lugar na mesma.

O outro é um interlocutor com o qual se mantém um marco de diálogo, valorização do intercâmbio, e formações de compromissos sociais, grupais e pessoais. É claro que sempre e paralelamente tem existido a figura do outro como inimigo (Bauman, 1999), porém sugiro que o modelo neoliberal radicaliza e solidifica a visão do outro como um “estranho” o que impulsiona o medo e a desconfiança extrema.

Se a eficácia da lei social se afirma através de práticas sociais que asseguram formas de compensação e de desigualdade, podemos dizer que, longe de qualquer idéia do que é justo, e factível assinalar a situação de espantosa desigualdade que vem sobrepujando a América Latina: “*os pobres e miseráveis são cada vez menos percebidos como pessoas morais*” [A hierarquia social] *vê neles uma sorte de resíduo social inalcançável (...)* Em suma, *as elites não mais se preocupam em legitimar os valores da sua visão do mundo* (Fraga, 2003: 43).

Esta sociedade neoliberal não mais alberga, senão que desampara e decreta o fim dos direitos sociais imprescindíveis “*propondo devolver ao mercado a regulação de questões como a educação, a saúde, a habitação, a previdência social, os transportes coletivos*” (Coutinho, 2000: 66). É o momento

em que já não se pode sustentar um imaginário de direitos “naturais”, uma vez que os direitos se tornam raros, fragilizam-se ou desaparece a “expectativa” de poder recebê-los. Surge, assim, a figura do “não-integrável”:

A precária situação do emprego e o aumento do desemprego, constituem sem dúvida a manifestação de um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social, se entendermos como “lugar” uma posição com utilidade social e reconhecimento público () tudo acontece como se o nosso tipo de sociedade redescobrisse com surpresa a presença em seu seio um perfil de populações que se acreditava extintas: os “inúteis para o mundo” que vivem nele mas que não lhes pertence realmente. Eles ocupam uma posição de hiper-numerosos, que flutuam em uma espécie de terra de ninguém social, não integrados e, sem dúvida, não integráveis (Castel, 1997: 416)

Considero que não somente a “promessa” emancipante (Coutinho, 2000) não se tem cumprido – como se faz evidente – como também, além disso, o modelo neoliberal busca desmantelar o marco do vínculo sujeito – sociedade, gerado desde a modernidade keynesiana. O que implica que: *“De repente ou paulatinamente se perde o conhecimento das regras que regem a interação social no que se refere à vida e à morte, ao delito e a sua penalização”* (Puget, 1991: 28). Isso explica como o trabalho e a educação tenha passado a ser condições de exclusão social generalizada, o que é especialmente claro no caso dos jovens.

Esta situação de catástrofe social por tanto não é simplesmente a “perda” de situações consolidadas, mas é também e simultaneamente, a consolidação de novas formas de interação social. A partir dessa perspectiva, a violência cotidiana poderia ser pensada como um recurso de re-amparo (baseado na *presença* da força), frente ao desamparo (baseado na *ausência* de credibilidade e da sustentação social). Desta maneira, procura-se sentir que se pode controlar a ameaça externa de quem desampara transformando-o em algo interno mais manejável.

As estratégias de sobrevivência de diversificam e se neutraliza o que, até pouco tempo, era provavelmente insólito. Para dar um exemplo, a difundida e habitual prática de pedido de esmola em cada esquina da cidade.

Na medida em que estas práticas implicam “resignação” (o que é mais do que discutível), poderia se pensar que predomina o que P. Aulagnier (1994) chama de alheamento, pelo qual se consegue: “*segurança, certeza e [se] evita o conflito se submetendo a um sistema social que proíbe pensar livremente*”. (Puget,1991: 29) [em negrito por mim] .

Contudo e por sorte, não é segurança nem certeza o que se observa, mas sim baderna, desalento, cepticismo e fenômenos de resiliência. Entretanto, ao mesmo tempo, se firma uma insuficiência da capacidade de discriminação do mundo interno e do mundo externo: o medo pessoal é o medo de todos; a violência externa é a violência interna. O desamparo coletivo se enlaça ao desamparo subjetivo

Concomitantemente, se o sentido de humilhação e degradação persiste, perdem-se os enlaces e embasamentos imprescindíveis que garantem a manutenção e a inserção no aspecto social.

a característica mis significativa de nossa época é o que tenho proposto denominar como um estado que se encontra mais além do mal-estar na cultura. Tem diminuído ou tem-se transformado virtualmente inexistente em certos momentos e para enormes segmentos da população, o prazer mínimo necessário para que, participar na cultura, faça algum sentido e, portanto, para que o espaço sociocultural seja investido. A experiência de sem sentido na participação em dito espaço é o que caracteriza o estado que se localiza mais além do mal-estar cultural (Franco,1999: 4).

As instituições sociais já não parecem sociais por sua impossibilidade de transmitir ligação social e perspectiva de futuro:

Todo conjunto da vida social é atravessado por uma espécie de desinstitucionalização entendida como uma desvinculação de respectivos marcos objetivos que estruturam a existência dos sujeitos. (...) há segmentação e fragmentação das tarefas, precariedade, isolamento y perda das proteções.(...) Mas hoje em dia não vemos se desenvolver outro individualismo, esta vez de

massas, que aparece como uma metamorfose do individualismo.(...) Mas conserva o traço fundamental de ser um individualismo por falta de marcos e não por excesso de interesses subjetivos (Castel,1997: 472).

Em nível da subjetividade, esta sensação de solidão e vazio por ausência de marcos socializadores leva a que:

Os transtornos narcisistas se apresentem não tanto em forma de transtornos com sintomas claros e bem definidos, senão como “transtornos de caráter” por um mal-estar difuso que o invade por inteiro, um sentimento de vazio interior e de obscuridade da vida, uma incapacidade para sentir as coisas e os seres (Lipovetsky, 2000: 76-77).

Por essa perspectiva de incerteza e fragilidade social, Silvia Bleichmar assinala:

Poderíamos definir, atualmente, como “sobremalestar”, ou “mal-estar sobressalente”, a quota que temos que pagar (...) que leva à resignação de aspectos substanciais do ser como efeito de circunstâncias sobre agregadas (...) As dificuldades materiais, a impossibilidade de garantir a segurança futura, o incremento do anonimato e o cerceamento de metas em geral não bastam para definir cada uma, em si mesmo, este “mal-estar sobrance” (...) O mal-estar sobrance se dá, basicamente, pelo fato de que a profunda mutação histórica sofrida nos últimos anos deixa a cada sujeito despojado de um projeto transcendente que possibilite, de alguma maneira, visar maneiras de diminuição do mal-estar reinante (Bleichmar, 1997: 1)

Por sua parte, Ulrich Beck (1997) fala de sociedade de risco, entendendo como tais, aquelas nos quais os riscos sociais, econômicos ou outros, escapam da possibilidade de que sejam protegidos pelas instituições tradicionais, o que incrementa ameaças que podem chegar a serem incontroláveis. Giddens (apud Beck, 1997) indica como que no mundo atual as oportunidades e perigos se

apresentam de forma igual. Da mesma maneira, Ariés-Duby afirmam: *hã nascido novas incertezas (...) O verdadeiro medo dos anos oitenta é a insegurança pela própria pessoa e pelos próprios bens* (Ariès-Duby v. IX, 1990: 196-197). Este risco social ao “deportar” certezas mínimas, tranqüilizadoras e fundadoras da subjetividade, eterniza um estado de dúvida e mal-estar que excede a capacidade de tolerância e transformação psíquica. Trata-se de condições que incentivam a insegurança dentro de um universo caótico e inapreensível. O sólido é substituído pelo fluido, os conteúdos por superfície, o futuro pelo imediato, os projetos de vida por estratégias de sobrevivência.

A sobrevivência urgente, o imediato “da sobrevivência urgente, o imediato que “desola” psiquicamente, anula a capacidade da memória e a possibilidade de fazer duelo tal como mencionai a propósito da persistência transgeradora de conteúdos da ditadura. Enriquez assinala, com tino, que *“uma sociedade sem memória ou com memória alterada é uma sociedade alienada”* (Enriquez, 2000: 193).

A curto e médio prazo, esta rotina “devoradora”, anula a capacidade yoica de antecipação (Aulagnier, 1975) e a possibilidade de projetar projetos Sociais e pessoais. Isso implica – como já indiquei – um detrimento do ideal do Eu a favor do Eu – ideal estruturado ao redor de um funcionamento mental regredido oposto a um ideal do Eu que *“implica a idéia de projeto”* (Chasseguet-Smirgel, 1975: 51). Sem a possibilidade de concretizar projetos, se anula o sentido porvir e de esperança, embasamentos fundamentais na matriz social da modernidade keynesiana.

Os substitui a desesperança a depreparação, o que facilita o avanço da pulsão de morte, impondo um traumatismo de morte (Golse, 2000). Este impacto do traumático:

põe em risco, em maior ou menor medida, dois grandes aspectos da organização do Eu e a sua função: a auto-preservação e a auto-conservação (...) o traumático é aquilo que coloca em risco tanto a forma que o Eu se apresenta na conservação da vida (...) as formas nas que o Eu sente-se em risco a respeito dos enunciados identificatórios que o constituem (Waisbrot, 2002: 40).

Como assinala Janin (1989), trata-se de um “salve-se quem puder”, com o predomínio do individualismo que deixa a todos indefesos: crianças, jovens e adultos. Silvia Morici (2002) descreve como o caráter destrutivo do acontecimento implica a prevalência do sentimento de impotência e, portanto, de abatimento ao assistir a precipitação de essa ordem indispensável para a sobrevivência. A metáfora do “derrubamento” tem um referente real e concreto: assistimos a um “*untergãng*”³² social implacável, uma demolição estrepitosa de ordenadores básicos do sentido social e individual. Devastação pelo qual o movimento de desconstrução parece superar ao movimento de construção.

Talvez por isso se diga que a nossa época é antifilosófica. Não há mais sentido em se complicar porque a vida, por si só, se manifesta como uma complicação insolúvel e diabólica:

Sociedade bloqueada? Jamais se transformou com tal rapidez (...) E neste mundo desorientado (no sentido etimológico da palavra, quer dizer que tem deixado de se saber por onde nasce o sol), o homem seja qual for o seu estatuto, o seu papel e a sua função, está mais só do que nunca, confrontado diante da dificuldade de escolha (Ariès-Duby, v. IX, 1990: 238).

Como indica Araújo (2002), assistimos a uma degradação sistemática da existência de vastos setores do corpo social diante da impunidade daqueles que produzem, frente à indiferença, ignorância ou resignação do resto do “corpo” social. Situação que muito bem poderia ser considerada como a manifestação de crueldade:

Um ato é cruel na medida em que encontra ao outro sem recursos para fazer algo (...) a crueldade de outro humano é a manifestação da imposição de um ato, de um enunciado, de uma idéia, a outro – sujeito que não está em condições de receber, que não tem onde por (...) isso que lhe é imposto, seja porque não o suporta naquele momento ou porque o ato implica uma impossibilidade em qualquer momento, ou seja, porque se trata de uma produção que excede a situação e causa uma busca de destituição ou expulsão de algum de seus ocupantes (Waisbrot, 2003: 156-

³² Queda ou derrubada em alemão. Termo utilizado por Freud (1924) em relação ao Complexo de Édipo.

157).

Pergunto-me, então, até que ponto esta sociedade de mercado onipotente e assombrosamente indiferente aos males que ela mesma tem produzido se relaciona ao que Hanna Arendt (2004) chama de a banalidade do mal:

quando além disso é atacado em seu corpo familiar e/ou social, ao diluir-se o continente-apoio da confiança básica no humano protetor, o que resta no seu lugar é ocupado por vivências de ordem do sinistro e do terrificante. Cai o véu da palavra, suporte da subjetividade e a diferença, uma vez mais fica mais uma vez imolada. O traumático não encontra palavras nem representações, acomodando-se deste modo a violência e o desamparo. Observamos que, nesta falha na ligadura, pode ser registrada na ruptura da solidariedade, na violência banalizada, nas guerras fratricidas e também em aquelas situações que denominamos do “mal cotidiano”, e de “mal de horror” (Czernikowski, 2003: 306).

Descrevendo a Eichmann, Arendt (2004) assinala que o que é a sua “normalidade” o que lhe parece um fato eternamente novo. Nem perverso nem sádico, é absolutamente inconsciente do mal que tem provocado e das suas conseqüências e ramificações. É simplesmente uma “engrenagem” típica e terrífica, hiperadaptada que cumpre de forma “gloriosa” as suas obrigações, sejam quais forem as conseqüências.

II.7- A Família e o paterno

Laura Tavares assinala que o neoliberalismo não se limita a: “*medidas econômicas de efeitos conjunturais e/ou transitórias [senão que traz] conseqüências sociais graves e permanentes , muitas vezes difícil de voltar atrás*” (Tavares, 1999:171) . Este capítulo desenvolverá justamente uma destas conseqüências: a passagem da família nuclear da modernidade keynesiana ao que chamo família espoliada no neoliberalismo. É necessário, porém, assinalar que as transformações da família formam parte de um processo mais amplo e anterior ao neoliberalismo, de transição demográfica, de individualização e de transformação das relações de produção, que inclui além disso, câmbios na construção de gênero que leva a uma crescente participação da mulher no

mercado de trabalho. Do mesmo modo, é necessário apontar a quantidade de transformações sexuais existentes, novas tecnologias reprodutivas e aumento significativo da taxa de gravidez entre mulheres jovens e adolescentes (Vasconcelos & Morgado, 2005).

Cabe indicar que, como já desenvolvi, havia elementos que eram fundamentais à família do modelo keynesiano: lar, trabalho, capacidade de transmitir proteção, albergue e sustentação na construção de subjetividade. Corpo materno albergante e palavra paterna ordenadora, constituíam um modelo de estabilidade e homeostase por excelência, como “ninho” ao que sempre se podia retornar dos nossos sonhos e lembranças.

Recorda Araujo (2002) que “os deuses” da modernidade eram principalmente o trabalho, o economizar, a ordem, a saúde e a higiene corporal. Tratava-se assim de ser “útil” à sociedade e a “si mesmo”. Estes elementos equilibrantes estão destruídos no neoliberalismo:

Constata-se então um deslizamento dos principais parâmetros que garantiam essa harmonia frágil (...) O trabalho - como verificamos ao longo deste recorrido - é mais que o trabalho, e por tanto o não-trabalho é mais que o desemprego, o que não diz pouco (...) trata-se de uma mutação completa de nossa relação com o trabalho e, em conseqüência, da nossa relação com o mundo: haveria de se inventar uma maneira totalmente diferente de habitar este mundo, ou resignar-se ao Apocalipse (...) De modo que o problema atual não é só o que propõe a constituição de uma “periferia precária” senão que também o da “desestabilização” dos estáveis (...) Nesta dinâmica não há nada de “marginal”. Assim como o pauperismo do século XIX estava inscrito no núcleo da dinâmica da primeira industrialização, a precarização do trabalho é um processo central regido pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno (Castel, 1997: 390-413).

Esta situação leva a uma reestruturação geral da identidade e dos vínculos e por tanto a uma desestruturação familiar aguda que acusa o “impacto” da desinserção social. Isto comporta na família a desarticulação e a confusão dos papéis, o desencanto com o conjunto social, o isolamento e o sentimento de ameaça constante (“catástrofe iminente”) pelo medo de perder o emprego

(Araujo,2002) . A humilhação passa a ser um fato inegável tanto como seu correlato, a necessidade de submetimento (Forrester, 2000).

O conjunto familiar então acolhe emoções desestabilizadoras e transbordantes como a vergonha, a depressão, o denegrir perante os antecessores, tristeza e culpa diante dos filhos:

Há uma dívida que se paga para cima mas que, fundamentalmente, se paga para baixo. A dívida contraída com os pais, se paga com os filhos. E esta dívida é imperiosa, urgente e inadiável. É uma dívida que não se pode esquivar. Quando as circunstâncias externas nos impedem de saldá-la - desonrados por não poder honrar nossas obrigações - (...) nos é imposto como humilhação insuportável (...) Isso quer dizer que, por primeira vez, uma geração inteira se vê impedida de pagar a dívida contraída (...) O default, a quebra que nos impede de pagar a dívida externa, não só alude ao fracasso econômico que nos supõe culpados diante de um compromisso contraído em nosso nome – sabe-se lá por quem - mas que gera um profundo conflito psíquico na medida em que funciona como interdição para que possamos garantir a nossos filhos o mesmo que nossos pais nos deram (Volnovich, 2002: 1-2).

Desse modo, podemos supor que se aniquila a possibilidade de que os pais mantenham uma versão digna e honrosa de si mesmos. Impossibilitados de ter cuidado ao serem espoliados enquanto adultos, perdem o orgulho de sustentar emocionalmente seu filho e – coisa não menos importante - passam a sofrer o “impacto” da perplexidade deste, que já não sabe “como” ficar orgulhoso de seu progenitor.

Situação desgraçada pela qual agora são os filhos os que, não raro, passam a ser os cuidadores dos padres. Cuidado material tanto como psíquico, pelo qual (Janin,1989) as crianças ficam como depositárias das angústias dos pais, instalados num papel de cuidadores no qual tentam evitar que seus progenitores caiam em estados de depressão ou desborde. Descuido de si próprio que alenta uma política de expiação e sacrifício de si, pelo qual o filho passa a funcionar na modalidade de objeto único narcisista (Berenstein, 1988), descuidando da auto-estima, da capacidade de tolerar a ansiedade ou a vitalidade do desejo (Berman,1994) .

A construção de subjetividade se realiza assim desde um apego desorganizado (Fonagy, 2000), que não implica necessariamente maltrato físico, mas psíquico. O pai-cuidador já não pode se esquecer da “realidade social”, que lhe permitia à criança sustentar seu crescimento sem se preocupar por aquela. Pelo contrário, estes pais “abrumados” nem são protetores nem lhes é permitido continuar encarnando a sociedade. Daí que a criança, ao invés de estar pendente do seu crescimento, está pendente do “desabe” de seus pais.

Desta maneira, a criança gera prematuramente uma estrutura social na sua mente, que implica um incentivo do seu papel de filho messiânico que em vez de “nutrir” seu aparelho psíquico, nutre o de seus pais. A criança percebe inevitavelmente que estes são maltratados, pelo que se transforma num “experto” das suas necessidades emocionais e de seus estados de ânimo.

A construção de subjetividade se consolida em torno à expectativa ansiosa, a incerteza prevalecente e a dificuldade de consolidar o self coesivo e discriminado dos seus pais. Na medida em que estes não conseguem encontrar uma versão reconhecível de si mesmos a nível social, o infante tampouco consegue encontrar neles uma versão reconhecível de si. Desta maneira se patologiza o lado do aparelho psíquico encarregado dos processos de discriminação e diferenciação.

A acentuação deste cuidado dificulta a presença da ambivalência como geradora de saúde mental devido à experiência de ódio de forma aterrorizante e culposa, características da etapa esquizoparanóide e da identificação projetiva massiva (Baranger, 1971). O maltrato social que os pais recebem os incapacita para sustentar a ilusão de um aparato psíquico autogerado nos seus filhos. Daí que insisto, num trabalho anterior, na importância de ter em conta idéias de P. Aulagnier :

A fantasia partenogenética [implica uma] atividade estruturante do psiquismo adolescente. P. Aulagnier (1994) coloca que a auto-atividade psíquica é fundamental para o psiquismo. Assinala que em certa medida, ainda que a subjetividade se gere desde o outro, o psiquismo deve poder erigir a possibilidade de se auto criar (Klein, 2004: 18-19) .

Os pais se encontram desta maneira preocupados por outro lado, o familiar, elaborando (quando lhes é possível) práticas de sobrevivência desesperadas.

Cabe esclarecer que ainda que o social sempre está presente, não é o mesmo ele se “revelar” através da mediação familiar, ou se impor invadindo e esvaziando a configuração familiar. Ao invés de ser um marco silencioso, o social passa a ser um “uivo” que racha a capacidade intersubjetiva do aparato psíquico, impondo violentamente fenômenos transsubjetivos (Kaës,1993). Pergunto-me se não é possível relacionar a esta situação os chamados fenômenos de psicofobia (Valdré,1998) encontrável em adolescentes graves, pelo qual se teme e evita a própria atividade de pensar.

Desde Winnicott (1981) podemos valorizar a importância de poder contar com modelos adequados de sustentação, sustentando um ambiente previsível e suficientemente bom, que consolida o sentimento de controle e reconhecimento. Assim, desde a matriz modernista keynesiana os progenitores podiam ter temor ante a “saída” exogâmica de seu filho, mas no mesmo havia uma dose nada desprezível de orgulho e esperança familiar diante de um descendente que adquiria autonomia e capacidade de decisão. Seu negativo, pelo contrário, é o que apresentei como vivência de catástrofe iminente, que definitivamente implica na passagem de pais cuidadores-protetores para pais desamparados.

Desse modo, o processo dialógico e os intercâmbios afetivos, simbólicos e interativos (Lyons-Ruth, 2004) se substituem por mensagens ambíguas, mensagens dúbias ou segredos inconfessáveis, que acentuam processos de endogamia e clausura familiar, menos por falha da função paterna do que por um robustecimento defensivo dos sistemas de proteção da família frente ao desamparo geral.

O que indiquei noutra publicação (Klein,2003), política do *tateio*, dava a entender que a importância do adolescente manter a capacidade de exploração e elaboração diante do novo e do inédito, corre perigo de se extinguir, substituída por uma política de *desconcerto*, relacionada a uma situação inesperada e incompreensível que “sacode” os fundamentos estáveis do que era a classe média e a sociedade em geral.

Caso o pai da horda seja aquele que possa afirmar (Freud,1913) : “Eu sou a lei porque tenho a força, sou inquestionável”, a figura do pai que vai se

delineando alude, pelo contrário à debilidade e ao estrago. É um pai que não é forte, não se acredita forte, nem se enxerga forte. Roudinesco indica como o pai “*Por causa da sua impotência econômica, já não mete medo*” (Roudinesco,2003: 154). Se às vezes aparece como *pai-ogro* isso é bem mais da ordem do ridículo, porque na realidade é um pai em verdadeiro estado fluido.

Não pode ser nem o pai terrível do segundo tempo de Édipo (Lacan,1979), nem o pai representante da lei como função paterna em nome de uma sociedade, que na realidade o despreza olímpicamente. Como analisa certamente Joel Birman, a função paterna se articula de forma decisiva para o social:

E sobre este ponto específico que gostaria de realizar a crítica à leitura lacaniana da lei, de maneira que possa retirar as conseqüências inevitáveis para a interpretação da justiça.(...) No Brasil, a lei é letra morta, na verdade, e completamente dissociada das práticas sociais da justiça. A concepção simbólica da lei não pode ser restringir aos processos lingüísticos, mas deve ser necessariamente relançada nos campos social e político, nos quais a economia política dos bens e valores intercambiados no espaço social remete para a economia psíquica das pulsões, desejos e demandas dos atores sociais (...) Creio que o funcionamento concreto da sociedade brasileira nos permite perceber, de maneira privilegiada, o intervalo existente entre o registro simbólico da lei e o funcionamento normativo da justiça (Birman, 2001: 280-281).

De qualquer modo, devo esclarecer que este câmbio na função paterna é indissociável da desestruturação da família nuclear, relacionado com um longo processo que vai mais além do neoliberalismo. Neste sentido é possível constatar uma progressiva “socialização” de aspectos familiares, onde instituições sociais (escola, a religião,etc.) assumiram aspectos do papel da maternagem e da paternagem. Assim, as estruturas sociais geram um câmbio na família que é necessário levar em conta atentamente:

Esta família se assemelha a uma tribo insólita, uma rede

assexuada, fraternal, sem hierarquia nem autoridade e na qual cada um se sente autônomo ou funcionalizado (...) A partir disso, a dominação paterna só pode se exercer numa co-participação consentida que respeitava o lugar de cada um dos membros ligados pela instituição matrimonial (...) Ferido em corpo e alma, o patriarca mutilado desta nova ordem simbólica já não poderia fazer valer, por tanto, mais que o dom do seu patronímico para afirmar seu direito a uma espécie de nomeação “adotiva”(…) No sucessivo, o pai compartilha com a mãe o poder sobre o filho e suas antigas prerrogativas, já muito debilitadas com o passar das décadas, se reduzem praticamente a nada. A família se transforma então em “co-parental” e começa a se falar de “co-parentalidade” (Roudinesco,2003: 168-111).

Esta mudança de papéis que Roudinesco descreve é também relacionável a um sentimento de impotência, que se deve tentar evitar relacionar com um discurso conservador que almeje a “restauração” de um pai forte. Neste sentido, seria melhor indicar que não é um “já não há necessidade de se fazer de pai”, e sim são aspectos do paterno que se tornaram impossíveis ou se esgotaram:

A desocupação como marca de identidade e não como estado temporário, assim como o sentimento de vergonha, nos fala de novas condiciones erosivas de autoridade (...) despojam aos pais de valia e, como conseqüência, de autoridade. Os homens e as mulheres atuais já não podem reconhecer um mandato, nem para impugná-lo, nem para cumpri-lo (Duschatzky,2002: 61-79).

Desta maneira a família sofre mudanças substanciais:

esta subjetividade (...) não tem nas figuras adultas da família ou da escola nenhum referente; pelo contrário, alude a tais figuras mediante a agressão, a injúria e às vezes, mediante uma expressão que oscila entre a queixa e o reclame de que não são ouvidos (...) O pai é praticamente uma figura ausente e a mãe se insinua como impotente, sofredora (...) A família já não é o lugar de transmissão da lei através da

figura paterna; o trabalho já não é o espaço que reafirmava o lugar do pai como provedor da família; o mandato de estudo, arraigado na crença de que estudar era a garantia de um futuro melhor foi derrubado (idem: 63).

Impõe-se o fato de que um pai frágil não oferece sustento para uma operatória simbólica (Dofour,2005) relacionável a um estilo de modernidade keynesiana, o que implica no abandono do sujeito a sua sorte e um deslocamento da linearidade temporal “*e com ela, a ruptura dos vínculos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente*”(Hobsbawm,1995: 25) .

Quando o pai já não sabe bem o que é ser pai, algo do temporal se quebra, passando a predominar o descontínuo sobre o contínuo. Igualmente, quando a mãe já não ocupa esse lugar de intermediário entre o interior do lar e o exterior social, surge uma dificuldade de consolidar o espaço de transição, o que incide no predomínio de uma problemática do vazio .

Para os adolescentes, especificamente, isso implica na impossibilidade de aceder ao confronto geracional (Winnicott, 1972), o qual requer adultos que se reconhecem como tais, sustentando capacidade de força e decisão (Klein, 2002). Situação que assinala a inexistência de um embasamento social onde o adulto possa se projetar, sustentar e prolongar como pai, perdendo as estruturas de mediação para que se transforme em representação mental dentro do aparelho psíquico de seu filho.

Em seu lugar aparecem vínculos culpógenos e de dívidas (Kancyper,1992,1997), se perdendo condições estruturantes fundamentais que fazem a construção de subjetividade: “*A presença real, de um pai ou de um Outro que faça presença, é fundamental para as operações de simbolização fundadoras de uma ética e de uma subjetividade, posição do sujeito pressuposto necessária à vida social*” (Gryner,2003: 136).

Deste modo, a família atual é considerada “*emergente de um câmbio social incipiente*” (Wainerman,1996:212) pelo qual já não é, nem pode ser, figura intermediária entre seus integrantes e a sociedade: “*a família não somente se define como o crisol de uma força essencial para a civilização (...) julga-se a para qualquer forma de rebelião subjetiva: a dos filhos contra os pais, os cidadãos contra o Estado, os indivíduos contra a massificação*”

(Roudinesco,2003: 97).

Na medida em que o adolescente se confrontava com a sua família, diluía e causava uma agressividade a serviço do crescimento (Winnicott,1972). Como desenvolvimento num trabalho prévio, assim se comportava heterocinesicamente³³ com relação a sua família, destacando uma subjetividade que se tornava complexa a partir de uma situação de rebeldia e confrontação. Dimensão que, ao não poder mais se sustentar, incentiva, pelo contrário, uma subjetividade heteróclita³⁴ pela qual passam a predominar na sua subjetividade vivências descontroladas, irregulares, ominosas, resultado do “despedaçamento” de um pilar que duplamente ampara: a família, como sustentação, e o lado psíquico como garantia do “cuidado de si” (Klein,2002).

II.8- Três tristes tópicos : ser jovem, pobre e latino-americano

Nesta parte, como se verá, me concentro especialmente na situação dos adolescentes de dois países latino-americanos: Brasil e Uruguai. Assim, uma adolescente de um bairro de classe média empobrecida de Montevideú, comentava: *nós crescemos de um só golpe... Ao que eu, por dentro, acrescentava para mim: e aos golpes*. Creio que o golpe, aos golpes, as golpeadas, são uma das metáforas mais desgraçadas, porém mais atinadas, com a qual posso caracterizar o vínculo do adolescente uruguaio- latino-americano com o seu meio social hoje.

É de se destacar que esta metáfora do golpe reflete o modo como se tem “quebrado” o contrato implícito entre a adolescência e a rede social da modernidade keynesiana (Klein,2003). Como desenvolvo nesta publicação, entendo que este contrato enunciava de forma tácita, mas não menos vigorosa, que essa sociedade era um espaço amplo e generoso, com capacidade de “albergar” um novo membro nela através de direitos e obrigações, quer dizer, com perspectivas laborais e/ou de estudo: *“Trabalho e educação foram práticas privilegiadas para dar sentido à identidade na modernidade. No entanto, o processo histórico põe de manifesto a crise desses modos de socialização”*

³³ A heterocinésia é a execução por um indivíduo de movimentos contrários aos que lhe são indicados (VISOR,1999).

³⁴ O heteróclito implica fenômenos que aparentemente contradizem as regras gramaticais. (VISOR, 1999).

(Cohendoz,1999: 2) .

Por outro lado, se esperava que o sujeito cumprisse certos requisitos imprescindíveis com relação a crescimento, maturidade e experiência, o que o habilitaria a ser nomeado e se auto-nomear como um ser adulto-cidadão. Assim é como entendo o conceito de moratória de Erikson (Maier,1980): um acordo entre partes, onde mais além de prováveis enfrentamentos, existia uma reconciliação inquebrável de pano de fundo. O sujeito criava uma história de vida e em troca a sociedade recebia a “ilusão” de poder se regenerar, se transformar e solidificar através de seus jovens.

Contudo, as coisas têm se modificado. A sociedade já não alberga, mas desampara. Já não tem (ou assim se tenta impor desde o imaginário) lugar para todos e a passagem por distintas experiências etárias se faz difícil:

Sobre o pano de fundo de uma relativa descronologização do percurso das idades, e uma dificuldade geral de lograr inclusão plena, a entrada no mundo adulto se faz cada vez mais tarde (estendendo ainda mais o tempo da juventude), segundo etapas variadas e desreguladas (Wendel,2005: 44).

Desta maneira, entre os grupos sociais mais afetados pelo neoliberalismo encontra-se a juventude empobrecida:

A maioria dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais é negada a esse segmento. A educação é pouco adequada à realidade juvenil, o acesso ao trabalho – e os meios legais de geração de emprego e renda - lhes é vetado (Fraga,2003:10) .

Simultaneamente, a possibilidade de um Estado “*que requer a cooperação e o auto-controle no exercício do poder privado*” (Kymlicka,1997:16) gera crise.

É inevitável que nestas condições, emoções de confiança e reciprocidade sejam substituídas por outras, de desconfiança e paranóia:

Interrogamo-nos sobre as relações de ódio (senão, de hostilidade)

existentes na sociedade brasileira entre um segmento populacional jovem que (...) se sente “violentado” na sua condição de ser humano, e uma parte da sociedade que teme e repudia uma porção da infância e da juventude considerada “imprestável” socialmente e que atua no sentido de “eliminá-la ” (Missae,2002: 28) .

Deste modo assinalo que a moratória eriksoniana entrou em moratória, sugerindo, em troca, o termo **pseudomoratória** como um descritor mais efetivo desta realidade desamparante. Esta pseudomoratória já não é esse dispositivo de antes que retardava, tanto como preparava, a renovação do pacto social keynesiano. Hoje em dia, se o jovem prepara-se para algo, é para a inatividade, a emigração, a violência, a exclusão ou o desalento:

com a gradual implantação de medidas neoliberais (...) assistimos a uma veemente produção de insegurança, medo, pânico, articulados ao crescimento do desemprego, a exclusão, a pobreza e a miséria (...) os jovens pobres, quando escapam do extermínio, são os ‘excluídos por excelência’, pois sequer conseguem chegar ao mercado de trabalho formal (...) Para os que conseguem sobreviver, estão previstos diferentes tipos de aprisionamento. Muitos jovens pobres maiores de 18 anos estão confinados nas prisões (Fraga,2003: 27-28) .

Como assinala Duschatzky (2002) esta nova ordem necessita dos integrados e dos expulsados, mas não no sentido de uma disfunção, mas como estruturante do social. É um estar por fora da ordem social, produzindo um inexistente, “*um “desaparecido” dos cenários públicos e de intercâmbio. O expulsado perdeu visibilidade, nome (...) transitam por uma sociedade que parece não esperar nada deles* (idem: 18).

Assim, não é surpreendente que as instituições que antes incluíam e integravam, sedimentando um “*jovem condutor de ação dirigido ao futuro*” (Fraga,2003: 46), hoje se encarregam, ao contrário, de eliminar as condições e possibilidades de integração:

(...) também a empresa fracassa na sua função integradora dos jovens. Ao elevar o nível das qualificações exigidas para o ingresso, desvaloriza uma

força de trabalho inclusive antes que haja entrado no serviço. Jovens que há vinte anos haveriam se integrado sem problemas na produção, encontram-se condenados a errar de treinamento em treinamento, ou de uma pequena tarefa a outra (Castel,1997: 408).

Ainda que o jovem consiga um trabalho, é factível que ele, ou fique rapidamente desempregado ou que ocupe cargos de classe claramente inferior (Tavares, 1999), (Fraga, 2003). As pesquisas mostram que se impõe uma educação para o desemprego (idem)³⁵. Desse modo, a situação de ceticismo mantida pelos jovens, no fundo parece ser bastante realista se consideramos as denegantes ofertas de trabalho que lhes são oferecidas, ou os níveis de salário baixíssimo e a instabilidade crônica de seus contratos de trabalho. Igualmente, a educação se transforma numa causa de exclusão (Abramovay, 2002).

Esta situação consolida um sentimento de desencanto generalizado pelo qual “O discurso dos jovens (...) está permeado, quase o tempo todo, pelo medo do futuro” (Fraga,2003: 259). O jovem se educa cada vez mais fora da escola e não ‘dentro’ dela: “quanto maior é a idade do jovem (...) menor é a sua frequência escolar” (idem : 244) .

Um correlato que não se faz esperar é a criminalização do jovem que é acusado de violento. A situação, se identificada tanto com o agressor como também com a vítima, permite gerar um rápido, antigo (e hipócrita?) convencimento: o que ocorre com os jovens é culpa dos jovens, incapazes de deixarem de ser vulgares, selvagens, descontrolados... Em outras palavras: se os jovens vão tão mal é por que eles procuram ou por que “o merecem”.

A violência reside refletindo “situações de expulsão social” (Duschatzky,2002: 97) que incidem em pobreza de experiências simbólicas (Missae,2002), como por imposição de um imaginário que “violenta”, o que por si só já é violento.

Desta maneira e progressivamente, enormes grupos de jovens são marginalizados dos sistemas de ensino, do trabalho, e em geral dos direitos de cidadania. A experiência social se empobrece impedindo que “a construção

³⁵ O que contradiz o argumento dos trabalhos estão mas o que falta é gente qualificada para eles.

identitária do jovem das classes populares seja alimentada por configurações autônomas e divergentes do sujeito” (Fraga,2003: 50).

É uma sociedade que precisa com que alguns de seus integrantes estejam em um não- lugar “*pelo que parte de seus membros , e especialmente os jovens das classes sociais mais carentes, assumem o lugar de quem sobra”* (Coutinho,2000: 53). Coutinho (idem) enfatiza que os direitos de cidadania são sociais, ressaltando a importância da “*‘expectativa’ de poder recebê-los “* (idem: 54). Esta expectativa se relaciona, no meu entender, ao cumprimento de uma “promessa” que é, como indiquei, embasamento fundamental da modernidade keynesiana, tenha sido cumprida ou não:

É preciso conceber a modernidade também desde o ângulo da ampliação e da universalização da cidadania, ou seja, concebê-la como uma época histórica marcada pela promessa de plena emancipação dos homens (...) as generosas promessas de emancipação que ela criou, contudo, não foram realizadas (idem: 68-69).

Esta falta de expectativas e de “escassez” de direitos “naturais” implica, no caso dos jovens, na impossibilidade de continuar mantendo sua “prometida” inserção social. Em outras palavras, se trata talvez, da improbabilidade do acesso aos direitos e deveres de cidadania, o que está relacionado a sentimentos de insegurança, desconcerto e desesperança.

Desta maneira se fazem presentes aspectos de um processo de des-cidadanização, que é mais agudo obviamente entre os grupos sociais mais pobres e desprotegidos, no qual o jovem perde modelos de referência identitária e de integração social, sendo extremamente difícil para que referentes sociais substitutivos possam emergir. A promessa keynesiana se debilita quando a adolescência já não passa a ser etapa de “integração” social, mas de “estranhamento” social. Os direitos e as obrigações já não podem se estabelecer a priori, posto que se formulavam e ajustavam preferentemente através do trabalho e da educação, que agora estão questionados e relativizados. É um sujeito que perde qualidade de indivíduo, se entendemos por “indivíduo” uma construção social- subjetiva inseparável do modelo de cidadania keynesiana.

Dentro desta situação, cabe re-situar o debate sobre a problemática da “vulnerabilidade social” (Abramovoy, 2002). No meu entender ela demarca uma situação onde, ao contrário do que indica Hanna Arendt - que define cidadania como “*reconhecimento ao direito a ter direitos* (idem: 23), tal operatória de reconhecimento está impossibilitada.

Pelo contrário, o que se acentua, como já indiquei anteriormente, é um processo de identificação com o agressor (Frankel, 2002) pelo qual alguns adolescentes tornam “seus” a imagem marginal que a sociedade alenta sobre eles. Provavelmente, compreendendo que ser o que a sociedade deseja - ainda que implique tal negatividade - é uma maneira certamente alienada de receber existência social, ao menos se gera um ponto de certeza identitária o qual, mesmo grave, permite certo decolar existencial na cotidianidade.

O ponto fundamental é que assim se chega a uma situação de indistinação: é o que o outro quer que se seja. Ao mesmo tempo, este mecanismo de defesa pode implicar em não mais “tolerar” a violência, porém “exercê-la” (Hanna Freud, 1985). Esta possibilidade implica num recurso de re-indivuação, pelo qual os jovens podem pelo menos responder desde um lugar de certa “igualdade” às situações as quais se enfrenta.

No obstante, haveria que se destacar mais amplamente quais são os impactos das dificuldades de integração social sobre a subjetividade adolescente e os efeitos de uma vulnerabilidade que passa assim a ser tripla: social, familiar e psíquica. As investigações sobre apego levadas adiante por Fonagy (2000), sugerem que uma situação de maltrato pode induzir um ciclo de desenvolvimento severo e extremamente perturbado. Na realidade, maltrato social e maltrato familiar não poucas vezes se realimentam dentro de um quadro trágico :

Muitos dos jovens [que sofreram violência social] tiveram contato com a violência de forma direta também no ambiente familiar... muitas das crianças encontradas nas ruas deixaram suas famílias por serem vítimas de maus tratos dos seus próprios pais” (Abramovay, 2002: 50) .

Desta maneira, estes jovens apresentam dificuldades para ser parte da

sociedade, de sua família e -dado nada menor, como desenvolverei mais adiante -de sua própria adolescência. Família, adolescência, sociedade, se transformam em dados alheios, externos a ele mesmo.

A continuidade geracional que implica na possibilidade de que o emprego do pai seja sucedido pelo emprego do filho, e que a prosperidade do pai seja sucedida pela do filho, rompe-se indefectivelmente. Eliminam-se as condições de seguridade básica (Giddens,1997) e se fragilizam assim, memórias geracionais arquetípicas, consolidando-se o que chamo processo de amnésia criptográfica.

O amnésico do termo remete à dificuldade de manter a continuidade geracional, gerando-se no psiquismo a presença de criptas (Tisseron,1995) que passam a ocupar o lugar de objeto trans-geracional (Eiguer,1998). Estas criptas do psiquismo não permitem a transformação do anterior-geracional na forma de recordação e elaboração, senão que o impõem em forma traumática e sem transformação. Por isso, desde Anzieu (1990) acredito que se gera o que denomino desolamento psíquico, como se nacos de “pele” psíquica se arrancassem sem possibilidade de transformação mediadora.

Simultaneamente se anula a obrigação de se investir no conjunto como continuidade e reunião de semelhantes (Kaës,1993), o que dobra tal obrigação de forma imperativamente exigente (condição de hiper-adaptação). Desde os aspectos referidos se impõe assim uma não- exigência de trabalho psíquico (idem), com o qual os vínculos familiares já não passam pela diferenciação, mas por tarefas de cuidado e proteção pseudo-reparatórias.

A adolescência se torna um inexplorável, com predominância de vínculos fusionados que chamei cena congelada (Klein, 2004). Estamos num ponto totalmente oposto ao de Aulagnier (1975,1991), que apresenta as condições pelas quais os jovens “habitam” situações de inclusão social desde um contrato narcisista.

Desde o neoliberalismo, pelo contrário, ocorrem dois fenômenos paradoxais que acredito que substituem o contrato social-narcisista keynesiano. Ou se gera um processo de perda ou ambigüidade, de direitos em forma de desconstratualização generalizada (quer dizer, que se debilita o contrato da modernidade keynesiana como um todo) ou, pelo contrário, aspectos referidos a obrigações e adaptação (já não

“integração”) social se radicalizam, com o que se impõe uma versão abusiva e metonimizada do contrato social-narcisista.

Em qualquer dos dois casos, se acentuam aspectos instituídos daquele mesmo que parece “expelir” seus contratantes.

Desde a modernidade termos como “inquietação”, “vivacidade”, “curiosidade” e “entusiasmo”, descrevem uma forma de construção de subjetividade adolescente, ao mesmo tempo em que é consenso a configuração de um espaço social adolescente. Daí que quando os autores mencionam o impacto da crise social no psiquismo adolescente, é necessário relacioná-la com outra crise fundamental: a do espaço social. Não é somente o mundo interno do adolescente o que está em crise mas além disso, e ao mesmo tempo, o espaço para o qual ele advém.

O espaço social, o objeto, o outro e a cotidianidade, ao se fragilizarem, não podem ser experimentados como crescimento ou júbilo, posto que se tornam invasores ou inexistentes. O social passa a estar demasiadamente presente ou demasiadamente ausente, arruinando-se uma possibilidade intermediária, com o que as possibilidades de negociação com o objeto se tornam inexistentes. (Jeammet,1992)

Desde uma modernidade onde o adolescente possuía um lugar e uma função social relevante, passa-se a outra situação onde não existe projeto social para a adolescência. Ao desaparecer o investimento prévio da sociedade, o adolescente passa a estar situado num presente atemporal (como o do mercado) que imprime câmbios significativos na sua subjetividade.

No caso de seguirmos Green (1994), sustentamos que o adolescente é um conquistador que vence e arrasa sua infância, o adolescente do neoliberalismo é aquele que é colonizado por um objeto invasor se destacando, como elementos da sua subjetividade junto a carências e privações, a precariedade como destino e a destituição do futuro. Elementos de vulnerabilidade narcisista (Jeammet,1996), que levam à predominância dos sentimentos de desvalimento e desamparo.

Perfila-se um empobrecimento do psiquismo, pelo qual se reduzem as fantasias a seus protótipos fisiológicos. Quer dizer que os encontros com o outro já não tramitam através de fantasias, vínculos e fantasmática, e sim através de referentes regressivos, relacionados à necessidade, o consumo,

a satisfação. Isto explica por que a vivência de necessidade é a única forma como se tolera a presença e o encontro com o objeto, situação que se verifica mais claramente com os transtornos alimentares e adições.

Trata-se, em definitivo, da impossibilidade de tolerar a ausência, pois o objeto, enquanto aparece como necessidade fisiológica garante a sua permanente presença. Assim, a ausência já não pode conduzir à esperança, mas ao desespero (Green,1987). Perde-se então a oportunidade de se aceitar e de aceitar ao outro, tolerando situações que, ainda que mutantes, possam permanecer constantes. A ausência do outro é vivida como “abandono”, aparecendo sentimentos de ressentimento (Kancyper,1992).

Existe um duplo movimento simétrico: assim como o neoliberalismo anula a catectização dos espaços de subjetividade, os adolescentes anulam o que neles há de adolescência. Esgotam-se processos de subjetivação que garantam marcas instituintes e a ilusão de auto-engendramento do aparelho psíquico, passando a predominar o instituído e o transubjetivo (Kaës,1993). Por isso, quando se afirma que “os adolescentes precisam de lugares para eles”, deve se propugnar, ao mesmo tempo, espaços de investimento social imprescindíveis.

A inexistência destes pré-investimentos sociais junto a tentativas pseudoreparadoras que se praticam socialmente frente a mudanças catastróficas que surgem como inexplicáveis, faz com que se insiram os jovens em de rituais de expiação e sacrifício:

A época moderna está assim vendo se disseminar uma nova forma sacrificial: o sacrifício ao quadrado. Trata-se de um gesto sacrificial novo que, ao se perpetrar, permite criar o ponto de apoio necessário, que faltava, para enfim viver, nem que seja por um instante, antes de desaparecer. Essa nova forma sacrificial começa com o sacrifício de vítimas precisamente escolhidas (...) Com certeza resta um apelo desesperado ao laço social (Dofour,2005: 102).

Surgem assim, estruturas sociais e de pensamento regressivas, em relação às figuras do bode expiatório, bode emissário, culpa coletiva. É uma forma – ainda que falida - de encontrar sentido às coisas inexplicáveis. E certamente o

mercado neoliberal, suas regulamentações e fenômenos que imprimem uma ordem estranha e inexplicável...

O ritual do sacrifício imposto a jovens que morrem simbólica o violentamente, poderia significar a expulsão de um “excesso” ao que se responsabiliza por um estado de desequilíbrio que se deseja modificar (ou que se acredita fazê-lo) recuperando homeostase com um procedimento de expulsão compulsiva e irracional.

Os adolescentes retomam, desde este contexto sacrificial, as figuras bíblicas de bode emissário- bode expiatório ³⁶ (Berenstein,1981), onde os sacrifícios de expiação se realizavam com objetos (animais) destinados a desaparecer. Ritual que garante a continuidade social, um ideal coesivo e o restabelecimento de um coletivo que desta maneira se renova sangrenta e circularmente.

Irei desenvolver mais extensamente nos capítulos de análise clínica, como se manifestam algumas destas práticas “sacrificiais”, junto com outras características da subjetividade adolescente que se destacam a partir do marco social neoliberal.

³⁶ A Bíblia, Levítico 16,3 e 16,19.

CAPÍTULO 3

ADOLESCENTES SEM ADOLESCÊNCIA: DA MODERNIDADE AO NEOLIBERALISMO

III.1- Aquele Uruguai que já foi

O Uruguai pôde conhecer dias de glória nos quais a Modernidade Keynesiana inscrevia-se com letras maiúsculas no seu corpo social e na sua organização estatal. A modernidade era uma forma de cultura alentada pelos uruguaios, reconhecidos (Margulis, 1997)³⁷ nessa matriz compartilhada.

Verificava-se assim, a concretude de um Estado ‘generoso’ e abarcador, que se expressava claramente nos feitos e nos discursos³⁸ que recorrem ao Uruguai batllista³⁹ e neo-batllista, desde o início do século vinte até o final da década de 1950. Esse batllismo- na melhor tradição keynesiana - constituiu (e expressou) um discurso de tipo integrador, que supôs “*a articulação de um sistema de relações diferenciais que pretendia integrar seletivamente as demandas populares à hegemonia expansiva do bloco de poder*” (Panizza, 1990: 16).

Este discurso integrador impulsionou⁴⁰ um modelo de cidadania que condensou “*uma variedade de elementos políticos, sociais e econômicos (...) identidades alternativas em termos de classe, religião, pertencimentos regionais (...) foram durante muito tempo algo ‘impensável’ para a maioria da*

³⁷ Margulis assinala que a cultura implica : “(...)significações compartilhadas e o caudal simbólico que se manifestam nas mensagens e na ação, por meio dos quais os membros de um grupo social pensam e se representam a si mesmos, seu contexto social e o mundo que os rodeia “(Margulis, 1997:12).

³⁸ Tomo o discursivo estritamente no sentido de “*formas de produção de consenso*” (Panizza, 1990:11), as que obviamente recobrem contradições e conflitos vários. Tomando o modelo de Laclau-Mouffe, Panizza analisa como os discursos estabelecem sistemas de equivalências, antagonismos e diferenças. Outra concepção que remarca o homogêneo da prática discursiva assinala que “*A denominação ‘discursos sociais’ se refere aos resultados de um processo não totalmente deliberado de construção de sentidos, que alguns setores tentam que sejam compartilhados por todos, e que brindam legitimidade e consenso a certos arranjos e práticas*” (Burin, 1998: 166).

³⁹ Refere a José Batlle e Ordoñez, presidente de Uruguai em começos do século XX (1901-1904 e 1912-1916) e fundador do “batllismo” força política modernista e progressista.

⁴⁰ É de fazer notar que esta situação é inseparável da situação dos partidos políticos no Uruguai, o que me é impossível aprofundar por escapar ao marco deste trabalho.

população” (idem : 36).

Desta maneira, e ainda dentro do capitalismo periférico, a modernidade keynesiana soube ser parte da identidade econômica e social do Uruguai. Configurou-se assim uma sociedade ampla e inclusiva, onde a identidade do sujeito se molda de acordo ao padrão de cidadania, potencializando a dupla direitos -obrigações como uma situação que enriquecia o “corpo” social, tanto como o espaço individual. *”A ordem social é apresentada como sendo o produto de um processo de absorção gradual de demandas populares em benefício ‘de todos’ (incluídas aí as classes populares) sob a ação tutelar do Estado”* (idem: 99).

É certo que até determinado ponto poderia se falar em ‘tutela’, tal como assinala Panizza, mas analisando os discursos políticos de Luis Batlle⁴¹ (e o neo-batllismo), revela-se de forma clara o programa da referida modernidade. Cito um fragmento de um discurso de Luis Batlle que ilustra tal situação: *“O governo não pode esquecer de ninguém, e menos ainda os que precisam dele: as classes pobres, que são as que têm seu amparo nas leis sociais e econômicas (...) são as que esperam a tutela justa do Estado”* (idem: 82).

A classe média, que sem dúvida recebeu essa tutela justa, se consolida como sinônimo de trabalho, honradez, modelo da sociedade uruguaia e meta possível a ser alcançada :

O Estado bem-feitor do início do século XX configurou, dentro do projeto modernizador, a extensão de uma classe média graças à geração de uma fonte de trabalho que, ainda que não cobrisse a totalidade das posições, de certo homogeneizava, centralizando a imagem de solidez e ordem sobre si para a extensão de toda a sociedade.(....) E acontece que a classe média uruguaia desborda toda identidade de classe, está instalada no imaginário social como a própria forma do ser social, se estendendo para cima e para baixo em valores e normas de conduta nas quais o único que é compartilhado é o horizonte que emoldura as subjetividades (Araujo,2002: 70-71).

Desse modo, a classe média uruguaia, suas vicissitudes, formas de

⁴¹ Luis Batlle foi sobrinho de José Batlle y Ordoñez, também presidente de Uruguai (1945-1949, 1954-1958) e pai de Jorge Batlle, presidente de Uruguai entre os anos 2000 y 2004.

apresentação social e construções subjetivas dão conta, de um jeito ou de outro, das mudanças que o Uruguai sofreu na passagem da modernidade keynesiana para o neoliberalismo atual. Escolhi, então, para esta pesquisa, como explicarei exaustivamente mais adiante, material clínico proveniente de jovens pertencentes a essa classe média, que agora empobrecida, permite estudar uma dramática radiografia dos efeitos na subjetividade do neoliberalismo uruguaio (e provavelmente latino-americano).

III.2- O Uruguai que é: dados sócio-demográficos atuais

A) Dados gerais do país

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (2003), os dados populacionais e demográficos do Uruguai são:

População Total:	3.399.438
População Masculina:	1.645.225
População Feminina:	1.754.213
Esperança de vida ao nascer:	75,38 anos
Taxa Bruta de Natalidade:	15.72 ‰
Taxa Bruta de Mortalidade:	9,35 ‰
Taxa de Analfabetismo:	3,1 %
Taxa global de fecundidade:	2,17
P.I.B. per Capita 2003:	\$ 93.322

B) Estimções de pobreza

De acordo com o mesmo Instituto Nacional de Estatística (2004) entende-se que durante 2004, em geral, freou-se o crescimento da pobreza observado nos anos anteriores, ainda que a incidência da pobreza extrema tenha se *incrementado ligeiramente*. No obstante, a incidência da pobreza das pessoas *creceu* pontualmente no ano de 2004 atingindo, em média, 32,1% frente 30,9% registrados em 2003.

A incidência da pobreza extrema em 2004 cresceu mais do que o dobro em relação a 2000. Este efeito tem se observado no total do país urbano e também em cada área (mais do triplo em Montevideu).

Como características dos lares indigentes, observam-se taxas de desemprego muito maiores do que o conjunto de todos os lares levantados,

com menor disponibilidade de recursos para sustentar lares mais numerosos e com mais inativos (menores de 14 anos e passivos), tanto na alimentação como em outros gastos.

A margem de pobreza é da ordem de 33%. Isto é, a renda nos lares pobres é cerca de um terço menor do que a necessária para que um lar cubra todas as suas necessidades sem passar por privações, produzindo-se um decréscimo nas rendas reais, o que se traduz num incremento da margem de pobreza.

Proporcionalmente, a pobreza afeta mais **crianças e jovens** do que adultos. Em 2004, 32% das pessoas do país são pobres e a média: 57% têm menos de 6 anos, 54% entre 6 e 12, **45% entre 13 e 17**, 29% são adultos e 11% são pessoas na terceira idade. Das 108.200 pessoas indigentes no ano de 2004, estima-se em 47.700 de adultos (entre 41.900 e 53.600), e em 60.500 os menores de 18 anos (entre 52.900 e 68.000).

C) Evolução da pobreza em Montevidéu: 1999-2004

Quadro I - Pessoas por diferentes grupos etários em lares pobres -%-

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004
< de 1 ano	46,63	50,02	47,27	58,58	64,16	62,59
0 a 4	46,55	51,93	50,91	57,61	65,07	64,39
0 a 14	42,66	47,44	47,50	54,31	63,09	63,61
0 a 17	41,63	45,61	46,50	53,27	61,44	62,01
60 e mais	9,14	9,35	10,37	13,29	20,76	21,30
PESSOAS	23,79	25,97	27,45	32,57	41,07	41,23
LARES	16,05	16,88	18,31	22,62	30,13	30,19

Quadro II - Pessoas em lares na indigência -%-

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004
0 a 17	2,62	3,12	2,85	4,46	7,38	10,9
PESSOAS	1,07	1,28	1,14	2,05	3,31	4,7
LARES	0,49	0,67	0,59	1,07	1,77	2,4

Fonte: Unidade de Estatística Municipal, Maio 2005

De acordo com as distintas variáveis estudadas, comprova-se um processo constante de empobrecimento no Distrito de Montevidéu no período 1999-

2004. A **franja adolescente**, em particular, se mostra especialmente vulnerável a essa evolução.

D) Generalidades sobre o Uruguai e a sua juventude

Quadro III- Projeção da população urbana, grupos etários juvenis e resto da população.

	1990	1995	2000
15-19	116.467	126.157	119.169
20-24	96.814	115.657	124.950
25-29	95.346	96.706	115.024
Resto de población	997.974	1.029.482	1.067.088

Segundo o CELADE (1995), o Uruguai se caracteriza por ter um perfil diferente dos demais países latino-americanos: pirâmide populacional envelhecida, baixa taxa de nascimentos, escasso número de filhos por família. Segundo o censo de 1985, a população de adolescentes chega quase a meio milhão, o que representa 16,5 % do total.

Essa baixa população juvenil se explica, em parte, pela forte corrente migratória em direção a diferentes países, verificada desde os anos sessenta, que afeta fundamentalmente os homens. A metade dos jovens reside na capital do país: Montevideú.

E) Emprego juvenil

O emprego é um dos principais problemas que afeta os jovens uruguaios (Ministério de Educação e Cultura, 1998). No Uruguai, o nível de atividade na população de 14 anos ou mais é de 60.5% da população em Montevideú, e de 55.8% no interior. A População Economicamente Ativa (PEA) de todo o país urbano é de 1.216.000. A força de trabalho jovem de Montevideú constitui 32% da PEA do Distrito; enquanto que no interior do país representa 33% da PEA.

A elevada participação dos grupos mais jovens geralmente está associada a uma pior qualidade de vida, das rendas dos lares de origem. Tal fenômeno é

assim uma vez que o disjuntivo trabalho ou estudo não é verdadeiramente uma opção em lares com renda baixa. Ao observar as taxas de atividade destes grupos pelo nível da renda, se aprecia claramente que uma alta proporção destes adolescentes ativos se encontra nos lares dos quintis mais baixos da distribuição de renda.

Quando se tenta explicar a participação destes grupos na força de trabalho, conclui-se que nos jovens a decisão de atividade é mais do lar do que do indivíduo, sendo que a situação econômica e social do lar são as condicionantes para explicar a decisão de que eles participem, reafirmando a teoria "do trabalhador agregado".

Caso se analise a atividade dos jovens por extratos de renda per capita no lar, coloca-se em relevância a heterogeneidade do coletivo juventude no que se refere à inserção. Enquanto que no primeiro quintil mais pobre, a atividade dos adolescentes (14 a 19 anos) é de 45%, nos 20% mais ricos a taxa descende para 19%. No entanto, *34% de desemprego nos 20% mais pobres e 16% nos lares mais ricos* manifestam que a busca não implica no mesmo êxito para os diferentes setores.

Todos os estudos realizados nos últimos 10 anos, praticamente coincidem em apontar que o grupo dos jovens é um dos mais afetados pela marginalidade e/ ou pela inserção precária no mercado de trabalho nacional. Aqueles jovens que estão integrados ao mundo do trabalho, estão afetados por uma maior instabilidade em seus postos de trabalho, e recebem menores remunerações (pelo desempenho de idênticas tarefas que os adultos).

A situação é muito diferente entre os diversos grupos juvenis. Assim, os que buscam trabalho pela primeira vez são – em geral - jovens de setores médios e altos, carentes de experiência trabalhista, e rejeitados por sua capacitação insuficiente, enquanto que os "desocupados propriamente ditos" são jovens pertencentes a lares em situação de pobreza, que carecem de níveis mínimos de qualificação para o trabalho e requerem com urgência alguma renda que lhes permita custear seus gastos mais básicos. De fato, segundo o Levantamento Contínuo de Lares (Inquérito Contínuo de Lares) de 1994, os jovens entre 14 e 29 anos constituem 63% dos desempregados do país. Estas

cifras dão conta de um tipo de exclusão particular dos jovens no mercado de trabalho, especialmente daqueles que têm menor nível de instrução e provém de famílias de renda mais baixa.

Quadro IV- Situação de desemprego em Montevideu- 1997.

	<u>DPD</u>	<u>BTPV</u>	<u>DPD</u>	<u>BTPV</u>	<u>TOTAL</u>
	<u>Homens</u>	<u>Homens</u>	<u>Mulheres</u>	<u>Mulheres</u>	
<u>20% mais rico</u>	<u>6.7</u>	<u>4.6</u>	<u>5.4</u>	<u>5.6</u>	<u>5.7</u>
<u>Q4</u>	<u>6.7</u>	<u>13.2</u>	<u>10.5</u>	<u>9.4</u>	<u>9.6</u>
<u>Q3</u>	<u>18.6</u>	<u>11.2</u>	<u>15.2</u>	<u>11.3</u>	<u>14.7</u>
<u>A2</u>	<u>26.9</u>	<u>27.0</u>	<u>26.4</u>	<u>30.6</u>	<u>27.4</u>
<u>20% mais pobre</u>	<u>41.1</u>	<u>44.1</u>	<u>42.6</u>	<u>43.1</u>	<u>42.5</u>

Fonte : Instituto Nacional de Estatística . Boletim trimestral. Fev. 1998

F- Adolescência e educação

Os dados que possuímos (Torella: 2004) dão conta da exclusão no sistema educativo no nível de segundo grau operada sobre as populações de menores rendas. Estudos realizados no âmbito da ANEP (Administração Nacional de Ensino) afirmam que o processo regular de abandono escolar se concentra no Uruguai no ensino médio, fenômeno de alta seletividade associada a uma forte desigualdade social. A evasão no nível secundário ocorre fundamentalmente nos jovens e adolescentes pertencentes aos lares de renda mais baixa.

Estudos realizados (Torello : 2004) levantaram que em 1996 e 1997, na faixa de idade entre 19 e 24 anos, 78% de jovens provenientes dos quintais de rendas inferiores não havia chegado ao ciclo secundário e não freqüentava nenhum centro de ensino. Nos jovens entre 14 e 18 anos de idade pertencentes a estes quintais, 40% já haviam deixado de freqüentar um centro educativo sem ter concluído o nível secundário.

Comparado com outros países da América Latina, o Uruguai se apresenta como um país com baixa evasão precoce (antes de completar o ciclo primário).

Mas à medida que são levados em conta níveis superiores de educação, a evasão aumenta significativamente e o posicionamento do Uruguai, comparado com outros países de América Latina, cai de forma abrupta. No Uruguai, 44% dos meninos de 15 anos de idade e baixa renda (primeiro quintil) se encontra fora do sistema educativo, enquanto que esta cifra cai para 18,3% no Chile e 21,5% na Argentina, praticamente a metade do que no Uruguai.

Ainda assim, tem se verificado no período recente o crescimento de matrícula no segundo grau. Nas idades entre 15 e 17 anos, a taxa bruta de escolarização passou de 45,5% em 1985 para 74,1% em 2001. Caso se incorpore a educação técnica, a taxa bruta de escolarização nestas idades atingiu o 92% em 2001.

No obstante, neste processo alentador de democratização no acesso à Educação Média Superior, que marca uma tendência para a efetivação de uma maior igualdade, as conquistas em termos de taxas de conclusão do ensino médio ainda são muitas escassas. Por exemplo, do grupo de alunos que entrou no primeiro ano nas escolas públicas em 1996, *somente 19% está cursando o 6ª ano em 2001*; 58% saiu da secundária (possivelmente evadiu) e 23% está atrasado, principalmente no 5º ano.

G- Juventude como grupo de risco

Existem estudos (ANEP- Unidade Executora dos Programas de Educação Média e Formação Docente , 2002) que permitem caracterizar o grupo de jovens no Uruguai como um grupo exposto de forma particular a fenômenos tais como a precariedade e o risco, uma situação que se vê refletida através de seus efeitos sobre as dimensões básicas da estratificação social: emprego, renda e educação. Neste sentido, são várias as investigações que têm sido contestes em apontar a situação dos jovens como o grupo social mais afetado pelo desemprego, os baixos salários e a escassa incorporação de capital humano, aspecto este que aparece com importância singular na comparação com outros países da região e do mundo.

Entre os 12 e 27 anos, 50% dos jovens já experimentou um processo de abandono escolar (*drop-out*), cifra sem dúvida muito elevada que indica as dificuldades de retenção do sistema educativo uruguaio e explica o lento avanço dos anos de escolarização da população uruguaia nas últimas

décadas.

Adicionalmente, e a pesar de ser uma categoria menos importante numericamente, existe um volume nada desprezível –equivalente a 10.8% do total de jovens de 12 a 27 anos - que ficaram de fora de ambos os âmbitos: não estudam e não trabalham, e tampouco buscam trabalho. Trata-se de uma condição de exclusão ⁴²dos jovens de qualquer âmbito público ou pelo menos de uma situação de retraimento ou isolamento: nesta condição, os jovens perdem posições relevantes de status na estrutura social.

De forma simultânea se interrompe o processo de formação de capital humano associado à participação ativa num âmbito e noutro. Sua gravidade depende naturalmente do caráter mais ou menos transitório de tal condição, ainda que o retraimento, mesmo em condições de transitoriedade, indica uma predisposição negativa que pode tornar-se um padrão estável de marginalização. Sem dúvida, o problema se agrava quando a tendência no tempo desta categoria é para seu incremento.

A porcentagem de jovens que não estudam nem trabalham nem buscam trabalho se incrementa nos grupos de mais idade. A porcentagem de jovens nesta situação passa, em 1999, de 8,0% correspondente a jovens compreendidos entre os 12 e 15 anos de idade, para 12,2 % observado entre os de 24 a 27 anos. Uma evolução similar se apresenta para 1995 e 1991.

No campo dos estudos sobre a educação, se colocou a atenção naquelas características da família que influem de certa forma em alguma variável-chave para a avaliação de alguns dos principais problemas por resolver: qualidade do aprendizado, atraso e abandono escolar.

No Uruguai, em particular, alguma das investigações levadas a cabo nos últimos anos assinalam a influência negativa que um baixo nível educativo dos pais exerce nos resultados obtidos pelos jovens em geral, e em particular nas suas chances de permanecer dentro do sistema, sem deixar de lado a qualidade do aprendizado alcançado. Esta característica, no entanto, não é

⁴² Pelo desenvolvido até aqui o termo “marginal” não é o apropriado para descrever estas situações, ainda que em realidade tampouco o é o termo “exclusão”. Em realidade ambos descrevem situações de dentro-fora, centro-periferia, ou exclusão-inclusão que revelam processos de reversibilidade próprio da modernidade keynesiana. Pelo contrário, a lógica neoliberal impõe situações de irreversibilidade máximas. Neste sentido, creio que estes termos descrevem situações adequadas a partir da modernidade, mas anacrônicas a partir do neoliberalismo.

exclusiva do Uruguai, mas é patrimônio comum de toda a América Latina.

Por outro lado, os trabalhos realizados pela CEPAL no âmbito do Panorama Social da América Latina mostram um aspecto no qual o capital educativo do lar resulta definidor das possibilidades de bem-estar de seus membros: dado um mesmo nível educativo dos filhos, uma melhor dotação dos pais significa, em termos médios, empregos com melhor remuneração para aqueles.

São esses mesmos fatores, associados à configuração familiar, os que determinam por sua vez menores níveis de aproveitamento da passagem pelo ciclo escolar, como mostram os resultados obtidos nos estudos realizados.

Os resultados num nível geral, mostram um comportamento que está em consonância com o esperado: a incidência do grupo de jovens que não trabalham nem estudam nem buscam trabalho é maior conforme se desce na escala de renda. De fato, para 1991 o grupo de jovens que não estuda nem trabalha nem busca trabalho chega aos 15,8% dos jovens de 12 a 27 anos do primeiro quintil, enquanto que é de 3,6% entre seus pares do quinto quintil.

Esta situação evolui *de forma negativa* desde o ponto de vista da igualdade, até 1999, posto que entre os jovens do primeiro quintil a incidência sobe para 18,6% do total, enquanto que entre os do quinto quintil resulta similar à observada no início do período.

H- Juventude e exclusão social

Na atualidade, os adolescentes e jovens das camadas populares urbanas e em particular rurais, sofrem um risco de exclusão social sem precedentes, derivado de uma confluência de determinações que — desde o mercado, o Estado e a sociedade — tendem a concentrar a pobreza entre eles e distanciá-los do “curso central” do sistema social. (Informe CELADE, CEPAL, OIT, 2000)

Dentre os fatores citados se encontram:

i) A crescente incapacidade do mercado de trabalho para absorver pessoas com escassas qualificações e de garantir a cobertura de prestações sociais tradicionalmente ligadas ao desempenho de empregos estáveis; situação que afeta principalmente os adolescentes e jovens populares urbanos;

ii) As dificuldades de índole diversa que enfrenta o Estado para reformar a educação e os sistemas de capacitação;

iii) As *transformações da família*, que contribuem com a pobreza das novas

gerações, especialmente no caso das residências populares;

iv) As determinações anteriores alimentam o efeito “emprego” sobre a pobreza, já que tanto as insuficiências formativas como as rigidezes do mercado de trabalho tendem a marginalizar adolescentes e jovens das posições de trabalho melhores remuneradas;

v) também atua um efeito “demográfico”, associado à emancipação precoce de jovens de nível educativo relativamente baixo, o que redundava em taxas de fecundidade mais altas que as de seus pares de nível educativo superior; este “efeito demográfico” contribui para concentrar a pobreza nas primeiras etapas do ciclo de vida familiar.

Paralelamente aos mecanismos que favorecem o incremento da pobreza, se ativam outros que aumentam o isolamento juvenil em relação aos demais estratos sociais, dentre os que cabe destacar:

i) a segregação residencial, que consiste numa crescente concentração espacial de lares com similares níveis de vida e cujo resultado é uma composição social homogênea das vizinhanças e das comunidades;

ii) a separação dos espaços públicos de sociabilidade informal (fora do mercado), o que reduz a frequência de encontros cara-a-cara entre pessoas de diferentes origens socioeconômicas;

iii) a segmentação dos serviços básicos, onde se destaca — por sua importância na formação cidadã — a segmentação da educação.

Uma consequência da ação combinada destes três fatores sobre a situação de adolescentes e jovens populares urbanos e rurais, é seu progressivo isolamento com relação ao “curso central” do sistema social; isto é, das pessoas e instituições que ajustam seu funcionamento aos padrões modais da sociedade. Tal isolamento, somado à deterioração das instituições básicas de socialização e de orientação normativa favorece uma crescente exposição e suscetibilidade à influência do grupo de pares do entorno social imediato.

À raiz de este *isolamento social* — e num contexto de *buraco normativo* provocado pela deterioração das instituições primordiais, a frágil e precária participação na educação e no trabalho, e o distanciamento dos modelos de êxito que vinculam esforços e conquistas — adolescentes e jovens populares urbanos ficam marginalizados de outras influências que poderiam brindar-lhes algum caminho para construir uma identidade e levantar sua auto-estima e

sentimento de pertencimento comunitário.

III.3- Contexto institucional da pesquisa e origem do material clínico a considerar

A Clínica Psiquiátrica do Hospital de Clínicas, apresenta desde o ano 1989 em diante, dentro de seu Programa de Psicoterapia, uma Equipe de trabalho com Adolescentes. A mesma tem como objetivo oferecer um suporte adequado que acompanhe o adolescente e seus pais no processo de crescimento e separação que a adolescência implica e cujo trânsito é igualmente dificultoso para ambas as partes (Ginés, 1996) ⁴³.

A Equipe de Adolescentes trabalha em três áreas independentes mas permanentemente em coordenação:

- Um grupo interdisciplinar de recepção que avalia, orienta e deriva o adolescente e seus pais levando em conta os recursos assistenciais disponíveis.
- Dos grupos de objetivos terapêuticos destinados ao adolescente, um para adolescentes precoces (de onde surge o material de pesquisa) e outro para adolescentes tardios.
- Um âmbito para os pais cujo propósito é de esclarecimento e apoio.

A Equipe é formada por médicos - psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais, a maioria como colaboradores honorários. Trabalha-se desde um modelo referencial psicodinâmico, brindando um espaço onde se prioriza a escuta, oferecendo um suporte adequado que acompanhe o adolescente e seus pais nesse momento de crise que a adolescência implica. Considera-se importante a inclusão dos pais na abordagem da situação, dado que a mesma é conflituosa para ambas as partes, e partimos do conceito de que é provável uma ajuda recíproca.

Coordenadamente se soma assistência, investigação e docência a partir de diversas modalidades com a inclusão de estudantes de pós-graduação nos distintos módulos assistenciais. Por sua vez, se participa dos Seminários da Clínica Psiquiátrica, na apresentação de casos clínicos em academias e aulas para pós-graduação, participação em Jornadas, Seminários de Formação,

⁴³ Cabe assinalar que esta secção se baseia em sua totalidade em : Ginés, 1996 e em Fierro, 1992.

Congressos nacionais e internacionais (idem).

Desde a vertente formação - investigação se aprofunda teoricamente em temáticas afins à tarefa (adolescência, teoria de grupo para adolescentes e para pais, interdisciplinaridade, emergência, etc.). Também se incursa em estudos de distribuição, sistematização de informação descritiva e exploratória, de modo a retro-alimentar e instrumentar modificações no modelo assistencial (idem).

FUNCIONAMENTO DA EQUIPE DE ADOLESCÊNCIA

a) Recepção e diagnóstico em Policlínica, que num quadro específico, avalia, orienta e deriva o adolescente e seus pais. Está integrado por médico-psiquiatra, psicólogo e assistente social.

A Equipe dá muita importância à função de recepção, dado que é neste primeiro encontro onde se dará a conhecer as possibilidades de sucesso terapêutico. Aponta para estabelecer um vínculo com o adolescente, com uma atitude contendor, centrada em diminuir os componentes persecutórios e tendendo a acalmar o clima de urgência que sempre está implícito. A isso se soma a necessidade de uma avaliação diagnóstica.

Trabalha-se num enquadro específico dado pela permanência geográfica e temporal em dia, hora e lugar fixo, sempre com os mesmos técnicos. O propósito é contemplar uma estrutura estável e contendor à qual sempre se pode recorrer, caracterizado por um modo especial onde a Instituição o está recebendo. O trabalho consiste, muitas vezes, em despertar uma demanda que parece não existir; avaliar o prognóstico evolutivo e determinar quais são as possibilidades de abordagem de ser necessário um tratamento (idem).

Este processo de diagnóstico se realiza numa série de entrevistas pautadas:

1) A primeira é com o adolescente, de caráter aberta, e se encerra comunicando os objetivos e a metodologia de trabalho. Nesta aspiramos identificar quem demanda e o que demanda, sem menosprezar o motivo de consulta e expectativas de tratamento.

2) A segunda entrevista é com os pais, cujo cometimento é escutar sua demanda, elaborar uma "história" desde seu próprio olhar e investigar como repercute neles a adolescência de seu filho.

Ao mesmo tempo, tentamos nos encontrar num contexto de realidade

social; para discriminar e hierarquizar a problemática geral da família, e deste modo despistar qual lugar é ocupado pelas dificuldades que o adolescente coloca. Para isso, tomamos a entrevista com os pais como elemento chave e representativo do coletivo familiar, numa leitura que atende a rede de papéis na própria cotidianidade de cada um.

3) Na terceira, voltamos a nos encontrar com o adolescente. Esta vez, através de uma entrevista semi dirigida, buscamos resgatar a versão de sua própria biografia, detectar sintomatologia clínica, valorizar seus logros pessoais, em especial sua integração aos grupos de pares (*idem*).

Esta série conta com um momento de discussão por parte da equipe, e eventualmente uma instância de supervisão, onde se decide a derivação terapêutica.

4) A última é a entrevista de devolução; lhe é colocada ao adolescente a proposta terapêutica e se acerta com ele a sua disposição para o tratamento. Logo se lhes informa e dialoga com os pais tal proposta, assim como lhes é sugerido o seu ingresso no grupo para pais (*idem*).

A derivação se orienta aos recursos disponíveis:

- interconsultas com outras Clínicas do Hospital.
- derivações extra-hospitalares.
- tratamento psicofarmacológico.
- grupos terapêuticos para adolescentes e o grupo de orientação para pais.
- Departamento de Psicoterapias da Clínica; (Psicossomática, Psicanalítica individual de objetivos e tempos limitados, Psicodrama, de Família, Cognitivo-Comportamental, Tratamento grupal para psicóticos, etc.).

b) Acompanhamento psiquiátrico para aqueles pacientes com diagnóstico que mereçam tratamento farmacológico.

c) Terapia grupal para adolescentes, (coordenado por dois co-terapeutas) constitui um suporte vincular privilegiado, que permite o encontro com outros pares que ajudam a aliviar sentimentos de solidão, vazio e frustração.

No que se refere ao quadro que se tenta, em comum acordo, de elaborar normas que não de respeitar por igual integrantes e co-terapeutas, o grupo toma as características de grupo aberto, são recebidos novos integrantes,

respeitando em cada caso o tempo individual de permanência.

Existem dois grupos terapêuticos com os seguintes segmentos etários: um de orientação psicanalítica-psicodramática para adolescentes precoces (15 a 18 anos) e outro de orientação psicanalítica para adolescentes tardios (18 a 21 anos).

d) Trabalho grupal com pais, cujo propósito é de esclarecimento e apoio. Trata-se de um grupo aberto que se reúne semanalmente, sem tempo de finalização pré-fixado, coordenado por uma psicóloga e uma assistente social, cujos papéis são alternadamente os de coordenador e observador participante.

Escolheu-se este tipo de abordagem para contribuir na condução da crise da adolescência, já que esta involucra não só o adolescente senão que também o âmbito familiar e social mais próximo, com a finalidade de ajudar os pais a entender sua própria crise ante o filho adolescente (idem).

Periodicamente existem reuniões de coordenação de todos os módulos assistenciais. Por sua vez, semanalmente cada um deles realiza reuniões onde se supervisa o material clínico de cada módulo e se investiga sobre o modelo assistencial proposto, o que permite ir ajustando estratégias de abordagem.

Segundo estudos sobre as características psicossociais da população entre 14 e 21 anos que se consulta na Equipe de Adolescência da Clínica Psiquiátrica do Hospital de Clínicas, realizados num total de 135 pacientes assistidos entre janeiro de 1996 e dezembro de 1997, e em base à informação registrada na ficha psicossocial que regularmente é preenchida, o resultado é o seguinte perfil:

CARACTERÍSTICAS PSICOSSOCIAIS

GENERALIDADES

Idade	13 a 23 anos
Média de idade	16
Anos sexo	Feminino 56%
Estado civil	Majoritariamente solteiros
Convivem com a mãe	sem dados
Em menor medida com mãe e pai	sem dados
Não convive com familiares diretos	8%

OCUPAÇÃO

Estudam	61%
Só trabalham	15%
Estudam e trabalham	9%
Total inatividade	14%

Alto índice de fracasso estudantil

<u>Fracassam no primário</u> (1º - 3º ano)	41%
<u>Fracassam no secundário</u> (1º - 2º ano)	34%

Causas do fracasso: Dif. Afetivas e/ou provavelmente sócio – familiares

ANTECEDENTES PESSOAIS

Psiquiátricos – psicológicos	27%
Familiares psiquiátricos	21%
Patologias orgânicas	10%

DERIVADOS

Por iniciativa própria	7%
Por iniciativa familiar	33%
Por derivação médica	23%
Por derivação de escola ou liceu	20%
Outros	17%
Manifestam demanda própria	42%

ANÁLISE:

- A distribuição por sexo é equivalente, com uma média de idade de 18 anos, na sua grande maioria solteiros, procedentes de Montevidéu **de estratos sócio- econômicos médio e médio-baixo.**

- Sobre a **composição familiar**: majoritariamente convivem com a mãe, em menor medida com a mãe e o pai. Um 59% além do mais convivem com irmãos. Só o 8% não vive com familiares diretos, ou seja, fica a cargo de avós, tutor, instituição, etc.

- a distribuição segundo **ocupação**, marca como é de se esperar (de acordo

com a sua proveniência de classe média, classe média baixa) um alto índice de estudantes secundários (61%). Além de estudar, 9% trabalham. Os que só trabalham são 15% e 14% aparece como grupo de maior risco, pois é o que permanece em total inatividade. O **rendimento estudantil** se apresenta com altos índices de fracasso. O 41% repete ao menos um curso primário, fundamentalmente no 1º e 3º ano. No que se refere à secundária, um 34% repete pelo menos um ano, marcadamente no 1º ou 2º ano. Esse dado tem maior relevância por se tratar de adolescentes que recentemente estão cursando a secundária e que por tanto, em muitos casos de acordo com a idade, ainda não superaram esse nível de educação. As causas deste fracasso se dividem igualmente entre dificuldades afetivas e/ou problemas sócio-familiares.

- a **iniciativa de consulta** surge geralmente por iniciativa dos familiares (33%). Os derivados também pelos serviços de saúde são 23%, e o 20% vêm derivados dos serviços de ensino. Os casos colocados como "outros" são 17%, e só 7% se consulta de forma espontânea. No obstante, chama a atenção que ao indagar o grau de motivação para a consulta, 42% expresse demanda de ajuda.

-a referência **antecedentes pessoais** indica que 27% tem antecedentes de tratamentos psiquiátricos, e 21% antecedentes familiares psiquiátricos. Os que aparecem com antecedentes de patologias orgânicas são 10%.

Os resultados que se apresentam num estudo de 1993 (Fierro,1992) destacam como os **motivos de consulta** prevaletentes:

- 1- os sintomas somáticos, (23%)
- 2- conflitos nos vínculos familiares e a ansiedade, (16%)
- 3- os transtornos de conduta, (10%)

Observemos que nos registros de 1997, (Ginés, 1996) os transtornos nos vínculos familiares se duplicam (33%); lhe segue a ansiedade sensivelmente aumentada (33%); e mais do dobro atingem transtornos de conduta (22%).

Os sintomas somáticos que em 1993 estavam em primeiro lugar, posteriormente aparecem em 7º, para dar lugar aos sintomas depressivos que anteriormente tinham um registro sensivelmente menor.

Utilizando a classificação diagnóstica do DSM IV, ao agrupar os diagnósticos segundo as principais manifestações clínicas, observam-se:

- 1- transtornos de conduta, (27%)
- 2- transtornos depressivos, (22%)
- 3- transtornos de ansiedade e angústia, (13%)
- 4- dificuldades do rendimento intelectual, (10%)
- 5- transtornos psicóticos, (7%)
- 6- transtornos de conduta alimentar, (7%).

Estes dados a respeito do motivo de consulta estariam **pautando uma mudança**, possivelmente em função dos diagnósticos consignados, **um agravamento dos quadros pelos quais se consulta na Equipe de Adolescência**.

No que se refere ao material clínico que confecciona a terceira e quarta parte desta investigação, cabe dizer que o mesmo surge de um grupo terapêutico de adolescentes que funcionou durante os anos 1997-1998. Seus integrantes eram jovens entre 15 e 18 anos. Seus motivos de consulta se encontravam entre os já referidos, sendo seu entorno sócio-econômico uma classe social média e média empobrecida.

A freqüência das reuniões era semanal, de aproximadamente uma hora, com um dispositivo de trabalho psicanalítico-psicodramático. As sessões em questão foram transcritas a mão e logo revisadas pelos dos terapeutas ⁴⁴que coordenavam o grupo.

O grupo mantinha um quadro aberto pelo qual se podia deixar de assisti-lo para voltar a ele, quando o adolescente assim desejasse. Do mesmo modo, tal quadro garantia que novos integrantes pudessem se integrar em diferentes momentos. Segundo este modelo de trabalho não se manejava o conceito de “alta” nem de “cura”, mas o de “acompanhamento” e “autonomia”, apostando na decisão do jovem para que continuasse no grupo. Geralmente a média de permanência era de 18 meses.

Do material clínico proveniente do referido grupo é que irei elaborar diferentes hipóteses interpretativas clínicas e sociais. Estas hipóteses heurísticas devem ser prosseguidas, aprofundadas e completadas com outras

⁴⁴ A presença de dois terapeutas tem uma referência teórica precisa, em relação a uma transferência que denominei “diprosopônica” (do grego: duas caras) aludindo à dupla necessidade paradoxal do adolescente de recriar em sessão uma transferência regressiva, tanto como uma transferência prospectiva. (Klein, 1997^b y 2003).

investigações e aproximações diversas a este campo de trabalho.

Devo explicitar, para efeitos metodológicos, que este material é essencialmente grupal, privilegiando um foco centrado no processo grupal e desde aí, o processo social. Isto é, não se trata de psicoterapia individual nem de análise social direta. Por outra parte, é claro que se ao referido material grupal lhe tivesse sido acrescentado dados biográficos dos jovens em questão e outros de sua evolução clínica, certamente a análise realizada tivesse se enriquecido e aprofundada. Mas renunciei aos mesmos, por dois motivos, principalmente. Um, era o de resguardar eticamente ao máximo possível a identidade daqueles jovens. Outro é a sensação de que tal tarefa ultrapassa amplamente o foco e os objetivos da minha pesquisa.

Por último, devo assinalar que minha forma de interpretação se aproxima em muito, por formação e gosto pessoal, ao estilo de trabalho da escola francesa, que acentua hipóteses heurísticas do tipo dedutivo. Como já assinalei na Introdução, irei analisar hipóteses analíticas. Porém, levando em conta os limites do presente texto, me apoiei em outros, que não sempre estão suficientemente explicitados, mas que se encontram ao longo da investigação em curso. Daí que insisto em outras investigações que dêem conta dos processos que tento aqui resenhar.

III.4- O que foi do paterno? Pai- paternidades- cronicídios⁴⁵

Desejaria neste capítulo indagar algumas questões que fazem do paterno, sua presença e forma de circulação entre os jovens interesse de minha investigação. O pai aparece antes que nada sob o signo da desconfiança e da suspeita :

Na. : El padre de mi hermano está haciendo tramites legales para demostrar que no es mi padre ...El no es mi padre, pero yo llevo su apellido. Pero el respaldo lo tengo con mi padrastro, yo lo quiero como mi padre.

G.: No será él tu padre? Lo podés averiguar porque siempre hay una vecina que abre la boca, ¿no?.

P. :Cómo sabes que tu padre no es tu padre en realidad?

⁴⁵ “Cronicida”, é um neologismo no qual tento unir o nome Cronos à palavra suicida.

Na.: Porque el lo niega. Yo sé quien es mi padre, pero no lo puedo confirmar. Ella (la madre) se casó con él y tuvo a mi hermano El apellido es XXXX, cuando él tenía uno o dos años se separó y se fue a Córdoba y anduvo con varios .

P.: Capaz que lo hace a escondidas y se siguen viendo, como tantos padres lo hacen.

Na. :No , él vive en Buenos Aires y tiene mujer y dos hijos, viene cada tres meses a cobrar una pensión y ahí ellos se ven. Cuando yo era más chica, él vivía a una cuadra y media de mi casa. Se llama R.. Es el mejor amigo de mi tío. Tengo una amiga que encontró a su padre por la guía .Voy a pedir que me traigan una de Argentina.

*P.:Si deja todo como está no va a ver ni al hermano ni al padre.*⁴⁶

O pai, ainda que com sua carga de desamparo e abandono aparece como um fato fundamental ao qual não se pode renunciar, impondo-se uma necessidade dramática por encontrá-lo. Dele se espera um reconhecimento ou uma palavra que, através de um “encontro”, assegurará um lugar de filiação. Mas, ao mesmo tempo, se transmite a sensação de que esse encontro dificilmente se concretizará .

Por outro lado, como se segue desejando aquilo que aparece como tão distante ? O sobrenome, que é a marca inclusiva do discurso social dentro de um reconhecimento como cidadão, é, ao mesmo tempo, um reconhecimento paternal - familiar. Conjunção do direito a outorgá-lo, mas também a obrigação de transmití-lo . Entendo assim que o sobrenome é por excelência uma figura simbólica de mediação entre o social, o familiar e o subjetivo. Figura de mediação que, como outras do neoliberalismo, está também, nas entrelinhas, questionada e fragilizada. Faço notar que, provavelmente, no entorno imediato, se encontram outras figuras que se acercam do paterno, mas, dão a impressão de que não podem ocupar da mesma maneira seu lugar simbólico.

Apesar de Na. levar determinado sobrenome, o portador do mesmo segue afirmando que ela não é sua filha. Quer dizer, a evidência legal - jurídica se contrapõe ao testemunho paterno, remarcando a confusão de sustentar um sobrenome que não se sabe se lhe pertence ou não. Situação que não pode

⁴⁶ G. y P. são rapazes, Na. mulher.

senão gerar sentimentos de precariedade e que, sem dúvida, remete a uma atualização a nível da subjetividade, da exclusão social destes jovens.

Se dá, assim, a situação de que o discurso paterno está negando o ritual de reconhecimento, mas se pode estar reconhecido socialmente mas rejeitado familiarmente? E o contrário? Faço notar como neste encadeamento de confusões, surge a partir do paterno o paranóico de não querer levar à Na. à prisão para ver o irmão, por medo de que isso se concretize em uma prova de sua paternidade.

Temática então dos segredos, do dito e do não dito, de roubos e juízos penderes que contribuem para um entremeado vincular sem diálogo nem compreensão. O pai toma não somente aspectos ominosos, senão que quase parece um prófugo. Está escondido, dentro de uma atmosfera delituosa, que confunde e mescla situações. A figura destes pais fica em um limite muito ambíguo entre o legal e ilegal. Ao final, somente fica o recurso social de uma guia telefônica para encontrar a um pai ...

Isto me leva a outra questão. Dentro da modernidade keynesiana e a chamada família nuclear, algo do pai e da mãe se transformavam em objeto psíquico disponível em algum momento, para a construção de subjetividade. Do cuidado e a presença *reais* se sofria uma transformação pela qual o paterno-materno passava a ser objeto e matéria psíquica. Levar papai e mamãe “dentro” como pontos de ancoragem, permitiria em algum momento “desprender-se” e elaborar un processo de biografização autônoma (Aulagnier, 1975).

Mas, esta passagem é o que estes jovens transmitem que não podem fazer. Há uma dissociação entre os pais como experiência interior e os pais como presença exterior. Tudo aquilo que são os suportes identificatórios e os apontamentos internos aparece comprometido, sem poder outorgar um sentido de bem-estar e de identidade. Desta maneira, se acentua o “fora”: a mãe que espera o retorno do filho, o pai que está em Córdoba ou em Buenos Aires. Ao mesmo tempo os papéis estão cindidos entre si: Na. vive com sua mãe que a cada três meses se encontra com o pai que supostamente vem de Buenos Aires e à Na. no lhe ocorre a possibilidade de vê-lo. Provavelmente porque, quando aquele vem a Montevideu, não é seu pai senão o amante de sua mãe, o que forma parte de uma espécie de secreto do qual estes jovens se sentem

irremediavelmente expulsos. Deslocamento do espacial, do familiar e do dizível, que impede de consolidar situações claras e compartilhadas.

Esta situação problematiza a teoria dos duelos na adolescência (Aberastury–Knobel,1980), para a qual é essencial a existência dos “pais internos” para a partir deles gerar duelo. Ao mesmo tempo, esta adolescência já não se pode pensar a partir da família nuclear da modernidade. Não há somente irmãos, senão também meio irmãos nem há simplesmente mães estando agora o *materno* ocupado por uma mãe e uma madrasta. Igual situação se dá com o pai. A família se dissocia dos espaços pré-estabelecidos, com o que a noção de “lugar”, implícito à família a partir da modernidade, se começa a perder.

A um pai e a uma mãe estáveis, se contrapõem dois pais (ou nenhum), duas mães (ou uma e outra madrasta) e vários irmãos com distintos pai e mãe. O que implica que a adolescência se curse em dois lares, com dois pais e duas mães distintas ? Favorece a dissociação entre objetos bons e objetos maus ou impossibilita consolidar um embasamento narcisista estável e um lugar de referência e identificação? .

O que se transmite é a sensação de que esse segundo ou terceiro matrimônio não anuncia nada de bom. O catastrófico tem a cotidianidade suscitando a sensação de que em qualquer momento vai acontecer algo ruim, propiciando vivências de fragilidade. Estes jovens, ademais, vivem na casa da mãe mas estão pensando na casa do pai e vice-versa. Em definitivo: não têm lugar e estão de “empréstimo” em todos os lados, consolidando-se uma intensa sensação de precariedade.

Ainda que assim os denominem, na realidade não se trata de “madrasta” nem “padrastos” já que suas mães e pais biológicos seguem vivos. Mas não têm, nem se tem a nível social, uma forma de denominação nem legal, nem jurídica, que nomeie o vínculo dessa mulher -homem com os filhos do anterior matrimônio de seu cônjuge, como se tem no Brasil. Isto não-nominado, que passa a ser um mal-nominado, é também um sentido do catastrófico.

Todo o anterior consolida um materno - paterno que resistem a ser material psíquico e nominação vincular, coadjuvando o surgimento de uma espécie de parlatório confuso. Enquanto o pai diz que não é o pai, parece que mãe diz sim, com o qual, por sua vez, não se clarifica quem é ou irmão, nem, quer dizer, quem é ou não tio, tia, primo, avô/avó.

Este “parlatório” incentiva o paranóico e a desconfiança, como uma situação insolúvel: ao invés de pensar em sua adolescência, ou em seu futuro, não podem deixar de pensar naquilo em que não se deveria pensar, naquilo que se “escapa” como certeza mínima, desde de que futuro construir.

Como dizia outra jovem ao ser perguntada sobre isto: *“En mi futuro no pienso”*. Se todo o tempo estão aferrados em perguntar-se sobre quem é o pai ou a mãe, se está obstaculizando a dimensão do inédito. O paterno se transforma em uma versão da compulsão à repetição (Laplanche,1981): é um ou é outro, são vários e, no fundo, não é ninguém.

Mas, ao mesmo tempo que contam histórias indignantes, parece que não se indignaram, como se não pudessem colocar sua agressividade ao serviço do crescimento (Winnicott,1972). O que é que os impede de sentir que não têm direitos a estar indignados? Pelo contrário, surge um intenso sentimento de culpa. D. conta :

La esposa de mi padre me quiso matar, salió con un cuchillo, venía a engancharme directamente, porque estaba bajo los efectos del alcohol y mi padre la agarró del brazo, la tiró y me sacó(..)Después otra vez bajo los efectos del alcohol también se intentó matar ,estaba el hijo, el nieto de ella, estaba toda su familia y no sé , empezaron a discutir y de repente dijo :”Yo me voy a matar delante de F. ”,que soy yo ,porque ,me llamo F. ,porque él es culpable de todo. Ahí mi madre me dijo: No vas más con tu padre ,yo estaba a punto de repetir la escuela.

Nesta história violenta, o jovem não é convidado a um processo de diálogo. Pelo contrário, é expulso. Esta madrasta (“bruxa”) tem que expulsar o filho “diante” de seu marido, o qual por sua vez é “expulso” de seu direito (ou obrigação?) de dar cobertura e segurança a seu filho.

D. reprocha a seu pai porque não lhe outorgou cuidados suficientes: a mãe o mandava bem vestido e quando voltava da casa do pai estava com chinelos e de camisa : *“Me dieron a elegir y yo elegí vivir con mi padre. Hasta que mi madre dijo, vos no vas más ah”*. Este pai é incapaz de uma estrutura de cuidado, nem de prover um lugar de demarcação e proteção simbólica. Não somente está dissociado da função paterna, senão que a situação é mais irreconciliável ainda: quando tenta ordenar e inscrever a lei, o que consegue é o desamparo, o desarranjo e a transgressão.

Sugiro então que se profile alternativamente a busca de distintos tipos de pais: o legal, o do cuidado, o da proteção, frente a este pai abandonador. Não há pai, senão vários, compensatórios da falta desse um que não pode sustentar um lugar de paternidade . Aspectos dissociados do pai quiçá, ou talvez uma paternidade que se desliza em várias versões . Me refiro com isto a que o traço esquizoparanóide (Baranger,1971), talvez não seja defensivo, senão também estrutural .

Podemos então tentar responder a pergunta que o grupo faz a D. sobre por que segue indo à casa de seu pai:

D: ¿por qué voy? Mi madrastra dice por qué voy si mi padre ya dejó con mi madre, mi padre ya es tres veces casado, con mi madre que nació yo, con otra mujer que tengo dos hermanas mujeres, y con el tercer matrimonio no tiene hijos. Mis hermanas y yo nunca quisimos a esta mujer de ahora. Ahora hace un mes que no lo veo, tiene un hijo pero no lo ve. El siempre se desahoga conmigo, si estamos dos horas y media o tres siempre habla de él, si somos dos tendríamos que hablar los dos, ¿no?

Esta queixa dolorosa permite pensar que quando a função paterna falha, quando o pai não cuida simbolicamente, quando a mãe não “cobre” imaginariamente, o que surge é o que transmite este jovem: o ressentimento (Kancyper,1992).

Este ressentimento não é a resignação do paterno, senão sua consolidação em lugar errante mas ainda assim imprescindível o que o torna uma busca irrenunciável. Quiçá se pode renunciar sim ao pai, mas não se pode renunciar a um sentido do paterno, logo é uma ordem e uma “promessa” de estrutura, de reconciliação, de pôr algum tipo de regulação imperiosa na construção de subjetividade .

Sem dúvida, a dimensão paterna se encontra falida. Este pai não é estritamente falando nem um pai centáurico (Kancyper,1989)⁴⁷, nem um pai da horda, nem um pai simbólico. Não é o pai centáurico que tem interesse em uma indiscriminação, não é o Pai da Horda (Freud,1913) que tem interesse em

⁴⁷ Kancyper denomina relação centáurica aquela que se configura entre o pai e filho, fusional e ambígua como constelação binária idealizada e indiscriminada na qual o pai funciona como a cabeça e torso de um humano e o filho o continua com o corpo de um fabuloso cavalo e vice-versa (Kancyper,1989).

expulsar o que tem ciúmes de sua descendência, tampouco é o pai da função paterna (Lacan,1979) que tem interesse e poder, em cortar um excesso narcisístico entre a mãe e seu filho-falo.

Em cada uma destas dimensões, o pai mantém algum *interesse* pela sua descendência . Pelo contrário, me atrevera a assinalar que esta dimensão de pai é basicamente *indiferente*. Mas, ademais, está expulso. Já não expulsa, senão que sofre uma operação de expulsão. Situação que tem relação com a persistência do imaginário da Ditadura: assim como os tristemente “desaparecidos”, este pai é ele mesmo um “desaparecido” em seus traços e capacidade de paternidade.

Se estes jovens se voltam a ele é porque quiçá seja uma forma de obrigá-lo a que pense neles, se ocupe deles, lhes dê importância. Esta dimensão da indiferença é calamitosa e entra dentro de uma configuração vincular à que desenvolverei no próximo capítulo: estrutura de pais “ abrumados”.

Mas, no caso específico do pai, aparece uma configuração que denomino : pai *cronicida*⁴⁸. Pela mesma, o pai está agobiado (atribulado) e renuncia a suas prerrogativas e funções. Simultaneamente, é preguiçoso tanto quanto cruel; inseguro tanto quanto violento; duvidoso tanto quanto mortificado. Tragador de seus filhos tanto quanto vomitador dos mesmos. Mas D. e estes jovens ainda elegem este pai. O elegem, como uma forma de incitar o pai a necessitá-los. O buscam compulsivamente para convencer o pai e a si mesmos, de que o pai ainda os necessita, de que ainda pode e deve aceder ao paterno.

Esta paternidade sem pai, este lugar que reclamam, é sem dúvida uma das “via crucis” desta construção de subjetividade. É algo do inédito –o terrivelmente inédito- a que nós enfrentamos. Talvez um ponto em que a subjetividade faz “curto-circuito”.

Cena psicodramática entre um pai e seu filho.

O grupo propõe que na cena haja um pai, um filho, uma mãe. O filho se chama Nicolás de 18 anos, “*la edad perfecta*” assinala o grupo, ao qual D. comenta :”¿*Para qué? Para nada*”. Dizem que este filho é meio rebelde e gosta da “joda” grande (grande farra) e vai ao liceu.

Para o grupo, ser rebelde é fazer “joda”, mantendo atividades “esperadas” como ir ao liceu. Ao personagem nem lhe ocorre a possibilidade de abandonar o liceu . Provavelmente, porque sem ele já não ficam alternativas de vida. Ao mesmo tempo se contrapõem dois discursos : desde a modernidade, 18 anos ainda é um signo da idade perfeita ,desde outro, quiçá mais próprio dos tempos atuais ,ter essa idade, ser adolescente , já não significa nada, o que está expresso em um tom de realismo e de desencanto.

O pai da cena tem 32 anos, se chama D. (igual nome do integrante que denuncia o desencanto), quer que os filhos sejam algo, que não sejam vagabundos e que não se droguem... Ao colocar as duas cadeiras em uma cena que seria de diálogo entre eles , terminam pondo-as frente a frente e comentam: “*mejor con la silla dada vuelta*”. Propõem como tema um pedido que faz o filho. A cena se desenvolve na sala da casa.

Se põe em cena um ideal que parece regê-los: não ser vagabundos e não estar com drogas. Então, a identidade se define pelo “no...tal cosa ”, sem que haja espaço para outras opções de tipo afirmativo .É muito interessante como a palavra "vagabundo" os impacta . Para o grupo, o “dentro “ do liceu é um limite que marca uma forma de ser adolescente a partir do normal e do estabelecido, enquanto que o "fora " do mesmo abre um espaço de perigo e fascinação, exemplificado através da palavra “joda” . Portanto, o liceu é uma experiência identitária. Não está somente como um lugar para ir aprender, para formar-se, para estudar. É algo em si, um referente identitário –“estudante “- que se acopla ao discurso familiar e que, ademais, protege do desamparo de ser “vago”. Situação relacionável com aquela que já mencionamos pela qual, em determinados funcionamentos institucionais, existe uma dimensão paterna potencial. (*O pai em cena pede aos filhos que vão ao liceu, evitando as drogas*). Não há referências negativas ao vinho e à cerveja, que parecem ser tolerados e não designados pelo perigo. A cadeira dada volta pode referir-se à estrutura de agobio (atribulação) da família com respeito a seus filhos, mas também a que o encontro com um pai/s que aparece distante, os angustia.

Se desenvolve o seguinte diálogo :

- *Papá quiero saber si me dejas salir.*

*-¿Vos tenés hechas todas las tareas que te mandé?...
¿Seguro? O te querés escapar de nuevo como la última
vez.*

- Sí, contesta el hijo.

(Se le pregunta al protagonista-hijo qué siente) :

*Con bronca por no entender cuál es el motivo por el
cual no puede salir.*

Se temos em conta que é o grupo mesmo o que está “dramatizando” este pai, não pode deixar de assombrar o grau de rigidez e severidade do mesmo dentro de uma "política da troca", onde para receber algo (em definitivo o direito a sair) se tem que outorgar dons que comprovem responsabilidade. E, contudo, a ordem da suspeita se instala indefectivelmente. Aparece a desconfiança absoluta destes pais a seus filhos e a que sentem por eles mesmos, tendo em conta que poderiam haver inventado um pai que os tivesse confiança.

São adolescentes que não confiam em si mesmos .Quiçá porque para confiar em si mesmos deveriam remeter-se a um continente que desse conta destes conteúdos (Grinberg,1986) confusos ,agressivos o contraditórios . Quer dizer, o continente “adolescência “ a partir do qual puderam tolerar e compreender sua necessidade de segredo, de transgressão e confrontação.

Mas ainda assim o grupo busca resgatar algo que para eles é importante: alguém que regule as entradas e saídas, que ponha “ordem” e que faça efeito de estrutura .

El padre dice sentirse mal porque su hijo ya le mintió otras veces.

Ambos , pai e filho se sentem mal frente à perda de confiança, mas não parecem saber como passar a outra situação. É interessante ter em conta que é possível uma leitura social onde os marcos de confiança estão debilitados. Assim como os pais não confiam neles, a sociedade já não confia nos adultos e os adultos não confiam na sociedade. Isto é uma marca de desconfiança generalizada.

Este pedido da aprovação ou a confiança do pai resultará um fracasso, e nesse sentido é uma cena trágica. Porque o pai declara que não tem confiança

no filho nem se pode tê-la, tendo em conta que já em outros momentos o filho mentiu a ele e o enganou, acusação da que não se defendem em relação a elevados sentimentos de culpa e vergonha.

Pelo contrário –em épocas de modernidade –frente a estas situações- os adolescentes podiam reagir e discutiam, não aceitavam esta situação, que em tempos de neoliberalismo tomou status de sentença .Se verifica então cómo o engano e a resignação são fatores estruturantes nestes adolescentes. A forma de estar e conviver com suas famílias é ocultando coisas que finalmente- contudo- se sabem e divulgam .

Se busca privacidade e independência mas o que se revela é que neste contexto familiar e social, tudo o que implique retrair-se é vivido como perigoso, como projeto de subversão e desordem. Nem falar então de como se semantizam condutas de rebeldia e oposição.

Por outro lado existe un mal-entendido: confundir secreto con engano. Para estes jovens ter uma vida e um espaço privado é sinônimo de enganar aos pais. O que pode pensar-se é como que o crescer é vivido de forma culpável: se sentem culpados por crescer. Daí o desejo de que se descubram estas mentiras, e al mesmo tempo quiçá, o desejo de que o vínculo seja de outra maneira, buscando-se a possibilidade de modificar os vínculos externos e internos .

(El "hijo" le señala al "padre") : *"Yo hago las cosas, que vos las veas es otra cosa."*

Se trata de uma denúncia : as coisas se fazem mas o pai não as adverte . Quer dizer que é um pai que pode sempre reclamar, mas que nem sempre presta atenção. Se trata de um pai distraído. De fato os filhos estão fazendo as coisas, esse não é o problema, senão o clima de desconfiança recíproca que é denunciado como injusto.

(Entra en la escena la "madre")

Madre: *tenés que darle una oportunidad.*

Padre: *está bien podés salir.*

Hijo: *¿Tengo que llegar a una hora exacta?*

Madre: *tenés que acostarse temprano sino mañana vas a estar cansado.*

Padres: *te cansás.*

Madre: *en eso tu padre tiene razón.*

De pais reguladores e desconfiados se passa a pais que cuidam e superprotegem, o que mostra a intensa necessidade de ser cuidados e protegidos. Provavelmente a forma de sentir que os pais ainda os querem, é através da certeza de que seguem se preocupando com eles, ao preço de uma regressivação que não favorece o crescimento. Daí o “regozijo” por sentir que os pais lhes põem normas e pautas .

Estes adolescentes mentem e ocultam coisas e o fazem porque não podem renunciar a fazê-lo. Mas, ao mesmo tempo necessitam que os pais sigam pendentes (atentos)deles. Quiçá o que mais dói não é a desconfiança senão o sentir que descuidam deles deixando-os desamparados. Há um medo muito grande de uma vivência ou de uma fantasmática de abandono, desamparo e desproteção.

Por outra parte há uma dimensão do pai que não pode cubrir toda a dimensão do paterno, com o que trazem em seguida uma dimensão do protetor, do cuidado. A mãe aparece revestida com traços de ambigüidade: indica o que fazer tanto quanto é cúmplice do filho ou duplo do pai.

Hijo: *papá te vengo a pedir el auto.*

Padre: *ya te dije que no podés, no te tengo la confianza debida. El auto no se presta, no te tengo confianza.*

Hijo: *¿Por qué no me tenés confianza?*

Padre: *porque una vez me equivoqué, ya te di una oportunidad y ya la perdiste.*

Isto mostra algo recorrente nestes jovens: un superego rígido e severo “...ya te di una oportunidad y ya la perdiste”. O que implica que a vida se estrutura como uma só oportunidade: já não há segundas oportunidades. Terapeuticamente podemos perguntar : Por que não pode haver segundas oportunidades? Porque não é “te di una oportunidad”, es: “te doy una sola

oportunidad". Socialmente é o mundo do único: se tem uma só chance e se a perde não fica nada. O que fica logo desta única oportunidade é a decepção abrumadora.

Tanto social como vincularmente, então, se tende a funcionamentos simplificantes. O pai é severo, mas também são severos os objetos do mundo mental destes adolescentes, como é severa e implacável a sociedade.

Hijo : *Vos también te equivocas, porque es siempre el mismo tema que ya me diste una oportunidad, en realidad no confias en mí.*

Padre: *esa oportunidad te la voy a dar, si tenés plata echale nafta.*

Hijo: *eso es un chantaje , porque vos sabés perfectamente que hay una relación acá. Uno manda y el otro obedece , sí o sí.*

P. comenta que no rol do pai se sentiu um pouco mal, porque era "como me dicen a mí en mi casa". D. comenta que o pai se impõe muito e que as coisas são "así y así" (gesto de coisas ordenadas e rígidas) que põe regras mas que afrouxa. Na. diz: "yo si era la hija hubiera reaccionado diferente".

A cena começa e termina com um problema de incomunicação e de bronca. Existe uma intenção de mudar as coisas através da queixa, a denúncia, o pedido de uma vertente mais igualitária: "...*hay una relación: uno manda y el otro obedece sí o sí*". Surge uma expectativa sobre como manter uma relação de iguais, saindo de uma situação de chantagem, que mostra que o dialógico da cena é em realidade um simulacro de diálogo. O pai aparentemente deixa de fazer coisas, mas é ele que segue dando as ordens. Se segue mantendo então irremediavelmente um clima de distância, de incomunicação e de agressividade .

III.5- Os pais abrumados (agobiados) e o escópico insuficiente

G.- *La imagen que quieren tener tus padres de vos, te comparan con ellos que estudian o trabajan y yo les digo que yo soy yo. Más bien mi madre, mi padre nunca me reprocha nada.*

N. –*¿Sentís que tu madre no te reconoce ? Yo siento lo mismo con mi padre. No me reconoce lo que hago y marca diferencias entre la hija de él y yo, materialmente y cariñosamente, de temas serios con él no hablo ,sé que él me quiere. Cuando sos niño se imaginan que el padre es un ídolo, pero después que vas creciendo, no. Yo hablo con él boberías.(.....)*

P.- *Mi padre me diría [frente a un problema liceal]:j Dejate de joder , no voy nada a hablar, que vaya tu madre! o si no me diría: Bueno sí voy, pero vos no salís más Yo igual después salgo. ¿Y a mi madre? Le digo que me tengo que ir a la casa de un amigo.*

D. –*Yo para qué voy a gastar saliva, no hubiera entendido.(.....)*

J.- *Vengo por problemas con mi padre. Me insulta y yo me caliento. Me manda mi madre... Puede ser por problemas de estudio.*

D.-*A mi también me han dado ganas [de pegarle al padre] ,pero si lo hago, me “retrata”. Le digo: gritá solo, yo me voy.*

L.- *Yo a veces hago lo mismo. Le digo lo mismo. Pero no me da resultado, porque sigo escuchándola.(....)*

P.- *Sí a mi me dicen : estúpido, mongólico, retardado.*

D.- *[A mi] Pedazo de un vago, siempre mongólico.*

P.- *Yo me relajo a mi mismo, mirándome al espejo.*

R.- *Yo más que insultarme me rezongo a mi misma, lo que pasa es que vivo mucho en el pasado y me rezongo por las cosas que hice.*

L.- *Yo lo que hago es rezongarme fuerte, no insultar.*

C.- *Cuando hago algo mal, me pongo a insultarme , a J.- ¿Por qué te insulta tu padre?*

J.- *Por qué hago cosas mal, no sé. .⁴⁹*

O material apresentado parece transmitir que o vínculo com os pais sobressai um duplo impacto: o do insulto e a despreocupação. Nesta secção,

⁴⁹ G., P. , D. y J. são rapazes, N., R. , C. y L. mulheres.

desenvolverei distintos aspectos que se relacionam a esta situação. Estes pais já não parecem ter todo o tempo e a disponibilidade para atender a seus filhos. Provavelmente, a diferença de outras classes sociais, esta classe social meio empobrecida parece não poder sustentar durante a adolescência do filho uma atitude de cuidado e atenção. O notável é que esta situação é posterior a outra de intensa preocupação, com o que se gera a convicção nestes jovens—como intento de explicação desta mudança de atitude - de que têm cometido algum tipo de falta .

Esta sensação se corrobora com os insultos que contam que recebem. Que não fazem senão generalizar uma atmosfera de incompetência e decepção. Insultos que por outra parte se encarregam de continuar eles mesmos, como se não tivessem sido suficientes os já recebidos. Por outro lado, passado um tempo inicial, os mesmos já não parecem surpreender muito. Esta resignação ante o desassossego paterno agrava uma situação que aparece como imodificável.

Proponho a hipótese de que este desvanecimento do suporte familiar é relacionável ao que denomino estrutura de pais abrumados . Através da mesma se põe um tope à possibilidade de poder suportar problemas. O que se pede e espera do filho a partir da mesma, não é senão sua adaptação ao já estabelecido. Um simples “facer” sem que problematize esse “algo” que tem como “encargo”. Os intercâmbios se reduzem a aspectos coloquiais ou a estabelecer as condições para sobreviver na vida, deixando-se fora outros problemas que são, contudo, esperados em adolescentes.⁵⁰

De alguma maneira nesta sociedade da única ou nula oportunidade, já não se pode seguir pensando que o filho tem assegurado “a priori” um lugar na vida, um porvenir ou um futuro ...E a condição da única oportunidade é aproveitá-la e não conflitualizá-la. Já não são tempos de sociedade ampla e de uma promessa, senão de sociedade escassa e sobrevivência.

Se está perdendo assim um valor que era reafirmativo da classe média uruguaia e que se erigia como estrutura de mediação entre a família e seus

⁵⁰ Se poderia supor que se trata assim mesmo de mecanismos defensivos frente a novos estímulos que se sentem insuportáveis.

herdeiros: o orgulho familiar.⁵¹ Através do mesmo e apesar do messianismo esperável (Klein,2003) da modernidade pelo qual o filho “redimiria” uma frustração secreta ou tomaria a seu cargo um desejo irrealizado familiar, se esperava que o descendente em algo negara-se ao anterior, sendo capaz de enfrentar uma tarefa de afirmação pessoal. Era uma dimensão implícita se se quer, de “des-messianização”⁵² que fazia equilíbrio com essa outra de “messianização” assegurando um processo de transformação e mudança na configuração familiar e na identidade .

Este orgulho do pai ou a mãe implicava o : “ *olha ... me ganhou , fez valer seu ponto de vista...que bom que está isso !*”. Frase afirmativa que dificilmente se expressara como tal mas que tinha efetividade dentro da matriz emocional de um vínculo “saudável” entre pais e filhos. É a dimensão de “desonrar” transitoriamente aos pais para honrá-los troficamente, através de uma subjetividade consolidada e um crescimento logrado .

Este inédito não planejado por ele que se surpreende aos pais é um “agravo” bem recebido. Agravo que não se concebe como desafio senão que coloco como uma dimensão da confrontação de Winnicott (1972), pela qual se o adulto se sente adulto, pode tolerar um agravo ao que não sente como mortífero já que também ele passou por uma situação semelhante.

Através deste par agravo-desagravo, honra–desonra mais que transmissão transgeracional (Kaës, 1996) se desenvolve um trabalho *entre* as gerações. Por sua vez, este “orgulho” possibilita que os pais encarem um trabalho de antecipação (Aulagnier,1975). O filho com seus estudos ou eventualmente no âmbito laboral, é a prova factível de que uma vida (social) é possível, inclusive distinta ou melhor que a dos pais. A atitude “saudável” ante certas decisões do filho anunciam e garantem a catectização social e familiar da adolescência,

⁵¹ Esta dimensão provavelmente não aparece explicitada nas teorias psicanalíticas pelo pertinaz costume de colocar os distintos fenômenos humanos dentro de categorias que fazem o psicopatológico, com o que a cotidianidade fica por fora de uma visão que se simplifica enormemente.

⁵² Messianização e des-messianização, são conceitos que desde Kancyper (1997) tenho aprofundado em outras publicações minhas(Klein, 2003 e 2004), aludindo com os mesmos a um duplo processo de investimento e desinvestimento, até o filho que cresce e do qual se espera a salvação familiar do filho que cresce e do que se espera que se independentize do núcleo familiar, respectivamente.

prévia e simultânea à catectização de um espaço adolescente como construção de subjetividade.

Quando esta estrutura de mediação falha se anula o processo de antecipação (Aulagnier, 1975), passando a destacar-se o dismantelamento de um porvenir que se transformou em ausente Sem um “futuro” como ferramenta técnica e vincular que permita contextualizar os problemas dos filhos como de adolescentes, os mesmos deixam de ser transitórios para tornarem-se eternos.

Isto faz que a tolerância à frustração e a paciência comecem a ceder, prevalecendo fastídio e intolerância aos problemas filiais. O filho não tarda em converter-se em alvo de desrezos e desvalorizações, coisa que traz N. ao assinalar que não é tida em conta a não ser para falar “*bobeiras*”.

Quando esta “desonra” que era honra (o “resistir-se” a planos já consumados) se toma efetivamente como desonra, há concomitantemente uma dimensão do adulto que se perde ao entrar em competência, rivalidade ou despeito com os filhos. Esta configuração do *orgulho* que oficiava de figura intermediária ou de compromisso entre continuidade e mudança, entre confrontação e messianismo, entre orgulho e rebeldia aparece em um ponto de perigoso “impasse”. Perigoso porque a partir do mesmo se perfilam e agudizam duas configurações: pais abrumados - messianismo exacerbado⁵³.

Estes pais abrumados transmitem o horrível do dinheiro que não alcança, do não poder enfrentar responsabilidades, o trabalho perdido, a ameaça do desemprego... em definitivo que ser adulto se tornou una tarefa exasperante.

Se estes pais não são adultos senão meninos, se os deve cuidar irremediavelmente, o que implica o tratar de ser um bom filho para cuidar a papai-menino e mamãe-menina. Uma forma de ser bom filho é despreocupá-los sendo o menos possível adolescentes. Se começa a perfilar o que denomino um “self clandestino”

O mundo - adulto se faz demasiado difícil de sobrelevar com o qual há algo que se perde para a oportunidade de identificar-se com este mundo. Se há identificação é com o modelo que lhes transmite o adulto pleno de rancor y desprezo, já que anuncia que é impossível ser adulto, ou um : “*serás adulto, mas isto te converterá em um desgraçado*”. Desta maneira se solidifica a

⁵³ O que desenvolvo no próximo capítulo.

sensação de uma expulsão do futuro adulto do espaço simbólico-social da adultez .

Frente a este panorama a estrutura que predomina é a complacência. (R.- *“tengo un defecto, que soy dominable... Vivo tratando de complacer a los demás”*) , tentando impedir a perda da aceitação dos pais. O custo é uma construção de subjetividade onde o jovem fica erradicado de si e impedido de poder escutar-se a si mesmo.

A educação (familiar - social) passa a ser isso que Winnicott (1972) tanto temia: um espaço de disciplinamento não criativo. Estes adolescentes sentem que não têm possibilidade de fazer “play”, senão simplesmente “game” (Winnicott,1972) .Seguindo estas formas de resignação N. diz: *“... hace siete meses que salgo con un muchacho ...y me digo: tiene novia, pero cuando lo veo todo cambió “.*

O que fica –como diz N.- é um *“conformarse con las pequeñas cosas de la vida”* ,dimensão do *menos* onde se minimiza a possibilidade de expansão narcisista e se consolida uma dimensão do inseguro, onde não se tem nem sequer direito a possuir um objeto genital completo. Há algo da pulsão epistemofílica, capaz de gerar curiosidade e investigação -conceito que desenvolvi em (Klein,2003)-que se dana pois há uma busca que se clausura, mas também se ressentem o direito a possuir um objeto de amor .

Estamos longe da eleição de objeto exogâmica própria da modernidade keynesiana, operando como forma de poder separar-se de um objeto endogâmico (Braconnier,1996) . P. assinala à N. : *“capaz que está haciendo sufrir a las dos, te está haciendo ilusionar y sale con otra”*, consolidando uma vivência do outro a partir da desconfiança, a burla, a manipulação, o que dificulta o poder experimentar uma genitalidade com encontro do outro. Esta desconfiança não pode senão conduzir ao não- crescimento onde o objeto-encontrado reenvia ao objeto primário dificultando em tempo e forma a resolução edípica.

Por sua vez esta complacência (como um aspecto de falso self) implica a anulação das partes mais autônomas da mente e a possibilidade de recepcionar as notícias do mundo interno (Bollas,1991) perdendo-se uma experiência de calma e tranqüilidade. Por sua vez, surge a hiperadaptação, com o que diminui a possibilidade de transgressão que esperamos da

adolescência. Tenta-se assim ser minimamente transgressivo buscando eliminar a ameaça de uma possível exclusão.

O presságio que se redobra é que alguma desgraça o jovem vai trazer à casa: a droga pasta base, o repetir o ano, ou uma gravidez ou tudo isto junto. O equilíbrio homeostático familiar se substitue por uma sensação de desequilíbrio e intranqüilidade que não se sabe como manejar. O que se suplanta em definitivo é a frase : “*meu filho... que filho!*” por um: “*o que vou fazer com este filho?!*”.

Situação discursiva que implanta uma desazo desesperante que não pode senão favorecer modalidades subjetivas onde passam a predominar a polarização das temáticas da fidelidade e a traição. Se é fiel a papai e se trai a mamãe ou vice-versa. Se é fiel a si mesmo e se aceita o conflitivo do crescimento ou se é fiel a uma configuração familiar que se mostra frágil e necessitada de cuidados.

O júbilo do crescimento (Urribarri,1990) deixa passo a um self mortificado, situação que é inseparável daquela outra que encontramos na subjetividade destes adolescentes: a incapacidade para poder manejar o conflito, o que aparece revestido das características do insuportável e o bizarro.⁵⁴ Este par dívida - traição se acompanha do espectro ressentimento- remordimento (Kancyper,1992). Ressentimento com aquilo que não permite crescer, remordimento por aquilo a que se sente “abandonado” por ser adolescente.

Esta situação tinge e empobrece os distintos vínculos. Assim G diz : “*Me peleé hace dos semanas con mi novia por culpa de mi madre. Buscaba las llaves de la moto y las tenía mi madre en el bolsillo*”, onde o genital-noiva entra em colisão com o endogâmico-mãe. Este lutar-se por culpa da mãe, indicam que os logros da genitalização com a noiva são muito frágeis e sucumbem ante a problemática da fidelidade com o objeto mamãe endogâmico.

R. por sua parte assinala : “*Lo categoricé como una basura a mi novio, hablé con mi padre para dejarlo y me apoyaron, pero me empiezan a hablar, pero fijate que siempre estuvo contigo y ahí no sé, cambio, a mí me dicen hacé tal cosa y no sé, lo hago*” . Cabe perguntar-se então que genitalização se pode consolidar, se para estar ou não com o noivo, R. deve consultar os pais. É mais

⁵⁴ Como desenvolvo no capítulo O persecutório, o risco de vulnerabilidade extrema.

uma pseudo- genitalidade que *cai* ante momentos onde a problemática da fidelidade ante a família gera angústia e indecisão.

O crescimento ao futuro se suplanta por uma organização binária que empobrece e atenua a capacidade de opção (assentada em processos terciários (Green ,1994). É uma coisa ou a outra: ou se rende aos estudos ou se é um péssimo filho. Já não se trata de uma racionalidade dialógica (Fonagy,2000) , senão de um entremeado de duplos discursos paradoxais que não há como resolver.

Não há lei da convivência nem da subjetividade que amortize ou apazigüe isto que se perfila como dilemático. As emoções se ajustam de acordo com um falso self (Winnicott,1981). Desta maneira o pai e a mãe seguem “fazendo” de pai e mãe, mas dentro de um falso self, de acordo com papéis que são anacronismos sociais, ao não poder manter um sentido a partir da efetiva realidade social. Isto explica melhor o que no capítulo anterior assinalava como impossibilidade de introjeção dos objetos familiares transformando-os em objetos psíquicos. O que se faz inviável na medida em que o pai e a mãe, mais que atuar como objetos reais e vivos (Winnicott,1979), o fazem como um objeto falso self transmitindo distância, desvitalização e desconcerto.

É um “fazer de” que não remete a uma estrutura de família real senão a uma estrutura familiar idealizada. Assim R. diz a N.- *“que tu madre te conecte con él”* [o pai], transmitindo o modelo esperado de uma mãe que a partir da família nuclear conecta os filhos com o pai e vice-versa . Mãe que era intermediária e facilitadora . Pelo contrário R. assinala : *“yo insistía porque cuando estoy con él [el padre]cambia todo, a él le cuento todo”*, refletindo uma situação excludente: ou se dialoga com o pai ou com a mãe. Nunca com os dois.

Ao mesmo tempo esta configuração familiar gera um espaço, onde os adolescentes já não se sentem reconhecidos deixando de ser valorados. Espaço (no que haveria que incluir o liceu) onde ninguém os adverte como sujeitos de desejo. Esta mirada que expressa uma catectização que se perde, dando lugar a uma mirada des-libidinizante, é o que denomino escópico insuficiente .

Algo que estava assegurado e era incondicional de parte dos pais se perdeu, tornando-se insuficiente ou inexistente. O desassossego que transmitem estes

pais marca um ponto de desinvestimento que desconcerta. Estas famílias já não podem transmitir senão uma situação de **agobio** que não permite a estes pais ser suficientemente tolerantes. Em uma sessão R. conta: “*me tapé los ojos*” onde seu não mirar redobra o já não ser mirada. Assim se reproduzem aspectos pelo qual alguém sempre tem que ficar excluído de um laço libidinal e social, gerando-se um clima de mal-estar e desamparo através do qual se reproduz a estrutura da sociedade “escassa”.

Estes adolescentes inauguram assim sua adolescência substituindo a dimensão trófica por uma tanalógica, de pulsão de morte, consolidando uma des-libidinización abrupta que anula a possibilidade de confrontação geracional (Winnicott,1972); de historização (Piera Aulagnier,1991); de segunda oportunidade (Peter Blos,1978) e de júbilo (Uribarri,1990).

A fragilização das estruturas mencionadas que facilitam as situações de passagem, consolidam a dificuldade de já não saber como entrar na adolescência. (P.- “*hay gente que quiere seguir siendo chico*”). Não se trata de que NÃO queiram , é que não sabem COMO. Uma estrutura deste tipo faz que em definitivo falham as estruturas de mediação entre o adolescente y sua adolescência. Reitero: não é que não possam ser adultos, é que antes disso não sabem como conectar o adolescente a escala pessoal, com a adolescência a escala social.

Em seu lugar surge o desejo de não crescer . L. assinala – “*A mí me gustaría seguir siendo chica*” . O grande se negativiza, o pequeno se idealiza estruturando o que chamo uma cena congelada em um trabalho prévio (Klein,2003) onde a mudança está des-investida, com o que o crescimento se revela como um momento de colapso insuportável ao estar ausente um lugar - tempo social ao qual advir.

Esse possível conflito entre o pequeno que “puxa” para trás e o desejo de ser grande que “puxa” para adiante, se reformula em termos de que o único ponto de certeza que se pode resguardar é ser pequeno e passar despercebido. O ser o “bebê da casa” implica assegurar-se que na família há um espaço onde se recolhe e acolhe esta demanda. O que por sua vez evita o ter que gerar –e gerar-se- as preocupações próprias da idade.

Desde outro ponto de vista se poderia pensar que esta cena congelada implica sustentar também um objeto psíquico vincular onde todos buscam

sentir-se amparados. Os adolescentes de sua adolescência. Os adultos de sua adultez .E todos, de uma sociedade que assusta, denigre e desampara.

Nestas condições se dificulta enormemente restaurar o benefício primário e secundário de crescer. Coisa que, contudo, logra R. que expressa: “*A mí me gustaría ser grande y decirle a mi abuela: no, no voy a hacer esto*”, com o que introduz uma diferença desde a que se instaura um projeto próprio. Situação que é também um retorno do orgulho pela fundação do espaço pessoal. Tanto a partir deste orgulho, como a partir do escópico insuficiente, a capacidade de poder pôr em jogo confrontação (Winnicott,1972) é o que permite instaurar um espaço pessoal e diferenciado.

Como recorda Fiorini (1994) a mirada do outro significativo é dadora de imagem e sentido para o sujeito. Winnicott por sua vez comentando sobre o desenvolvimento do menino assinala: “*O que vê o bebê quando mira o rosto da mãe?(...)no geral se vê a si mesmo(...)a mãe o mira e o que ela parece se relaciona com o que vê nele*” (Winnicott,1972: 148) [em itálico no original]. Se trata de um encontro com um rosto –mirada que vê e reconhece ao que o mira. Dá-lhe um significado, o carrega de vida, intensidade e sentido emocional.

Na medida em que essa mirada não devolve ao sujeito essa volta de si mesmo [já que se trata de um registro estruturante e não meramente ilusional], o processo de crescimento e autonomia se bloqueia. Neste caso os bebês:

Miram e não se vêem a si mesmos(...)começa a atrofiar-se sua capacidade criadora(...)O que é assim tratado crescerá com desconcerto(..).Se o rosto da mãe não responde, um espelho será então algo que se mira, não algo dentro do que se mira(...)atormentados por este tipo de fracasso materno relativo, estudam o variável rosto da mãe, em um intento de predizer seu estado de ânimo (idem: 149)

O crescimento é substituído por uma sensação de tormento, quebrando-se essa possibilidade de “*existir como um mesmo, e de relacionar-se com os objetos como um mesmo, e de ter uma pessoa dentro da qual poder retirar-se para o relaxamento*” (idem:154-155).

A partir de outro ângulo (já notadamente clínico) Kohut assinala como um tipo de transferência (especular), revela a necessidade que tem o paciente de :

*mobilizar suas fantasias e exibicionismo grandioso [esperando e necessitando] que suas fantasias grandiosas e necessidades exibicionistas(...) não se acharão ante a falta de aprovação, eco ou repercussão traumática a que estiveram expostas na infância[que]constitue(...) uma posição de relativa segurança, que(...) permite continuar a dolorosa tarefa de expor o self grandioso a uma **confrontação** com a realidade (Kohut, 1977: 178-79) [em negrito por mim].*

No material apresentado se observa um escópico insuficiente que anula uma distância operativa. Por distintos motivos já não é possível reconhecer-se nos pais (Winnicott, 1972), anulando-se ou super-estimulando-se uma grandiosidade (Kohut, 1977) que ainda que transitória, é estruturante do poder, o vigor e a autonomia do self adolescente que mostra importantes falhas.

Esta situação é inseparável de uma realidade social na qual os pais já não sabem muito bem que fazer com seus filhos adolescentes, pelo qual a adolescência se converte em sinônimo de agobio. Se perde essa margem pela qual o filho consolidava seu projeto pessoal, sendo sustentado libidinalmente por sua família.

Dimensão de orgulho que se substitue por esta de desassossego, forma em como passa a resignificar-se o lugar que estes jovens ocupam dentro da sociedade, dentro da família, dentro do liceu. Já não se está pensando neles como adolescentes, senão como uma carga, um fastídio, uma moléstia, uma dor de cabeça .

Cabe assinalar que para Kancyper (1997) é tarefa do adolescente desidentificar-se com uma construção familiar narcisista, o *infans maravilhoso*. Mas esta dimensão já não aparece tão claramente, substituída em troca por situações de desassossego narcisista. Da construção narcisista : “*esperamos tudo de ti*” se passa a um: “*já não esperamos nada...*”, sem alternativas nem soluções de continuidade.

Cena psicodramática sobre uma família

Se pede ao grupo que entre todos “construam” um pai. Depois se pede que se faça o mesmo com a mãe. O pai inventado é Nelson José Campos Rodríguez de 37 anos, com dois filhos, uma filha de 13 anos e um de 12. É um pai preocupado e irritável a sua vez, agobiado (atribulado) pelo trabalho. A mãe se chama Leticia Silva de 39 anos. Tem dois filhos. Um filho de 14 anos e uma filha de um ano e meio. É solteira e dona-de-casa. Castanha de olhos verdes, 1.70 de estatura, caráter normal, nem mau nem bom. Com a menina menor é boa, lhe faz todos os gostos.

Na cena o filho de 14 anos quer procurar seu pai, ver se fica com ele. Pergunta à avó onde vive o pai. Antes de ir-se decide falar à mãe.

- Le das todos los gustos [a la otra hija de año y medio] , pero te llevas mal conmigo

- Ella sabe más de lo que dice, pero no lo dice. ¿Por qué? Soy grande, puedo escucharlo.

- Me tenés bronca porque soy el mayor, porque quiero buscar a mi padre, el hombre que me dio el apellido. Vos me estás despreciando porque soy el más grande.

- Me tenés rabia vos a mi, porque fui el primero en nacer, capaz que te arruiné la vida.

- Soy el mayor y un cero a la izquierda. No doy más. A su vez la hija menor le pide a su madre cariño.

- La madre responde que así como el hijo se siente “ juzgado” ,a ella le pasa lo mismo y por eso no puede hablar, por eso le es difícil compartir la historia de su vida .

Se trata de uma família onde os filhos são do pai ou da mãe mas não de ambos, em relação a uma temática de *fidelidade* que não se pode partilhar. Quiçá expressa que existe uma forma de ser filho a partir de e com o pai, e outra com e a partir da mãe.

O pai se toma a partir do ideal social possuindo dois nomes e dois sobrenomes, como tratando de robustecer sua condição paterna e sua possibilidade de dar amparo. Pai de dois sobrenomes, o que indica ao mesmo tempo uma temática em torno da transmissão, a descendência ou a herança .

É um pai preocupado, mas irritável. Agobiado pelo trabalho. O que significa: com pouca tolerância com os problemas da casa e seus filhos. Todas as suas energias ficam no trabalho. Não há disponibilidade para nada mais. Em definitivo perde a possibilidade de negociar com os problemas de seus filhos.

Quem é irritável? Quiçá uma pessoa à que obviamente não lhe custa muito o mau humor. Mas também o é alguém cujas reações são imprevisíveis, ou melhor dito, que é imprevisível ante que coisas o vão irritar. Como seja, é um pai frente ao qual há que ter cuidado e precaução, tratando de não irritá-lo. Mas com este temor se gera uma dificuldade estrutural para poder instaurar confrontação geracional. O jovem que faz esta confrontação em algum ponto sabe que vai irritar seu pai, mas isso não o vai preocupar demasiado. Ou pelo menos, não ao ponto de bloqueá-lo.

Ao mesmo tempo, pai irritável é aquele frente ao qual se começa a seleccionar o que lhe é mostrado, alentando que se instale um segredo. Nesta cultura familiar algo fica dissociado e por fora da família, o que a converte em um espaço restringido, onde poucas coisas podem acontecer e poucas outras se podem comentar. Assim este pai pouco ou nada sabe dos filhos. Mas, então, como e com quê poderá se sentir orgulhoso dos mesmos ?.

A mãe por sua vez tem um só nome e sobrenome. Não está sobrecarregada de títulos. Ademais é mais velha que o pai e também com dois filhos, com o que poder-se-ia pensar que o material está dissociado: a partir do pai, fazem uma família e a partir da mãe fazem outra. A mãe é solteira e dona-de-casa, o que denuncia a dificuldade de passagem do endogâmico ao exogâmico. É uma mulher que, ou porque está desamparada ou porque é muito forte, tem demonstrado que não necessita de um marido. Para reencontrar seu pai, então, o filho deve sair a buscá-lo.

A descrição física desta mãe se aproxima a de um tipo sedutor de mulher: castanha, olhos verdes, um metro e setenta de estatura, carácter normal. Uma mulher que se descreve a partir de uma “mirada” edípica facilitada pela ausência de um pai que não estabelece limites e proibições, pelo que se faz mais fácil de consumir uma situação narcisística representada pela queixa do filho: seu desejo de ocupar um lugar de menino de um ano e meio .

Quiçá por isso aparecem irmãos e não filhos únicos: é uma forma de pôr obstáculo, de pôr um terceiro –ainda que seja a nível fraternal- aí onde há perigo de uma díade narcisista. Apesar de que se assinala (Kancyper,1997), de que o complexo fraterno é notadamente distinto ao edípico, aqui aparecem mesclados .

Mas a este irmão lhe é muito difícil officiar entre uma mãe e um filho, porque ele por sua vez tem plenos interesses na cena, pelo que, de qualquer maneira, não se vai lograr uma plena discriminação. Desta maneira nenhum dos “filhos “ da cena se aproxima à idade real dos protagonistas-17 anos- senão que são idades menores que tendem ao regressivo.

Quando o jovem de 14 anos fala, o primeiro que aparece é uma queixa, um reproche. Há uma irmã de um ano e meio para quem a mãe dá tudo. Mas se esta mãe dá tudo a esta filha já não fica nada para ele. É uma posição binária: tudo ou nada. A mãe aparece repartindo arbitrariamente seus dons ,”alentando” um registro de infância antes que de adolescência. Por algo a mãe premia a menina de um ano e meio. E não dá nada ao outro. É uma forma de expulsão que é, por sua vez, castigo. Da mãe, este adolescente o que recebe é desamparo e vazio. E aí é onde começa sua aventura: a busca do pai.

Mas, a “aventura” adolescente não é para buscar a um pai. O pai e a mãe estão no começo desta viagem e não ao final, como é neste caso . “Algo” que já teria que estar e ser o marco a partir do qual empreender algo novo, não está. No futuro, então, não está a adolescência senão um provável pai que um dia vai ser encontrado ou não. Como remarco no capítulo anterior: uma coisa é antecipar um futuro, outra um pai. Se este não os reconheceu lá então, dificilmente o faça aqui e agora.

Contudo faço notar que em vez de aproveitar a cena para “encontrar” o pai recriam uma mãe e uma avó. O que provavelmente indique que necessitam de um intermediário que officie como nexos nesta busca. As figuras de mediação se fazem imprescindíveis entre eles e sua “aventura” paterna. Mas a adolescência mesma já não é a figura e mediação, senão que recorrem a outras substitutas.

A sua vez, por que a mãe está tão irritada com o filho? Uma filha de um ano e meio está na mesma situação de gênero que a mãe, mas, ademais em uma situação e idade onde não lhe coloca problemas nem a agobia (dá atribuições). O problema é que um ano e meio não se pode ter sempre, por mais que eles queiram e por mais que a condição para que tudo siga bem com a mãe, é que eles sigam sendo meninos.

À mãe, lhe reprocha : “ela sabe mais do que diz mas não o diz”. Está se referindo ao pai ? Como seja é um reproche. Há algo que é um secreto e o secreto quiçá seja a colocação do pai. O interessante é que o temos que deduzir, porque não se atrevem a dizê-lo diretamente. É um reproche que há que enunciar de forma muito delicada, como um secreto que não se pode descobrir totalmente. Tem que manter-se algo velado já que a dimensão do secreto é ineludível para estes adolescentes.

Há um secreto que eles sentem ou estão convencidos de que os adultos lhes ocultam, como uma parte de sua vida que não os deixam ver. Mas ademais estão os secretos deles mesmos frente a pais irritáveis ou abrumados. E por último há um secreto que tem que ver com a interação com seus grupos de pares. Nos mesmos devem aparentar ser “grandes”, ocultando seu self verdadeiro mais regressivo e infantil. Porque essa menina que recebe tudo é também um lugar muito invejado. É como se se tratara de um pacto denegativo, pelo qual se deve deixar algo “fora” de um conjunto, para que o mesmo se funde . Este pacto denegativo (Missenard,1989) implica que o que se deixa fora do grupo de pares é a infância, a que permanece como cena desejada no familiar.

Por outro lado este material vai de encontro a algo imposto no imaginário social e que refere a que supostamente hoje em dia há muito mais diálogo entre pais e filhos. Inclusive muitas das críticas que desde a psicologia e a sociologia se fazem aos pais, é que através desse diálogo pretendem camuflar-se de jovens. Mas este material mostra justamente o contrário, pois o diálogo paterno-filial se substitue por uma estrutura de muito secreto e dissociação. Dizem à mãe :“você nos está ocultando algo” marcando a desconfiança em direção a ela por colocar obstáculos à busca do paterno, coisa pela qual é fortemente julgada .

III.6- Acerca do messianismo exacerbado ou o estar todo o tempo ocupado em “cuidar”

D. Yo sí me tengo que quedar solo. Me encierro en el cuarto, pongo la música alto. A mi me caen con todo el peso por ser el mayor. No puedo hacer payasadas ,si quiero hacer paro de manos, me dicen que no, porque los demás te copian. Tengo que ser serio, cumplir con las tareas, no te podés zafar ,porque tenés hermanos ,tenés que cuidarlos y no podés hacer lo que realmente querés hacer de verdad.

L.- No creo que sea porque uno sea mayor o menor. Los padres siempre se forman una imagen de cómo deben ser los hijos, tienen sus exigencias. (...)

A- Las decisiones las toman los demás por mí. Con mi familia siempre fui muy apegada, siempre me dicen que sí y si me dicen que no, me siento sola, como que me dejan de lado...Mi novio siempre me dice ,yo no necesito que me cuiden, necesito que me ayuden.

P- Vos sos responsable, hacé bien las cosas y te va a ir bien...Hay cosas en que soy chico, pero algunas cosas no, soy grande.

D- En otras te quieren poner la responsabilidad de que sos mayor..

L-A los hermanos mayores, mayor responsabilidad, a los hermanos menores, menor responsabilidad...

P- Si ellos se van, yo tengo que cuidar la casa y mi barrio es fatal. De noche hay una bandita ...Para eso soy grande.

L- Eso podría ser, pero en mi caso yo no tengo que cuidar la casa. y es lo mismo.

D- Tengo dos hermanos más chicos y yo trabajo al lado de casa. Mi barrio también es bravo y tengo que ir cada 15 minutos a ver si está todo bien. Claro, pero de noche es: no tomes, no fumes, para eso siempre te marcan límites.

P- Si mis padres se van y mi hermana, yo me quedo afuera de la casa con uno o dos amigos ,prendo la música a todo lo que da, pero no siento miedo.

D- Un profesor decía que no cuidábamos las sillas porque eran públicas, pero que si las privatizaran ,las cuidaríamos y yo estaba de acuerdo pero no se lo podía decir a mis amigos. ⁵⁵

Os fragmentos precedentes marcam o que denomino uma subjetividade ou uma adolescência de “pontas de pé” . A mesma implica- entre outras coisas- menor tolerância familiar⁵⁶ aos problemas de ânimo, aos conflitos, às condutas de rebeldia e oposicionismo: *“Tengo que ser serio, cumplir con las tareas, no te podés zafar, porque tenés hermanos, tenés que cuidarlos y no podés hacer lo que realmente querés hacer de verdad.”*

Se incentivam assim necessidades de ser bebê, buscando ser resguardados e contidos, mas na condição de que essa realidade se mantenha de forma clandestina. Desta maneira se comportam regressivamente com os pais e “aparentemente” como adolescentes com seus amigos.

Em vez haver continuidade existencial o que há é uma cisão existencial. Uma coisa se é com os amigos, outra com os pais. Com aqueles há uma conduta que é a que se “espera “ de um adolescente, enquanto que em torno da família despregam vínculos fusionais .

Esta necessidade de serem contidos regressivamente faz com que a adolescência apareça como perigosa ante a possibilidade de “perder” esse contato que se sente imprescindível. Sua extrema necessidade de ser cuidados, faz com que paradoxalmente não possam deixar de cuidar daqueles que podem mostrar-se carentes.

Uma vertente deste tipo de subjetividade é o que transmitem com seu agobio: já não pode deixar de cuidar. Situação que se relaciona ao mal-estar de que se lhes assinalam obrigações, enquanto que não os reconhece o direito a ter outra atividade. Desta maneira se coarcta a possibilidade de que possam ir aprendendo a cuidar-se de si mesmos.

Junto ao cuidado permanente se implementa uma ansiosa atividade de interpretação tratando de perceber signos de rechaço e/ou aceitação,

⁵⁵ D. y P. são rapazes, L. y A. mulheres.

⁵⁶ Haveria que incluir aqui que nesta situação influe também as mudanças demográficas que se operam nas mulheres, as que ademais de suas tarefas tradicionais (cuidado da casa) passam ademais a ocupar postos de trabalho. Por outra parte é dado observar que estas tarefas se transpassam às filhas.

buscando entender os códigos pelos quais podem ser incluídos no vínculo familiar e/ou social (“*Vos sos responsable, hacé bien las cosas y te va a ir bien...*”). Mas por outro lado, a partir desses conjuntos, as condições de aceitação se enrijecem (“*Los padres siempre se forman una imagen de cómo deben ser los hijos, tienen sus exigencias*”).

Uma conduta que expressa o anterior é o que denomino messianismo exacerbado. Como já indiquei, em trabalhos anteriores (Klein,2003) assinalei o messiânico (conceito que maneja Kancyper,1992,1997) como uma atividade estruturante da adolescência:

De alguma maneira sua presença assegura a persistência de um investimento por parte da família, mais além das mudanças do período(...)Se poderia dizer então ,que se “sua majestade o bebê” é uma condição ineludível de estrutura, “seu messias, o adolescente”, não o é menos.(Klein,2003:124)

Neste sentido, esperamos que o adolescente se apuntele e desapuntele simultaneamente na família, o Édipo, a confrontação, o grupo de pares, o messiânico, um futuro, a vocação ou outros. Esta situação permite um potencial de saúde já que quando se tenha que passar por estruturas de crises e mudanças, as mesmas se semantizarão flexivelmente ao estar já o psiquismo multi-apuntalado. Quanto mais apuntalada esteja a subjetividade (Bernard, 2001) mais complexo se torna o psiquismo.

Pelo contrário o material apresentado sugere que a adolescência em vez de ser uma cena desejada, como uma possibilidade de mudança, passa a ser uma cena temida, fragilizando-se as estruturas de mediação entre o adolescente e sua adolescência. Assim tende-se a um mono-apuntalamento sobre uma cena congelada, que evita a eles os dissabores do crescimento e os reproches por serem adolescentes.

Ao perder-se a adolescência como “*um intenso processo de tradução que tem que ver com desapuntamento e reapuntamento*” (Klein,2003: 171), se consolida un mono-apuntamento, com o que o problemático é que estes

jovens não sabem COMO passar entre distintas estruturas (infância-adolescência; adolescência- adultez) .

No material estudado dá a impressão de que o messiânico é o único[*o predominante*] apuntamento que possui o adolescente para sustentar o vínculo com sua família. Daí que o denomino “exacerbado”. Sair do mesmo se vivencia como uma situação de catástrofe ante à qual o adolescente se sente angustiado.

As responsabilidades “messiânicas” parecem abarcar um terreno cada vez mais amplo e centrífugo: cuidar da casa, da irmã /ãos, o lar, a harmonia familiar, até um ponto em que dá impressão de que não é que o adolescente se “recoste” sobre o mundo, senão que este o faz sobre ele. O fraterno passa a ser uma “carga” fraterna (“... *te quieren poner la responsabilidad de que sos mayor...;A los hermanos mayores, mayor responsabilidad, a los hermanos menores, menor responsabilidad..*”).

O fantasma que se tenta conjurar assumindo este encargo (ou melhor: sentença) é o da perda. Perda da família, perda da tranquilidade, perda de uma espécie de equilíbrio homeostático, do qual se convertem em guardiães. Abdicar deste lugar pode acarretar perigos iminentes: roubos (“*robaron en las casas de al lado de la mía*”),destruição (“*De noche hay una bandita...*”), acidentes (“*tengo que cuidar a mi hermana porque se va a la calle*”), ausências (“*Se va con las amigas y se olvida de tener cuidado*”), divórcios (“*Nunca asimilé que mis padres se separaran. Hubo problemas entre ellos dos...*”).

Esta situação é inseparável do que denomino situação de catástrofe iminente. Mas ao mesmo tempo se enlaça a outra: a situação de obrigação inquestionável. Assim, ainda que transmitem mal-estar ante a situação (“*Claro, pero de noche es: no tomes, no fumes, para eso siempre te marcan límites*”) e seu duplo discurso (“*Si ellos se van, yo tengo que cuidar la casa y mi barrio es fatal. De noche hay una bandita ...Para eso soy grande*”), não podem senão fazer ato de “obediência devida”, refletindo quiçá a persistência da transmissão de uma gramática ditatorial.

Fica delimitada assim uma conduta compulsiva ,quiçá ao melhor estilo de um ritual obsessivo (“*Tengo dos hermanos más chicos y yo trabajo al lado de casa. Mi barrio también es bravo y tengo que ir cada 15 minutos a ver si está todo bien*”), tratando de evitar uma experiência de solidão, que se sente

aterrorizante : *“Yo sí me tengo que quedar solo. Me encierro en el cuarto, pongo la música alto; Si mis padres se van y mi hermana, yo me quedo afuera de la casa con uno o dos amigos, prendo la música a todo lo que da, pero no siento miedo”*.

Desta maneira os possíveis conflitos psíquicos são substituídos por um esforço adaptativo. Em tal sentido se busca anular situações conflitivas que se buscam resolver com esforço e vontade. Ao mesmo tempo, as situações se exageram tornando-se questões de vida ou morte .

O desobedecer passa a relacionar-se a vivências de desamparo, pelo que não se sentem com força para impor mudanças a sua conduta, a que aparece resignada e desvitalizada. Este sentimento de “estar à mercê” implica que a subjetividade se regula em grande parte externamente, a nível familiar e/ou institucional.

Este messianismo exacerbado se relaciona assim mesmo à impossibilidade de concretar um duelo por uma família que não existe mais, mas à que se associam vivências de resguardo e cuidado. Esta espécie de “infância feliz” prolongada busca desmentir, mais que o fim da infância, a mudança dos pais da infância. Em seu lugar surge o que no capítulo anterior denominei “pais abrumados”, os que transmitem sensação de fragilidade e experiência limite.

Ainda que ao pais protetores passem a ser pais desamparantes, se trata de uma realidade que não se pode aceitar nem tolerar, sentindo-se que se essa ilusão (que protege, que dá harmonia, que dá segurança) se quebra, podem surgir aspectos atemorizantes.

Desta maneira quando se “rompe” a família, surge uma “bruxa” que golpeia e maltrata (*“Tuve problemas con mi madrastra y problemas con la policía porque ella me golpeó una vez ; Mi madrastra dice por qué voy, si mi padre ya dejó con mi madre ; Tengo una madrastra, yo pensaba eso de que las madrastras malas no existen”*). Então o que alivia e tranqüiliza é que tudo permaneça fixo e imutável.

Desta maneira é inevitável que no grupo terapêutico se coloque uma reconstrução da família. Assim G. em determinado momento, reavaliando sua família, expressa: *“Me pasó con mi padre cuando tenía cáncer. Es como que sos el chiquito. Nadie te dice nada y tenés que estar averiguando cosas por vos mismo...”*. Se pode romper assim um dos núcleos principais do messianismo

exacerbado: a teoria adolescente pela qual o mau que sucede, se deve à inteira responsabilidade deles mesmos .

Por outro lado parecem transmitir que os adultos se movem basicamente em dois mundos: um caracterizado principalmente pelo hermético, secreto e oculto, do qual eles não participam. E outro público em relação a deveres e obrigações. Desta maneira passa a predominar a desconfiança sobre o mundo adulto, ao que, contudo, obedecem, como se entre ambas as situações não tivesse conflito.

A problemática que colocam então em relação ao familiar é dupla: por um lado se perguntam como desprender-se destes pais sem sentir culpa. Mas por outro, desejam uma situação de fusão com os mesmos, tentando negar a vergonha que isso lhes provoca.

Esta situação não facilita estruturas de crescimento nem de mudança e em seu lugar (quiçá como formação de compromisso entre a mudança e a não-mudança) aparece outra vertente deste messianismo exacerbado: rechaçar o adolescente deles mesmos. Situação paradoxal que não deixa de colocar o ponto de urgência de que se “esgotam” as possibilidades de pensar em si mesmos, mas se acentua uma sobre-exigência psíquica em relação ao grupo familiar.

Dentro do modelo clássico da modernidade keynesiana a família implicava um crisol de crescimento, sustentando e colaborando com o social. Modelo que se completava gerando condições viáveis de “desprendimento”. Nesta passagem da endogamia à exogamia, quando as coisas estão “suficientemente bem dadas”, as mesmas não se eternizavam como dívida porque não se tratava de transmitir dívida (Volnovich,2002), senão de gerar porvir.

Pelo contrário, estes jovens o que transmitem é a dificuldade para crescer. Em vez de facilitar condições de passagem, o que estes pais facilitam são mensagens enigmáticas (Laplanche,1987) como ser: “algo horrível pode passar”; ”salva-nos”; “pensa em nós sempre”, ou outros.

Mensagens enigmáticas que estes jovens resignificam a partir de um só código: o do “messianismo exacerbado”. Com o qual o que interpretam é que frente a esse enigmático, o único que fica por fazer é proteger a seus pais, a casa, os irmãos, o bairro, o liceu. Cuidar, todo o tempo cuidar. Ainda que fatigados e confusos, cuidar.

Não sabem com total certeza quem é seu pai, como comunicar-se com a mãe, qual é o laço que os une ao social, mas sim que é imprescindível estar alerta e proteger. Do que não têm dúvida é de que, seja quem seja o pai, o mesmo será débil e frágil. Já assinalei como ante um pai débil é muito difícil fazer confrontação, tal como a descreve Winnicott (1972). E neste sentido creio que o messianismo exacerbado é uma estrutura anti-confrontacional que impede de pôr a agressividade ao serviço do crescimento.

Quando à D. a madrasta a pega, não lhe ocorre reagir nem defender-se. O que faz é chamar a polícia já que assim como ele cuida, não pode senão recorrer àquela para que cuidem dele. G. por sua vez o que traz é a desesperação porque não pôde ajudar a seu pai com câncer tanto como ele havia querido ou necessitado. Aqui o terceiro que rompe a harmonia familiar não é a madrasta-bruxa (como em D.) senão a enfermidade.

Em ambos os casos há uma nostalgia por um narcisismo primário (Laplanche-Pontalis,1981) onde estavam todos unidos e com uma suposta comunicação fluida e plena entre os integrantes da família. Se parte do crescimento é deixar de ocupar-se dos pais e mergulhar na própria vida, se trata de uma passagem que se faz difícil de realizar. Nestas condições então, o crescimento em vez de ser significado como mudança positiva, é vivido como uma situação de “perda”.

Perenemente “endividados” não podem pensar-se fora de uma situação de sacrifício e redenção (Berenstein,1981). Por sua vez estes são pais que, ainda que divinizados, não podem prescindir de um filho-redentor (Kancyper,1998). Em realidade é uma situação perversa: assim como se convoca ao filho ao rol redentor, se o faz sentir agobiante a partir de um lugar de excesso, através de uma dupla mensagem conflituante.

A partir deste tipo de mensagens cabe pensar que quando G. menciona que a família é *“hacer lo que vos quieras, aunque te lleves mal, igual seguís por tus hijos”*, manifesta um: “estamos fartos, mas seguimos adiante”. Se os transforma e se transformam a si mesmos assim, em os responsáveis ou culpados da fragilidade dos pais.

Me pergunto desta maneira se D. no fundo não se sente mortificado sentindo que ele poderia haver feito algo para que a madrasta-bruxa não aparecesse. Ou se G. não estaria convencido que poderia haver feito mais para que o pai

não tivesse câncer. Em tal caso, como já desenvolvi faz alguns anos, junto a uma temática da dívida, se assenta um sentimento de culpa em relação a um superego primitivo com o qual não se pode “raciocinar” (Klein,1997b) e impede expressar sentimentos de desconcerto, raiva e ódio. Desta maneira pensar “mal” dos pais, se transforma em uma possibilidade de dano insuportável (Baranger,1971).

Cabe então assinalar que uma primeira aproximação do que tento caracterizar com o termo *messianismo exacerbado*, implica um estar todo o tempo pendente da casa- família frente a perigos reais e / ou imaginários, assinalando a impossibilidade de tomar distância do angustiante dentro de uma estrutura de cuidado constante (“*en mi caso yo no tengo que cuidar la casa*”).

É interessante fazer notar como este messianismo se entrelaça a uma vivência de catástrofe iminente ou perigo incontável que tinge a cotidianidade neoliberal. Tem a ver com a sensação de que qualquer coisa pode acontecer em qualquer momento mas sempre no sentido do negativo.

Ao mesmo tempo, esta situação é uma forma específica de constituição do aparato psíquico que incentiva o transubjetivo em desconsideração do intersubjetivo. Por este último se verifica transformação do não- psíquico em sua passagem ao psíquico (Kaës,1993), mas pelo contrário o transubjetivo alude ao predomínio de uma presença imediata e sem transformação de mensagens familiares e sociais através de situações de indiferenciação e fusão. (Bernard,2001). Provavelmente, quanto mais situações de ruptura, catástrofe social e traumatismo social existem (Puget,1991), mais se incentivam estes processos de transubjetividade.

Por sua vez para que o aparato psíquico se consolide com uma situação de fronteira bem delimitada que permita o intersubjetivo, creio que -seguindo a Winnicott (1981)- os pais têm que operar como pais cuidadores dentro de um ambiente facilitador. Provendo e sustentando este marco de cuidado e de sustento, os pais geram uma envoltura familiar que antecipa a envoltura psíquica. Através da mesma se provê a *ilusão* da inexistência da sociedade. Minha hipótese é que o menino não deveria ter que pensar em seu crescimento somático e psíquico em termos de sociedade. São os pais os que têm que pensar pelo menino em termos do social.

Estes pais cuidadores são os pais da modernidade keynesiana (Giddens,1997), que deixaram lugar a pais protetores, pais que inseridos no neoliberalismo não podem deixar de falar do social, porque o social já não é uma matriz de inclusão, senão que é uma matriz de provável exclusão. Daí que a sociedade aparece em termos de desordem, dano e caos. Já não é um fundo sobre uma figura. Pelo contrário: é tudo figura (aterradora). Este social já não permite a ilusão (que era eficaz) de sua inexistência atrás dos “muros” do lar. Está onipresente, agourando algum tipo de desgraça ou maldição, imbricada a fantasias onipotentes sádicas (Baranger,1971).

Quer dizer, sobre o social o indivíduo já não se “recosta” (um dos elementos constitutivos de cidadania), como o menino se “recostava” sobre o psiquismo dos pais. Agora não existe respaldo senão caída (o gap de Winnicott [1981]). Na medida em que a sociedade é hostil, a “fronteira “individual passa a estar indiscriminada com a “fronteira” familiar devido a que se assenta numa fantasmática vincular de cuidado mútuo. Todos se cuidam e se devem assistir mutuamente. Quando estes processos de messianização se radicalizam, não há possibilidade para o que Urribarri (1990) chama júbilo adolescente, o que é substituído por uma subjetividade vivida em termos de “pontas de pé”.

A partir do grupo terapêutico há que tratar de evitar os subentendidos e mal-entendidos. Os dois terapeutas têm que mostrar e demonstrar que estão vivos e que são “suficientemente fortes”. Quer dizer, que não requerem nem cuidado, nem proteção. Por outro lado há que ter cuidado com as intervenções onde se coloca excessiva responsabilização, tendo em conta que estes jovens já vêm super responsabilizados com o que acontece em seu entorno. Desta maneira quiçá se possam gerar as condições que permitam elaborar e pôr “freio” a esta compulsão de cuidar e proteger.

III.7- Viagem mítica e a problemática do ideal das fronteiras, limites e da passagem

G.- En mi tiempo libre ,me gusta escuchar música.

N.- Te gusta la vida, hay que saber vivirla, disfrutar las cosas pequeñas aunque tengas problemas. Yo quiero una carrera, una casa. Ser independiente Así es cómo me veo y cómo me quiero.

N. a P. -¿Te gusta ser adolescente?

P- Sí bastante ,un poco sí, un poco no. Me gustaría ser mayor ,tener 21,así me puedo mandar yo. Si vos mismo te mandas ,sos responsable de todo. Ahora no ,los responsables son tus padres.

P. a R.- ¿Te gustaría tener una familia bien?. A mi me gustaría tener una familia constituida para tener mis hijos. Pasar la vida.

G.- Hacer lo que vos quieras . Aunque te lleves mal, igual seguís por tus hijos.

R.- No lo había pensado así Estoy en conflicto con eso: ahora estoy pensando que hacer realmente (con el novio) lo quiero, pero no sé si es la persona que quiero tener para siempre al lado mío .

A N.-¿Qué sería lo peor que te haría un amigo y no le perdonarías?

N.- Nunca lo había pensado, supongo que me mienta. Algo que no me gustaría personalmente es el desprecio. (Le pregunta a C.) -¿Qué es para vos la familia ideal?

C. - Que no haya problemas, que estén todos unidos ,no sé...A L.: ¿Por qué estás acá?

L.- Bueno, para superar algunos problemas...Me siento muy insegura de mi misma en algunos aspectos. Me vine a vivir este año a Montevideo, no me puedo quedar sola en mi casa.

A N.- ¿ Estás conforme con tu padre o querés cambiar algo?

N. - No, no tengo autoestima y no sé que podría cambiar. Trato de escaparme de los problemas ,me hago la fuerte pero me caigo. Para empezar ,serian dos cosas que querría cambiar de mi “(no las dice)

C.- Me mandaron del liceo a la psiquiatra y ella me mandó, porque ella atiende problemas de anorexia y bulimia ,pero no era mi problema.

N F.- Yo tengo problema de anorexia ,me lo dijo el médico. Me mareaba ,iba sin desayunar al liceo y al Dra me mandó al Dr y él me mandó acá . Puede ser los problemas de mi casa, mis hermanos no se llevan bien, tengo 5 hermanos mayores, dos de ellos no se llevan bien y uno se fue. Yo estoy muy pegada a mi hermana de 20 años, que es la que se fue.

R.- Yo no quería conocer a mi hermana, me tapaba los ojos cuando papá me mostraba las fotos. Mi madrastra marcaba las diferencias en pequeñas cosas, yo me sentía menos que mi media hermana ...Por ejemplo, le compra yoghurt a la hija y a mi me da lo que le sobra.

G.- Eso siempre pasa...mis padres siempre me dicen que me dieron más que a los demás, por ejemplo, yo quería una moto, me decían que no, que después, pero yo insistí y me la compraron. Ahora quiero la computadora ,yo nunca me conformo. Quiero siempre más...Me dicen que maduré rápido. Tengo problemas con mi hermana y con mi sobrina. Soy el bebé de la casa.

P.- Mi madre me dice bebé, mi padre me dice Tato. No me gusta que lo diga delante de mis amigos. Vos tan desplazado no estás, porque si te compran una moto...Si yo quiero una caricia o un beso no lo tengo.

G.- Otra cosa es que me pelee hace dos semanas con mi novia, por culpa de mi madre. Buscaba la llave de la moto y las tenía mi madre en el bolsillo.

L.- Mi madre me decía ...(diminutivo) delante de mis amigos.

P.- Hay gente que quiere seguir siendo chico.

L.-A mi me gustaría seguir siendo chica.

R.- A mi me gustaría ser grande y decirle a mi abuela : No. No voy a hacer esto. Siento que el desplazo fue total con mi abuela.

C.-A mi no me dejan salir a bailar. La Doctora dijo que podía venir sola, pero mi madre dijo: A la niña sola no la dejo ir.

R.- Mis amigas se burlaron de mi y me rechoco . Esta vez pude hablar con mi abuela y decirle que se equivoca y que siempre me compara con mis primas.

N F.- Tengo los conflictos de adolescente, pero tardíamente. Los problemas que tengo son inseguridades.

P.- Quiero ser más grande, para ir a bailar y no pedir permiso, pero también vienen más obligaciones, responsabilidades.

R.- No vas a tener a tus padres que te estén bancando . Mi amiga dice que tengo un defecto, que soy dominable. Yo digo que soy flexible.

G.- ¿Te gusta complacer a los demás?.

R.- Vivo tratando de complacer a los demás y a veces dejo de lado lo que yo pienso. Lo categoricé como una basura a mi novio. Hablé con mi padre para dejarlo y me apoyaron, pero me empiezan a hablar : fijate que siempre estuvo contigo y ahí, no sé, cambio...A mi me dicen : hacé tal cosa y no sé, lo hago. Todos me dicen, la que vas a sufrir sos vos. Yo quiero realmente dejarlo y no que otro te lo diga.

N.- A mi me pasa exactamente lo mismo que a ella, yo hace siete meses, que salgo con un muchacho que hace dos años, nueve

meses, que tiene novia. Nunca me había enamorado ,interesado por una persona. Me pasaron cosas que nunca me habían pasado. Y me digo: tiene novia, pero cuando lo veo, todo cambia.

P. - Capaz que está siendo haciendo sufrir a las dos. Te está haciendo ilusionar y sale con otra.

N.- No sé si es tan así.

G. - No es justo, está jugando a dos puntas.

N.- Mi mejor amiga me apoya en mi decisión.

P.- Estás compartiendo el amor, pero capaz que lo querés para vos sola.

L.- Yo lo hablaría, no podría compartir el amor. N. - Yo lo que tengo claro, es que a la novia no la quiere. Yo soy muy nerviosa, camino adentro de la casa.

R.- Yo vivo en una pensión . No estoy queriendo llegar a la casa donde vivo y si estoy adentro tengo una desesperación por salir , pero mis amigas no me dejan...Yo me iba a una placita. Mi abuela ejerce control sobre mí por medio de la señora de la pensión. ⁵⁷

Gostaria de fazer notar que o material recém transcrito é privilegiado e daí a extensão do mesmo. Privilegiado porque assinala um microcosmos adolescente mas revelando ademais -como desenvolverei- um macrocosmos social personificado em figuras do ideal .

A sessão começa a partir da discussão sobre o tempo livre, com o que o grupo fica delimitado como um espaço para descrever-se, mostrar-se, falar dos problemas. G. coloca uma curiosa oposição entre tempos livres e tempos não livres. Ao mencionar seus tempos de liberdade fica implícito outro de não-liberdade sustentando uma afirmação com a qual não se discute. Este “adolescente” não começa, assim, a sessão contando seus conflitos, como os adolescentes da modernidade, senão, se referindo a uma “ virtude” : realizou uma adaptação e ensablagem entre tempos livres e outros provavelmente não- livres.

Poderíamos pensar que a vocação de G. é escutar música, mas também que é a única opção que tem para poder sentir-se livre e organizar seu espaço pessoal. Esta cultura “livre” é uma cultura sem presença do adulto. No caso do

⁵⁷ G. y P. são rapazes, N., L., R., NF. e C. são mulheres.

grupo terapêutico os limites mudam, já que é uma cultura onde há adolescentes mas com presença dos adultos. Esta cultura terapêutica resignifica assim o que é adulto e adolescente já que estes adultos- terapeutas não se manejam com os códigos da inclusão - exclusão tal como os adultos que eles mencionam de sua cotidianidade.

G. não diz que gosta da vida mas N. crê que sim e lhe assinala : “*Te gusta la vida, hay que saber vivirla, disfrutar las cosas pequeñas aunque tengas problemas*”. Na realidade, para G. a música é essa fronteira na qual “parapeita” seu espaço de liberdade. Quando a música se vai, desaparece esse espaço de liberdade que não está internalizado. N. reinterpreta a “fronteira” de G. como parte de um discurso social: as coisas simples da vida são as que te dão felicidade⁵⁸. A vida há que vivê-la e o que se trata justamente para estes jovens é de como viver a vida permanecendo adolescentes .

A frase: *as pequenas coisas da vida* inaugura uma imagem possível a partir da qual seus integrantes podem introjetar a experiência terapêutica. Mas por sua vez se filtra um traço próprio do uruguaio: a resignação. Algo típico do discurso uruguaio (o rioplatense) : resignar-se às pequenas coisas da vida. Se arma aí um ponto de consenso que há de se aceitar. Porque da resignação ao pequeno se pode passar imperceptivelmente à resignação por uma subjetividade mínima. Este fatalismo relacionável à identificação com o agressor (Frankel,2002) faz com que se percam condições instituintes.

O que ressalta no material é que a fronteira desde a que fazem, adolescência são pequenas coisas, concretando projetos mínimos que consolidam uma perspectiva de resignação e cauta retração (repliegue). Mas N. explicita assim mesmo uma mensagem otimista. No futuro será capaz de estar bem na vida podendo realizar seus ideais: uma casa, uma carreira. Este ideal de poder conseguir determinadas coisas implica o oferecimento ao grupo de um futuro ao qual projetar-se. Mas isto é distinto ao que assinala G., o que articula seu discurso a partir do espacial e não a partir do temporal. Daí que o espaço e o tempo se apresentem como dicotomias às quais não se pode usufruir simultaneamente.

⁵⁸ As coisas simples da vida te dão sempre alegria e são a felicidade, era (não) casualmente o estribilho de uma novela bonaerense de minha infância.

A partir desta perspectiva dos espaços, o grupo coloca como os mesmos são poucos e escassos, reproduzindo o imaginário neoliberal de uma sociedade escassa, na qual não há já lugar para todos. Poder-se-ia pensar também que há uma cisão em dois espaços. Em um se sentem cômodos e tranquilos onde a sociedade não está. Enquanto que no outro, a sociedade está sobrepresente. Ou a sociedade aparentemente não está em relação ao que Margulis (1997) denomina a “ cultura da noite”, ou está muito em relação ao mundo adulto e das obrigações .

Seguindo esta lógica do dicotômico os pais não podem amar por igual a todos os seus filhos: se amam a um, deixam de amar a outro (*“mis padres siempre me dicen que me dieron más que a los demás; le compra yoghurt a la hija y a mi me da lo que le sobra”*). É interessante observar em tal sentido que quando P. pergunta a R., não espera sua resposta senão que se responde a si mesmo continuando falando G.. Ninguém no grupo o discute ou o nota. Desta maneira, assim como o grupo denuncia a sociedade escassa, a reproduz gestando um excluído - mulher- dentro de seu funcionamento .

Por sua vez, curiosamente, N. atualiza um discurso social cujos conteúdos (o trabalho, o estudo) ainda que presentes como sustentos da modernidade keynesiana, já não são plenamente vigentes desde o neoliberalismo. Parece haver algo da ordem do imaginário social que tem um efeito de impregnação que o faz persistir mais além do tempo histórico que lhe dá sentido. Dando lugar a uma construção de subjetividade “anacronizada” com respeito ao tipo de sociedade que expressa .

Ao mesmo tempo esta subjetividade defasada com respeito aos ideais que transmite, reflete a impossibilidade social de fazer duelo por determinado tipo de sociedade que já não existe. Quando aparecem valores como : *“¿Te gustaría tener una familia bien?. A mi me gustaría tener una familia constituida ,para tener mis hijos .Pasar la vida”* , cabe pensar até que ponto os adolescentes discutem, reproduzem ou modificam estas imagens sociais que os precedem⁵⁹. Quiçá nestos casos se afirmem fenômenos de encriptamento (Tisseron,1997) dentro de uma transmissão transgeracional que não permite modificar o “prévio”, prevalecendo uma cena circular sem mudanças .

⁵⁹ Ou dito de outra maneira, até que ponto reproduzem ou questionam as imagens que a sociedade tem sobre eles mesmos.

Quando N. pergunta à P. *¿a vos te gusta ser adolescente?*, funda o grupo como tal, gerando-se um movimento que determina como certeza que alí está reunido um grupo de adolescentes. Mas P. o contesta: *“Sí bastante ,un poco sí, un poco no. Me gustaría ser mayor, tener 21, así me puedo mandar yo. Si vos mismo te mandas, sos responsable de todo. Ahora no, los responsables son tus padres”*, com o que o adolescente passa a ser uma experiência que pode não gostar. De espaço etário com fronteiras claras passa a ser um espaço de mal-estar, em que é melhor habitá-lo o menos possível, a contrapelo das teorias que indicam que o adolescente sofre de excesso narcisista (Garbarino,1987,1988). Se há que ser adolescente se trata de sê-lo o mais rápido ou o mais dissimuladamente possível.

Obviamente se perde o registro do jubiloso da idade, pois se trata de “escapar” de situações adolescentes que sentem como de condenação e desamparo. Daí essa sensação de presente escasso, “interrogando” ansiosamente a um futuro ao que percebem esquivo. Quiçá porque vivem uma situação diferente à de seus pais e avós, os que se não pensavam tanto em seu futuro, é porque sabiam que o mesmo lhes era uma garantia.

Na medida em que esta garantia “enfraquece” é que se reforçam os mecanismos adaptativos, exigindo-se ao jovem que eleja ainda que não esteja preparado para fazê-lo. Assim no Uruguai surgiu um dispositivo pelo qual no terceiro ano do liceu se deve optar por continuar o mesmo ou ingressar a uma carreira técnica. Se trata de outra mensagem da sociedade escassa: não se pode fazer tudo e de qualquer maneira, com o que a política de sondagem social está limitada, perdendo-se o direito a equivocar-se ou a explorar.

No grupo se começa a discutir o tema da maioridade e o ser maior. A problemática se coloca então na discussão sobre quem manda, com o que ressurge a questão do status paterno. Este pai rival do que se fala parece de tipo hórdico. Mas o pai da horda, se tinha esse poder, é porque era onipotente, forte e respeitado. Não representa a lei, ele é a lei. Para introduzir a lei tem que estar morto (Dor,1990), ou seja re-presentá-la. Trás de ser morto o pai é devorado (Freud,1913), o que se poderia entender como a apropriação dessas insígnias que facilitam o identificar-se com o social. Para esta “devoração-apropriação” simbólica o pai deve apresentar-se forte, pois assim permite que exista a ambivalência, amor e ódio. Se o ódio combate o excessivo, o amor

incorpora e retém psiquicamente ao objeto catectizado pelo “comer “ simbólico, através do banquete totêmico.

Mas um pai demitido do trabalho, que está alcoolizado porque teve uma depressão ou o mandaram ao seguro desemprego, não é um pai forte, não é um pai que possa sustentar ambivalências frente ao filho, que, estruturalmente se vê impedido de matá-lo simbolicamente. Neste caso, então, o hórdico do paterno não vem do pai, vem destes jovens porque é a forma de resgatar algo de força em um pai que, na realidade, é anti-hórdico. Mas é hórdico quiçá como uma forma de reclamar uma “parede “, uma “proteção “ frente a uma sociedade que se mostra demandante e não poucas vezes despiedante.

O grupo terapêutico parece expressar contudo outras estratégias frente a um pai frágil, deslocando parte de suas funções ao fraterno (Czernikowski, 2003) ou ao ideal. A contrapelo das teorias psicanalíticas que nos marcam que no adolescente deve surgir a temática do id (Freud,1985) ou do super ego, aparece em troca uma insistência em torno ao tema dos ideais (Chasseguet-Smirgel,1975).

Quando L. pergunta a N.: “¿estás conforme con tu padre o querés cambiar algo?”, reafirma que quando está falhando a estrutura de amparo é porque se sente que não há um pai que permita sentir segurança . O que se traz é o intento de compensar uma situação que mobiliza, reintroduzindo algo da lei habilitante através do ideal. Em minha hipótese se há uma insistência em torno do mesmo é porque a lei como regulação simbólica está falhando desde os pais e os adultos (Birman,2001). Se trata de uma des-contratualização social (o inverso do contrato social de Aulagnier,1975) onde a garantia da lei se transforma em lei impune, que já à ninguém (ou a muito poucos) representa ou cuida.

A pergunta sobre o melhor: o melhor amigo, a melhor companheira, a melhor família implica que o ideal que estão transmitindo é sobre o “calor” do lar, a família adequada e uma convivência de boas relações humanas. É uma “abundância” do positivo revelando latentemente horror do negativo e transmitindo o terror do desamparo quando os ideais se esfacelam ou se mostram frágeis. A questão sobre: “*Te gustaría tener una familia bien?*”, implica reafirmar um ideal em torno da segurança, valores de referência e a garantia de um sacrifício (na versão que traz G.) pelos filhos. A família como

representação ideal “responde” aos filhos, ao contrário desses pais reais que se mostram abrumados .

A família idealizada aparece como um espaço de união, sem fraturas nem problemas a partir da qual parece que se consolidam possíveis situações de passagem, urgindo assegurar embasamentos imprescindíveis (Jeammet,1992), que possibilitam ademais o poder passar a outras experiências. Por isso o grupo fala concatenadamente de crescimento, de casais, do amor. A partir desta compulsão ao ideal, esta família, que na literatura psicanalítica clássica se deixava em posse de experiências exogâmicas, já não é simplesmente uma ruptura a deixar atrás, senão ademais um ritual compensatório que serve como experiência de passagem .

Esta “busca” de ideais a meu entender permite reformular o fenômeno de ilusão grupal (Anzieu,1986) pelo qual, mais que regressão a estruturas primárias, o que surge é que no grupo se vai gerando um entrelaçamento com os ideais inerentes à cultura terapêutica. Mas há outra dimensão da cultura terapêutica a ter em conta. Quando R. diz : *“no lo había pensado así, estoy en conflicto con eso. Ahora estoy pensando en qué hacer realmente (con el novio) lo quiero pero no sé si es la persona que quiero tener para siempre al lado mío”*, está indicando, como desenvolvi, um nível de questionamento e enigmatização fundamental (Klein,2003) .

R. por sua vez pergunta a N. : *“¿Qué sería lo peor que haría un amigo y no le perdonarías?”* , ao que esta contesta : *“Nunca lo había pensado, supongo que me mienta, algo que no me gustaría personalmente es el desprecio”*. Esta introdução do tema do PIOR, implica um nível do dramático absoluto sem categorias intermediárias. E o angustiante que se destaca é a vivência do desprezo. N. assinala que não tem auto-estima: *“Trato de escaparme de los problemas, me hago la fuerte pero me caigo. Para empezar serían dos cosas que querría cambiar de mí”*, quiçá assinalando uma insegurança que vivencia como uma queda apesar de sua tentativa de parecer “forte “ fracassando em manter uma visão crítica do pai ou das coisas em geral .

Não é casualidade que se mencione a continuação do tema da derivação quiçá como uma forma de colocar outras situações, onde eles não se têm sentido escutados ou reconhecidos. Cultura institucional onde prima o mecanismo de derivação e não o do questionamento, como a cultura

terapêutica. Se a derivação se questionara já não se poderia derivar de forma institucionalizada. L. vai dizer que a derivou uma psiquiatra indicando que era anoréxica como um rótulo, mas sugere que em realidade a afetam problemas familiares mencionando que: *“me siento muy insegura de mí misma en algunos aspectos, me vine a vivir este año a Montevideo y no me puedo quedar sola en mi casa”*.

Com o que se introduz a intenção falida do que chamo viagem mítica. L. expressa quiçá a seguinte analogia : “ empreendi uma viagem que saiu mal, saí de um INTERIOR (o campo) a um EXTERIOR (Montevideu) e me dei mal”. Há algo de uma viagem geográfico – territorial que passa a ser também simbólico- vincular- mental, que transmite um intento importante, ainda que difícil de fazer, de uma viagem ritual. L. está transmitindo ao grupo que foi mal nessa aventura, a qual não vai deixar de ter conseqüências já que expressa que nessa viagem adolescente não encontrou júbilo nem alegria, senão desgraça e infortúnio. Ainda que persista a nostalgia pela mesma e um convite à retomá-la novamente ...

Tomo o tema da “viagem” como uma exploração mítico –ritual, que o jovem realiza nas fronteiras entre endogamia-exogamia; dentro-fora; lei-transgressão. Suas manifestações são variadas mas todas guardam a característica de ser uma recordação entranhável e “imborrável”, quer dizer que não sucumbe nem ao esquecimento nem à repressão: a viagem de estudos de final de ano, o acampamento feito com os amigos mais próximos, esse fim de semana de amor e paixão com um namorado/a.

Seja qual seja o caso, está “coroadado” com algum tipo de experiência afirmativa, como um logro indubitável e trófico: o descobrimento do amor, o logro da autonomia, a consolidação da amizade, o logro de um limite para o íntimo contraposto ao “dentro “ familiar. Tomo o termo “viagem ritual” recordando que no medievo a viagem (as Cruzadas chegando o caso [Ariès-Duby v. II,1990]) era a forma de começar um processo de exploração interior unido a um reconhecimento exterior.

É como se L. dissesse a R.: “te entendo que não te possas tirar de cima de você teu noivo, porque eu tampouco posso tirar de cima de mim meu interior, minha terra, minhas raízes.” Daí a importância do “suporte “ compensatório. Se N. introduz o tema das quedas é porque surge a busca de um “corrimão”

grupal desde onde pode sustentar-se. Neste momento, se funda um sentido fundamental do que é o grupo: a busca de reassentamento. Algo pode mudar e ser distinto (R. diz: *“Esta vez pude hablar con mi abuela y decirle que se equivoca y que siempre me compara con mis primas ; Mis amigas se burlaron de mi y me rechoco”*).

N. outorga como sentido do grupo, o poder passar do sofrimento de não saber o que os sucede a poder confeccionar estratégias de subjetivação. Por sua vez recorda as três alternativas ou estratégias que têm os adolescentes para poder resolver seus problemas: escapar-se, fazer-se de forte ou cair-se, dentro de um leque que vai da extrema fortaleza ao da extrema debilidade. Posições extremas que quando já não se podem sustentar fazem surgir a temática da queda, na que sugiro ver uma estrutura anti-viagem mítica. Se a viagem mítica é exploratória e reafirmante, aquela é de derrubada e desmantelamento. É o que Winnicott (1981) –a partir de outro marco- menciona como problemática do *gap* ou da derrubada súbita. Queda que desde o funcionamento mental anuncia o fracasso das estruturas que apuntalam, tanto como des-apuntalam para re-apuntalar (Bernard,2001). Estes jovens transmitem que não podem cumprir esse processo que permite sustentar a passagem da família ao noivo, do liceu à Universidade, do interior ao exterior.

Se depreende então que o processo terapêutico, sem desdenhar conteúdos, deve trabalhar sobre essa fronteira que tenha em conta, tanto a realidade interna como ao mesmo tempo a externa.

Daí que me parece que a problemática destes jovens não está exclusivamente no fusional ou no endogâmico, mas tampouco na discriminação ou o exogâmico. O que estou sugerindo, de forma mais geral, é que as estruturas de fronteira ou de passagem, falham ou se mostram exaustas, não podendo já cumprir a função para a qual a modernidade keynesiana as consolidou. Por exemplo, o que está trazendo R. é a pergunta sobre sob que condições se está em casal e como se sai da mesma. Não fica claro pois falta a estrutura de passagem que o clarifique. L. por sua vez poderia afirmar que está em Montevideu para fazer cursos universitários que faltam no interior. Essa estrutura de passagem: conseguir un título profissional não aparece.⁶⁰

⁶⁰ Então não se trata de dizer ingenuamente que os adolescentes “não querem sair do ninho “ É um uso “selvagem” da psicanálise, porque é outra cosa . Se o jovem se está antecipando

Estas estruturas de passagem se relacionam à possibilidade de um apuntamento no próprio aparato psíquico (Kaës,1993). Quando não se logra, se reafirma em seu lugar a resignação (“*me tapaba los ojos cuando papá me mostraba las fotos. Mi madrastra marcaba las diferencias en pequeñas cosas, yo me sentía menos que mi media hermana; Quiero ser más grande, para ir a bailar y no pedir permiso, pero también vienen más obligaciones, responsabilidades*”) ou a demanda (“*yo nunca me conformo. Quiero siempre más...Me dicen que maduré rápido; Soy el bebé de la casa; A mi me gustaría seguir siendo chica*”).

Mas também está a temática do vazio. É o que traz N. : trás a partida da irmã fica um lugar insubstituível. A possibilidade de fazer duelo no sentido de uma estrutura (também de passagem) que permita negociar a problemática da separação (Green,1994), está bloqueada. A vida era essa pele que tinha e possuía em comum com sua irmã (“*Yo estoy muy pegada a mi hermana de 20 años, que es la que se fue*”) o que lhe dava segurança e coesão existencial. O que fica é uma “ferida” a nível da pele- psíquica como se estivesse desgarrada.

Desta maneira a vida aparece narrativizada como uma série de desgarros, com o que se perdem seguranças básicas ou mínimas. Em seu lugar aparecem pais que não permitem crescer (“*Soy el bebé de la casa*”; “*Mi madre me dice bebé, mi padre me dice Tato. No me gusta que lo diga delante de mis amigos*” ; “*A mi me gustaría seguir siendo chica*”), reprochantes (“*siempre me dicen que me dieron más que a los demás*”), ou controladores (“*Buscaba la llave de la moto y las tenía mi madre en el bolsillo*”; “*A mi me gustaría ser grande y decirle a mi abuela : No*”).

Há outra situação que gostaria de destacar como fundamental. O material trabalhado me permite afirmar que quando falham as estruturas de mediação, de consenso ou de estabelecimento dos direitos do adolescente (Dolto,1990), o que aparece em seu lugar é uma problemática da dívida. Como já não se tem direito a nada o que se obtém gera dívida. Tudo o que se outorga não é a partir de um marco social neutro, senão a partir de vínculos que requerem e esperam retribuição. O sentimento de estar em “dívida”, implica que aquilo que se obtém

como um futuro desempregado, isso não pode deixar de ter conseqüências distintas a que se antecipe como um profissional-técnico com trabalho.

não entra em um plano de direitos de cidadania, com o que se propicia uma subjetividade sempre agradecida, e, por tal motivo, hiperadaptada.

A partir destas dimensões (reproche, controle, infantilização) os pais perdem a dimensão simbólica de delegar responsabilidades sociais sobre seus filhos. Outras responsabilidades, referidas ao sobre-adaptativo, estão sim presentes. Mas para poder sustentar a delegação social, se necessita partir de um consenso pelo qual existem formas e passagens do cuidado familiar ao cuidado autônomo, quer dizer: o consenso da adolescência como um espaço social que se desdobra sobre apunhalamentos compartilhados. Na medida em que esta delegação titubeia, passam a predominar vivências de vazio e sentimentos de medo e ameaça , falhando a viagem mítica já referida.

Como resultado, se acentua um quadro de vulnerabilidade narcisista caracterizado pelo desamparo e o desvalimento. A construção de subjetividade se faz no “mínimo”, no “resignado “, no instituído. Os pontos de ancoragem se perdem e a possibilidade de aceder à experiências diversificadoras também. Um exemplo ilustrativo é a experiência de solidão, tal como víamos no começo com G. Recordo a importância que tem para Winnicott (1981) a experiência de solidão como embasamento de saúde mental. O que esperamos é que de alguma maneira o adolescente - como qualquer ser humano - possa estar só ou aprenda a disfrutar de sua própria companhia, que é uma forma de conhecer-se e marcar seus limites e diferença com o outro .

Contudo na presença da solidão surgem experiências de desamparo e angústia, com o que a mesma passa a ser semantizada como uma cena temida, que há de ser “preenchida “com algo. À N., a partida de sua irmã a deixa em “carne viva”, metáfora que se desdobra para estes jovens em um estar à “carne viva”, também social e subjetivamente. Uma exceção foi a de uma jovem que expressava : *“Cuando se van todos siento paz interior, apago todo y me quedo ahí, pero me encanta estar sola en mi casa. Soy yo de verdad, puedo hacer lo que quiero”.*

Em geral parecem falhar processos que Piera Aulagnier (1991) chama de “biografização” e “temporalização”, pois em lugar de buscar os sustentáculos de sua história, se empenham em encontrar um pai amparador. Esta busca parece que por momentos substitue ou estoca a energia necessária para empreender a “viagem mítica”. O adolescente já não se joga tão claramente

nessa *viagem* capaz de reafirmar suas capacidades de estar sozinho e em crescimento.

Desejaria remarcar um ponto final. Assinalei que a confrontação familiar se faz difícil nestas condições sociais e de subjetividade. Contudo há uma dimensão na qual sim, se dá confrontação e é a nível terapêutico. Por exemplo, fazer uma intervenção assinalando que R. não teve oportunidade de contestar a P. oferecendo sua opinião, implicaria assegurar que “o grupo são todos”, marcando uma situação de oportunidade, sustentada a partir dos coordenadores e em contraste com o que acontece em outros espaços.

Visto a partir deste ponto de vista, o grupo terapêutico não substitue senão que instaura algo novo e inédito N. por exemplo, introduz o fraterno a partir de uma situação de subordinação familiar, que no grupo (com os outros integrantes) muda e se transforma em uma experiência de horizontalidade e igualdade.

III.8- Os monstros do outro lado do espelho. Apontamentos sobre o fraterno

P. ao começo de uma sessão comenta:

yo me siento como un pibe de 19 porque me mandan pero hago lo que tengo ganas, después de los quince es una etapa más, salvo que cuando vengo (de mis salidas) como siempre dicen: “qué hiciste, adónde fuiste”, siempre lo mismo “con quien estuviste”, los adultos no piensan que ellos fueran chicos, que hicieron las mismas cosas o diferentes.

O entrar e o sair indicam assim rituais através dos quais se constroem, proibições e permissões . O ritual das saídas tem a ver com haver feito as tarefas, enquanto que o das entradas se relaciona com um interrogatório para saber onde e com quem se esteve. O mundo da cotidianidade se perfila como um mundo de obrigações, onde o jovem se sente fortemente interrogado e exigido :

P.- Tenés que estudiar si no vas a ser un vago.

L. - en mi caso es una responsabilidad ya internalizada, sos como una máquina, a la máquina la programan, cuando tenés 15, no es que no tengan confianza, sino que te lo tienen que decir, ahora no es necesario que te lo digan.

Contudo, as regras do jogo do mundo adulto estão claramente delimitadas? Creio que não e grande parte do esforço que realizam é entender quais são. Nesta "anti-moratória" onde se incentivam as obrigações, todavia, nem sempre fica claro quais são e até onde se estendem. O interessante é que ter dezoito anos já não implica ser maior de idade: em algumas coisas se é criança e em outras grande. Vale dizer: coexistem infância e adolescência ou melhor se trata da coexistência do grande e do pequeno (P. : " *Hay cosas en las que soy chico, pero en algunas cosas no, soy grande*", D. : " *En otras te quieren poner la responsabilidad de que sos mayor*").

Este ambíguo se relaciona, contudo, a um mundo onde se anula a possibilidade de mudança. A partir daí se faz necessário repensar o que é adolescência, a partir de uma sociedade que mal tolera o instituinte. As coisas se programam, se calculam, se mentem, se ocultam, mas sem que aparentemente haja margem para a improvisação, para o novo, para o inédito. O lugar do adolescente, como já assinalei, se relaciona com atividades claras e precisas : cuidar dos irmãos, estudar, estar com os pais (P.- " *Si ellos se van, yo tengo que cuidar la casa y mi barrio es fatal, de noche hay una bandita*").

Não se constata o que denominei em um trabalho anterior, política de tateio como eixo da adolescência (Klein,2003). A cena temida (ou quiçá ardentemente desejada) por estes jovens é talvez ser "vagabundos", quer dizer, poder romper com esta hiperadaptação do cuidado perpétuo dentro do messianismo exacerbado. O que é, em definitivo, uma prova permanente pela qual devem demonstrar que não são vagabundos, fazendo-se assim merecedores do amor de seus pais .

Desta maneira, o cumprir com estas obrigações garante que os pais estejam pendentes deles permanentemente: P: "... *tengo dos amigos que no aguantan estar dentro de la casa y si los padres no están van a hacer una joda bárbara dentro de sus casas*". Se trata sem dúvida de cumprir com obrigações que dão lugar a direitos, mas o relato introduz outra dimensão : cuidar da casa é a primeira experiência de solidão que eles afrontam, frente à qual parecem sentir medo e apreensão. Estes amigos que não "agüentam " não podem enfrentar o estar sozinhos, tanto quanto não sabem crescer sem estar mirados permanentemente por seus pais. A "farra" que praticam somente tem sentido se recebe a mirada ou a atenção daqueles.

Esta é a primeira experiência que estão tendo como adolescentes: passam de ser cuidados a cuidar e a angústia subsequente é até onde eles podem ou não fazê-lo. Por um lado está o desejo de escapar da "farra" e por outro o de não defraudar os pais.

Desta maneira há que demonstrar que se é "grande" ainda que o crescer parece que se toma como um preço a pagar, dentro de uma exigência de permanente adaptação : *P.- "El domingo demostré que no soy chico, ya me tienen confianza; fue por un trámite en el laburo y mi padre me dejó encargado: "a tal hora sacas el auto, vas hasta tal lado" y yo hice todo tal cual".*

Desejaria remarcar esta questão: para estes jovens ser criança significa ser uma pessoa em quem não se pode ter confiança. Pelo contrário, ser grande implica que sim, que se pode lhes ter confiança. Questão que parece estar sustentada pelos pais mesmos. É uma adolescência sob "interrogatório" permanente. Há que dar provas de que é possível lhes ter confiança e esta necessidade de fazer "bem" as coisas implicará na fragilização da possibilidade do conflito, a briga ou a discussão.

A partir daí se forja uma adolescência que reclama um clima de tranquilidade e reconciliação com os pais, sem que haja nada dos desgostos, conflitos, insultos, confrontação que poderíamos esperar em um material "típico" de adolescentes habitantes da modernidade keynesiana.

Ao mesmo tempo transmitem um sentido do menos, do denegrido, do déficit, do que falta, quiçá relacionável ao temor de não poder cumprir com os padrões deste mundo exigente. Me pergunto então se o temor não se centra no não poder estar à altura da responsabilidade imposta. A pergunta é até que ponto estes jovens podem conciliar sua adolescência com esta carga de responsabilização.

Com este agravante: na medida em que não cumprem com a tarefa assinalada, são comparados denegridamente a seus pais ou outros irmãos que sim poderiam fazê-lo, com o que a experiência do adolescente passa a ser algo humilhante.

A estratégia que parece sobressair é viver sua adolescência "como se" fosse, adolescentes, quer dizer ir a bailes, tomar muita cerveja, passar o fim de semana mais ou menos embriagados. É um estado de pseudo-adolescência, que defino como aderência de adolescência, porque não transitam naquilo que

é o mais removedor e significativo da adolescência, no entanto permutação psíquica e identitária.

Pelo contrário, o que sobressai é o mais caricaturesco ou esperável a partir do imaginário social: a bebida, o sexo, as experiências limites vividas de forma compulsiva. A adolescência é uma forma de viver, mas, como tive oportunidade de desenvolver, já não é uma exigência de atividade psíquica (Klein, 2004).

Poder-se-ia pensar que este cuidado que lhes impõe, responde à inquietude dos pais e seu intento de proteção frente a um meio ambiente perigoso e/ou violento. De qualquer maneira estes jovens não podem relacionar o superprotetor parental com o contexto em que vivem. A violência se comenta de forma naturalizada:

G.- Mi primo mató a alguien por defensa propia. En Cerro Norte que son todos malandras. Cuando mataron a Gustavo de A. que era mi primo ,como era amigo de “Rambo”, éste mandó a matar a 5. Es una mafia. Tengo otro primo menor que yo que anda con 2 revólveres.

P.- Yo tengo amigos rapiñeros, por eso sé .

E contudo, ao mesmo tempo que superprotetores, estes pais são, chegado ao caso, expositores de violência. Assim P. conta que tras haver-se escapado uma noite, não o deixaram entrar em sua casa : *“es feo escaparte y que no te dejen entrar en tu casa”*. Assim como é exposto ao abandono da noite, P. é também exposto à violência dos pais, pois conta uma e outra vez como brigam.

A violência de fora da qual queria se proteger se instala dentro da casa, como se fosse inevitável que a mesma reapareça onde seja. E P. diz: *“yo no hago como mi hermana que se pone a llorar, yo me voy, pienso en otra cosa, eso me hace bien. Yo creo que nunca le podría pegar a mi madre, porque es una mujer y su esposa”*. Mas assim como o pai o coloca como seu substituto, *“con mi padre está todo bien”*, ao melhor estilo paterno (que castiga a sua esposa) ele pega a sua irmã: *“ con mi hermana me peleo, la empujo y la doy contra la pared”*. Surge a violência de um bater como forma de desafogo genital, mas também para competir com o pai, porque desde esta cultura, à mulher (mãe - irmã), é o dono que lhe bate.

Nesse momento D. (com assombro) lhe assinala : *“¡pero dijiste que nunca le pegarías a una mujer!”* e todos por sua vez: *“¡La tirás contra la pared!”* .P- (fica

calado e diz): *“Hace dos años mis padres se iban a separar pero al final no se separaron”*. Quiçá P. esteja indicando que não pode explicar porque bate em sua irmã, mas sim porque é violento: é filho de pais que não decidem separar-se. É a forma que encontra P. para desculpar-se frente ao grupo, mas ao mesmo tempo ocorre uma mudança em sua imagem frente a este: já não é o herói rebelde, como costumava apresentar-se no grupo senão um vilão que decepcionou.

Provavelmente temos aqui o duplo registro de como vivem estes pais em seus filhos: passam de ser heróis maravilhosos (messianismo exacerbado) a ser uns decepcionadores. Se trata –como já desenvolvi- da existência de uma dimensão escópica insuficiente que impõe oscilações entre o orgulho e o desassossego, não podendo gerar uma catectização que sustente e ampare.

D. nesse momento agrega : *“Mis padres son separados, mi madre se volvió a casar, por ese lado no hay discusiones, pero en la casa de mi padre sí las hay”*. O clima emocional se modifica: do violento se passa ao depressivo. D. se apresenta intensamente vulnerável na casa paterna, e em seu relato se coloca como vítima de uma violência que surge quando a família se quebra e se rearmam outros vínculos: *“el punto de discusión es siempre cuando voy yo”*.

D. sugere que a nova companheira do pai o rechaça, entrando em rivalidade com sua mãe, assim como P. entra em rivalidade com seu pai. Da mesma maneira R. nos conta que tapou os olhos ao nascer sua irmã, sentindo que havia deixado de existir para sua mãe.

Desta maneira se impõe o razoamento de que se um é eleito, é porque há outro que tem que ser excluído ou rechaçado ou expulso. Vale dizer: o familiar e/ou social é um espaço fechado e escasso onde nem todos têm um lugar. Alguns têm um lugar e outros não o terão jamais. É o que caracterizo como a passagem de sentir-se crescendo em uma sociedade ampla (própria da modernidade keynesiana) a sentir-se expulso a partir de uma sociedade escassa.

O fraterno aparece neste ponto como uma dimensão fundamental. Mas sob duas características antinômicas. Se relaciona ao disjuntivo e ao tanático, associado ao rancor e à exclusão do laço social. Ou surge desde a conjunção e

o tráfico associado ao apoio⁶¹ e à solidariedade (Czernikowski,2003) Na. cuenta:

Yo tengo un hermano ,mi hermana tiene 13 y mi hermano 21,en el medio yo. Como todos los que tenemos hermanos tenemos preferencias. Para mi, o sea...(llora) yo tengo preferencia por mi hermano más grande. Siempre para mí, fue y sigue siendo el mejor.

A partir desta ótica o que surge é que o rechaço do irmão se torna insuportável. Frente ao desamparo paterno se ergue a preferência fraterna como certeza absoluta, na qual se assentam sentimentos de cuidado e proteção que permitem a re-instauração da confiança e certa forma de laço social. Por outro lado a figura do irmão aparece sob a articulação do Eu ideal como forma de organização mental que se densifica em torno a traços inquestionáveis de máxima idealização (Bleichmar,1981). Objeto idealizado que a sua vez os idealiza dentro de uma dimensão que compensa a insuficiência do escópico nos pais .

Pelo contrário a fraternidade tanalógica reflete fortes sentimentos de ressentimento e rancor, predominando a disjunção ou enfrentamento de ser substituível por outro, o que acarreta uma vivência de enorme angústia:

D.- Yo tengo rencor sobre algo, que se separó [mi padre] cuando yo tenía tres años y nunca, nunca me hizo un regalo, de chico yo no festejaba mi cumpleaños, no me gustaba;

L.- Yo tengo una prima que es ahijada y me comparan constantemente, que está creciendo, que si saca 12, que si es linda ...

É uma dimensão do fraterno a partir do qual se reduplica um incentivo insuportável do estar sempre comparados a outros . Se tem insistido em que o adolescente compara seus pais com outros pais (de seus amigos, namorada,etc) (Garbarino,1988), mas nada se tem dito de que ao mesmo tempo, estes adolescentes são comparados com outros adolescentes de forma reiterada. Quiçá o alívio surge ante a presença de outro tipo de vínculos (como o do avô/avó) onde são aceitos tal qual são, Na.: “ *Yo hablaba con mi tía y con mi abuela. La comunicación es con mi abuela*”.

⁶¹ Ver capítulo sobre: O cuidado do outro e a resiliência.

O tanático se continua por outra parte, em vínculos que aparecem consolidados em torno da rivalidade, a disputa e o outro como um estranho (Bauman,1999) :

D.- Tuve problemas con mi madrastra y problemas con la policía porque ella me golpeó una vez .Nunca asimilé que mis padres se separaran. Hubo problemas entre ellos dos, porque también tenía otra mujer.

Este pai fica limitado em sua capacidade de “reconhecer “ a seu filho ao mudar de esposa. Como novo marido deve renunciar a ser o antigo pai. O paterno já não é então-como já assinalei-dimensão simbólica senão que se esgota (e a palavra “esgotamento” nunca está melhor utilizada) nos devaneios imaginários da possessão e o possuído. Este pai está também então, sob interrogatório. Assim como todos estão sob suspeita⁶², e provavelmente mentindo: *P.:” porque si le pregunto yo la pierdo con mi madre, así que le digo me voy con un amigo y vuelvo a las 4...”*.

Os vínculos se armam então a partir do presente e do perceptível:

D.- Pá! me parece que vi a mi cuñado ahí, el esposo de mi media hermana. A mi hermana no la vi más, vive en San José, yo la veía porque mi padre era el intermediario, pero como mi padre se peleó con ella no la vi más .

Desta maneira se poderia supor que aquilo que não se vê “ desaparece”, quer dizer que não há forma de ocupar a distância com trabalho psíquico. Esta impossibilidade de investir a ausência implica uma ruptura da rememoração (Anzieu,1990) que incide em que os vínculos se construam desde o concreto e se anulam com a distância, consolidando, o que retomarei mais adiante, um fenômeno de patologização dos espaços transicionais.

Desta maneira o mundo adolescente parece ser um objeto que cai e se derruba permanentemente. Passou do sólido e seguro, a subscrever desamparos e maltratos. O crescimento passa a ser conceitualizado como responsabilidade e, portanto, agobio, que se expressa como uma pesada tarefa que se impõe como uma espécie de maldição. Mas há também pontos de “resistência” (*D.- “yo me resisto a tener más responsabilidades de las que debo tener”*), que geram capacidade de discussão ou oposição.

Parece que o que estes adolescentes consideram como adolescência, é uma complexa justaposição de espaços de crescimento e espaços de não crescimento; espaços de serem maiores e espaços de serem pequenos; espaços de intensíssima rivalidade e espaços de negociação permanente com seu mundo interno.

Daí que já não há -como na modernidade - "marcas " que identifiquem claramente um "antes" e um "depois" (Dolto,1990) do adolescente, senão que impera uma geografia psíquica e vincular densa, enganosa, ambígua, insolúvel às vezes. A partir dela, ser adolescente implica um permanente debate entre o que podem e não podem fazer. Quando este debate se interrompe, surgem sentimentos de desvalimento extremo, tal como o apresento no próximo capítulo.

Creio que o par dependência-independência não se pode utilizar como simples descrição da vivência destes adolescentes. A responsabilização já não é índice de autonomia, senão que passou a ser disponibilidade para a comparação denegrante. É uma fragilidade em estado fluido (Lewkowicz, 2004). Por isso, do grupo terapêutico se espera o contrário: um sólido que compense –se é que algo disto se pode compensar- o frágil deste mundo familiar ou uma subjetividade demasiado exigida ou demasiado abandonada.

O grupo passa a ser um especial “cuidado de si” (Foucault, 1988) que se contrapõe ao “sacrifício de si” que portam. Por outro lado o enquadre aberto garante que sempre há um lugar para outro no grupo, o que enfrenta as características neoliberais do escasso e a exclusão.

Ao contrário que na modernidade keynesiana, esta adolescência já não se funda ou se tolera a partir do conflito e a confrontação geracional . Chegado o caso, se configura uma adolescência “tênue”, “frágil” indicando uma construção de subjetividade que chamo adolescentes sem adolescência .

Exemplos desta adolescência frágil?: o não-futuro, pais ominosos, agobio existencial. Histórias que se anulam sem chegar a suturar biografia e desamparos que se cronificam dentro de uma espiral repetitiva. Como colocou de forma angustiada uma vez D. – *“La pregunta sería :¿Por qué no lo quieren a*

⁶² Se trata provavelmente de manter e reproduzir transgeracionalmente as figuras ditatoriais do suspeito (Kaës, 1996).

uno? Es como que uno no quiere verse lo feo. Si me veo en un espejo, es como que del otro lado puede haber un monstruo...”.⁶³

III.9- O estudo e o institucional metonímico : fazer de suplentes

D. -... yoestoy traicionando a un compañero. Con él preparamos un trabajo en historia sobre la dictadura y nos fue bárbaro, sacamos 12 y el profesor había comentado sobre la clase nuestra...La directora puso el grito en el cielo, que cómo habíamos dado el tema con esos libros. Mi profesora de historia estaba de licencia por un viaje y su lugar lo ocupó un estudiante del IPA ,que hacía la práctica allí y él me dijo por qué no preparábamos este tema para hablarlo en la clase y a mí se me ocurrió decirle a mi amigo, porque tenía baja historia y yo lo quería ayudar y cómo le gustó tanto, nos pidió que fuéramos a decirlo a otras clases y nosotros fuimos. El asunto es que la directora nos vino a buscar y el profesor dijo que si nosotros íbamos, él también lo hacía y nos acompañó. La directora dijo que dijéramos a los demás que era todo mentira y le dijimos que no, que eso lo habíamos leído en libros y que además estábamos en democracia.

A.-¿Y qué dijo la Directora?

D.- Dijo que nos iba a suspender y el profesor dijo: si los suspenden a mí también suspéndame.

A.-¿Y te suspendieron?.

D.- No sé lo que va a pasar, lo único que sé que estamos en el recreo y sale la directora, como a cuidarnos, estamos como si fuéramos revolucionarios. Piensa que le vamos a hacer algo a los demás, lavarles el cerebro. Ahora hasta hay radiopatrullas . Nunca venían antes y desde que pasó esto, vienen todos los días al mediodía. Somos los “revolucionarios”. Además dentro de dos semanas me voy de paseo a Piriápolis , el paseo de fin de año, tengo el permiso de mi madre firmado y me reventé trabajando en la kermesse .Vendí todo lo que pude y ahora no me dejan ir.

A.- ¿Quiénes no te dejan ir?

⁶³ Na sessão precedente P., D. y G. são rapazes,, L. y Na. mulheres..

D.- *No sé, los profesores. Pero un profesor me dijo que la orden vino de arriba.*⁶⁴

D. traz um relato no qual mostra o esforço que fez em seu trabalho de estudo, por tratar de estabelecer as raízes do passado de seu país. Esta “infância de Uruguai”, tem que ver talvez com seu próprio processo de busca de biografização para consolidar uma história pessoal. Frente a este intento por estabelecer uma verdade, aparece a reação desmedida da Diretora gerando um clima de traições e suspeitas que reduplicam para D. um relato familiar de similares características .

O “escópico insuficiente” que descrevi como estrutura familiar se constata também na instituição educativa: não se pode valorizar o esforço que faz por ajudar a um amigo, por estudar, por ler. O que gera uma situação de desassossego e de frustração permanente. Com respeito ao funcionamento institucional resgato que :

Retomamos a distinção de René Kaës (1993) entre instituição metonímica e metafórica. No primeiro tipo de instituição, sobressai uma regra que faz desaparecer aos sujeitos individuais, prevalecendo a história e as necessidades da instituição, sobre a história e as necessidades de seus integrantes. Pelo contrário, a instituição metafórica permite a aparição da história e os conflitos dos sujeitos, alentando a criatividade e a construção de algo novo. Para Kaës se trata de duas instituições em permanente conflito. Nós destacaríamos outra dimensão entre ambas .Os dois tipos de instituição parecem ser necessárias para o adolescente. A partir do metonímico, busca e necessita de uma instituição que funcione como pais protetores escutando-o e cuidando-o. A partir do metafórico, em troca, demanda paradoxalmente, uma instituição que lhe dê a possibilidade de poder falar por si mesmo, reclamando um protagonismo diferenciador (Klein,1997b: 40).

Pelo contrário, o tipo de instituição que consideramos aqui se configura como incapaz de catectizar-se a si mesma, não alentando um espaço de tolerância, de mudança, de inovações, existindo uma acentuação do

⁶⁴ D. é rapaz, A. mulher.

“metonímico” nelas em detrimento de aspectos metafóricos. Já não há contradição entre ambos os aspectos como assinalava Kaës, senão anulação de um aspecto em detrimento do outro.

A figura do professor - suplente anuncia certa função fraterna, sustentando sim algo metafórico, mas não a partir da autoridade, senão a partir da transgressão e o protesto. Este espaço de solidariedade e de apoio, não se pode enunciar em nome da instituição, senão em nome de valores que ficam por fora da instituição. Há um efeito de desinstitucionalização (de interstício, [Kaës,1993]) necessário para poder resguardar valores básicos à instituição concebida desde a modernidade : apego, inclusão, racionalização e auto-crítica.

Valores que desde o neoliberalismo a instituição já não pode sustentar, (Lewkowicz,2004) aqueixados de uma dolência de embasamentos que o faz “temer “ permanentemente por sua extinção e encontra seu resguardo em “eliminar” tudo o que seja estranho, transgressivo, subjetivante.

Este professor é suplente e provavelmente assim é como se sentem estes jovens: cumprindo *suplência* na instituição e na família, sem possibilidade de gerar figuras de arraigo e firmeza. De qualquer maneira –e por sorte - este jovem professor permite fazer algum efeito de reorganização, frente à arbitrariedade que representa a regra e a autoridade. Me faz recordar a tragédia “Antígona” de Sófocles. Nela se coloca que há leis de solidariedade que estão mais além das leis da cidade. Antígona desafia o edito de seu tio Creonte e cumpre o ritual funerário por seus irmãos Eteocles y Polinices. Em função fraterna, Antígona recorda que há uma lei de solidariedade e de apoio que está mais além de uma lei que se mostra arbitrária.

Como um moderno Antígona, D. rechaça então a posição da Diretora e se reafirma em um ideal do Eu que lhe permita enunciar a verdade da democracia e a justiça. Assim D. pode fazer com esta senhora o que não pode com seu pai: confrontação geracional (Winnicott,1972). Daí que me pergunto se parte das dificuldades e queixas que os professores e as diretoras têm de seus alunos, não passará porque enfrentam –lhes goste ou não- mais que um vínculo educativo, outro (que em princípio não lhes compete) de confrontação geracional. Quer dizer, é como se estes jovens buscaram em algum lado concretar efeito de estrutura, o qual obviamente nem os professores, nem os

diretores entendem. Daí que quiçá isso que estes percebem como desafio, insolência e falta de respeito, pode ser, para seus alunos, uma aposta ao desafio trófico até a figura de autoridade.

Esta situação não pode ser aceita porque existe ademais um clima de paranoização e desconfiança absoluta. Onde começa e termina esta paranóia? Como se discrimina a que tem que ver com a diretora, com D., com a instituição? Não posso sabê-lo. Me custa supor que essas patrulhas policiais estão aí por D., mas creio sim que as mesmas consolidam uma arquitetura global de desconfiança. A mesma se relaciona a uma “vivência de catástrofe iminente” presente a partir desta diretora, e que nestes jovens augura um clima de suspeitas, verdades, mentiras e perseguições .

Se constata assim um esgotamento das estruturas de mediação. Entre D. e o pai não há já *família* como estrutura de mediação, tal como entre D. e a diretora não há já *liceu* que é outra estrutura possível de mediação. Pelo contrário, tudo se nutre do especular: para a directora D. é o subversivo, o tupamaro; para D. la diretora é a ditadura militar.

O vínculo persecutório: militar-sedicioso se reedita no vínculo D.- diretora, comprovando-se como seguem presentes as marcas imaginárias do totalitário –sedicioso ⁶⁵. O ponto já não é a violência em si, senão o medo da violência. Em nome dela a Diretora pede que não se “divulguem” coisas que D. logrou averiguar. Em nome do medo da violência se autorizam práticas de controle, que terminam sendo mais violentas ainda !

Isto está relacionado com o risco de desaparecer, a vulnerabilidade extrema e a ansiedade difusa. Daí que D. insista em suas ações bondosas. Para ser querido, há que entrar dentro do sistema (kermesse) Sair fora do mesmo implica uma sensação de que algo horrível vai acontecer.

Por outra parte D. sente que prejudicou o amigo, em uma atitude de muita culpa. Busca fazer função fraterna com ele mas sente que fracassou. Ao escópico insuficiente se une uma sensação de desassossego e desastre.

⁶⁵ Se me dirá que hoje em Uruguai não há sediciosos. Mas me pergunto se outros objetos, como a droga pasta base não aparecem como podendo “ romper e destruir “ nossa sociedade. Se diz assim que estamos assediados pela droga como há 40 anos a sociedade estava assediada pelos tupamaros . A estrutura imaginária é a mesma. O interessante é que a partir do ponto de vista farmacológico a droga pasta base, igual que a cocaína, não gera violência. O que há de violência na droga pasta base é para conseguí-la. O álcool é um facilitador muito maior de violência e a ninguém ocorre dizer que o álcool é uma ameaça social...

Sente que arruinou seu amigo, como provavelmente sente que arruinou a sua família. É a contrapartida do “messianismo exacerbado”: um *desassossego exacerbado*.

IMPLANTE DA EXCLUSÃO : O DESTITUÍDO ABSOLUTO.

R. comenta que no va al liceo hace un mes...Que no va a ir más.

T- ¿Por qué?

R- Porque no iba a hacer nada.

T- ¿Quién lo decidió?

R.- El adscripto ,el director y los profesores.

T.-Y tus padres?

R-Y nada...dijeron qué iba a hacer yo, si no iba a ir más o iba a trabajar con mi viejo en el taller de afilado. Ahora estoy trabajando con él... Y yo iba a fumar nada más...También me fui por las amistades y éso. (Golpea en la silla de al lado y juega con ella).

T- ¿Por las amistades?.

R- Con el que me juntaba yo fumábamos, tomábamos y hacíamos cualquiera...Entrábamos al liceo, nos sentábamos los dos juntos (bosteza) y nos portábamos mal, hablábamos, nos reíamos y todo eso.

A.- Yo también dejé la UTU. Yo creo que R. hizo bien en dejar, porque si va y no hace nada, no trabaja y hace lo que quiere, como que no está respetando las reglas. Los profesores dirán: “si no hacés nada andá a tu casa”. Yo dejé porque tenía bastantes crisis y muchos problemas, la UTU no me gustaba y tenía problemas y mi madre me dijo que no fuera más, que me estaba presionando, igual yo había perdido por faltas.⁶⁶

Neste material há uma clara intersecção social: o que não produz, o que não faz é um inservível. Se tenderia a pensar que esses tipos de categorias já não existem tão claramente, porque a produção tem que ver com o trabalho hoje em declive. Contudo aqui surge uma coexistência de uma categoria de produção própria da modernidade keynesiana, com uma categoria própria do neoliberalismo: o desemprego. Provavelmente, se exige produzir a um integrante da família, como forma de compensar o fato de que outro de seus

⁶⁶ R. é rapaz, A. mulher, T. terapeuta.

membros está sem trabalho, ou sob ameaça de desemprego. É como que de alguma maneira o jovem tem que compensar com sua produção, a desprodução generalizada do entorno.

É um mundo onde as coisas que acontecem se tornam incompreensíveis. As coisas acontecem mas não se sabe porque acontecem. R. anuncia que se foi do liceu, e o porquê em realidade não o sabe. Estamos em uma cultura que não é a cultura do raciocínio, do senso comum, da antecipação ou a planificação, senão da evulsão, onde as coisas brotam como fungos sem que um saiba bem porquê.

Aventuro a hipótese de que R. e A. não se foram do liceu e a UTU (Universidade Tecnológica de Uruguai), é que em realidade *nunca entraram*. Quer dizer, foram fisicamente, mas em realidade nunca psiquicamente. Por que? Se abre aqui uma discussão complexa sobre a educação, que vai além dos limites de minha investigação. É certo que nos países periféricos, os fenômenos da evasão é permanente e que o mesmo se relaciona à degradação das instituições educativas sob o neoliberalismo. Se gera assim uma situação de trabalho precário, salários baixos, mais horas de trabalho, o descompromisso dos professores, diminuição de lugares disponíveis. Desta maneira, seguramente o que descrevi com respeito aos pais, se verifica como “professores abrumados”. Creio que isto facilita a dificuldade de que haja estrutura de acolhida, sob estes tipos de instituições, para estes grupos sociais e para estes jovens. Pelo contrário, em função do referido, as estruturas tendem a ser de exclusão.

Daí a importância de que no grupo terapêutico sim entrem (física e psiquicamente), que tenham um pertencemos, pelo qual o grupo o introjeta e transforma. Por isso creio que do grupo já não basta dizer que permite um processo de cura. Acumula uma tarefa (como os professores e diretoras) que em princípio não o corresponde, mas que contudo surge, porque há uma expectativa de que este vai permitir laço e inserção social. Depois virá o processo terapêutico no sentido clássico do termo.

Reitero que R. não decide, e em realidade os pais tampouco. A partir do ponto de vista da cidadania é uma situação de destituído. Os pais sentem que se o professor diz: seu filho não vai mais, eles devem aceitá-lo. Os professores, o

diretor, a secretária decidem e os pais não têm nada que agregar configurando um quadro de descidadanização generalizada.

Mas o assunto não é estar somente escolarizado, o assunto é fazer algo. Assim a R. o põem a trabalhar. Estas são famílias onde não há dimensão de porvir nem de orgulho para os filhos. Não há dimensão de futuro, senão que se vive no dia-a-dia. Estamos ante uma adolescência onde não entra o que P. Aulagnier chamava a antecipação do porvir ou a construção do futuro. É uma construção do adolescente que se constrói e reconstrói permanentemente, dentro de um ciclo esgotador.

Ao perder-se a dimensão de *porvir*, permanece o adolescente sem adolescência, dentro de uma estruturação, desestruturação e reestruturação permanente. A adolescência não se faz antecipando um porvir, senão que se faz e refaz no cotidiano. Os pais e professores não se fazem muito drama porque de qualquer maneira não está investido, previamente, a adolescência como espaço social. O espaço social da adolescência ao estar assim tão desinvestido, não dá as *boas-vindas* ao projeto da adolescência.

Então fica esta situação : adolescentes que não possuem adolescência. Já não fica claro que o que tem que fazer uma pessoa jovem é estudar. Em realidade, já nada fica claro. Por isso ninguém faz nenhum problema , nem sequer o mandam a classe de recuperação, nem sequer chamam um psicólogo, coisas que passam a considerar-se perda de tempo.

O que para os profesores são dificuldades de aprendizagem, ou falta de vontade, reflete no meu entender a fragilidade do laço social. Uma expressão é que estes jovens podem estar e podem não estar na instituição educativa. É o mesmo. Podem estar em sua família ou podem não estar : é o mesmo.

O que é que estão esperando então R. e A. do grupo? Descarto que somente uma interpretação, dentro de um processo de cura. Estes jovens transmitem perturbações a nível do “déficit”, não da repressão. Parece notar-se a falta de um sentido de continuidade existencial, de self integrado, e de confiança básica. Por isso R. sente que está e não está, aparece e desaparece. O que é agora no liceu e em sua casa?: um desaparecido. A palavra que estou usando não é casualidade, já que estas situações creio que re-dramatizam uma problemática inerente à ditadura militar, que em forma de

uma “compulsão à repetição” social, reaparece intermitente e em distintas situações.

A esta situação se une a influência de uma mentalidade evangélica. Subcultura que se estrutura em torno do tema do pecado, do castigo e da redenção. Aparentemente R. fumou maconha e deve “expiar” de alguma maneira esse pecado. Para isso se deve afastar das más companhias, quer dizer das companhias *diabólicas*. Estes amigos perigosos são modernos Mefistófeles que tentam aos jovens e lhes fazem cair em um pecado do qual não se levantam mais. Na mentalidade evangélica o diabo está aqui, está entre nós, está por todos os lados e isso é o que está transmitindo este rapaz.

Como se R. dissesse : “eu me fui do liceu porque é uma expiação que tinha que fazer para escapar das más influências”. Por sua vez o liceu propicia este sair, por –como já mencionei- exacerbamento da corrente metonímica pelo qual não têm, nem o liceu lhes dá, um lugar. Por outro lado R. refere à como se desborda, começando a fazer um montão de atividades ante às quais ele não pode dizer que não. Em realidade é um não poder dizer nem não, nem sim, não podendo discriminar entre distintas atividades .

Assim indiscriminadamente R. no liceu praticava condutas de imitação, onde o outro não é simplesmente um companheiro ou amigo, senão um especular do qual se imitam gestos, sorrisos tolos, bobeiras. A conduta mimética que R. descreve com respeito ao amigo, se vai transladar à relação com A. no grupo. Há um momento em que R. começa a fazer um ruído, joga a cadeira, com o que sua calma aparente está cindida da ansiedade que mostra ,golpeando o banco ou movendo-se. Esta conduta de ansiedade difusa provavelmente se encontra também a nível liceal, tomando-a equivocadamente como desencanto, desinteresse, ou indiferença.

Se trata de uma angústia fragmentária e devastadora, frente à qual me pergunto como é possível que a possam suportar. Um adulto se derrubaria frente a essa ansiedade gigantesca. Provavelmente uma conseqüência é que através dela se criam permanentes objetos bizarros (Grinberg,1986) que configuram um quadro de estranheza cujo custo é um ataque destrutivo a todo o aparato de pensar, que leva a um quadro de “desfusão” agudo, que o adulto e os professores erroneamente denominam indiferença.

O bocejo de R. então não é conduta de entediamento, senão de esgotamento. A partir de uma subjetividade como a de R. , pôr-se a falar em primeira pessoa na sessão, sustentar esse lugar, é diametralmente oposto à estratégia em terceira pessoa que sustenta em sua vida cotidiana. Ele não é “eu” senão um sustentador de coisas, inserido em um lugar de instituído permanente. Na sessão R. intenta uma microruptura com esse instituído (que proponho chamar instituído destituente, pela dificuldade de poder fazer lugar a processos metaforizantes) próprio do neoliberalismo, o que lhe implica um esforço terrível. Neste ponto A. intervém, quiçá como efeito de solidariedade, e retoma aí onde R. já não pode prosseguir: “*Yo también dejé la UTU, yo creo que R. hizo bien en dejar*”. Seu “*também*” ,indica que está pensando a partir de R. e a partir do grupo. Me pergunto se isto que faz A. é mimético ou fraterno e creio que é um ponto intermediário entre um e outro, aportando algo da compreensão, mas também um fator de culpa: se A. desculpabiliza R. é *também* para desculpabilizar-se a ela mesma. Como já assinalei, esta culpa se refere a um superego arcaico e refere –neste caso – a responsabilizar a estes jovens por uma deserção estudantil da qual em realidade, pouco ou nada decidiram.

Nestes tipos de materiais, se vê que não é que “estejam em outra” como despeitadamente se diz, nem que seja o mesmo que estejam ou não estudando, como irresponsavelmente se diz. Há uma imensa carga de culpa e de agobio com respeito ao fato de não estar no liceu, o que é um estigma muito forte. Não é que sejam “irresponsáveis”, nem que mantenham essa famosa *distância* que se preconiza que o jovem instale com o mundo adulto. Se trata não de um problema educativo, senão de um problema de descidadanização. Tampouco tem a ver com o “desencanto”, porque R. e A. não nos transmitem que estão decepcionados com o liceu, senão que o que sucede é que não sabem como “entrar”, não sabem onde estão as brechas para tal fim. É o que assinala Lewkowicz (2004): a exclusão neoliberal se caracteriza por sua irreversibilidade .

Para um jovem de classe média sólida a “brecha” está em cumprir um horário, estudar lições, e intervir em classe e não passar-se da “raia” evitando suspensões. Essa é a regra, a que se conhece e acata. Mas para estes rapazes (de classe média fluida ou empobrecida) a regra não está, não a

deixam a sua disponibilidade. Daí que não podem apuntalar-se (Bernard,1991) no liceu porque não oferece base de sustento. Estas são as mal faladas classes marginais, mal faladas porque no neoliberalismo não há ninguém marginal : tudo é questão de centro⁶⁷. No neoliberalismo ou se está ou não; se é “dentro” ou nada, questão que expressam estes jovens. O reitero: nada do júbilo de crescer permanece, instalando-se em seu lugar uma sensação de agobio e perda.

A.: *“no hace nada, no trabaja y hace lo que quiere, es como que no está respetando las reglas, los profesores dirán si no hacés nada, andate para tu casa”*. Lendo o anterior me pergunto se isto é um discurso de um adolescente. Resulta que fazer o que um quer aparece como algo mau... O adulto quase não é necessário: eles são os melhores adultos para julgar-se e condenar-se .

Nada há da dúvida adolescente, a que se vê “devorada” por uma estrutura de sentença que de alguma maneira repete o discurso da própria instituição. Com esta salvaguarda: A. crê, e tenta assinalá-lo, que a instituição se maneja por regras, recuperando um esquema racional e justo do institucional próprio da modernidade keynesiana. Mas a instituição educativa (lugar de regras, se o há) que lhes tocou para frente mostra o contrário: a ausência de regras.

Meu ponto de vista é seguramente mais dramático que o de A., mas creio que o que “regula” como vínculo entre ala instituição e seus estudantes, não são “regras” senão a absoluta e total indiferença. A “regra de produção” da modernidade keynesiana, é uma regra tola ou arbitrária, mas é um marco a partir do qual manejar-se. Ainda que a partir de regras tolas, uma preocupação existe. Mas neste caso, se interrogarmos a fundo ao liceu de por que R. e A. deixaram de estudar, creio que responderiam com o mesmo “não sei” que eles.

Nesta despreocupação que impera, hoje estão, amanhã não. Se R. e A. podem ir tão fácil do liceu é porque em realidade nunca *entraram*. Creio que o tema da exclusão está mal colocado. Não há exclusão, porque de certa maneira como já assinalei, não há inclusão efetiva. Sem entrar nem sair, nem ser bem-vindos nem despedidos, fazer o que um queira aparece como algo censurável. Fazer primar o próprio desejo, estranhamente, se transforma em sinônimo de sem-vergonha (“atorrante”), cair na droga, ou ser delinqüente.

⁶⁷ Pensar a sociedade em termos de “centro” e “marginal” é um esquema próprio da modernidade keynesiana.

Reitero algo que me parece fundamental: o que estamos vendo no material clínico é que os adolescentes não renegam nem rechaçam o liceu, pelo contrário, para eles segue sendo um lugar importante. Esta simples possibilidade de conceber um “lugar aonde estar”, implicaria a possibilidade de dar lugar a um funcionamento metafórico a nível institucional.

A partir da modernidade keynesiana, o metafórico e o metonímico institucional não se separavam. A partir do neoliberalismo sim, o fazem e radicalmente. Quer dizer, o adolescente vai ao local de estudos, ocupa um lugar, mas já não sabe nem pode, cumprir com os rituais que o transformem em aluno. Desta maneira não pode incorporar as tarefas subjetivas que implicam poder concentrar-se, sentar-se, estudar. Mas basicamente o que falha na tarefa de converter-se em estudante é que sentem que não têm nenhum sentido o que fazem.

Para o liceu o adolescente está desinteressado do estudo, mas pelo contrário, está mais interessado que nunca. O que não compreende do mesmo (porque não o podem transmitir) é para que serve e por isso o questiona. Então quer ir ao liceu, mas não para estudar (coisa que não pode) senão para permanecer. Não como estrutura de passagem, senão como estrutura de permanência e de recorrido.

Por outro lado creio que o desencanto que tem o adolescente com respeito à matéria, reproduz o desencanto que tem o professor com sua própria matéria, e com o ensino em geral, em relação à degradação que sofre o ensino e o desinvestimento social que o próprio professor recebe.

Desejaria destacar que junto a estes fenômenos, surge uma acentuação de exigências a partir da instituição liceal : cada vez mais matérias, mais horas de estar sentados, mais necessidade de concentração intelectual e padrões cada vez mais inalcançáveis... Na medida em que o liceu sente que está falhando, que sofre um mal-estar institucional, creio que robustece mais seus mecanismos internos de exigência, redobrando de qualquer maneira sua própria vulnerabilidade. Situação correlata à exigência cada vez maior que se constata no mercado laboral (Castel, 1997). Quanto menos trabalho existe, mais se ampliam os requisitos de ingresso no mesmo, com o que a instituição educativa aumenta ainda mais os seus, gerando-se uma cadeia de retroalimentação interminável.

Na medida em que o liceu não pode admitir e sustentar adolescentes dentro de seu espaço, se não se convertem em estudantes os expulsa. Mas quando são expulsos do liceu tampouco podem ingressar no mercado laboral, o que leva a um incremento dos adolescentes em situação de rua, quer dizer jovens que já não estão em nenhum lugar. Ao mesmo tempo e concomitantemente, os “castiga” com toda uma prédica néo- evangélica referente a drogas, AIDS, aos desvios sociais, o qual robustece aspectos superegóicos .

Seria interessante (não creio que seja um impossível) pensar em uma estrutura não acadêmica dentro do liceu, onde os adolescentes possam concorrer mantendo atividades livres não acadêmicas, sem obrigação de assistência. Um “espaço adolescente” onde mais que qualificações se ofereça um espaço de contenção e recepção sem que isso implique a exigência de terem que ser estudantes.

III.10- O persecutório e o risco da vulnerabilidade extrema: Elementos de uma subjetividade fragilizada:

Neste capítulo apresento uma constelação persecutória que sugere uma perda de ancoradouros referidos a processos secundários, surgindo um material muito mais regressivo, a partir de onde se instala uma situação de desguarnecimento absoluto .

P- Yo me levanté a las 6 y media porque mi hermana estaba en la casa del novio y llegó y me golpeó la ventana.

M- Yo ando mal. Veo gente vestida de rojo y negro. Son pesadillas. Sueño y veo eso. Veo una mina vestida de negro que me persigue. No es sólo cuando me acuesto ,también cuando me levanto. Bueno, no es la que vea, sigo con la sensación de que está...Me persigue por todas partes. Tiene cara de Chucky. No sé por qué, pero me llama. Es espantoso. Es por toda mi casa. El otro día la vi en casa de mi abuela. Veo velas y velas y no puedo salir.

P- Yo siento algo parecido . Lo mío fue en un cumpleaños, pero fue verdad, porque anduvieron a los tiros y yo empecé a soñar. Me acostaba a dormir y soñaba que un loco entraba al cumpleaños y empezaba a tirar tiros.

M. a Ro.- ¿Vos Ro. no tenés pesadillas?.

Ro- Que estoy en un rodeo con un toro y pla !, me levanta !.Pero eso fue hace tiempo.

M- ¿A veces no les pasa que ven un lugar inventado?

R- Sí, a veces soñé que me caía de un edificio.

P- Sí...y que vas a tocar el piso y que te despertás.

M- Sí y abris los brazos así (hace gesto correspondiente) porque los músculos se te aflojan.

R.- Yo soñé que estaba empujando a mi prima del edificio y me desperté y estaba por tirarme de la cama... El otro día me crucé con L. (otra integrante del grupo) y me quedé preocupada porque la vi mal... parece que ella se está enamorando de él y es cualquier cosa el tipo...Le dicen "El Modelo" y ella conversa con él y está como embobada.

P- Yo nunca me sentí bien con ella ... me dijo "mijo" tres o cuatro veces. No pará que yo no soy tu hijo....es como que te están señalando.

R.- Todos nos sentíamos juzgados...Ella era muy responsable en los estudios. Para ella, si no estudiás es que no querés , son comparaciones como siempre...

M- En los sueños, la víctima es uno ¿Pero se puede soñar siempre lo mismo? Hace una semana que vengo soñando lo mismo...era una persona que aparece en distintos lugares, con la misma ropa, con distintas caras ,que puede ser hombre o mujer...

M.- Tengo miedo en mi casa, pero es cuando tengo la pesadilla.

P- Yo cuando era más chico ,cuando tenía miedo, me iba al baño, prendía la luz y decía..."Mamá estás ahí" Cualquier cosa, luz prendida, puerta abierta ,con tal de que hubiese alguien. Ahora si se van una semana ,mejor!!.

M-A mí me protege el Arcángel Miguel (avergonzada)...Yo no le digo nada, pero cuando hablo él me escucha...sí, ya sé, ¡estoy loca !..no me digan nada.

P- ¿Qué es eso del Arcángel ?.

M- Es un ángel más poderoso ¿Uds. conocen de metafísica? Ahí te enseñan que este Arcángel tiene distintos personajes, rayos violetas, rosados y el azul es el que protege a las personas.

R- Es como el yoga...

P- ¡A mí esas cosas!!..(se ríe) Yo me hablo a mi mismo frente al espejo

R- Yo me hablo a mi, por dentro, todo el mundo habla por dentro.

P- Por dentro me digo : ¡Buen día ¡ ¿Cómo estás? “Bien, acá andamos” Me miro al espejo y digo: ¡qué feo que sos! ¡Cambiá el look! Después voy al baño, me pongo gel y digo : ¡qué lindo que soy! Y también escribo cosas.

M- Es una manera de descargarte escribir. Yo también escribo.

P- Prendí todo fuego lo que había escrito antes, para mí ya tenía otra vida . De mi niñez, de las cosas que estaban conmigo y se fueron, como mi abuela, mis tíos y ese día agarré de la mesa de luz y empecé: “éste sí, éste no”. Me puse melancólico, porque me trajo recuerdos muy lindos y ahora es como que empecé otra nueva vida...Me peleaba con una persona y al otro día contaba todo y hacía un resumen y me quedaba todo más claro...Me hace bien escribir. Ahora hace un mes que no escribo.

M.- ¿Tu hermana no los ve?.

P.- No, porque las ordeno por número.

M.- No sabés si no la lee.

P.-... Hice un archivo en la computadora que nadie sabe y aparte un diskette que está guardado bajo llave.

M.- (Se ríe)...Yo hago lo mismo que él. Escribo y guardo en la computadora...Pero a algunas personas se lo muestro.

R.- Yo se lo muestro a todo el mundo ,menos a mi abuela. Tenía una prima de 17 años, que hace 3 o 4 años que se murió y cuando se murió yo escribí que yo iba a vivir la vida que ella no pudo y empecé a sentir los mismos síntomas que mi prima: inválida a los 14 años y el 1 er día que fui a la Iglesia sentí que no podía caminar. Antes de morir había quedado ciega, ella estaba mal .Yo fui a la Iglesia porque allí repelen a los espíritus malos ,me tiré al piso y pegué patadas

M.- Un exorcismo...

R.- No sé como explicarlo. Una persona sabía lo de mi prima ,que era mi líder de la Iglesia y me dijeron que yo no era mi prima

M.- ¿Vos creías en espíritus?

R.- No sé ,supuestamente la explicación que le dan ellos es así. Yo no lo entiendo, eso me pasó el verano pasado

M.- Yo creo en esas cosas, pero si no crees es muy difícil de explicar cosas. A mi me ha pasado, tipo estar caminando, sentir ruidos y no hay nadie O por ejemplo ir al cementerio y escuchar voces de niños chicos ,me doy vuelta y no hay nada. Me corría como una corriente por todo el cuerpo. Caminaba como que no podía salir, pero eso no tiene explicación.

R.- Cuando pasó eso, los restos de mi prima lo tiraron en el Parque Rodó , yo fui el 2 de Noviembre y estaba redeprimida ,escribí eso y soñaba siempre que iba a las Canteras y ahí me tiraban. No veía quién, como que yo sola me caía. ⁶⁸

O material precedente parece expressar algo da ordem dos objetos beta, os que Bion apresenta como dados sensoriais, físicos ou psíquicos que não encontram ainda representação psíquica ou que não alcançam tal elaboração (Bion,1962), expressão do impensável, do irruptor, do excitante e não ligável do aparato psíquico. Desta maneira se consolida no material um clima emocional que se destaca pelo “desborde “ e o confuso, pelo que, por momentos, a sessão se assemelha a um sonho ou a uma espécie de delírio que contudo não creio que alcance nitidamente dimensão psicótica.

É um relato no qual, à diferença dos anteriores, já não aparecem nem pais, nem família, nem as obrigações, senão um mundo interno que se desenclandestiniza abruptamente, tomando características mágicas ou míticas possivelmente em relação a uma cultura néo-evangélica.

O material parece indicar uma ausência de elementos edípicos, que ainda que trastejantes, operavam como estrutura contendora, com o que surgem elementos próprios de regressão a vivências primárias (Anzieu,1986). Tampouco aparecem compensatoriamente elementos provenientes do ideal social. Daí que sobressaíam elementos fusionais, frente à perda do terciário simbólico⁶⁹. Quando se diz : “*eu não sou teu filho*” , é como enfatizando que dentro deste mundo mental já não há categoria pai, nem filho, nem mãe. Desta maneira se destaca a imporância que vão tomar as avós provavelmente em relação à primazia de aspectos primários.

O relato recolhe um conglomerado de representações ou emoções altamente persecutórias com traços especulares (“*sueño con alguien que puede ser hombre o mujer*”) e regressivos. Se trata de uma subjetividade estruturada de uma forma que chamaria oniróide, tentando não recorrer a outras denominações de tipo psicopatológico, que creio que, mais que aclarar,

⁶⁸ P. y Ro. são rapazes, M. e R. mulheres.

⁶⁹ O edípico permite articular um campo de alternativas a partir da eleição e do postergamento.

podem discriminar o material. Creio sim que, por momentos, a realidade psíquica e a realidade exterior se confundem, com o que poderíamos investigar se o que se constrói é uma cadeia associativa (Kaës,1994) ou, melhor dizendo, um sonho grupal .

Há também uma divisão de gênero no material. Enquanto os homens aparecem (no começo do relato) ao lado dos limites e do princípio de realidade, as mulheres trazem algo que tem a ver com o desborde, o excitante, o ameaçante. Me pergunto até que ponto não há um atravessamento social neste situar as mulheres do lado do apaixonado e do desborde e aos homens como sérios e racionalizadores ⁷⁰. P. é o iniciador da sessão e propiciador de uma temática fraterna (a irmã) que se desenvolve em uma cena estruturada na ordem do horizontal. Através dessa cena se confirma uma dificuldade com o sexual genital, aparecendo como se fosse um delito ou uma falta que esta irmã mantenha uma vida amorosa.

Em seguida , se concretiza “algo” que quer entrar de forma abrupta no grupo : *“Yo ando mal. Veo gente vestida de rojo y negro. Son pesadillas. Sueño y veo eso. Veo una mina vestida de negro que me persigue. No es sólo cuando me acuesto ,también cuando me levanto”*. O impressionante do relato radica, antes que nada, que M. mesma não sabe se é algo fabulatório ou se é algo da ordem do onírico, remetendo a uma situação de confusão entre vigília e sonolência.

Esta ambigüidade sobressai por seu carácter confusional e pela vulnerabilidade que transmite. É uma perseguição frente à que quase não há escapatória. Este indiscriminado acentua o especular (é uma mulher que persegue a uma mulher) e o dual (roxo e negro). Ambas as cores não se podem confundir entre si mantendo-se como duas ordens distintas e onipresentes. Se poderia pensar o negro como o depressivo, a morte, o vazio psíquico e o roxo provavelmente como o sexual, o agressivo, o desborde, dentro de traços de cisão esquizoparanóide (Baranger,1971).

Mas sua primeira frase : *“yo me siento mal”* está indicando que ainda dentro deste perturbado há um funcionamento a nível neurótico. Apesar de que M.

⁷⁰ Para Freud (1921,1931) a sociedade se funda na ligação dos irmãos e na homossexualidade reprimida dos homens. A mulher sempre está na fronteira e por fora do social , demarcando um espaço de transgressão.

tem dificuldade de pôr em jogo mecanismos de defesa eficazes seu : “*ya sé no me digan nada, estoy loca*”, expressa sua intenção de compreender as vivências que lhes impõem em torno de um *chucky* que a persegue. Personagem tomado de um famoso filme de terror, sua aparição assinala que o persecutório desbordou a capacidade de autoapaziguamento. Seu intento de infantilizar o persecutório (é um boneco) está falido porque esse boneco é em realidade um monstro que mata.

Mais adiante as referências às quedas, os músculos que se afrouxam, o empurrar ou ser empurrado, completam este quadro que sugerem aspectos esgotados do aparato psíquico. M. diz : “*No sé por qué me llama*” transmitindo un vínculo sedutor- seduzido, com o objeto aterrorizante, veiculado através de uma voz que recorda aspectos de um superego arcaico (Baranger,1971).

Por sua parte P. tenta a partir desta realidade certamente persecutória, gerar uma diferença entre fantasia e verdade : “*Yo siento algo parecido. Lo mío fue en un cumpleaños, pero fue verdad, porque anduvieron a los tiros y yo empecé a soñar. Me acostaba a dormir y soñaba que un loco entraba al cumpleaños y empezaba a tirar tiros*”. A partir de uma atitude reparatória, busca oferecer um relato alternativo e mais discriminado, tentando que não se perca o princípio de realidade frente ao perigo do desborde narrativo .

Seu relato é mais organizado e cultural, em relação ao fato consensuado de que os homens, quando se enfurecem, brigam. Assim mesmo ao falar-se das quedas e dos golpes P. (“*vas a tocar el piso y te despertás*”) re-introduz novamente o princípio de realidade. Desta maneira o grupo realiza um ciclo compulsivo entre o organizado e o desorganizado sem poder sair de um vaivém que fragiliza. Se perde a possibilidade de um objeto-espaco terceiro (Green, 1994) que medie entre a angústia massiva e o vazio de representações apaziguantes.

Existe contudo um intento de recorrer à história grupal –como recurso associativo- ao mencionar-se à L., provavelmente como maneira de trazer um “fora” que contrarreste tanto “dentro” ameaçante. Por sua vez através de L., se reintroduzem aspectos mais adolescentes, já que está apaixonada e em casal. Mas frente a ela se sentem julgados, provavelmente porque L. representa e recorda a ordem familiar e social do adaptativo e do exigente, capaz contudo, de compensar o desborde que vivenciam.

Assim sobressairá um progressivo sentimento de vulnerabilidade extrema, aspectos infantis e incapacidade de estarem sozinhas: *“Tengo miedo en mi casa, pero es cuando tengo la pesadilla ; Yo cuando era más chico ,cuando tenía miedo, me iba al baño, prendía la luz y decía...”* *¿Mamá estás ahí?”* *Cualquier cosa, luz prendida, puerta abierta ,con tal de que hubiese alguien”*.⁷¹. Neste ponto P. esgota seus recursos egóicos e se transforma em uma espécie de bebê, revelando um momento de desestruturação pelo qual se perde a constância do objeto (*“¿Mamá estás ahí ?”*) (Winnicott,1981), o que já não aparece como presença suficientemente segura .

Não é casualidade que neste momento surja o relato sobre o Arcanjo Miguel. Ante a derrubada de P. como cuidador do grupo, se impõe a necessidade de uma figura superprotetora. É um arcanjo e não um simples anjo, por isso está em uma categoria superior ainda mais próxima a Deus que os anjos comuns.

Por sua vez não há que esquecer o fato de que M. está expressando uma cultura para à qual é “natural “ incorporar aspectos metafísicos e evangélicos. Estas cores, raios e luz indicam que há já matizes e não somente o negro-roxo inicial. Faço notar que “Arcanjo “ remete a uma figura masculina-paterna que se contrapõe àquela feminina (materna?) que perseguia. Quiçá seja um intento de incluir algo do paterno em um grupo que está excessivamente especularizado. De qualquer maneira e por mais todo-poderosa que seja, se trata de uma figura assexuada ou androgenizada .

Para R. a referência ao arcanjo se associa à yoga, o que permite pensar que quando P. já não pode assumir a “responsabilidade” pelo princípio de realidade grupal R. o faz, com o que a divisão inicial de gênero no grupo se rompe. Neste momento surge o tema do espelho e a escritura ; *“Yo me hablo a mi mismo frente al espejo . Por dentro me digo : ¡Buen día ! ¿Cómo estás? “Bien, acá andamos” Me miro al espejo y digo: ¡qué feo que sos! ¡Cambiá el look! Después voy al baño, me pongo gel y digo : ¡qué lindo que soy! Y también escribo cosas”;* *‘Es una manera de descargarte escribir. Yo también escribo”*. Mirar-se ao espelho, avaliar a imagem, escrever, são atividades que se aproximam mais ao que esperamos de adolescentes, o que indica um intento

⁷¹ Quando P. acrescenta : “ahora si se van una semana mejor” creio que expressa em realidade uma defesa hipomaníaca .

de reapuntalar o relato mais na adolescência e menos em aspectos “estranhos”.

O perigo é ficar subordinado à fascinação do escópico, já que quando P. diz: “¿*mamá estás ahí?*”, provavelmente está tratando de reencontrar sua mãe no espelho, o qual dá a pauta de que a especularização todavia depende da referência ao outro. A possibilidade de poder sustentar um espaço próprio se deposita na escrita. P. conta que queimou seus papéis de forma racionada (“*éste sí, éste no*”) o que assinalaria um trabalho de elaboração psíquica, onde o massivo é substituído por algo da ordem da eleição e do poder pensar⁷²

Contudo M. reintroduz o persecutório ao sugerir a P. que quiçá sua irmã sim, lê seus papéis, com o que a aliança fraternal se fratura e a irmã se torna alguém perigosa. Ainda que P. assinale uma referência organizadora e resguardante (“*Hice un archivo en la computadora que nadie sabe y aparte un diskette que está guardado bajo llave*”), esta se quebra com o comentário de R. sobre uma prima morta da qual ela tomaria sua personalidade (“*vivir la vida que ella no pudo*”), com o que o relato se torna aterrorizante, reinstaurando um pólo desorganizado no grupo.

Neste ponto aparece um “suplente” do arcanjo Miguel, que passa a ser o líder de uma igreja que afortunadamente assinala à R. um ponto de discriminação ante sua “novela de terror”. Mas esta discriminação se perde em seguida com o relato de M. : “*A mi me ha pasado, tipo estar caminando, sentir ruidos y no hay nadie. O por ejemplo ir al cementerio y escuchar voces de niños chicos , me doy vuelta y no hay nada*”, com o que se impõe a ordem do sobrenatural absoduelo. Relato que surge ao final mesmo da sessão, demonstrando uma persistência de determinada temática que não pode senão manifestar-se compulsivamente.

A sessão começa e termina com o fraternal, que vai tomando distintos matizes: ajuda, desconfiança, rivalidade ,ominosidade : “*los restos de mi prima lo tiraron en el Parque Rodó ...soñaba siempre que iba a las Canteras y ahí me tiraban. No veía quién, como que yo sola me caía*”. Esta queda sem fim se relaciona com uma vulnerabilidade a partir da qual o psiquismo se paraliza

⁷² Este tipo de elaboração, que chamaria de pré-duelo, implica indagar se as recordações se mantêm mais além dos objetos que os originaram, por exemplo, se a recordação de um avô lhe sobreviverá . As recordações ainda não se separam nitidamente daquele ou aquilo que os origina, com o que o trabalho de duelo ainda apresenta dificuldades para concretizar-se.

tendendo até o desejo de não- desejo, dentro de um narcisismo negativo (Green,1986).

Este não–desejo, o tomo basicamente como não-desejo-de-crescimento. Trabalhei já a hipótese de uma “cena congelada ” como configuração narcisista (Klein,2004), mas em realidade creio que estamos ante uma configuração distinta, mais regressiva ainda⁷³, à qual chamo **cena de suturamento mútuo**, onde toda possibilidade transformacional se anula, aparecendo uma “pele” familiar comum a todos seus membros, sentindo-se como altamente mobilizante a possibilidade de sua ausência (G.: *“Yo hasta hace poco vivía en el cuarto de mis padres...yo dormí con mis padres hasta los 14 años y después dormí con mi hermana un año más”*) .

Se consolida um relato “ louco “ que assusta e persegue. O silêncio e a obscuridade se tornam aterradores (*“En mi casa no es tanto estar encerrado, es el silencio”, “la oscuridad me da miedo, es que pueden salir todas las fantasías”*) tanto como o mundo interno e o mundo externo (*“ahí hay un puente que nadie se anima a caminar solo por veinte mil historias”*).

Este perturbante está escondido redobrando hiperbolicamente uma estratégia vincular do secreto –na qual convivem cotidianamente- mas, levando-a a extremos insuportáveis. (*“ antes de acostarme miro debajo de la cama o en el ropero. Siento que hay alguien, entonces miro varias veces”; “ si es de noche me desvelo; me tengo que fijar al volver si está todo bien”*).

Suas estratégias defensivas são o atuar diretamente sobre a realidade : abrir o roupeiro e olhar debaixo da cama, debilitando-se a oportunidade de um auto-apaziguamento . Essa possível revisão mental que anularia o improvável, é substituída pelo **imediate de uma angústia massiva**, uma angústia de alarme permanente.

A angústia como sinal que ativa a defesa (Laplanche-Pontalis,1981) e habilita um processo reflexivo não está presente . C. nos indica que nem o ruído nem a companhia, asseguram a tranqüilidade e a atenuação das fantasias paranóicas. A sensação do **perigo iminente** que coloquei como um ponto do imaginário neoliberal, ressurgiu psiquicamente como sensação de

⁷³ Uma cena congelada tal como a concebo implica uma cena infantil onde o adolescente mantém expectativas parentais. Mas, entendendo que a mesma, paradoxalmente, coexistia com uma cena transformacional de mudança e crescimento (Klein, 2004).

derrubada iminente. A partir desta perspectiva o que apresento como subjetividade oniróide é inseparável de **micro ataques de pânico** (Bleichmar,1997), em relação a sensações invasivas, self caótico-fragmentado e ansiedade ante as experiências vividas como desborde, consolidando um desequilíbrio neuro-vegetativo – como sofrer insônias –que chega a ser esgotador .

Provavelmente não poucos psicanalistas afirmariam que o problema destes jovens é uma dificuldade na passagem da endogamia à exogamia. Mas não creio que seja assim. Sim o seria quiçá em um contexto mais achegado à modernidade keynesiana, na qual efetivamente se joga como forma de crescimento uma problemática de passagem. Pelo contrário, em tempos de neoliberalismo se joga uma problemática de sobrevivência que incentiva um quadro de vulnerabilidade extrema que supera amplamente o tema do desprendimento familiar, a assunção de uma genitalidade própria, ou a eleição objetal.

Já não é uma problemática de um rol a desempenhar, senão uma questão do minimamente apunhalante próximo ao desapuntamento massivo (Bernard,2001). É uma questão de extrema fragilidade dentro de um **psiquismo de pele**, um ego- pele (Anzieu,1990)⁷⁴ pelo qual se torna vital um contato que lhes reassegure tranqüilidade e calma.

Os pontos de certeza a partir dos quais estes jovens fazem a adolescência passam a ser a insegurança e o desborde. O : “*pueden salir todas las fantasías..*” já não é o desborde pulsional do qual falava Hanna Freud (1985), pelo qual as pulsões da puberdade têm o recurso à fantasia, à retração (repliegue), ou à masturbação, como uma forma de elaboração psíquica. Recursos que aqui não aparecem.

Não descartaria, como já mencionei, que possa haver elementos transgeracionais em jogo (regime militar) na construção deste tipo de subjetividade dominada pelo transubjetivo (Kaës,1993), em relação a fantasias que aparecem de forma súbita e incontrolável. Parece perfilar-se uma situação psíquica a partir da qual fragmentos sociais aparecem sem transformação alguma na subjetividade, o que faz com que o adolescente esteja preso em

⁷⁴ Ponto que se relaciona a minha incorporação do conceito de “enxertamento” como fundamental para o marco terapêutico.

uma continuidade que não permite diferenciar origem e futuro, impedindo o que denominei como confrontação transgeracional (Klein,2003: 97).

O terrífico se expressa em termos de solidão e obscuridade, fantasias ameaçantes e um dentro que persegue, o que aparece construído como um “cárcere” do qual há que escapar (*“ tengo una desesperación por salir de adentro de la casa(...) aunque sea de noche yo me iba a una placita”*). Portanto o dentro- interno- psíquico se torna insuportável. As fantasias são esse mundo secreto que tem que permanecer assim: secreto.

O psíquico se torna precário e perigoso: pensar libera o imprevisível e o estranho tanto como a obscuridade esconde o terrífico⁷⁵. Por contraposição, o ruído, a companhia e a luz (*“ yo si me tengo que quedar solo me encierro en el cuarto, pongo la música alto ”*) permitem que essas fantasias sigam “presas”.

Desta maneira creio que estes aspectos de uma subjetividade fragilizada trazem um risco de vulnerabilidade psíquica que se une a distintos aspectos paranóicos, de estranheza e incompreensão⁷⁶. Estes aspectos configuram um quadro de vulnerabilidade narcisista (Jeammet,1996) caracterizado pelo desamparo e a vivência do louco inquietante. A adolescência como capacidade para ir integrando experiências que enriqueçam, se substitue por angústia de desintegração e fragmentação. Bleichmar assinala que estas angústias se relacionam à *“que a pessoa vive suas próprias experiências como estranhas”* (Bleichmar,1997: 338). Uma consequência é a dificuldade de manter um “self coesivo”, *“uma representação e um funcionamento no qual o sujeito se sente como uma unidade, em que o corpo e a mente são vividos como partes indissolúveis de si mesmo no presente e, ademais, com sentimento de continuidade temporal* (idem: 339).

No material apresentado haveria que agregar a presença de um narcisismo negativo (Green,1986) transmitindo-se uma sensação de desmoronamento e

⁷⁵ Recordemos que efetivamente, em épocas de ditadura ou pré-ditadura, era de noite quando se invadiam de surpresa as casas, pelo que a noite se converteu em um estado de terror e vigília permanentes.

⁷⁶ Cabe assinalar que este “ paranóico” dista muito de ser somente uma modalidade psíquica. É também uma estratégia do imaginário para situar aquilo que aparece como incompreensível ou impensável. Pensemos no famosíssimo tema da chamada droga “ pasta base” que considero a versão no século XXI, via sociedade neoliberal, do que era a masturbação a princípios do século XX.

desorientação, que consolida uma auto-imagem muito negativa de si mesmos, que se relaciona a sentimentos de insegurança e baixa auto-estima.

Se se tem em conta que estes adolescentes vivem em uma sociedade de escassas oportunidades e nulo porvir, se poderia supor que este contexto social de desesperança e fracasso se faz presente de alguma maneira no material apresentado. O ameaçante provém assim- indiscriminadamente- tanto do mundo interno como do mundo externo.

Ao falhar o apuntamiento social e o auto-apuntamiento, se reforçam os apuntementos no transgeracional (Klein,2003). Já não se trata então de falhas na reedição da conflitiva edípica, senão, melhor, em uma falha em estabelecer fronteiras e contextos a nível da continuidade geracional. O que por sua vez se relaciona –como já mencionei- com uma falha nas estruturas de passagem: não se sabe como passar da infância à adolescência, de um dentro a um fora , da noite ao dia, da vigília ao sono, da realidade à fantasia.

Daí que considero fundamental no processo de cura, mais que trabalhar sobre conteúdos, apostar em uma mudança no continente mental (Bion, 1962) buscando que se possa tolerar o que aparece como risco de derrubada. Neste sentido –desde Bion (Grinberg,1986)-, se poderia assinalar que o aparato mental dos terapeutas consolida um continente capaz de permitir associação e elaboração .

Os terapeutas intentam mostrar que enquanto o grupo sonha, eles estão pensando. Nesse sentido creio que se pode abrir a possibilidade do grupo bordejar o onírico sem cair no delirante. Por sua vez o princípio de realidade está conservado pelo enquadre : o grupo sabe que a determinada hora começa termina a sessão, que seu contexto institucional é o Hospital de Clínicas, que os terapeutas são adultos e que existe ademais uma história grupal que garante certo investimento, tanto quanto5 certa antecipação do futuro.

A aposta (a grande aposta) é que se constitua um marco de confiança que se contraponha ao paranóico. Neste sentido os terapeutas, o que afiançam é que, na medida do possível, a partir de um relato “louco” não se gere uma sensação de discurso psicótico, mantendo a possibilidade de refletir, para que as vivências paranóides não se transformem em catastróficas. Assim se consolida uma continuidade que se contrapõe ao fragmentado; o prazer de pensar contraposto à psicofobia (Valdré,1998); a segurança à sensação de

desmoronamento; a história grupal à falha na temporalização e a capacidade de tolerar conflito, ao desativamento de setores do aparato psíquico (Bleichmar,1997).

Pelo contrário, sim seria um ponto catastrófico se os terapeutas reagissem a este *louco* aterrorizando-se. Essa é a aposta: que o *louco* seja um relato a articular e não uma situação clínica que se fecha sobre si mesma patologizando-se.

III.11- A anulação do laço social e a sociedade escassa

Como vimos, a descidadanização, implica a impossibilidade de projetar-se ao futuro, antecipar uma vida e armar projetos de vida dignos e viáveis. Em seu lugar, se instala o precário, o confuso e o ominoso:

O risco derivado da 'instalação do provisório como modo de existência' produzindo um sentimento de 'precariedade como destino', é um dos mais desgastantes processos, a partir do ponto de vista intelectual ou coletivo, relacionados à destituição do futuro(...). Se criam portanto, dificuldades para vislumbrar o futuro e se perde o enriquecimento do passado e da experiência (Fraga:2003: 260).

A sociedade se torna menos tolerante com o adolescente ao “ adelgaçar” a adolescência como espaço tolerado de descobrimentos, o que agora passa a ser considerado intolerável. Destaco desta maneira a existência de um estado de “pseudo-moratória”, que como um tipo de contrato social desconstruído, gera um tipo de subjetividade a partir do desencanto, da desesperança , da sensação de viver na fronteira e no limite, da sensação do fútil e do inútil. Tem a ver também com momentos de clarividência com respeito a injustiças frente às quais se percebe um sentimento de mal-estar e rancor. Socialmente é uma expressão do que denomino sociedade “escassa”, como descrição do manejo de lugares e relevos que realiza o neoliberalismo.

Transcrevo, neste sentido, alguns parágrafos de um material clínico, proveniente de um adolescente que chegou a viver uma experiência que seguramente muitos outros compartilham.

D: No tengo nada bueno para contar. Murió uno de mis mejores amigos. No sé si murió o lo mataron. Un botija de 17 años, un día antes del cumpleaños lo mataron. Llego a mi casa y llama la madre a decirme que estaba preocupada. Salimos en moto a buscarlo. Era el jueves a las 9 de la noche. Lo encontraron en un terreno baldío con camiseta y calzoncillos. Le robaron todo. Yo no quise saber...Lo estrangularon...El tenía problemas en la casa. Pero no como para matarse, pero tampoco se hubiera sacado la ropa...Fue la barra de adentro de la Colonia. Yo no lo digo porque me barren. Según la policía, en Colonia Nicolich hay una parte que a cierta hora no podés entrar. Bueno , entrás , pero no podés salir. Vino a mi casa ,pero no llegó a la casa de su novia. Lo encontraron allá arriba ,encontramos el cuerpo . Lo primero que dijeron los milicos fue: “¡AL. Un malandrito menos en la Colonial!”. A mi me dolió. El tenía 17,cumplia 18, iba a sacar la libreta (carta de motorista).Si preguntaba por M. nadie te iba a decir que era un malandro. Fui al velorio pero fui 15 minutos, y me fui, no aguanté más. Estaba todo el mundo, los familiares. No aguanté porque vi toda la gente llorando, hecha pomada. Tendrían que hacer al fin justicia en la Colonia y agarrarlos a todos. ¡Si yo los conozco y los milicos también! Pero van a tomar algo con ellos ...

Neste material –como outros que utilizo em minha investigação- não aparece relacionado ao que esperamos geralmente do adolescente: temáticas em torno da eleição vocacional, os conflitos intergeracionais, a autonomia, ou a confrontação. Pelo contrário, D. oferece o relato de novas problemáticas em um tipo de sociedade que já não se maneja pelas coordenadas da modernidade keynesiana. O relato não é somente o de um sujeito que sofre, senão que o que expressa involucra ao mesmo tempo a seu meio social.

Seu relato condensa um contexto social que se relaciona com a des-adolescentização da adolescência. Não há possibilidade de júbilo (Urribarri,1990), de investigação, de indagação. E tampouco futuro. Nem há possibilidade de ser adolescent . A vida aparece como absurda e se enlaça com a morte unida a estratégias fatais (Baudrillard,1984), que se entrelaçam a uma crueldade que se multiplica.

Desta forma cruel, matam a seu amigo o dia antes de seu aniversário. A violência se impõe e avassala. O absurdo rouba todo tipo de felicidade em uma

dimensão de cotidianidade onde a felicidade é, não somente esporádica, senão que ademais pode desaparecer em qualquer momento. O desamparo sobressai: “*Lo encontraron en un terreno baldío. Le robaron todo*”. Desnudez corporal que remete metaforicamente a uma “desnudez” também social e simbólica.

Na época que concorria ao grupo D. se mostrava como um jovem especialmente sensível, perfilando-se até uma carreira profissional (história) que, de alguma maneira, sentia que lhe permitiria poder encontrar algum tipo de resposta às perguntas que se colocava como parte de seu crescimento. Em seu lugar surge a incerteza: “*No sé si murió o lo mataron*”, o que é inquirir de alguma maneira nossa opinião a respeito. Transferencialmente é uma interpelação a um suposto “conhecedor” de adolescentes referida a se seu amigo realmente pôde ter se suicidado. E oferece dados: “*el tenía problemas en la casa*”. Mas também explica que chamou a mãe, que estava preocupada, quer dizer que havia um suporte em algum lugar.

Esta informação contraditória quiçá reflete sua própria angústia, referida a se ele poderia chegar a fazer o mesmo em caso de que seu amigo tenha se suicidado. Ou talvez se relacione com uma identificação com o agressor (Frankel, 2002), mecanismo mental pelo qual se chega a sentir que efetivamente não existe direito à vida, identificado com o agressor que tira a vida.

Este agressor “*es la barra (facção) de adentro de la colonia*”, um inimigo indeterminado que é um estranho (Bauman,1999), que é, por sua vez, ominoso (Freud,1919). A possibilidade de agressão se relaciona à existência de subespaços dentro da cidade, com limites e rituais de passagem entre um e outro. A violência está permitida se se transpassa esse espaço sem o cuidado imprescindível : “*entrás pero no salís*”. São espaços de marginalização que se circulam e que se fecham sobre si mesmos, desde dentro e desde fora. As possibilidades de intercâmbio se esgotam, o que não deixa de ser uma metáfora dos vínculos ou não-vínculos que os grupos sociais mantêm entre si.

Um dos sintomas que aparece nesse fechamento abrupto e de incomunicação é, reitero, a violência. A mesma, vista desde fora, aparece totalmente inexplicável, mas estudada a partir desta lógica dos espaços

fechados, pode ser compreendida como a possibilidade de resguardar limites e rituais de passagem.

Não é casualidade que para a polícia se trate de '*Un malandrito menos en la Colonia*', já que nestas condições a lei se transforma ou é substituída pela transgressão e o desprezo. Em realidade a transgressão é a lei e não uma corrupção da lei (Birman,2001). Por isso, os jovens como "malandritos" não entram dentro da lei. Já não há lei segura e estável, senão processos de estigmatização que anulam os espaços de cidadania.

Este "*menos*" remete ao mesmo tempo a um espaço social escasso, onde não há lugar para todos, pelo que esta situação desgraçada não fez senão confirmar um destino: é esperado que antes ou depois estes "*malandritos*" vão morrendo. "*Malandrito*" é o contrário do cidadão; é a fatalidade de uma "morte" física, que se anuncia e entrelaça a uma morte simbólica prévia, acentuando sua presença irremediavelmente compulsiva. Nestes jovens não há pano para constituir figuras de herói, senão outras de marginalidade e delinquência. É um mundo com um *dentro* exacerbado em relação ao qual o *fora* não aparece como suplementar ou renovador.

A partir deste *dentro* duas possíveis atitudes parecem surgir: os que choram e os que atuam. No velório: "*toda la gente está llorando*" menos um grupo que não chora, os supostos malandros. Os que choram são os que não sabem o que fazer, e os que atuam são os que se dirigem à violência: D. sai de moto, empunha um pau. Se implanta uma classificação binária entre aqueles que "não- fazem ", que se contrapõe àqueles que "fazem ". Ou se faz ou não-se faz, mas o que se perde é a possibilidade de refletir sobre o que acontece. Pelo contrário, no marco terapêutico se trata – na medida do possível- de acentuar a possibilidade das alternativas e as opções.

No relato clínico, o que nos está advertindo D. é que estas condutas são impulsivas e sem alternativas, o que implica a ausência de processos intermediários terciários : ou não se pensa em nada ou se passa ao acting. Os processos simbólicos estão francamente atenuados ou desativados. Há que assinalar de qualquer maneira que a presença de D. no grupo, já é de alguma maneira uma terceira opção, que se trata de enriquecer simbolicamente.

D.: *Me tomé cuatro aspirinas y me fui al liceo, pero fue peor, veía a M. en todos lados. Hay un compañero que es parecido y me pasé diciéndole M. .El martes intentaron violar a mi hermana de 10 años a las 8 de la noche. Fue hasta el almacén y vino con la camisa rota. Le pregunté que te pasó y ella decía: “nada, nada”. Entonces le dije: “la camisa no se rompe sola. ¿Te quisieron hacer algo? “Sí”, dijo mi hermana. Salí con un fierro, no encontré a nadie, lo único que sé es que es un tipo alto. (Se le pregunta: “ ¿Hiciste la denuncia?”) D.: ¿Para qué? Si no hacen nada!!”.*

Enquanto a partir do campo social existe uma perversão da lei e uma transgressão da norma, que se concretiza em que a polícia “toma” com os supostos meliantes, ele também *toma* –nos conta- quatro aspirinas quiçá como forma de aliviar sua dor. Sua irmã de dez anos, que aparentemente tratou de ser violada, provavelmente de forma abrupta compreendeu algo que até certo momento não havia compreendido e estabelece muito bem D.: há lugares onde entras e não sai. Ou não se sai igual: se sai morto ou violado, ou danado, ou golpeado, ou prejudicado, mas não indene.

Isso é o que a irmã lhe transmite, por mais que D. se desespera por tratar de protegê-la e cuidá-la: “*Salí con un fierro, no encontré a nadie, lo único que sé es que es un tipo alto*”. Se poderia assinalar que a pergunta sobre se fez a denúncia não deixa de ser algo inocente, já que antes havia transmitido a corrupção e ineficácia da polícia, mas contudo marca algo da necessidade de aceitar seus limites recortando o campo da vingança privada. Vingança privada que por outra parte é indissociável do registro da lei impotente.

D.- *Es una botija de 10 años!!! (tono de hombre protector) y fue sólo a comprar pan al almacén. Salí furioso de allí adentro. Yo a este tipo lo mato, lo destrozo. No me importa si voy dentro. (A lo que el terapeuta le señala) : Si vas adentro, ella queda más sola y vos te convertís en uno de ellos.*

Faço notar que assim se tornam sinônimos o “dentro” da Colonia Nicolich onde vive, com o “dentro” do cárcere, dentro de um ciclo de violência do qual é vítima e vitimador. Os espaços de dentro destes dois lugares, são espaços que constituem uma circulação de distintos fechamentos, e isto é o que lhe está advertindo implicitamente o terapeuta: “Cuidado com ir para dentro, porque

como nos dissestes vós , quando se vai para dentro não se sai mais “. De alguma maneira D. assim o compreende e comenta :

Lo que pasa es que pongo la cabeza en al almohada y no puedo dormir. Voy siempre yo a hacer los mandados, pero ese día, yo me estaba bañando. Era a una cuadra...Yo demoré más en el baño. Le pregunto a mamá: ¿ Y L. ? Me contestó: está en el almacén. Le dije: ¡ Cómo demora! Y en éso que abro la puerta para ir a buscarla, mi hermana viene corriendo.

O lugar de D. é de culpa e responsabilização extrema. Seu banho demorado fez com que a irmã o substituísse em suas obrigações, o que lhe faz entrar em um intenso processo de remorso (Kancyper.1992). Sua “falta” lhe gera culpa e lhe causa tormento. Situação que se agrava pelo fato de haver falhado em seu rol de messianismo exacerbado, já que queria evitar à irmã uma situação violenta como a que viveu seu amigo. Se sente então responsável por sua irmã e por seu amigo e assim D. sente que o não haver podido proteger a seu amigo se redobra na tragédia de sua irmã.

A adolescência como processo tem a ver de uma ou outra maneira, com uma maneira de instaurar uma etapa e certa ordem entre passado e futuro, entre infância e adultez, entre sexualidade permitida e sexualidade proibida. É, de alguma maneira, uma maneira “racional” de ressituar distintas variáveis sociais e pessoais.

Contudo, D. nos transmite um contexto social que tem que ver com a desordem, o abrupto, o violento e o absurdo. A possibilidade de fazer adolescência está especialmente limitada, pelo que considero que terapeuticamente falando, se impõe o resguardo do adolescente que trazem estes jovens. A *adolescência* como espaço terapêutico deve ser sustentada, no entanto, permite algum tipo de ordem dentro deste incompreensível - ominoso que tinge o cotidiano.

A anulação das formas tradicionais de laço social implica que, abrupta e cortantemente, amar e trabalhar, os dois enclaves freudianos, encontram, grandes dificuldades em concretizar-se como estudo e trabalho para muitos jovens destes setores sociais. Concomitantemente, a possibilidade de gerar uma biografia pessoal (Aulagnier,1991) e assegurar-se um lugar social que lhes permita processos criativos de sublimação, passa a converter-se em uma

estratégia de sobrevivência . Já não se trata de viver para crescer ,senão de sobreviver para não cair assassinado .

Cena psicodramática

Se recria uma cena de diálogo entre ele (D.) e a irmã (L.):

(Dice de L). : Es muy reservada. En su cuarto no podés entrar. Hay una pared. Hagamos la escena en el cuarto de ella , es el único lugar para hablar.

D.- ¿ Qué pasó realmente ese martes?

L. - No sé ,estoy confundida. Algo pasó, pero no sé .

D. - Realmente ¿ qué es?

L. – ¿ A qué te referís?

D.- Pasó algo, alguien vino y bueno, vos ya sabés...

L. - La única ayuda que quiero es estar sola. Déjenme sola.

D. -¿ Te parece lo mejor?

L.- No podés hacer nada.

D.- ¿ Que pasó realmente ese martes de noche?

L. - Vos sabés lo que pasó...

D. - Contame soy tu hermano mayor.

D. - Nadie me puede ayudar...(T- ¿ Qué estás sintiendo?)

D. - Tengo una amargura bárbara y algo en el pecho. Ganas de llorar ,de salir corriendo, un dolor que no me deja respirar, como un tapón. Tengo ganas de matarme. (Se trabaja con ese dolor al que se concretiza , haciendo que “hable”):

D.- “Ayúdenme ,quiero saber que pasa. Lo quiero ayudar para que sepa la verdad. El tiene que saber todo, qué pasó realmente...Siempre sé lo que tengo que hacer “. (Alter ego de las manos): “A mi me encanta apretarte. Sé que debo apretarte”.

D.- ¡¿Por qué, por qué!?! –(manos repiten: “ Yo estoy para castigarte”).

D. - Tenés que salir de acá, yo solo quiero saber. Andate, andate . Yo sé que violaron a mi hermana. (Clima de gran tensión y angustia).

A cena desenvolve a angústia de D. ante a impossibilidade de haver evitado uma possível violação a sua irmã, ou mais precisamente, a culpa por sentir que de alguma maneira tenha sido responsável por tal situação.

A irmã se mostra evasiva, por momentos impenetrável, guardiã de um secreto que a D. lhe mortifica de forma dramática: o que sucedeu realmente. A resposta parece avistar-se, tanto quanto temer-se. O que se dramatiza em realidade é também outra situação: a possibilidade ou não, de manter um rol dentro do messianismo exacerbado.

Ao mesmo tempo surgem aspectos de culpa devastadora, sua auto-mortificação, mas também seu intento de poder pensar sobre o sucedido. Talvez uma interpretação que teria um efeito terapêutico seria fazer-lhe notar que não é responsável por tais situações, mas sim do fato de que trata a si mesmo como foram tratados sua irmã e seu amigo. Quiçá possa elaborar assim uma situação de duelo, reconhecendo seus limites e tolerando sua dor, o que o ajude a aceitar a inevitabilidade da morte de seu amigo.

Assim a cena parece sugerir que D. se debate entre uma dor psíquica insuportável e uma aproximação de um duelo que lhe é imprescindível. Nesta segunda opção poderia aceitar sua impotência, desculpabilizando-se .

Porque de uma ou outra maneira, D. transmite sua sensação de que a irmã – ainda que tragicamente- está aprendendo a tomar conta e a defender-se a si mesma, o que pode levar à uma situação de alívio para ele. Este trabalho psíquico se realiza em um espaço grupal que pode officiar como amparante do desamparante, subjetivante do desubjetivado e permitir um espaço de indagação que se contraponha à comovente impotência que este jovem transmite. A questão é como recuperar seu direito a colocar perguntas e a oportunidade de obter respostas.

III.12- O deus severo e o diabo rondando por aqui e por lá. Apontamentos sobre a cultura neoevangélica

Imaginemos uma sessão clássica. Um paciente fala de seus problemas: o pai é demasiado indulgente, a mãe demasiado severa ou vice-versa. Algum problema laboral, vários de casal, alguma referência a filhos/as, amigos, irmãos/ãs, etc. Um mundo mental de personagens de carne e osso ou fantasias mais ou menos compartilhadas chegam aos ouvidos de um terapeuta, que com o melhor esforço tratará de encontrar significados, representações, sentidos e emoções à aquilo que ficará catalogado como o latente, o inconsciente ou o necessário de algum tipo de organização.

O paciente é, por efeito de sessão, laico, assim como o terapeuta e a terapia. O dispositivo de trabalho é ateu ou agnóstico, ou francamente indiferente a questões religiosas que ficam por fora daquelas que “angustiam” ao que consulta e que ocupam os pensamentos do que o recebe. A não ser que seja um filme cômico, nenhum terapeuta interpretaria a seu paciente com um: “ Deus assim o quer “...

Mas imaginemos outro cenário. Um onde Deus não está na Bíblia senão nos dizeres mesmo da sessão. Um onde o Diabo não está no centro da Terra senão no centro mesmo de lares e cerimônias ⁷⁷ . Nesse caso, podemos interpretar a Deus como se fosse o Pai da Horda?. Ao Diabo como se fosse a Mãe Arcaica? O ignoro, mas sugiro prudência.

O material que discutirei em continuação se refere a isso: a prudência de utilizar dispositivos laicos e/ou ateus (como estão construídos em nossas ciências sociais) para uma cultura eminentemente não atéia, à que denomino “neo-evangélica” refira-se a mesma ou não, a cultos católicos, judeus e/ou protestantes⁷⁸.

Mencionei a Deus, mas no meu entender, não é o grande protagonista deste ressurgir neoevangélico. Leiamos autores como Mary Douglas (Wuthnow,1988), Berger (Wuthnow,1988) ou Enriquez (2001) e nos enteiremos que nossa sociedade nunca deixou de ser religiosa e de dirigir suas preces à Divindade. Deus nunca se foi. Permanece desde sempre .

Pelo contrário, creio que o grande retorno pertence a seu pretérito adversário desde os tempos de Job : Satã, o Senhor das Trevas ou simplesmente o Diabo. Dentro desta cultura neo-evangélica, é óbvio que a maldade está aí tentando-nos permanentemente. Maldade que se personifica no corpo animalesco do Senhor do Mal.

Se instaura desta maneira uma cotidianidade onde cada coisa remete ao perigo da queda demoníaca, já não basta recorrer ao Deus equânime e bondoso próprio de outros tempos. Contraditoriamente a seu nome, creio que o Deus ao qual se recorre no neo-evangelismo não é dos Evangelhos senão o das Antigas Escrituras: aquele Deus Javé todo-poderoso, severo, cruel,

⁷⁷ Grande parte das cerimônias evangélicas referem-se a processos de “encontro “ com Deus e de exorcismo ou “expulsão” do diabo.

⁷⁸ No entanto redobram uma dimensão fundamentalista.

vingativo. O diabo se mostra demasiado enganador e terrível, e, para enfrentá-lo, somente o Amor. Há que recorrer ao Javé dos Exércitos, o que afoga aos egípcios no Mar Vermelho ou o que destrói a amalecitas, jebuseos ou tantos outros, inimigos do povo hebreu.

O que se consensua em definitivo, neste dispositivo neoevangélico, é que entre este Deus e este Diabo não pode haver nem diálogo nem transação possível. Somente a Força soluciona as coisas. Nada de diálogo, nada de concessões, nada de racionalismo. O neo-evangelismo, dentro do melhor cunho neo-liberal, aposta em que as coisas se solucionem pelo *poder* de Deus, a *força* da salvação, a *resignação* a uma ordem que (igual que à do Mercado, tão anônima e insondável como Deus) nos sobrepassa em seus incompreensíveis mistérios.

Assim como há que aceitar a Ordem Natural do Mercado, igualmente há que aceitar a Força Infinita do Senhor. Qualquer parecido conceitual não é nenhuma casualidade.

Material clínico de uma adolescente:

A.- Yo dejé [de estudiar] porque tenía bastantes crisis y muchos problemas...y mi madre me dijo que no fuera más, que me estaba presionando, igual ya había perdido por faltas...Yo había tenido crisis que según los demás me habían poseído los demonios y mi madre decía que eran las presiones, mi padre le decía :¿No ves que está poseída por los demonios?... vivo mal en crisis, cuando mi novio se estaba por ir, eran las doce de la noche, mi hermano vino a sacar unos vasos y estaban atracados por el jabón y entonces los tironeó y los tiró lejos y me dijo :” Mongólica ,estúpida” y se fue.

Mi madre entro y preguntó que me pasaba ,que yo estaba mal y mi novio que era porque mi hermano me había relajado y no tenía derecho...(Agrega que los padres se fueron a discutir entre ellos, uno diciendo que estaba poseída y el otro que estaba bajo presión y que ella estaba en el medio .Hace el gesto de agarrarse la cabeza y taparse los oídos)...Mis padres empezaron a discutir, decían : “Estoy cansada que él [el novio] le haga mal” y yo empecé a hamacarme y empecé a decir: Me voy a matar y así se acaba el problema de todos. Entró mi madre y me pegó un cachetazo y me dijo :”Dejate de embromar” y yo les dije : El

problema es de Uds. , Uds. me están volviendo loca". Y mi padre dijo: dejé de llorar porque te voy a matar. Yo me retorció en la cama y me tapé así (gesto de balancear la cabeza) y se me abrió la boca sola y gritaba fuerte. Mi padre dijo : "No sé lo que le pasa, pero hay que llevarla a la Iglesia". Y yo dije : A la Iglesia no .A la Iglesia no ,lo dije con otra voz y mi padre trajo una cruz y me decía : " Pedile a Dios que te saque éso de adentro. Mi padre me tocaba con la cruz el cuerpo y yo gritaba y según mi padre me lo sacó, pero yo no podía dormir y llamaron a la ambulancia y me dieron una inyección , empecé a cantar: "MMMMMMhshshsh " y me pegaba en la cabeza.

Después no podía leer la Biblia porque sentía como un odio a Dios... Mi padre me dijo: "Yo sé qué tuviste y te lo voy a sacar"... Anoche vino mi padre y me miró de otra forma. Y yo le dije : Es por tu culpa, porque me estás haciendo brujerías.....Al otro día estaba con mi madre y mi novio y otra vez. Con otra voz hablaba y me hamacaba y no estaba mi padre y ellos no sabían exorcismos y mi novio llamó a sus padres para preguntarles que hacía y le dijeron que me leyera la Biblia y yo le decía : Ayúdame ,no puedo con esto, es más fuerte que yo, al final me dieron diazepam y me calmé...Ahora siento que éso está adentro mío y no se fue . Mi padre me hizo un exorcismo, me dijo: " yo no te voy a dejar que te haga daño , porque yo ya viví ésto, y mi hermano también y sé que hace odiar a las personas ". Mi padre odia al hermano, porque volvió loco al padre, se escapaba de la casa ,se ponía vestidos y se iba de noche por ahí ,mi abuela decía está mal ,hay que llevarlo a un psicólogo y mi abuelo decía, no, yo no lo quiero y él empezó a hacer brujerías ...Y es verdad que siento odio. Yo con esto quedé como muy traumada y siento que me volví totalmente loca y estoy mal. Mi padre me dijo que me estaba separando de toda la familia... hay días en que estoy bien y en otros tengo en que me río u tengo el impulso de dar con el cuchillo (a la imagen) y matar. Ayer agarré un cuchillo y pensé que iba a matar a mi novio, mi madre, mi padre, pero lo pensé nomás, fue un impulso... (Comenta que al psiquiatra no le habló nada de las brujerías. T.- Pero a nosotros nos contás)

A.-A uds. sí , pero al psiquiatra no.

A sessão precedente com sua terrível carga de dramatismo e angústia, ilustra vários traços da mentalidade neo-evangélica: pecado, exorcismo, ominosidade, castigo e redenção. É uma cultura que se estrutura em torno do tema da presença do endemoniado e onde o diabo- ainda que nunca totalmente explicitado – influe sobre condutas e desarranjos. Todo o estranho se torna assim sinônimo de influências diabólicas.

O cotidiano e o horrendo recebem novas roupagens onde o religioso mostra um poder de explicação que faz com que a modalidade laica de raciocínio (representada debilmente pela mãe de A.) conviva ou retroceda frente àquele. Os problemas que alguém tem advêm de que há que “expulsar” algo, fazer atos de exorcismos para reencontrar-se com um si mesmo que tenha sido roubado ou “seqüestrado”.

Esta operatória da *expulsão* e o temor ao *seqüestro*⁷⁹, revela uma vez mais persistências transgeracionais do ditatorial, ao mesmo tempo que uma nova versão de temas afins com o neoliberalismo. Assim A. conta que é *expulsa* dos estudos pelas pressões que lhe causavam, enquanto que por sua vez a mãe e o pai pensam que tenha sido *seqüestrada*: pelas tensões segundo a primeira, pelos demônios de acordo com o segundo.

Haveria que analisar até que ponto o raciocínio da mãe de que a UTU está fazendo mal à filha é inadequado. Ainda no paranóico, quiçá o que esta capta é que A. não tem um limite (borde) psíquico capaz de transformar aquilo que lhe vem desde o liceu ou dito de outra maneira, uma fragilização em suas possibilidades de apontalar-se (Bernard,2001).

De qualquer maneira a teoria materna é que a pressão faz mal, transmitindo simultaneamente que ela tampouco tem possibilidades de transformar e receber tolerantemente os problemas de seus filhos –estrutura de pais abrumados -. A partir da configuração familiar surge desta maneira a impossibilidade de manter um marco capaz de sustentar o conflito a partir do interno (“*Mi padre dijo :”No sé lo que le pasa, pero hay que llevarla a la Iglesia*”). É próprio desta cultura neo- evangélica que não se possa conceber

⁷⁹ Na medida em que no Uruguai de hoje não existem seqüestros criminais para a obtenção do dinheiro da família da vítima, creio que a persistência desta temática no imaginário se refere àqueles da pré-ditadura e da ditadura mesmo.

que A. tenha algum tipo de conflito, senão que são os estudos que a debilitam (com o que o demônio tem mais campo livre para entrar e atuar...).

A. ademais já não é interlocutora : todos discutem entre si e ninguém pergunta a ela absolutamente nada. É uma estranha para sua própria família e para si mesma (*“Con otra voz hablaba y me hamacaba”*) vivendo em situação de limite (borde), onde o inédito corre sempre o perigo de tornar-se catastrófico. A. faz um gesto de agarrar a cabeça e tapar os ouvidos, mostrando que seus pais seguem todo o tempo discutindo em sua cabeça tentando não ouvir aquelas coisas que a assustam ou lhe são incompreensíveis.

Ao se perguntar a ela o que pensa, assinala que sua crise se relaciona a insultos que lhe proferiu seu irmão. Descreve assim um mundo fatídico vivendo sob o signo do inelutável e premonitório. O noivo a deixa-abandona, ao irmão lhe caem coisas e a insulta impulsivamente, estruturando-se assim um mundo marcado pelo inexplicável e o mágico, que se toma como presença do demoníaco (*“mi novio llamó a sus padres para preguntarles qué hacía y le dijeron que me leyera la Biblia”*).

Seu mundo é de um tormento impressionante convertida ela mesma em uma atormentada por sentimentos que não pode entender ou tolerar, como o ódio (*“sentía como un odio a Dios... Mi padre me dijo: ”Yo sé qué tuviste y te lo voy a sacar”*). O atormentante se enlaça a uma atmosfera de agobio e do impossível de resolver (*“Ahora siento que éso está adentro mío y no se fue”*) que consolida uma cena de discriminação (*“Mi padre me hizo un exorcismo, me dijo yo no te voy a dejar que te haga daño , porque yo ya viví ésto, y mi hermano también y sé que hace odiar a las personas; yo ya viví ésto, y mi hermano también”*).

O importante nesta cultura parece ser o submetimento (*“Entró mi madre y me pegó un cachetazo y me dijo :”Dejate de embromar”*) e o arrependimento, ao que A. se nega empedernidamente já que é capaz de dizer aos pais : *“El problema es de Uds. , Uds. me están volviendo loca”*. Nesse ponto de verdade, de confrontação (Winnicott,1972), se confirma contudo para esta

família a “loucura” de A. A mesma espera seu arrependimento⁸⁰, o que parece que nunca chega .

Provavelmente seu rechaço à Bíblia e à Igreja (“*Y yo dije : A la Iglesia no ; sentía como un odio a Dios...*”) seja a única forma que lhe resta de rechaçar o patogênico desta família, patogênico que está normalizado pelo contexto social. A solução estruturante de confrontação geracional está coarctada, já que o ódio aparece como uma possessão demoníaca e não como uma emoção válida (“*Mi padre me dijo que me estaba separando de toda la familia*”).

Os pais se descontrolam e discutem, o irmão se descontrola e insulta, A. se descontrola e se transforma (“*me retorcia en la cama y me tapé así [gesto de balancear la cabeza] y se me abría la boca sola y gritaba fuerte*”). Toda a estrutura familiar parece estar permanentemente em uma situação de limite, onde o novo é temido como gerador de situações incompreensíveis.

Neste ponto o adolescente já não se semantiza como crescimento ou possível crise, senão como que o controlado ou descontrolado.⁸¹ A. sofre uma regressão e começa a balançar assumindo um rol de bode expiatório (Pichon-Rivière, 1981), (“*empecé a hamacarme y empecé a decir: Me voy a matar y así se acaba el problema de todos*”) que a transforma na responsável do terrível que acontece. A única solução passa a ser sua extinção, sua desapareição ou a morte. E se ela não o faz, o fará o pai, o que a ameaça em tal sentido (“*mi padre dijo: dejá de llorar porque te voy a matar*”).

Este pai, incapaz de suporte nem ajuda, aparece com um estranho poder : “*mi padre trajo una cruz y me decía: Pedile a Dios que te saque éso de adentro. Mi padre me tocaba con la cruz el cuerpo y yo gritaba y según mi padre me lo sacó*”. Este tirar e pôr remete a certo poder sobre o corpo de sua filha, o que poderia fazer pensar em algo de incestuoso e de indiscriminado. Sua desconfiança de algum pacto “secreto” entre a filha e o demônio faz com que me pergunte se não está ciumento de que seja o demônio e não ele, o que possua o corpo de sua filha...

⁸⁰ Foucault (Couzens, 1988) falou da confissão como um dispositivo, ao qual provavelmente se une o ato do arrependimento .

⁸¹ Para Gaspari (proposta de Curso 2005 sobre Adolescência em AAPPG) se pensamos que desde a modernidade o ideal é o de um sólido adulto, o adolescente passaria a ser alguém meio brando ou meio duro ou que se está endurecendo. Mais além do engenhoso do jogo de

Este pai pouco ou nada pode sustentar um marco de lei, incentivando estes sentimentos de desconfiança e paranóia generalizada: A. está sob o controle do pai ou está sob o controle do demônio ou está sob o controle de feitiçarias. O pai fica fixado a um rol invasor e desorganizante. Enquanto que neste caso as mulheres –mãe, avó- podem introduzir o que tem a ver com o psicológico, os homens –pai- avô – insistem no louco e a bruxaria (*“mi abuela decía está mal ,hay que llevarlo a un psicólogo y mi abuelo decía, no, yo no lo quiero y él empezó a hacer brujerías”*). Ao contrário do que se supõe, que é do lado do pai que se espera algo que tenha a ver com a norma e a regulação, esta, contudo, provém do lado do materno.

Desta maneira, A. não é que faça regressão no grupo (Anzieu,1986 , Kaës, 1977) senão que vive em uma regressão permanente, em relação a que seu contexto social já é altamente regressivante. Quanto mais heteroclitamente (Castoriadis, 1982) se constróem estas subjetividades, mais surgirão teorias que involucram ao satanismo, bruxarias, feitiços⁸².

Uma característica deste contexto regressivante parece relacionar-se à instauração de objetos onipotentes (de tipo idealizado–persecutório, próprios da fase esquizoparanóide de Melanie Klein [Baranger,1971]), dentro de uma cultura onde – à diferença do que assinalava Durkheim (Nisbet,1996) – não há passagem do sacro ao profano, senão convivência entre ambos os tipos de mentalidades.

Seria muito fácil (e tranqüilizador) afirmar que A. é uma psicótica. Efetivamente é uma adolescente grave (Gutton,1993), mas este material revela muito, ademais, de uma cultura por demais perturbante. Em A. existe sim algo profundamente desorganizado, tanto quanto reflete o “louco” do mundo que a rodeia. É uma cultura onde se está “esperando” com afinco e também com necessidade, de que apareça a cada tanto um endemoniado. A diferença com outras épocas pretéritas, é que estes nóveles endemoniados têm mais possibilidade de terminar recebendo uma benzodiazepina (diazepam) (o que

palavras, nesta realidade já não se aplica nada que tenha a ver com “meios”. Pelo contrário é o reino dos “extremos”.

⁸² Daí que qualquer gesto ou comentário dos terapeutas, que possa ser interpretado como que A. está louca ou que efetivamente está possuída pelo demônio, pode ser absolutamente catastrófico.

demonstra a sobrevivência dos sistemas expertos [Giddens,1997]), do que ser queimados na fogueira...

Qual é o tipo de dor que tramita em A. ? É um estatuto de sofrimento masoquista, se trata de uma identificação com o agressor ou é dor por uma impossibilidade de gerar distância e diferença ? Quiçá é algo de cada coisa nomeada. À A. lhe gritam, a exorcizam, a ameaçam e a medicam e com cada um destes procedimentos é como se algo de sua subjetividade se fosse perdendo e “desaparecendo” .

Os vínculos parecem refletir situações ominosas. Ou a pessoa está possuída ou está em uma situação de ameaça ou de perigo com outro (“*Mi padre odia al hermano porque volvió loco al padre*”). Mas vínculos que tenham a ver com a tolerância e o diálogo estão absolutamente fragilizados. Desta maneira, o limite ou a diferença entre realidade e invenção da realidade, entre delírio e não- delírio, se perde de forma abrupta.

Assim mesmo se perde a fronteira entre o visível e o invisível, entre a dimensão cotidiana e a alteridade. É um mundo onde está tudo presente, onde colapsa o “como se” e o “se”, onde imaginar algo é concretizá-lo, onde os sonhos se tecem fora dos limites tranquilizadores do sono.

É interessante destacar sua “confissão” de que nada disto ela contou ao psiquiatra no Comitê de Recepção. É um dado que se repete em outros jovens e que se refere a uma espécie de self verdadeiro que está absolutamente clandestinizado -self clandestino- e que “aparece” em momentos muito pontuais. Provavelmente para que o psiquiatra não a trate como louca, não lhe conta nada das bruxarias e lhe repete o discurso materno : ela está sob diversas pressões e crises.

Há que reconhecer que os pacientes, em realidade, não são ingênuos nem tolos e que se tornaram especialistas em conhecer o poder do psiquiatra, logo, para eludir qualquer tipo de internação, modificam –consciente ou inconscientemente -seu relato. A. é uma paciente que o admite, mas outras centenas de pacientes nunca o farão, contando o necessário para obter seu alprazolam, sua fluoxetina ou sua quetiapina. A desconfiança que tinge seu entorno, continua tingindo transferencialmente a relação com o técnico .

De qualquer maneira se A. pode contar estas cenas de horror, é porque sente confiança no grupo, espaço onde não está “ pressionada” como em seus

estudos. Sua opção de subjetividade é : eu sou louca ou estou endemoniada, prevalecendo uma estrutura de tipo binário onde não há opções terciárias (Bleichmar,1981) (Green,1987). Ou uma coisa ou a outra. A única opção ternária está no grupo terapêutico. Em outras estruturas sociais sempre há um tio com quem se pode falar, um avô, uma avó, um padrinho. Aqui A. nos revela que não há com quem falar : tudo remete ao diabólico e aos exorcismos.

Daí que a opção terciária (Green,1987) está garantida pelo grupo e nada mais que pelo grupo. O grupo facilita uma estrutura do sentido (Fonagy, 2000), já que a estrutura de mentalização que já descrevi, busca colocar os sucessos de forma contrária à cultura evangélica: as coisas não passam por pecado, por queda, por tentação, por redenção. As coisas se relacionam a estruturas mentais e vinculares, por um sentido, por motivação e necessidades. Nesse ponto, efetivamente, a cultura que introduzimos terapeuticamente é anti - evangélica.

A partir de nossa cultura terapêutica estar conflituado não implica estar louco ou endemonizado. Mas na cultura que estes jovens representam sim, com o que a crise adolescente necessariamente se vai semantizar como loucura ou possessão. Quase como que se volta ao medievo, onde a rebeldia persistente de um jovem implicava sua prisão⁸³, sua morte ⁸⁴, ou o estigmatizá-lo em convivência com o demônio...

Dito a partir de outra perspectiva, como nos asseguramos que estes jovens tão imbuídos de cultura evangélica, possam tolerar a situação terapêutica, sem passar por um processo de violência secundária (Aulagnier, 1975) ou por um

⁸³ “(...)as *lettres de cachet de família* são confirmação da autoridade paterna pelo poder real...Rei e pai se associam para que a família logre sua harmonia com os demais e para que reine a tranquilidade pública” (Ariès-Duby v. VI,1990: 208). “Quando a honra de uma família fica gravemente em entrelinhas pelas faltas manifestas de um de seus membros (filho pródigo, esposa libertina ,marido bêbado) e a admoestação do comissário não serve para nada, essa família pode pôr uma denúncia formal contra o nocivo indivíduo e pedir que seja julgado e castigado publicamente(...)o incita a não reincidir jamais” (Ariès-Duby v. VI,1990: 200-204).

⁸⁴ “Aquele que insulta seu pai ou sua mãe, será condenado à morte” (Exodo 21,17) ; “O que mira seu pai com desprezo e burla com sua mãe idosa ,merece que os corvos lhe tirem os olhos e que as águias o devorem” (Provérbios 30,17) ; “Se alguém tem um filho desobediente e rebelde, que não leva em conta o que lhe dizem seus pais,e que nem sequer quando o castigam lhes obedece, seus pais deverão levá-lo diante do tribunal dos anciãos da cidade ,e dizer-lhes :”Nosso filho é desobediente e rebelde ;não nos obedece em nada ,é um perverso e um bêbado. Então todos os homens da cidade o matarão a pedradas. Assim acabarão vocês com a maldade que haja em meio de seu povo e, ao sabê-lo, os israelitas sentirão temor” (Deuteronômio 21,18-21). Por último recordemos a rebeldia protagonizada por Coré, Datán,

desborde pulsional que pode tornar-se insuportável ? Pergunta que me leva a esta outra: é importante que A. saiba o que pensam os terapeutas do demônio e do demoníaco? Recapitemos em que pode beneficiá-la a manutenção de uma cultura da neutralidade absoluta ou o que lhe ofereça uma opinião sincera, escutando a adultos para os quais o demônio não necessariamente é o causador das desgraças que ocorrem. Indicar-lhe –por exemplo-, diretamente, e não em termos neutros, que às vezes a pessoa está mal e nem por isso tem que estar possuída pelo demônio nem estar louca.

Enunciar que os coordenadores não creem no demônio implica que o terapeuta não pode ser um evangelista no grupo. Se o demônio “aparece”, o perigo é que ele, no grupo, se evangelize, perdendo o “como se” fundamental para nosso trabalho. Se trata de não gerar violência secundária (Aulagnier,1975) entre integrantes nem entre os coordenadores, tanto quanto de preservar um limite que permita conservar uma diferença fundamental entre o dentro (do grupo) e o fora (social) .

Se discute sobre se a adolescência implica a dor por uma falta de entrelaçamento dos distintos planos da existência. Penso sim que o laço social está fragilizado, mas isso não quer dizer que haja desentrelaçamento já que paradoxalmente a fragilidade do laço social leva a uma hiperadaptação, que é o que chamo messianismo exacerbado. A partir de outro ponto de vista também se apresentou a adolescência como trabalho inaugural, o qual não se percebe aqui, já que tudo o que pode aparecer como inauguração de adolescência se endemoniza . É uma cultura na qual não há adolescência possível pelo temor ao novo .

Estimo necessário recalcar que no campo das ciências sociais e clínicas temos que ir enriquecendo-nos com instrumentos que permitam compreender e intervir no entorno no qual vamos trabalhar. O problema é manter estruturas explicativas que são anacrônicas ou inadequadas. É o que desenvolvi como o perigo frente a uma cultura que é religiosa e neo-evangélica.

Deus pode estar desterrado de nossos dispositivos, mas sobrevive culturalmente na cotidianidade de muita gente. Contudo a ferramenta comunitária sobre a que geralmente se insiste, são as chamadas redes,

Abirám, descrita em Números 16 (1-35):culmina com a extirpação daqueles, desta vez não por lapidação ,senão por sua queda ao mundo dos muertos (o sheol).

processos de autogestão e práticas de participação, consolidando uma visão profana que descuida em muito do que acontece dentro de uma cultura sacra evangélica.

Nossos dispositivos são racionais, têm objetivos, consolidam meios, se engranzam a processos que se retroalimentam permanentemente, enquanto que a cultura que descrevo corresponde a uma realidade sacra. Há aqui um especial entroncamento com o que chamo messianismo exacerbado, que, portanto, igual que o neo-evangélico, reflete uma estrutura de cuidado. O neo-evangelismo *cuida* das almas, assim como os adolescentes *cuidam* de seus pais e de suas casas. A casa em um caso, a alma no outro, se transformam em o significativo daquilo que deve ser cuidado e do qual não se pode deixar de pensar e estar alerta. Esta atitude de alerta, implica um estar preparado para o iminente, já que o pior pode acontecer em qualquer momento e se deve evitar.

Um exemplo de cultura sacra é quando estes jovens não querem enunciar determinadas palavras, por temor a que se concretizem (ou vice-versa). Enunciar algo através da palavra se converte em um ato mágico que modifica magicamente a realidade⁸⁵. Desta maneira, o que está mal se relaciona a palavras que não se deveria ter dito, ou pensamentos que não se deveria ter pensado. Situação que conchega um empobrecimento psíquico, com acentuação do controle onipotente e dos sentimentos de culpa .

Este sentimento de culpa quiçá surja a partir do profano mesmo, já que ainda que não o possa assegurar, creio que estamos em definitivo ante processos mistos. Se assim fosse, se trata de uma modalidade nova de cultura onde se entrecruzam o sacro e o profano. Não há sucessão como em Durkheim (Nisbet,1996) ou Comte (Abbagnano, 1963) senão que está tudo mesclado ou é simultâneo.

Há que destacar, para explicar sua difusão, que a presença da cultura evangélica está bem acoplada à cotidianidade destas populações, impregnadas do imaginário da “catástrofe iminente “ neoliberal. Seu acionar não se reduz por isso somente aos domingos, senão que é periódica e freqüente. Indubitavelmente relacionada ao neoliberalismo, o neo-

⁸⁵ Consulte-se em tal sentido o episódio entre David e Semei filho de Guera (1 Reyes,2: 8-9).

evangelismo retoma temas que propiciam o neoliberalismo, modificando-os quando assim o crê necessário.

A igreja evangélica não supõe implicitamente que existe um fundo social que a antecede, senão que ela mesma se erige em ligadura social privilegiada. Aparece não somente como um simples concorrer à Igreja senão garantindo uma presença ante o crente, ao que se outorga em definitivo um lugar de inclusão social. Os evangelistas chamam todo o tempo a seus fiéis, se preocupam por eles se não vão a sua Igreja, os cuidam e reconfortam.

Mas ao mesmo tempo atacam e desvalorizam aos não-fiéis, os não – adeptos, primando o que Bion (1979) chama “suposto básico de ataque e fuga”: aliados versus inimigos. Não há lugar nem para o outro, nem para a alteridade, nem para a diferença (Birman,2001). Tudo o que implique alteridade, diferença, quebra, se vivencia de forma catastrófica, pelo que a igreja evangélica restabelece a ordem, o equilíbrio, o espaço fechado do conhecido e endogâmico. Dito em uma frase :” pertencemos a um espaço onde muito poucos podem entrar, porque somos os eleitos do Senhor (e os adversários irrestritos do Diabo). Em rigor não se trata estritamente de “inimigo” que possa passar à categoria de “amigo”, senão de “estranho” (Bauman,1999) porque aqui não há lugar para uma possível reconciliação.

A cultura neo-evangélica, neste sentido, não creio que tenha a ver com o perdão, senão com a expiação ou a pena de talião. Tudo é uma luta permanente, um estar atento, um incentivar a paranóia a graus extremos. Os vínculos se vivem na ordem do ressentimento ou a decepção, onde “mau” é tudo aquilo que decepciona. A decepção então já não é a oportunidade para repensar vínculos, senão um ponto de não retorno, incentivando um funcionamento mental via Eu ideal. Ou se tem os máximos atributos e se é incondicionalmente aceito, ou não se tem nada ocupando-se um espaço negativo (Bleichmar,1981).

Este Deus não está para estabelecer castigos frente às faltas em relação ao juízo final e a vida além da tumba. Se relaciona em troca com que o bom e mal se paga em vida, pelo qual se trata de um deus que castiga ou gratifica de imediato. Há uma necessidade do imediato, porque não se pode investir no futuro. Tudo é presente e isso é o que garante a igreja neo-evangélica.

Predomina então uma estrutura de expiação e de expulsão do demoníaco . A falta aparece cometida pelo Diabo que a induz. Se retorna então à toda uma mitologia própria dos extratos mais arcaicos e antigos do Antigo Testamento.

Assim, tudo o que acontece tem a ver com a presença do divino (deus-diabo), saturando o espaço da cotidianidade. As coisas ocorrem sob a ordem do causal divino (“se deus o permite por algo é”), predominando a ordem da resignação. Se os caminhos de deus são insondáveis, o caminho até deus eclipsa ou clausura toda possibilidade de um dispositivo enigmático.

Como no neoliberalismo as coisas são como são: incompreensíveis e instituídamente impossíveis de mudar . Se o diabo é ao menos um intento de explicação, se garante que a Igreja Evangélica permaneça como resposta frente a este incompreensível.

Para terminar desejaria assinalar que obviamente estou descrevendo um fenômeno que é certamente mais complexo de como pode ser apresentado através somente de uma leitura psicossocial ou antropológica (Machado, 1996). Neste sentido poderia ser tomado como um intento de pôr uma ordem, no caos de uma vida marcada pela miséria e a violência, ao centrar o mesmo no demônio, como se este fosse um dispositivo de intensidade emocional e de defesa, que como bode expiatório, seja compatível com a intensidade do impacto causado pela violência social (Vasconcelos, comentário pessoal).

CAPÍTULO IV

UMA PROPOSTA DE DISPOSITIVO TERAPÊUTICO DE GRUPO, NA CLÍNICA DO ADOLESCENTE.

IV.1- O grupo como dispositivo de encontro e resiliência

A partir da teoria psicanalítica de grupos (Bernard,1991), o que leva o sujeito aos conjuntos é um estado de desamparo. Para Laplanche-Pontalis (1981) o desamparo primário (em alemão : 'hilflosigkeit') remete ao estado do lactante que depende totalmente de outra pessoa para a satisfação de suas necessidades.

Neste sentido Marcos Bernard (1991) afirma que este estado de desamparo é o que empurra o sujeito ao vínculo. A mãe, em princípio e o grupo depois, são os encarregados de preencher -incompletamente - a falta que inaugura o nascimento. Bleichmar pelo contrário situa o sentimento de impotência/desvalimento em relação “à convicção de que não se terá o poder ou os recursos pessoais para levá-lo a bom fim”.(Bleichmar,1997: 132).

Desta maneira poderíamos pensar que existe ao menos em um registro inicial uma equivalência entre o grupal e o materno, podendo surgir em seus integrantes, pelo fato mesmo da inserção grupal, uma sensação de segurança, de espraiamento, de reafirmação narcisista. Se concretiza um sentimento de poder fazer, de poder ser, de poder realizar. O grupal se transforma na “reconquista” de um espaço narcisista valioso e poderoso.

É o que, a partir de outro ângulo, René Kâes (1977) descreve como archigrupo, aonde o corpo individual é transfigurado pelo corpo grupal triunfante. O grupo se transforma em origem e fim: já nada mais se necessita pois nele se concentram todos os poderes imagináveis (Anzieu,1986). Esta dimensão fantasmática é inseparável de uma sensação de euforia e expansão traduzindo a convicção de que esse espaço é o melhor de todos e que ademais deve ser imodificável e eterno. É o que Anzieu (1986) chama ilusão grupal. Por essa participação fusional se exige a cada membro a igualdade, pelo qual

Freud (1921) assinala que na massa os indivíduos se comportam como se fossem homogêneos.

A permanência desta igualdade é uma das funções da ideologia. Para Kaës (1994), a ideologia “justifica” e “explica” o porquê há que renunciar ao distinto e “aplastar” o fantasma individual a favor do fantasma grupal. Se trata de normas, teorias, projetos que “tapam” qualquer falta oferecendo uma elaboração secundária racional e coerente que permite “explicar” a necessidade de manter um conjunto homogêneo sem dissidências nem “heresias”.

Se percebe que a ideologia é inseparável da percepção de um “fora” onde há grupos - inimigos: aqueles que não se ajustam à ideologia. Base do sentimento de ataque-fuga (que Bion [1979] apresenta como uma das fantasias protomentais do grupal), que se articula no sentido de que o grupo é inseparável de outros coletivos : se necessitam mutuamente como base de uma identidade construída por contraste, oposição, comparação ou ataque.

Se consolida o que Kães (1977) chama Aparato Psíquico Grupal, ficção eficaz que permite a ilusão da existência efetiva do grupo como um conjunto que está mais além de, e que se impõe a seus integrantes, inserido em uma identidade isomórfica (por predomínio de equivalência e indiferenciação entre o um e o todo).

Por que se aceita esta exigência de “renúncia” àquilo em que um se diferencia do outro? :

O sujeito teme não ter um lugar no conjunto, que como temos descrito (...)representa a essência do corpo materno (...). A angústia de não denominação explica porque um sujeito está disposto a submeter-se às exigências, às vezes cruéis, de uma inserção grupal: o lema seria “aceita este papel, ou não haverá nenhum para ti” (Bernard,1991: 101).

Aquilo que se deve *rechaçar* para que haja grupo é o que Kães apresenta como pacto denegativo, aliança ou contrato, que assegura manter como reprimido , impensável e irrepresentável, tudo aquilo que venha a pôr em questão a formação e a manutenção desse vínculo (Missenard,1991). O essencial ao grupo em sua constituição já não está em seu *dentro* senão em um *fora*.

Sem desmerecer os desenvolvimentos resenhados, creio que o espaço do grupo é também cenário de outros tipos de situações. Aquilo que é essencial a ele não está em *outra* cena senão na *mesma* cena do grupal. Nesta dimensão ubico a experiência de intimidade:

Considero que é na experiência de intimidade ,onde se solidifica a história grupal e a história de cada integrante . O registro do fusional, não alcança em dar conta de como o alheio se torna tolerável, e o semelhante permite o intersubjetivo. Tomo “intimidade” como experiência de encontro com o outro, portanto, distinto. Para Bleichmar “O prazer no sentimento de intimidade, [pelo qual está claramente diferenciado intimidade de apego]⁸⁶, que produz o encontro com o outro, [recalco “encontro” com o outro, não projeção sobre o outro], é uma motivação adicional para o apego que não é reduzível nem à sexualidade, nem ao sentimento de proteção da autoconservação, nem tampouco à valoração na área da auto-estima, narcisismo, ou à regulação psicobiológica(Bleichmar,1999: 3)” (Klein:2003:175 a 178).

Desta maneira entendo que o grupo é um triplo espaço de :

recolocações , nomações e encontro . O adolescente recoloca aspectos de seu psiquismo, os reconstrói, os re-ensambla (...)a tarefa de nomeação, [se refere] a que o adolescente tem especial dificuldade em saber o que lhe passa [com o que se busca] a instauração de uma função reflexiva(...) No que chamo encontro(...) o fraterno já não remete à rivalidade mortífera e parece tomar características de suporte e apoio dentro de uma fraternidade solidária(...)Confiança no terapeuta e no grupo terapêutico ,confiança no outro ,o que me parece que é prévio a, e sustento da transferência. (idem: 95-96).

Estas características são as que aparecem no material clínico que se oferece a continuação:

(Começo da sessão em um clima de angústia)

⁸⁶ Entre colchetes, comentários que me pertencem.

A. - *Cuando estaba papá teníamos todo. Hace un año que como arroz, sólo arroz. Ahora hace un mes que paso hambre...(irrumpe en llanto. Los demás integrantes del grupo se acercan a ella y la acarician).*

B.- *Pero yo también, en mi casa pasamos hambre y vamos a buscar la canasta en San Pancraccio.*

C.- *Yo voy al comedor de Inda , ¿por qué no vas ahí?.*

A.- *Pero a mí me da vergüenza ir al comedor, creo que hay otros que necesitan más porque no ganan nada por mes, no puedo ocupar un lugar que otros necesitan más.*

M.- *Mi madre me deja \$30 por día. Si ella hace las compras, sé que vamos a comer galletitas y mate y yo trato de adelantarme a ella y conozco los precios de todo el barrio. Recorro todo mi barrio para poder cocinar una comida que tenga más alimento. Me ha pasado de soñar con acelgas ,sueño en verde...*

(L. cuenta que cuida dos niñas, que no le pagan hace meses por este trabajo, pero que no las puede dejar porque las quiere mucho y que estas niñas ya no conocen lo qué es la carne y las verduras): *En mi casa somos siete a comer y hay que hacer un paquete y medio de fideos. Yo voy a la feria y la otra vez encontré una oferta de 3 kg. de papas por \$20.Muy contenta lo conté a mi tía que estaba en mi casa, lo escuchó y quería ir con su esposo en seguida a comprar ella lo mismo.⁸⁷*

A. é uma adolescente de 18 anos que mantém no grupo uma atitude contemporizadora e compreensiva das situações problemáticas dos demais integrantes. Esta atitude se repete no âmbito familiar. Perdeu seu pai há quatro anos, deteriorando-se a situação econômica de sua família a partir desta morte. A deterioração econômica, a morte do pai e a derrubada de suas possibilidades de compensar a problemática familiar através de seu messianismo exacerbado, lhe geram um estado de angústia e de impotência, que o grupo sente como um desvalimento ao qual busca conter.

A partir desta aproximação, os outros lhe mostram que também sofrem, mas que buscam soluções. O espaço grupal desenvolve uma rede de conexões que habilitam o poder atuar, para poder sair da imobilidade e o sentimento de

⁸⁷ B. y C. são rapazes, A. L. y M. são mulheres.

impotência, resgatando-se a importância de poder compartilhar recursos egóicos que permitam uma ação eficaz.

Esta situação de desamparo, que é compartilhada pelo grupo e os terapeutas, contextualiza e reflete uma situação social que desperta intensa angústia e perplexidade. O social como crise inunda o grupo (o padecer fome sem saber como encontrar alimento) perdendo-se a distinção entre dentro do grupo e o fora social, desdesenhando-se a possibilidade de um espaço transicional. O social está demasiado presente e impede a possibilidade de sua transformação a nível simbólico, pelo que se anula o intersubjetivo e surge o transubjetivo como modo de funcionamento .

Há que ter em conta que o rol e a função do terapeuta se relacionam sempre a um contexto social, o que se redobra especialmente em situações onde o acontecimento real deve ser tido em conta (não pode obviar-se), tanto quanto as fantasias postas em jogo no grupo, as relações de objeto, os movimentos transferenciais.

Mas, como esta realidade social já não é “código a interpretar “ senão “texto imposto “(Fernández,1989), se gera uma modificação substancial. Esta aparição do social já não atravessa ao grupo, senão que se enquista nele, portando as marcas do catastrófico, ao irromper com uma força que põe em jogo nossa capacidade de contenção e de pensamento (Kaës,1993).

O grupo terapêutico parece ser o único lugar que resta a estes adolescentes para “angustiar-se” e para que este desamparo possa ser enunciado como tal. No grupo se articula uma estratégia de encontro, apoio e solidariedade mas ademais –ao mesmo tempo -, a esperança de que haja um tempo em que este desamparo possa ser revertido. O holding e a renarcisização permitem uma operatória de cobertura de desgarrs psíquicos muito primários, que se acompanham de uma intensa regressão.

Se faz fundamental a possibilidade de manter o contato corporal e a armação de uma cena psicodramática que permita elaborar o catastrófico para transformá-lo em material psíquico disponível, passando da não-palavra a uma palavra de resguardo e ação. Esta intensa continentalização, se bem recria a unidade dual mãe-filho, revela também uma aliança fraternal de ajuda imprescindível, a partir de um outro que é semelhante e eficaz em sua ajuda.

A situação de fome já não se reduz a falar dela, é aqui passar fome, ter fome na sessão. A sobre-presença do corporal, que não pode ser transformado em material psíquico, gera uma resistência de passagem do soma ao psíquico, o que implica uma sobrecarga do fisiológico.

Ante esta situação não pode senão fissurar-se o enquadre (setting) de trabalho, o que é concebido desde a psicanálise para gerar condições de surgimento do fantasmático tal como o apresentei a propósito de Bernard, Anzieu, Kaës. Algo ou muito do enquadre grupal, se mostra subitamente inadequado, o que se poderia expressar desta maneira : a partir de qual enquadre se trabalha a fome?

A persistência de sonhos referidos à comida, já não pode ser relacionado (com o risco de se cair no ridículo) a situações de fixação oral. Dito de outra maneira: não se trata de um material reprimido no inconsciente senão a uma situação de nada, de vazio. Este “nada “ remete a um desapuntamento de zonas do aparato psíquico e em realidade a outra questão que é essencial. Toda a teoria da regressão e dos fenômenos fantasmáticos em grupo, repousa em que sempre –ainda que a partir do regressivo-persiste um aparato psíquico funcionando e com capacidade de sustentar e gerar determinadas fantasias. É um modelo de grupo e psiquismo que se entrelaçam coerentemente desde a modernidade keynesiana, com o fato de que esta não concebe a “fome “ como centro senão como acidente.

Mas desde o neoliberalismo a pauperização faz com que, para grupos sociais significativos, a situação se inverta: a “fome” é centro e o acidente é comer. A partir daí muda o modelo de construção de subjetividade e de adolescência. Os adolescentes se vêem enfrentando uma situação de sobreadaptação frente ao fracasso social cumprindo uma função organizadora e protegendo a esses adultos imersos no que caracterizei como estrutura de pais abrumados . A. organiza, alí onde os adultos que a rodeiam se vêem impossibilitados de enfrentar, intensos sentimentos de desconcerto e incerteza. São adultos que já não podem cumprir determinadas funções, tradicionais em outra época, com o que a família se fragiliza em prover um espaço de ajuda e ser guia de integração à sociedade.

Se devem desenvolver alternativamente estratégias de sobrevivência que implicam, contudo, o desativamento de determinadas formas de funcionamento mental, especialmente as referidas à transgressão e à confrontação, quer dizer, àquelas referidas a uma subjetividade adolescente, as que são sentidas como podendo obstaculizar as estratégias referidas .

Se poderia pensar que os processos de autonomia estão incentivados. Mas a partir destes conflitos sociais, angústias vitais de sobrevivência, empobrecimento e caos familiar, quiçá termos como “autonomia” já não descrevam a ciência certa de determinadas situações, tal como o faziam antanho.

Torna-se válido perguntar-se sobre quais são os recursos terapêuticos que deveríamos implementar, buscar ou gerar. Um ponto fundamental é entender que frente ao ameaçante que portam, se deve sustentar um marco de segurança e resguardo. Situação que, no próximo capítulo apresento como operatória de “enxertamento” e “grupo-bastião”. Como já assinalei, o grupo é um espaço para o qual podem retornar quando assim o desejem, emendando situações de perda permanente, consolidando-se um modelo de funcionamento frente à crise social com uma “andaimagem” eficaz de intercâmbios grupais. Este poder dar e receber, com acentuação do modelo de fraternidade, desenvolve estratégias de autogestão.

O COLETIVO A PARTIR DO NEOLIBERALISMO

Desejaria resgatar as idéias de um teórico do coletivo (Olson, 1992) procurando contrastá-las com as situações que aparecem no material clínico já descrito. Para Olson o egoísmo é o que explica os agrupamentos. Suas idéias apontam para o estabelecimento de um esquema referencial claro, ordenado e racional que possa dar conta do por quê da participação das pessoas nos distintos tipos de grupos. Em seu entender o altruísmo é excepcional e o que prima é o egoísmo.

Definindo a pessoa como racional e egoísta, este autor estabelece que no grupo não se atua voluntariamente, pelo que se necessita então, de coações ou incentivos. Existem incentivos seletivos para aqueles que se uniram à organização. Estes incentivos - negativos ou positivos-, são os que fazem que

a força potencial do grupo possa realmente ser utilizada. Se poderia dizer que estamos ante um sistema de controle conductual de estímulos –respostas onde o que importa é a capacidade de estabelecer a certeza de que na equação custos –benefícios, o grupo assegura por menor custo um maior benefício.

Cada pessoa considerará o benefício ou a perda individual derivados da compra de quantidades diferentes do bem coletivo. Dito de outra maneira, se o coletivo não logra a médio prazo ‘logros’, conquistas, benefícios, corre o perigo de que seus integrantes desertem, decepcionados ou ‘fatigados’. Daí a analogia com um mercado competitivo. Cada organização compete no mercado de custos- benefícios para seus associados, mas também poder-se-ia pensar que cada organização compete entre si para conservar seus integrantes.

Mas para Olson sempre uns farão mais e receberão menos. Não há pois igualdade, nem possibilidade de igualdade, nos grupos. É impossível que um grupo seja igualitário. O peculiar é que o autor considera que não é que uma minoria ‘explore’ a uma maioria. Pelo contrário há uma tendência sistemática à “exploração” dos grandes pelos pequenos. Este ponto é especialmente interessante. Se supõe geralmente que a desigualdade poderia tender ao domínio da maioria por uns poucos. Contudo, para Olson são os muitos que exploram a um ou a uns poucos, quiçá traduzível como uma crítica- implícita- aos supostos “males” da democracia, a partir de uma ótica conservadora . Daí que considere que o grupo pequeno é o lugar ideal de participação, porque mais que grupalizar, confirma a individualidade de cada um de seus membros.

Esta “desumanização” do grupal leva quase a considerar as organizações como lutas abstratas entre demandas e interesses, anulando-se a dimensão humana do grupal baseada em –como vimos –a capacidade de ajuda, o desejo e o entusiasmo. No mínimo como afetos de grupo, Olson faria ressaltar o sentido de ameaça e desconfiança, quer dizer aqueles sentimentos que se situam na linha do paranóico. O interesse pelo outro não é por empatia, senão para adivinhar sua vantagem possível a fim de anulá-la dentro de um dilema parasitário: utilizar - ser utilizado. Desta maneira, o grupo é um meio, jamais uma origem ou um fim.

Ao predominar uma racionalidade formulada em termos de custo – benefício, é como se, então, o grupo, o coletivo, se regulasse e autorregulasse pelas leis

mesmas do mercado. Esta perspectiva, que se relacionaria com uma visão neoliberal do vínculo humano, implica a tendência a retirar profundidade ou interioridade ao grupal: nada há dentro do grupo, senão que tudo permanece fora do mesmo, quer dizer: o mercado.

Olson reflete até tal ponto a ideologia do neoliberalismo, que substitue a dinâmica do intercâmbio pelo de uma dívida, ao assinalar situações onde todos possuem interesse em possuir um benefício coletivo, mas não o custo de obtenção desse bem coletivo. Dívida que pode relacionar-se, a partir de meu ponto de vista, à consolidação de uma forma particular de substituição do cidadão pelo endividado.

Sugiro que estes postulados neoliberais levam a conceber o coletivo segundo os supostos de ataque e fuga (Bion,1979). Uns são inimigos dos outros. Se triunfa ou se perde, pelo que a possibilidade de “encontro”, intercâmbio e solidariedade estão extintos⁸⁸. Mas me pergunto se justamente o que mostra o tipo de material que apresentei não verifica uma tendência distinta : àquela que valoriza a possibilidade de ajuda, suporte, contenção.

Em realidade, e a rigor de verdade, Olson não está descrevendo grupos (e com ele, o imaginário neoliberal) senão agrupamentos, quer dizer aqueles somatórios de pessoas atravessadas pelo que Sartre (1967) apresenta como aglomeração (ou serialidade). Uma de suas características é que seus integrantes são intercambiáveis e não fundamentais (Anzieu,1971) dentro de um campo social que se caracteriza como de luta contra a escassez (que bem poderia ser uma recategorização do par custo – benefício).

A apreensão (quase a paranóia) de Olson pelos coletivos, faz recordar o que Anzieu (1971) descreve como temor ao grupal: todo grupo que se isola é um grupo que conspira ou pode conspirar. No fundo, se trata de um imaginário que busca substituir o sujeito por uma “engrenagem”, convertendo-o em uma peça desejável e de reposição.

Este temor ao instituinte grupal faz com que este seja desvalorizado, descrevendo-o como se fosse uma máquina ou soma de engrenagens e órgãos. Corpo - máquina à maneira de tecidos e órgãos que é, ao mesmo tempo –como já descrevi-, um Grupo-Máquina (Anzieu,1986), máquina

⁸⁸ Es lo que llamo en otro capítulo “ catástrofe inminente “.

impessoal e racional que como metáfora do êxito, busca transmitir uma eficácia racional em sua existência e um logro de controle pelos seus integrantes.

Racionalismo que dissimula o temor aos coletivos, pela carga de paixão, entrega e criatividade que estes implicam. Sensações dificilmente incluíveis dentro de uma organização economicista da sociedade catalogada ou estudada, a partir de termos como estabilidade, retroalimentação, custos e ganância.

PENSAR O COLETIVO A PARTIR DA RESILIÊNCIA

Ao contrário do grupo- máquina que alberga e reposiciona engrenagens (como assinala o imaginário neoliberal), o logro da cultura terapêutica como um espaço de **resiliência** (conceito que explicarei na próxima sessão), implica recorrer a uma atividade de funcionamento mental cujo eixo é o instituinte, no sentido de mudança e protagonismo.

A resiliência como um espaço onde o outro já não é depósito de uma identificação projetiva massiva, senão um fazer com ele, para poder repensar e resignificar experiências subjetivas e sociais de desvalimento. Passar de colocar o outro como marco, depósito, objetos de co-regressão (como assinala a psicanálise de grupo), a aceitá-lo dentro de uma experiência de intimidade que abre pautas de solidariedade. Esta possibilidade se relaciona ao que em seguida apresentarei como grupo-conclave e “enxertamento”.

Mas devo destacar que a resiliência não se relaciona geralmente a condições terapêuticas (Zukerfeld, 2003), senão a estratégias comunitárias como ajuda em rede e processos de autogestão. Não descarto esta abordagem, mas entendo que a resiliência é algo mais que uma conjuntura de sobrevivência comunitária. É também uma forma de atualização de imaginários e atuação de fraternidade, essenciais à sociedade.

Aponto então o resiliente a partir de uma teorização–dispositivo, que permite enfocar os grupos terapêuticos em relação a como se gesta **a presença do outro no grupo** . Já não se trata do famoso binômio que gosta de recordar Kaës (1994) : “eu ou o outro “ ; “eu e o outro “, senão outra modalidade vincular : “eu com o outro”.

Este fator de resiliência permite consolidar formas de autogestão e proteção frente a processos de desvalimento. Me ocorre que é uma atividade

intrasubjetiva e intersubjetiva que concerne à passagem do untergång (desativamento) psíquico a um untergång (desativamento) ainda que seja parcial do neo-liberalismo.

A RESILIÊNCIA E AS PRÁTICAS SOCIAIS TRANSFORMADORAS

Zukerfeld (2003) assinala, a partir de um ponto de vista psicanalítico, que a resiliência se relaciona à promoção de respostas frente ao fato traumático. A partir desta perspectiva é considerada parte de mecanismos de transformação a partir da adversidade, com capacidade de utilizar processos criativos não usuais.

A partir da violência neoliberal, as experiências do conjunto social derivadas do terrorismo de Estado, da exclusão sócioeconômica, da injustiça e da corrupção se multiplicaram gerando condições de vivência traumática (idem). Contudo e ao mesmo tempo, as investigações constataam um fato interessante: o potencial de saúde dos coletivos se sobrepõe e ainda se fortalece sem que sempre se verifique vulnerabilidade e desarraigo extremo, ante situações como as descritas.

Assim é possível considerar como práticas sociais e grupais decisivas habilitam um sentimento de auto-confiança, de expansão do psiquismo, de reconhecimento do outro a partir de um lugar solidário (Czernikowski, 2003), contraposto à cultura neoliberal desamparante, cuja expressão do outro é “o inimigo” ou o “perigoso”.

Se trata de sair de funcionamentos repetitivos sustentando situações que não tinham previamente representação mental nem realidade social. Cabe então pensar que o par criatividade-criação remete a um fato fundamental: a resiliência a nível social é indissociável de mudanças nas formas de relacionamento com o outro. O que é por sua vez, indissociável de uma mudança na forma de relacionamento com um mesmo.

Considero que estas três situações implicam um entrelaçamento entre a transformação social, a solidariedade compreensiva (o intersubjetivo), e o investimento do nunca investido psiquicamente (o intrasubjetivo). Esta construção coletiva não é somente um dizer, um relatar ou um acionar. Tem a ver também com um trabalho fundamental da memória. O que no grupo de adolescentes aparece como “história grupal”. O resiliente aponta para uma

possibilidade de historicização, de construção de projetos e porvenir entre muitos onde ao mesmo tempo, se sustentam fundamentos narcisistas imprescindíveis (Aulagnier,1975).

Desta maneira creio que se gera a possibilidade de “antecipar” um porvir, quer dizer, construir uma história coletiva e pessoal simultaneamente. A resiliência não é somente neutralizar o trauma social e pessoal, como indica Zukerfeld (2003), senão que é também nomeá-lo e uní-lo a uma história que é de um e de todos. É a possibilidade de reinstaurar um “poder” apunhalante frente ao “poder” da violência neoliberal; de rearmar um Eu a partir do Nós; de oferecer indicadores de identidade; de reorganizar os conjuntos re-articulando os vínculos que sustentam o sujeito ante situações de ruptura catastrófica.

Como assina Kaës: “*o grupo cumpre, nas situações de crise e catástrofes, a maioria das funções metapsíquicas*” (Puget,1991: 149). Se trata de uma restauração narcisista e do “*estabelecimento do prazer do funcionamento psíquico*” (ídem: 150) . Desde o apunhalamento no coletivo, o sujeito logra autoapunhar-se, recriando um continente psíquico capaz de mentalização e de sentir prazer na mesma “*o grupo(...) mantém o apoio vital sobre a crença*” (idem).

Coloco então a resiliência como uma atividade de reestruturação simultânea do sujeito e o conjunto, um investimento mútuo que contribue para a restauração da realidade externa e da realidade interna, entrelaçando tempo histórico e tempo psíquico. A partir de meu ponto de vista, é a passagem de uma situação traumatógena a um trabalho pulsional dentro do conjunto, entendendo “pulsão” no sentido (freudiano) de exigência de atividade psíquica (Laplanche-Pontalis,1981). Implica a passagem de uma cena fechada e tanalógica a outra, onde se libidiniza a mudança e o re-apunhalamento nos conjuntos. Relato que por sua vez se baseia em dois valores que cimentam a resiliência: a solidariedade e a confiança.

Mas trabalho da memória e trabalho pulsional, são também trabalho de reapropriação histórica: “*A construção de um discurso popular contra-hegemônico significa a possibilidade de reapropriação ou rearticulação(...)de tais elementos interpretativos, dentro do processo de luta*” (Vasconcelos,2000: 97).

Memória coletiva participando “do trabalho da construção na memória individual” (Puget,1991:155), que produz e consolida um relato, uma construção de um e muitos, que reconstrói o passado e gera enunciados que alojam um futuro: “A memória, na sua indissociabilidade da história, desemboca, em reconstrução engajada do passado, com papel fundamental na organização de grupos sociais heterogêneos na sua apreensão e reconstrução de identidade (Rauter,2002: 103).

VI.2- Repensando o marco de cultura terapêutica: Questões relativas ao “enxertamento” e ao “grupo – conclave”

Análise do fragmento inicial de uma sessão.

D. –(Plantea como se superan los problemas): Asumiéndolos ,tenés que saber que están ahí.

N. –Supongo que hace falta algo más. Solo con voluntad no podés.

C. –Con valor, con valentía.

L. - No, según el problema. A veces se necesita ayuda externa.

G.- Tenés que estar dispuesto a querer ver los problemas.

D.- Aparte de la voluntad necesitás a alguien que te ayude.

G.- Acá cada uno puede hablar de los problemas que tiene.

N.- Sí, tenés la libertad para hacerlo. Yo más o menos. A veces contar cosas me hace sentir mal. A veces no tengo drama ,pero es que yo soy muy insegura.

D.- Acá podés decir si tenés un problema, en otro lado no tenés apoyo. En tu casa tenés siempre miedo al reproche.

L.- Tenés razón acá te inspira más confianza. Claro que tenés que tener tiempo para conocernos más, para saber lo que siente y piensa cada uno.

N.- Yo soy desconfiada al máximo. Yo puedo confiar en que nadie va a contar fuera de aquí, pero yo que sé...

L.–Hablan de un tema (se refiere a los adultos) y se callan lo de ellos.

G.- A mi me pasa por ser el más chico, si mi madre tiene problemas con mi hermana, se la agarra conmigo...Qué voy a hacer?, voy al cuarto y me encierro , no puedo expresarme como me expreso afuera. Yo en el liceo, me puedo hacer el bobo, hacer chistes, hacer lo que yo quiera. En casa no.

L. –...Tengo la sensación de que me va a pasar algo. Tengo miedo de no volver a ser una persona normal.

C. –A veces yo no puedo quedarme sola. Pienso que va a entrar alguien.

L.-Cuando estoy sola me pongo a llorar y abro las puertas por las dudas. También pongo algo de música.⁸⁹

D. introduz a pergunta sobre como se solucionam os problemas, ao qual ele contesta: assumindo-os. Recoloca assim uma posição a partir do compromisso e da responsabilização, quiçá refletindo algo de uma cultura terapêutica estabelecida a partir do contexto institucional hospitalário deste grupo. Cultura psicoterapêutica que, cabe agregar, é otimista: os problemas podem ser resolvidos. Antecipa então uma estrutura de resolução de conflitos garantida pelo enquadre, pelo marco de trabalho e por um intento (“*valor , valentia*”), que faz com que as coisas efetivamente possam mudar.

A partir desta posição se reafirma positivamente o lugar dos terapeutas, a ajuda externa e o espaço terapêutico. Mas quando se aclara: “*a veces se necesita ayuda externa*”, algo da primeira pessoa que trazia D. se perde operando-se uma passagem do “eu” a algo mais neutro, o “se”. Desta maneira se indica que a primeira pessoa do singular nem sempre resolve problemas, senão que se necessita também do “muitos” ou o “nós”, sugerindo a importância da dimensão do grupo.

Esta situação revela também um conflito próprio da cultura institucional hospitalária. Por um lado se reafirma ao paciente que deve estar disposto a enfrentar seus problemas, responsabilizando-se pelos mesmos. Mas ao mesmo tempo anuncia-se a ele que não basta a vontade, pois lhe é também imprescindível receber ajuda externa. Se trata de um dilema entre o passivo e o ativo, entre quem tem o protagonismo do psicoterapêutico e o “poder” da cura e o tratamento.

O relato reflete duas situações mais. Por um lado uma mensagem aos terapeutas :” introjetamos o discurso terapêutico”. O que implica ao mesmo tempo a constatação de que se “transformaram” em pacientes, surgindo a pergunta do que acontece agora que estão nessa situação. Esse apoderar-se

⁸⁹ D. e G. são rapazes, N. C. e L. mulheres.

desse espaço faz dos terapeutas , “seus” terapeutas e do grupo, “seu” grupo ⁹⁰. Faço notar que entre os integrantes se entabula uma discussão como uma verdadeira “exigência” de atividade psíquica (Kaës,1993) em torno do tema , com o que o grupo “rompe” com o razoável e o consenso . G assinala : “*Tenés que estar dispuesto a querer ver los problemas*”, indicando nesse VER uma dimensão que recupera um orgulho de poder fazer coisas e diminui a situação do escópico insuficiente. Esta situação se reafirma na medida em que a função terapêutica circula no grupo, sem que seja “propriedade” exclusiva dos coordenadores (Klein,2003). Esta aposta de trabalho ressalta ademais aspectos de resiliência (Zukerfeld,2003), como uma importante fraternalização do grupo.

Esta modalidade implica particularidades na intertransferência dos coordenadores, mais relacionada ao estabelecimento de um aparato ⁹¹ de pensar (Grinberg,1986), que a un dispositivo de escuta–interpretação (Zukerfeld,2001). Considero que é uma modalidade de aliança terapêutica (Etchegoyen,2002), (Kächele,1989), pela qual a função terapêutica é capaz de circular surgindo a atividade do perguntar, enigmatizar, interrogar, pensar, questionar, evitando funcionamentos estereotipados (Chinchilla 2002).

Ficam assim delimitadas as grandes situações pelas quais se soluciona um problema: a vontade, a valentia, os adultos- coordenadores e o grupo. E algumas das situações a resolver, como o medo da derrubada e o ameaçante (“*Tengo la sensación de que me va a pasar algo .Tengo miedo de no volver a ser una persona normal*” ; “*A veces yo no puedo quedarme sola. Pienso que va a entrar alguien* “).

Ao aqui e agora urgente se contrapõe uma cultura terapêutica pela qual, para solucionar problemas, necessita-se de um tempo e uma continuidade garantidos pelo enquadre. A mesma renegocia os pontos de urgência o que, de alguma maneira, evita a entrada em micro-ataques de pânico (Bleichmar,1999 b) vinculado a um self que “abdica” de sua capacidade de controlar e organizar, em estado de fuga e à mercê da angústia.

⁹⁰ O que se poderia reformular com um : “temos direito de estar no grupo, nos apoderamos deste espaço no qual vocês são nossos terapeutas e nós seus pacientes “.

⁹¹ Aclaro que me parece horrendo o termo “aparato” para referir-se ao funcionamento mental, mas, assim, introduzo seu autor, Bion.

Quando G. indica : “*Acá cada uno puede hablar de los problemas que tiene*”, assinala que este espaço não é um grupo de pares nem o liceu, senão um espaço distinto. Se trata de um corte simbólico entre o espaço terapêutico e outros espaços, essencial para delimitar um limite (Anzieu,1986) específico ao grupo (Klein,1997 b). Situação que delimita que o grupo não é o liceu, nem é a casa senão um espaço –objeto terceiro (Green,1994), diferente dos anteriores.

Este “*acá*” que menciona G. implica que o espaço grupal enquanto está territorializado, instaura algo *sólido* (Lewkowicz, 2004) dentro de uma política de apropriação que me pergunto se não é também um ato de cidadanização. É contudo uma operação oposta à cultura institucional, onde prima o derivado e o apazigüamento⁹².

Este sentido de “conquista” (Green, 1994) implica instaurar o grupo como um espaço de confiança que, unida a um sentido de esperança (Jeammet, 1989), permite trabalhar o sentido do precário e do persecutório. Creio que já não basta assinalar somente que no grupo se cumprem processos de regressão (Anzieu,1986), já que o mesmo aparece revestido como um limite seguro e forte. Somente se o grupo é como um bastião⁹³, se pode ter a tranqüilidade de que pode começar a circular o mais estranho e inquietante dentro dele. Quer dizer aquelas experiências que fazem ao self verdadeiro destes jovens.

Recordo que o adolescente destes jovens oscila entre um falso self (“fazer” de adolescentes) e um self verdadeiro (Winnicott,1981), em relação a um mundo de fantasmas e vivências persecutórias, consolidando assim uma adolescência cindida em dois mundos paralelos e simultâneos.

Enquanto D. reafirma decididamente o espaço grupal: “*Acá puedes decir si tenés un problema, en otro lado no tenés apoyo*” , N. indica : “*Sí, tenés la libertad para hacerlo, yo más o menos, a veces contar cosas me hace sentir mal, a veces no tengo drama...soy muy insegura*”. Enquanto os homens (D. e G.) estão fundando e conquistando o espaço grupal, as mulheres (N.)

⁹² O sujeito que se transforma em paciente é não poucas vezes, culpabilizado por sentir que recebe uma atenção gratuita, como uma forma de esmola, o que aumenta suas chances de ser expulso. Esta fantasmática da expulsão é inerente ao disciplinamento de uma pessoa que se transforma em paciente, dentro de uma instituição pública.

⁹³ Aclaro que se o bastião pode chegar a possuir traços de rigidez, os terapeutas, pelo contrário, se devem mostrar flexíveis .

assinalam que ainda que o espaço se consolide e conquiste, há algo dos tempos pessoais e do mundo interno que marca importantes diferenças entre os integrantes do grupo .

N. quiçá esteja indicando que não basta um sentido de “ conquista “ no grupo, senão que há que introduzir normas (de convivência, de confiança) que consolidem um marco de intercâmbio sincero. Se trata de uma dimensão do Ideal do Eu (Bleichmar,1981) que implica uma atividade de transformação e atualização das normas sociais. O pacto do “ não dizer ...” já se estruturou no enquadre ⁹⁴ do grupo, mas N. pede ademais um pacto de silêncio ou de não divulgação suplementar. Já não é simplesmente uma regra de discricção ética senão um pacto de fidelidade, que compromete ainda mais aos integrantes do grupo. É um plus de exigência provavelmente necessária para contrarrestar vivências de desconfiança e perseguição.

Neste sentido L. afirma : “*Claro que tenés que tener tiempo para conocernos más , para saber lo que sienten y piensan cada uno*” e N.- “*Yo soy desconfiada al máximo, yo puedo confiar en que nadie va a contar fuera de aquí, pero yo que sé*” , com o que introduz ademais do tempo pessoal e o ideal, a dimensão da história grupal (Klein,1997b, 2003) que permite consolidar o futuro e o sentido de confiança.

Creio que a história grupal alenta três coisas: a investidura da ausência (Green,1994), um embasamento estável (Aulagnier,1991) e o suporte de um processo de transformação. Através da mesma se mencionam integrantes que não estão na sessão com o que se logra investir a ausência, fortalecendo o espaço transicional. Desta maneira se está fantasmaticamente, ainda que não se esteja fisicamente com o que o ausente se torna suporte de funcionamento mental. Se conservam ademais determinados ritos do grupo, sua história e – não menos importante - a antecipação de um futuro no qual já não pertencerão. Atividade de catectização de um espaço que se opõe à descatectização dos espaços que trazem desde sua cotidianidade. Refere-se assim a um trabalho de ligação–desligação (Green,1994), pelo qual o “ aqui e agora” se faz inseparável de um “lá e então”.

⁹⁴ O que alguns autores denominam “regra fundamental”, conceito que francamente me parece questionável. Se o fundamental se expressa em forma de regra, é uma forma de incitar à transgressão.

Ao mesmo tempo a história grupal opera como um embasamento narcisista que marca pontos de certeza (Aulagnier,1991), a partir dos quais poder enigmatizar e pensar. É uma forma de habitar (Lewkowicz, 2001) ao grupo, com a condição de que o grupo habite a seus integrantes, com o que se logra um resguardo que permite transitoriamente momentos de relatos loucos e inquietantes.

D. assinala :” *en tu casa tenés siempre miedo a reproches*”. Esta observação é interessante, já que não é que os pais não escutem senão que quando respondem, o fazem a partir do reproche. O mesmo indica que ter problemas é então um fator de insegurança que os culpabiliza frente à cultura familiar e frente a sua própria auto-imagem. Ao apresentar uma especial dificuldade em como tramitar seus conflitos não podem senão “clandestinizar” esta parte de sua vida emocional.

A dimensão que estão trazendo do mundo e do adulto não é nem de diálogo nem de espaços compartilhados. O mundo é o mundo da exigência . Quando G. diz : “*voy al cuarto y me encierro, no puedo expresarme como me expreso afuera*”, expressa uma sensação de asfixia que lhe exige retrair-se sobre si mesmo. Este sentimento de intranquilidade e desassossego implica a perda de uma zona da mente com capacidade de pensar com calma e de possuir receptividade do mundo interno (Bollas,1991).

Pelo contrário no grupo parecem poder expressar uma confiança que lhes permite “desclandestinizar” seus aspectos mais ocultos e secretos. Esta situação é relevante já que seus verdadeiros problemas nunca surgem no Comitê de Psicoterapia, a partir de onde lhes deriva a psicoterapia. Naquele, parecem transmitir o que supõem que o técnico quer escutar: conflitos geracionais, problemas de estudo, etc. Vale dizer, que dificilmente são derivados ao grupo a partir de seus aspectos de self verdadeiro senão a partir de outros provenientes do falso self.

Entendo então que se está diante de um tipo de subjetividade distinta e portanto, ante uma modalidade de grupo diferente, em relação a um marco social que mudou. Pelo anterior, é importante que no espaço do grupo opere a diferença tanto com o liceu, como com a família.

No vínculo com os coordenadores adultos há garantias mas não *endividamento*. Assim como o horário de começo da sessão é potencial e não

prescritivo, o grupo mesmo é uma operatória da autonomia não do dever. Dito de outra maneira: hão de dar-se as condições para desativar aspectos superegóicos que fazem a culpa e a responsabilização tanalógica (Klein,1997b), gerando condições pelas quais o rígido e o expiatório se possam re-pensar e analisar. Se trata de manter –a partir do meu ponto de vista -um enquadre flexível entendendo que o terapêutico não começa com a “entrada” no grupo, senão com o que aconteça no “processo” grupal mesmo. Na medida em que o enquadre que oferecemos⁹⁵ garante uma continuidade e uma recepção permanente, se “rompe” ademais, a modalidade escassa dos espaços.

Os mesmos terapeutas mantêm uma atitude de enigmatização. Quando se pergunta a um novo integrante porque ingressa no grupo, o terapeuta não ignora que existe uma ficha de derivação confeccionada pelo psiquiatra, mas abre um espaço de escuta imprescindível: quer saber o que é que o jovem lhe pode explicar. Assim este pode ir gerando uma linguagem em torno de si mesmo (consolidando um self genuíno). Daí a importância de que o psicoterapêutico passe por uma cultura dialógica (Fonagy, 2000). A partir desta perspectiva alguns autores (Maggi ,1987) (Garbarino,1988) assinalam com total razão, que o dispositivo psicanalítico clássico de associação livre, não se pode implementar rigidamente com adolescentes .

De fato o processo terapêutico –como o entendo- não se refere diretamente ao urgente senão que trabalha sobre as estruturas cognitivas - emocionais que o fazem possível (Bleichmar,1997). Assim não é de forma alguma secundário que o jovem aprenda a falar por si mesmo e falando-se a si mesmo confeccione uma linguagem que o concerne e identifica.

Não poucas vezes me perguntei se estes jovens vêm buscar o que nós lhes podemos outorgar. Provavelmente vêm buscar algum tipo de *passagem* que garanta a mudança a partir de um mal-estar (vago) e inomeável, a uma representação mais nítida e pensável⁹⁶. Situação que se acompanha de um

⁹⁵ Podem vir ao grupo quando desejem ,o que inclui a possibilidade de faltar sem que isso implique que perderão seu lugar no mesmo .Assim mesmo ,novos integrantes podem incorporar-se ao mesmo . Não há ademais conceito de “alta” , senão de “decisão” de não voltar ao grupo. Saímos do modelo médico, suplantando o par dependência- independência pela possibilidade de autonomia.

⁹⁶ Quando o logram p, possivelmente, já não virão mais ao grupo .

clima de intercâmbio genuíno, o que não pode deixar de ser terapêutico, se consideramos que sua cotidianidade está tingida de golpes e violência.

Quiçá antes de colocar-se em fazer consciente o inconsciente, haveria que intentar outorgar-lhe espessura ao aparato psíquico. Esta situação é fundamental e se relaciona ao fato de que para interpretar, se devem dar previamente as condições pelas quais haja possibilidade de recepção a essa interpretação. A interpretação é inseparável de um continente adequado que a recepcione e de um silêncio elaborativo, relacionado ao clima emocional do grupo, pelo qual se faz possível e razoável uma interpretação aos pais “internos” ou ao “grupo interno” (Pichon-Rivière,1981) .

Ao mesmo tempo se habilita uma *confrontação* benéfica entre o grupo como objeto mental dos terapeutas e o grupo como experiência concreta dos adolescentes, consolidando uma atividade psíquica que se opõe ao encriptamento (Tisseron,1997) e à continuidade do discurso familiar (Eiguer,1998) e social .

A partir desta perspectiva creio, como hipótese, que o grupo se move em dois níveis distintos. No “aqui e agora” se impõe como traumatismo, com uma importante carga de excitação e descarga libidinal. O encontro com o grupo é pulsional (Kaës ,1993) entre outras coisas porque um grupo em princípio tende à descarga absoluta: todo integrante expressa de forma absoluta o que são seus pontos de urgência. É um grupo configurado nirvanicamente (pelo princípio de nirvana freudiano [Laplanche-Pontalis,1981]) , de funcionamento mental com descarga a zero, com urgência por fazer cessar toda excitação e conflito.

Ao mesmo tempo o grupo se relaciona à capacidade de gerar e fazer circular representações que consolidam certa identidade referida a um princípio de constância (Laplanche-Pontalis,1981). É uma atividade que se expressa na história grupal, princípio de constância por excelência, já que provê um marco de estabilidade e continuidade permanente. É o grupo configurado homeostaticamente (pelo princípio de funcionamento homeostático freudiano).

Na medida em que surgem formas de mediação entre os dois tipos de configurações grupais se enriquece a experiência grupal e se melhora o vínculo destes jovens com sua adolescência. Se para poder ser adulto deve haver

adolescência disponível ⁹⁷, o espaço terapêutico se consolida como possibilidade de re-adolescência suficientemente bem libidinizada, pelo que se concretiza um projeto de biografização pessoal e de antecipação de um futuro.

Retomo uma problemática (Blos,1978) importante: no grupo não se *eliminam* os conflitos⁹⁸ senão que são tolerados e se convive com eles a partir da apresentação de alternativas. Se introjeta assim uma forma de psiquismo complexo que provém do grupo, dos terapeutas e da história grupal. Desta maneira o grupo é um objeto terceiro que não está nem do lado do terapeuta nem do lado do paciente (Green,1994) . Este objeto terceiro bem pode ser também uma emoção, como a esperança (Jeammet,1989) e a perspectiva de que em algum momento a terapia vai terminar, com o que se consolida um corte próprio do narcisismo secundário.

Esta dimensão implica que no grupo não se constata simplesmente uma regressão ao indiscriminado e a partir daí uma volta ao discriminado (Kaës,1977). O que se verifica em troca é um vaivém permanente entre o indiscriminado e o discriminado e entre as identificações primárias e as secundárias. A dificuldade é que, psicanaliticamente, se acostuma a pensar o que acontece em um grupo somente a partir do regressivo, o narcisismo primário e a díade mãe - bebê. Mas o grupo tem a ver também com aspectos do processo secundário.

Neste sentido, engloba, também, como já mencionei, experiências de intimidade (Klein,2003) e o poder compartilhar experiências aceitando o outro em sua alteridade. Assim, o grupo passa por distintas modulações que levam em conta momentos de subjetividade, de vínculo, de cultura institucional, cultura terapêutica, e texto- contexto social (Fernández,1993).

Se se conceitua o processo grupal como uma regressão, é porque se entende que o grupo como realidade espacial, sobrevive e pré-existe a essa regressão. Não é este o caso. Estes jovens são “órfãos “ de espaços que os

⁹⁷ Em realidade ,há que complexificar a idéia .Para que, por sua vez, haja adolescência, deve haver também infância disponível .

⁹⁸ Esta é minha postura ética , obviamente não-adaptacionista. Isso não quita o senso comum de que há que ter em conta distintas situações, porque há determinados pontos onde a angústia e problemática do paciente faz com que tenhamos que sustentá-lo oferecendo-lhe algum tipo de sentido de contenção.

devolvam a eles mesmos. Daí que creio que, frente ao fluido e evanescente destes espaços sociais, estes jovens devem impregnar-se decididamente do grupo, esperando dele um ancoradouro que os contenha.

Se trata de uma configuração grupal que denomino **grupo conclave fortificado**, no qual o fortificado alude não à reclusão senão a poder *sustentar-se* fortemente para preparar-se para indagar o mundo interno e o mundo externo. Este sentido de aferramento implica *incrustar-se* no grupo como forma de *abotoar* subjetividades que sofrem um devenir permanente .

Antes que uma interpretação – palavra, é fundamental este espaço onde intercambiar pelas psíquicas (Anzieu,1990) e armar estratégias de cuidado dentro de um processo de “*enxertamento*” : enxerto e apuntalamento . Enxerto alude à operação pela qual os integrantes se enxertam a pele do outro, do grupo e dos terapeutas. Se opõe ao sentimento de desgarramento⁹⁹. Apuntalamento refere-se à teoria de Kaës sobre um funcionamento psíquico plural, heterogêneo e múltiplo (Bernard,1991).

Através destas duas modalidades, o grupo gera a conjunção entre um espaço de crescimento e um tempo de re-adolescência com uma aposta na reverberação ou ebulição do psíquico, oposta à extrema simplificação do psiquismo que impõe o neoliberalismo .

Se temos em conta os desenvolvimentos de Laplanche (1987) sobre a “cubeta” como metáfora do que é uma sessão, se poderia supor que há um momento, no “adentro” da sessão, em que surge um relato do estranho, seguido por um voltar às “paredes” daquela a partir de onde se pode simbolicamente discutir. Se corta assim a cadeia dos consensos ameaçadores e se reimplanta terapêuticamente a possibilidade de discrepância.

Considero que a terapia conserva, em sua parede externa (idem), o dispositivo psicanalítico. Enquanto que em sua parede interna, mais que preocupar-nos com a psicanálise, nos preocupam aqueles que nos consultam por ajuda. É um processo terapêutico que se faz a partir de micro-rupturas e

⁹⁹ Como se advertirá não falo de neuroses ou psicoses e em geral não menciono categorias psicopatológicas. Prefiro pensar em termos de estrutura mental, duvidando de que neuroses ou psicoses (ou qualquer outro quadro convencional) possam dar conta por si sozinhas da complexidade do que é a estrutura da mente e das situações grupais, terapêuticas e subjetivas que tratou de descrever. É o vício de contextualizar a estrutura mental cotidiana desde estruturas psicopatológicas ou a partir de uma cultura psiquiátrica que já tem sido

micro-descontinuidades. E, como indica Winnicott (1981), a sessão se transforma em um objeto que sobrevive ao uso que se faz dela. Desta maneira o adolescente –ou este tipo de adolescentes - já não necessita simplesmente ou somente de uma escuta. Necessita ademais de um vínculo.

O "qualquer coisa pode acontecer em qualquer momento" que transmitem estes jovens como parte de sua vida, é substituído pela possibilidade de uma subjetividade re-adolescentizada que se enlaça à re-adolescentização do espaço grupal. Isto impõe o desafio de conceber o grupo não somente como espaço de resolução de sintomas, senão também como possibilidade de reconstrução subjetiva (Galende,1997).

Por último destaco a importância da mirada e da atitude dos coordenadores entre eles e em direção ao grupo. Estes têm que ser generosos, afirmativos e distributivos evitando repetir situações de exclusão. Assim mesmo a equipe de coordenadores deve poder passar da admiração ou a inveja, à cooperação, ao intercâmbio e à possibilidade de pensar juntos. A cultura dialógica (Fonagy,2000) que propus (Klein,2003) como parte do processo terapêutico é imprescindível que esteja presente entre os co-terapeutas, gerando um efeito organizador no grupo, o que não deixa de ser um impressionante desafio.

CONCLUSÕES

ADOLESCENTES SEM ADOLESCÊNCIA

Esta investigação busca pontuar como determinadas situações sociais e familiares não podem deixar de incidir na subjetividade e em especial na forma em como o jovem entra ou não em vínculo com a “adolescência”, entendendo por tal uma construção complexa que, tendendo ao pubertário como condição necessária, necessita por sua vez de um múltiplo apuntamento individual, familiar e social.

A modernidade keynesiana alentava e propunha uma matriz socioeconômica que era relativamente estável, com instauração de um porvir provável e declaração de uma promessa alcançável. Tratava-se de manter como tela de fundo ou meta-enquadre, um contexto econômico previsível com estabilização social. Uma espécie de homeostase social própria do princípio de constância (Laplanche-Pontalis, 1981), princípio de funcionamento psíquico tanto quanto regulador social e organizador familiar.

Desta maneira a adolescência era um espaço de chegada e experimentação para os jovens, com a promessa de integração social gerando uma passagem possível a um estado adulto que por sua vez recebia apuntamento a partir de outro espaço social chamado “adulterz”.

Pelo contrário o neoliberalismo - como modelo social, econômico e político-gera um “desapuntamento” da adolescência como espaço de vida, investigação e júbilo (Urribarir, 1990). A hipótese que desenvolvo indica que tanto a partir do social, como a partir do familiar e do individual, a “adolescência” é massivamente desapuntalada, não podendo operar nem como referência para re-significar as experiências em que o jovem transita, nem como espaço complexo que permita intercâmbios, oposições, confrontações geracionais e sociais.

Simultaneamente, com a “ruptura” de um tecido social e quando o princípio de constância se rompe, os sistemas explicativos plausíveis começam a se mostrar parciais e insuficientes, com o que se faz imprescindível repensar teorias, dispositivos e formas de construção de subjetividade. Novas

patologias, novas subjetividades, novas tecnologias em psicoterapia, o que implica o desafio de apostar em paradigmas complexos e complexizantes.

O material clínico que transcrevi e com o qual trabalhei minhas hipóteses surge de um grupo terapêutico de adolescentes (de 15 a 18 anos) que funciona semanalmente dentro do Programa de Psicoterapia da Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas, Faculdade de Medicina, na cidade de Montevideu. No mesmo predomina uma franja social que provém da classe média empobrecida.

Este duplo fator: média–empobrecida marca uma silhueta específica nas modalidades fantasmáticas e vinculares que apresentei. Efetivamente assim como a classe média era o paradigma da modernidade, seu empobrecimento passou a ser o paradigma do neoliberalismo. Situação que não se concretizou sem dores, fissuras, catástrofes e loucura. Minha investigação é uma avaliação e um diagnóstico de tal situação.

Ordenarei a apresentação das conclusões ao redor de alguns eixos que me interessa destacar: *a ausência do paterno; a cena congelada e de suturamento; a iminência da exclusão -expulsão; a ordem do precário; a patologização dos espaços transicionais; o complexo de Meneceo ou de messianismo exacerbado.*

A AUSÊNCIA DO PATERNO

N. (mulher) conta : *“Conozco a mi padre sólo de vista.... No me reconozco como hija...Yo tampoco sé dónde está. Tengo una amiga que encontró a su padre por la guía .Voy a pedir que me traigan una de Argentina para encontrar al mío porque creo que vive en Buenos Aires”,* colocando uma situação por demais insólita: não sabe quem é seu pai mas leva seu sobrenome. Pai que por sua vez a nega como filha, perdendo-se assim marcas de certeza que permitam armar projetos de vida e estabelecer processos de crescimento tróficos .

O pai se faz inalcançável e inencontrável: um enigma. O paterno que estes adolescentes transmitem está profundamente alterado. Já não é um valor fixo, uma espécie de certeza. Pelo contrário, o que transmitem é que já não se sabe bem quem é o pai . E, ademais, o que é e o que faz um pai.

Permanece em um lugar de distância, talvez expulso por seus próprios filhos ou auto-exilado. Este pai débil, ausente, irreconhecível, não pode receber o ódio de seus filhos (e tomo ódio no sentido winnicottiano [Winnicott,1972], de agressividade ao serviço do crescimento) nem tampouco seu amor. Há aqui algo do ambivalente que se desarticula e se rompe, com o que se acentuam as atitudes extremas de ressentimento e / ou remorso.

Com o terrível que podia chegar a resultar o Pai da Horda está aí , está presente, direciona, ordena, guia. Esta versão do pai, em troca, não dá ordens nem tem voz. É um pai que existe nas páginas de uma guia telefônica ou pratica feitiços de exorcismo como no caso de A. Mas da lei nada sabe.

Contudo creio que há uma dimensão simbólica do pai que não se pode renegar. Muito dela se reencontra, como já assinalei, em diversas instituições que formaram parte da socialização do paterno, e daí o compulsivo que se consolida em uma busca tão dramática como infrutífera que revela, como, nesse dilema, se brinca com algo que se torna fundamental para o crescimento.

Em tal sentido se constata uma dissociação entre o familiar, o parental e o subjetivo fortalecida ademais pela temática do secreto. Os movimentos esperados de consolidação de identidade e reassuramento social próprios da família nuclear, parecem sofrer mudanças radicais, com o que tomar ao descritor endogamia - exogamia como simples passagem da família de origem à família de destino, deixa de ter muito sentido .

Me parece interessante apontar desta maneira qual é o lugar da chamada “novela familiar “ nestos jovens. Desde Freud (Laplanche-Pontalis,1981) se entende por tal uma fantasia pela qual os pais reais se substituem por outros, plenos de atributos narcisistas maravilhosos. Pelo contrário, a novela familiar que aqui se apresenta não busca modificar àqueles, senão obrigá-los a uma adoção que se dá por descontada na versão freudiana e que aqui gera sofrimento por sua ausência. Já não é que os pais sejam adotivos ou não, é que pelo contrário des-adotam e se desentendem dos filhos, com o que se coloca uma questão afiliatória ali onde não deveria existir.

Creio, então, que a questão filiatória, de sucessão e herança - não presente na novela familiar – se resolve através de uma novela fraterna. Sentem-se

desta maneira mais “adotados”, cuidados e custodiados por seus irmãos que por seus pais biológicos.

Aprofundo, então, o já assinalado: seguir mantendo como referência estruturante o Édipo, em sua concepção convencional, se torna simplificante, devido à necessidade de incluir o complexo fraterno (Kancyper,1997) como uma dimensão fundamental de subjetividade. Desta maneira o par incesto – castração, se é conservado, deveria ser complementado com o par afiliação versus desafiliação.

Esta novela fraterna é inseparável assim do paterno e seus duplos. O pai já não garante o paterno, o qual abarca outras figuras: tio, avô, padrinho, irmão, professores, garantindo em todos os casos um reconhecimento estruturante.

Contudo, há que destacar que, ao mesmo tempo, o fraterno implica também uma operatória da rivalidade relacionada a uma violência confeccionada em forma de bandos : excluídos e incluídos, preferidos e relegados, signos e insignificantes (Lewkowicz,2004).

A CENA CONGELADA E DE SUTURAÇÃO

Cabe pensar se o par papai-mamãe (no sentido do regressivo-prospectivo) não se tem substituído por outros, como o par irmão–avó, em uma busca de diálogo que aqueles são incapazes de sustentar, imbuídos em um clima de asfixia e desinvestimento que denominei estrutura de pais abrumados.

São pais demasiado ocupados na discussão de sobrevivência social para manter, paralelamente, um diálogo e uma comunicação familiar, constatando-se a impossibilidade de poder sustentar um espaço libidinal para seus filhos, excluídos de forma crônica de um encontro que, contudo, os fortaleceria.

Entendo que é um reiterado erro sustentar que os pais não fazem confrontação geracional com seus filhos, devido a que supostamente se disfarçam de “adolescentes”. Me parece descabelado este ponto de vista, já que, a partir de minha opinião, os adultos não é que queiram ser adolescentes, querem ser jovens, o que não é de forma alguma o mesmo (Klein,2002). Se evitam a confrontação com seus filhos é devido a que se sentem incapazes de poder sustentar tal situação. Estes traços de agobramento (estrutura de pais abrumados) anulam traços de força e segurança essenciais.

Desestimada a possibilidade de confrontação (Winnicott,1972), se solidifica um mundo adulto que se hermetiza, resguardando segredos, cenas temidas e configurações vinculares que se fusionam. A opção que resta, é então não separar-se, armar uma só pele com a família, cuidar-se mutuamente, estruturar uma cena onde a mudança se “congela”, exacerbando-se uma suturação capaz de anular qualquer crescimento, o que irremediavelmente passa a vivenciar-se como incompreensível e terrível.

A IMINÊNCIA DA EXCLUSÃO-EXPULSÃO

Parece visualizar-se que para estes adolescentes existem temporalmente duas configurações antinômicas. Um tempo de felicidade, no passado, onde não havia violência nem crescimento e onde provavelmente se sentiam amparados. E outro, no presente, que lhes abre signos de interrogação, incertezas e desvalimento com a presença de realidades (a nova companheira dos pais, o liceu, o bairro) a partir das quais o adolescente se sente excluído.

A exclusão às vezes toma a forma da decepção: sentem que fracassaram por algo que nem sempre sabem ou podem enunciar, surgindo um outro-rival que passa a acaparar a exclusividade de um investimento que se mostra insuficiente para abarcá-lo também a ele.

Passam a estar deserdados e despojados de condutas aceitáveis, normas que os amparem, rendimentos que satisfaçam. O que resta é a violência. Vítimas ou vitimários da mesma dentro de uma situação de dor que os faz sentir-se cada vez mais inseguros e cada vez mais convencidos da conveniência de manter seu self verdadeiro clandestinizado e inalcançável. Ainda que se transforme em inalcançável para eles mesmos.

PATOLOGIZAÇÃO DOS ESPAÇOS TRANSICIONAIS

Ao mesmo tempo creio que esta situação implica uma pergunta sobre como seguir adiante em suas vidas: se de forma fusionada ou evitativa. Ambas as estratégias impedem gerar fenômenos transicionais (Winnicott,1981), os quais implicam, através de um investimento da ausência, a possibilidade de transformar coisas e experiências em objetos psíquicos, operativa que se relacionaria por sua vez com um sentido de esperança, espera e tolerância à frustração.

Pelo contrário, os espaços parecem obter uma qualidade ameaçante (“*A mi no me gusta estar en silencio, más la oscuridad me da miedo. A veces cuando me despierto, siento miedo aunque esté mi hermana en el cuarto*”) remetendo o silêncio e a obscuridade a **zonas de vazio**. Este vazio se torna intolerável porque sobre ele não podem pensar, ao não haver possibilidade de investir na ausência como espaço ou objeto potencial, o que implica no meu entender uma **patologia do espaço transicional**.

Este vazio já não é a expectativa de algo que vai advir, senão que é a ausência de todo significado. Disse obscuridade, silêncio, talvez a casa, mas falta agregar uma última estrutura de vazio: a adolescência mesma. Para estes jovens **a adolescência é uma estrutura de vazio** que desperta uma ansiedade insuportável porque se transformou em um espaço sobre o qual não podem pensar, no qual não podem transcorrer, ao qual não podem conquistar.

Ao não haver investimento deste meta-espaço adolescente se dificulta poder investir em outros sub-espaços, com o que a cotidianidade se nutre da superausência desamparante ou a sobrepresença do estranho que invade.

Se consolidam desta maneira diversos desgarros que fazem fracassar a constituição de uma distância ótima pelo que tudo está ausente ou está presente, tudo está fusionado ou hiperdiscriminado, sem que se possa pensar a partir do ausente. A falta de situações intermediárias ou negociadoras faz com que estes jovens estejam saturados de coisas e por sua vez – paradoxalmente- sem nada, porque tudo passa pelo filtro pertinaz da pergunta sobre como conservar aquilo que está, mas que é evanescente: o pai, a mãe, o irmão, um amigo, o social.

A ORDEM DO PRECÁRIO

Ao início de uma sessão os jovens começarão a discutir metas de ordem aparentemente adolescente desejando reafirmação, crescimento e independência. Diziam então:

En el futuro me veo realizando lo que quiero :una carrera, tener una casa .Ser independiente ; Me gustaría ser mayo, tener 21, así me puedo mandar yo ; A mi me gustaría ser grande y decirle a mi abuela : No , no voy a hacer esto... (Sin embargo poco a poco va surgiendo otro tipo de material más regresivo): Mi madre me dice xxxx (nombre diminutivo)

delante de mis amigos; A mi me gustaría seguir siendo chica ;A mi no me dejan salir a bailar ; Soy el bebé de la casa.

A seqüência ilustra o que desejaria apresentar como a ordem do precário, no entanto, se erige um falso self (Bollas,1991) (aparentemente adolescente) que oculta outro clandestino que remete basicamente à dificuldade de encontrar o benefício de começar a ser adolescentes.

Este self verdadeiro parece remeter ao desejo narcisista de continuar sendo o “bebê “ da casa, buscando evitar colocar problemas e conflitos. A partir desta perspectiva, o precário alude à impossibilidade de libidinizar a adolescência como espaço antecipatório, em relação ademais a uma *estrutura de agobio* a nível familiar .

Faltosos de um espaço etário, se impõem situações de ambigüidade que substituem direitos e obrigações, por temáticas de ressentimento e endividamento, precarizando-se as possibilidades de consolidar autonomia, assumir riscos e enfrentar decisões que não fazem, senão, precarizá-los ainda mais.

Esta situação aparece em três registros: social, familiar e a nível da subjetividade. A nível social implica a extrema fragilização das condições de trabalho e estudo (transformados neoliberalmente em *mercado* laboral e de estudo), que passam de representar condições de segurança e continuidade a estar definido pelo ameaçante. Este ameaçante implica uma sensação de incerteza permanente onde situações *inquebrantáveis* começam a *quebrantar* .

Quiçá se relacione ao que Beck (1997) chama sociedade de risco, mas preferiria relacioná-lo com o fato de que na modernidade keynesiana o precário era uma figura transitória e acidental, enquanto que a partir do neoliberalismo se tornou um traço que predomina, ocupando, em troca, um lugar exíguo, aquilo que assegura e tranqüiliza.

A precariedade a nível familiar implica o desmoronamento de lugares diferenciados e papéis complementares a favor de estruturas de aglutinamento onde o paterno remete ao inexplicável e o materno ao desconfiável, quebrando-se um pacto de confiança imprescindível, ao que se possam ir somando e articulando novos elementos. O espaço familiar começa a se povoar de segredos, situações confusas, atitudes de exclusão.

Por último, a nível subjetivo o precário implica o arremetimento de elementos ameaçantes e paranóicos que consolidam um frágil equilíbrio emocional prestes a “desmembrar-se” frente a situações conflituosas que mobilizam.

O COMPLEXO DE MENECEO OU DE MESSIANISMO EXACERBADO.

É lugar comum o comentário de que os adolescentes de hoje estão desencantados, não se preocupam com nada ou que estão na “bagunça”. O que de alguma maneira reiteram os autores clássicos da psicanálise (Hanna Freud, 1985): o adolescente está sempre como mirando para fora, em direção a outra coisa, “navegando” em seu mundo pessoal e inalcançável.

Meu ponto de vista é diametralmente oposto: não miram em direção a nenhum “fora” senão que não podem deixar de mirar, pensar e preocupar-se por um “dentro”. Quer dizer, não podem deixar de estar atentos a sua família procurando cuidar, proteger, confortar.

Como o Meneceo do mito não duvidam em sacrificar-se pelo bem de todos :

Tirésias se apresentou na corte de Édipo, apoiando-se no bastão de madeira de cornejo que lhe havia dado Atenea, e revelou a Édipo a vontade dos deuses: que a peste cessaria somente se um Homem Semeado morresse em benefício da cidade. O pai de Jocasta, Meneceo, (que em realidade era o avô de Édipo), foi um dos que havia brotado da terra quando Cadmo semeou os dentes da serpente, se jogou imediatamente das muralhas, e toda Tebas elogiou sua abnegação cívica. Tirésias anunciou logo: Meneceo obrou bem e a peste cessará (Graves, 1985: 11).

Ao contrário que com a peste tebana, a atitude menecênica destes jovens não poucas vezes não implica senão o ilusório de contrarrestar os efeitos de um contexto hostil e desamparante, ao preço da manutenção de uma cena de suturação mútua a partir da qual buscam reparar um desamparo crônico que não faz senão consolidar-se.

Este messianismo exacerbado implica ademais a extrema responsabilização do que acontece na configuração familiar, o que acarreta acentuados sentimentos de culpa. Situação que não somente os afasta de qualquer

indiferença ou distância senão que ademais os obriga a manter condutas de hiperadaptação. Demasiado envolvidos em transformar-se em cuidadores eternos estão impossibilitados de consolidar processos de exogamização e de abertura, os quais permanecem como uma questão pendente e problemática.

DA MODERNIDADE KEYNESIANA AO NEOLIBERALISMO

Na modernidade keynesiana o adolescente se apropria de um espaço chamado adolescência, ou melhor dito, não há necessidade de distinguir entre ambos, devido a que os processos de construção de subjetividade e o suporte de espaços sociais, funcionavam harmonicamente como processos de entrada e saída. Desta maneira a adolescência podia ser a saída da infância e a entrada na adultez, assim como a adultez funcionava como saída da adolescência e entrada na velhice.

Os espaços sociais etários se correlacionam entre si tanto quanto se institucionalizam entre si (Lewkowicz, 2004), situação que refletia a integração entre a sociedade e seus integrantes. Adultez, infância, adolescência eram espaços sociais e etários onde distintos processos subjetivos, familiares e vinculares se integravam, se resignificavam entre si e onde se obtinha um meta-sentido: a vida tem um destino, a sociedade mantém uma promessa e entre vida e sociedade se aponta o porvir.

Desta maneira sugiro que para que o adolescente libidinize um espaço chamado adolescência, o mesmo tem que estar previamente libidinizado socialmente. Dito de outra maneira, para que o jovem pratique política de tateio, tem que pactuar-se socialmente uma política e um limite social de tateio.

Esta “dinâmica” social consensuada e pré-estabelecida, expressa uma idéia direta de cidadania e consolida simultaneamente o princípio de reciprocidade, que ainda que sempre assimétrico (Kaës,1993) estabelece regras para o receber e o outorgar. Situação magistralmente descrita, melhor que em nenhuma teoria política, no conceito de moratória psicossocial do danes-norteamericano Erikson (Maier,1980).

Em tempos de neoliberalismo as coisas mudam profundamente. O mercado não necessita nem de destino, nem de promessa, nem de porvir, senão de fluxo livre de capitais, globalização de informação adequada e *controlada* e ganância *descontrolada* de capital financeiro (Forrester,2000). São geradas

condições para desapuntalar espaços sociais de porvir e futuro, pelo que se passa do adolescente consolidado, à pergunta sobre como se pode ser adolescente .

Enquanto que o adolescente da modernidade keynesiana recorria ao mundo sustentado por um piso sólido sob seus pés, o jovem do neoliberalismo (particularmente o das classes populares e de classe média e média-baixa) se movimenta em *pontas de pé*. No primeiro caso, recebendo os “impactos” benéficos de apoderar-se de um lugar social que o reconhece, no segundo, idealizando estratégias de sobrevivência dentro de uma subjetividade desconcertada por já não entender bem quais são as regras do jogo que lhe concernem. As mesmas remetem tanto à indiferença quanto à ameaça iminente¹⁰⁰.

Em tempos de neoliberalismo, tudo aquilo seguro e previsível se torna instável e inseguro, destruindo uma estrutura básica de amparo que é imprescindível para gerar condições de segurança ontológica, diálogo com o outro e instauração da figura do vizinho na *Ágora pública* (Gómez, 2003).

A reunião familiar, outrora matriz de intercâmbio e de constituição de subjetividade¹⁰¹, perde significação específica e passa a ser um simples eco de angústias e desesperações referidas ao trabalho, ao desemprego, às condições econômicas paupérrimas. Já não se fala de temas familiares senão que não se deixa de mencionar ao social. A família perde capacidade de pôr limite ao mesmo, o que invade permanentemente e frente ao qual não há capacidade de transformação, agourando uma subjetividade construída em torno do transubjetivo e da persistência transgeracional.

Aqueles temas de outrora referidos ao devenir estável, a mudança possível e o amanhã esperançoso, eram também a “agenda “ mesma, o “menu” da modernidade keynesiana, substituídos agora pelo catastrófico do presente. Já não há menu senão “prato feito, revelando que o nível do traumático encripta as condições de homeostase familiar.

¹⁰⁰ No formoso filme brasileiro “Central do Brasil” a ação começa com uma cena onde um adolescente acaba de roubar e escapa correndo .Uma vez que é agarrado e apesar de seu: “não me mate”, a polícia o assassina a queima-roupa . Exemplo terrível de uma ameaça de morte concretizada.

É por isso que entendo que, mais que identificar-se com o adulto, os adolescentes o faziam com o espaço adulto, que era projetado, consolidado e sempre enriquecido pelos adultos. O pai, a mãe, os avós ou tios, revelam, compartilham e transmitem insígnias de adulez com seus filhos, netos ou sobrinhos, os que identificados a tal espaço, reasseguram e devolvem o orgulho e a segurança de serem adultos.

Quando estas insígnias se fazem inencontráveis, estão desvalorizadas ou são inexistentes, a adulez deixa de ser o centro do cenário social e etário, para converter-se na prova mais palpável e nítida do agobiante e absurdo que é viver em sociedade.

A presença do social se mantém por re-identificação com o Eu ideal (Bleichmar,1981), estrutura mental e social que se desenvolve segundo condições de rigidez, sentença inapelável e indiscriminação empobrecedora. Estas condições parecem ser a única solução ante uma situação de violência e insegurança (vivência de catástrofe iminente) à qual se deseja reagir com políticas de força e brutalidade expeditiva. Tomemos como exemplo o que conversavam G. y P. (rapazes) :

G.- Mi primo mató a alguien por defensa propia .En Cerro Norte son todos malandras . Cuando mataron a “Gustavo de A.” que era mi primo, como era amigo de “Rambo”, éste mandó a matar a cinco. Es una mafia. Tengo otro primo menor que yo que anda con 2 revólveres.

P.- Yo tengo amigos rapiñeros, por éso sé.

Estes processos parecem involucrar majoritariamente a grupos sociais pobres e empobrecidos. Poder-se-ia dizer que nas classes privilegiadas a situação dos adolescentes não se modificou, mas mantenho minhas reservas a respeito. Situações como a dos enclaves fortificados e o que chamo guetização urbana, revelam intentos vãos de constituição de micro-sociedades, que não fazem senão facilitar o incremento de condutas adictivas e paranóicas, elevadas taxas de transgressão e subjetividades de tipo psicopático, que, mais que assegurar continuidades, marcam e inauguram decisivas descontinuidades que devem ser objeto de uma investigação específica (Caldeira,2000).

¹⁰¹ Esta perspectiva dificilmente será aceita pela psicanálise clássica que parece supor que a subjetividade se gera em espaços secretos, com coisas ouvidas por acaso, espiando os pais ou com fragmentos isolados de significantes .

ACERCA DO SOCIAL QUE DES-ADOLESCENTIZA

Creio que é importante assinalar como a problemática neoliberal da exclusão ininterrupta, se pode relacionar à generalizada sensação pela qual parece que não todos têm lugar na sociedade. Se impõe assim um imaginário que denomino sociedade escassa, pelo qual, para que poucos estejam incluídos, muitos devem manter-se excluídos.

Ser adolescente se transforma assim em um problema e uma situação de urgência, pela qual não se sabe muito bem *o que fazer* diante do mesmo. Este drama conflua no que apresentei como desvanecimento do orgulho familiar. O orgulho familiar pelo filho adolescente refere-se a uma qualidade emocional pouco descrita, em relação a uma expectativa de que aquele desatenda mensagens familiares tradicionais, ocasionando um tempo de ruptura a partir do qual sustentar um projeto alternativo e pessoal.

Esta ruptura previsível se anula por outra ruptura imprevista: o desvanecimento de tal orgulho, que afeta esse tempo de experimentação, substituído por táticas urgentes de sobrevivência. Esta “anti-moratória” implica a impossibilidade de seguir sustentando a adolescência como espaço “ancho e generoso”, a partir do qual os jovens experimentem e transformem sua adolescência como objeto psíquico a construir e compartilhar.

O mirar “tolerante” se substitue por um mirar “exigente” que pode ser também mirada depreciativa ou indiferente. Se faz obviamente mais fácil, assim, que o adolescente fracasse, mais fácil que decepcione, mais fácil que se sinta desvalido e desamparado.

Aquele espaço social assegurado para sustentar inquietudes, buscas e ansiedades se substitue por uma insistência (que não é nada louca) por manter boa escolaridade, encontrar um trabalho e –mais importante ainda- resignar aspectos conflitivos e de rebeldia. À exclusão ininterrupta se responde com um intento de inclusão exacerbado, devido à escassez e à falta de oportunidades.

Se configuram situações de sobreadaptação e insegurança a partir das quais se perde a oportunidade de auto-reconhecimento e continuidade existencial. A adolescência como capacidade para integrar experiências complexizantes da subjetividade se substitue pela sensação de que quanto mais adolescência se tenha, mais prevalece o confuso.

Desta maneira, no material analisado, se faz impossível gerar protesto ante situações injustas ou absurdas, a que, junto a certa resignação, leva ao convencimento de que não se pode reclamar nem pedir, porque não se tem direito à nada. Não há raiva, não há bronca, não há confrontação, basicamente, não porque faltem os elementos para confrontar, senão porque não há a quem confrontar...

É a culminação da sociedade neoliberalizada, onde não há a quem acudir nem queixar-se, não há com quem discutir nem há a quem pedir contas. As coisas são como são, exacerbadamente anonimizadas e recorrentemente trágicas. Quadro de descidadanização extrema unido ao sofrimento inconfessável de ser adolescente, sinônimo agora de desamparo pronunciado.

Se vão afirmando irremediavelmente situações que denomino social e familiarmente regressivas, pelo que se perde a oportunidade de que a adolescência seja uma cena desejada, produtora de uma atividade epistemofílica (Klein, 2003) inaugurando um projeto de mudança e de vida.

Em seu lugar surge o louco e o desconcertante, como uma matriz onde o social e o subjetivo se relacionam já não por diferenciação, senão por extremo sincretismo (Bleger, 1967), incentivado por situações de catástrofe das que Lewkowicz indica:

se o trauma é o impasse segundo a lógica que trabalhosamente repõe em funcionamento os esquemas prévios e o acontecimento é a invenção de outros esquemas frente a esse impasse, a catástrofe induz a uma resta pura de ser, uma espécie de dissolução no não ser, neste sentido a catástrofe é uma dinâmica que produz desmantelamento sem armar outra lógica equivalente em sua função articuladora, a causa que desmantela não se retira, essa permanência lhe faz tope irremediavelmente à composição traumática...não há jogo senão subtração, mutilação, devastação (...) as marcas que ordenavam simbolicamente a experiência já não ordenam nada talvez nem sequer marcam (Lewkowicz,2004: 154).

Desta maneira o que já não ordena na ordem do subjetivo –ainda que sim marca, e muito- se refere aos pais abrumados, a instituição metonimizada, a descidadanização e outros, que contribuem para gerar estruturas mentais onde

o impensável e o inomeável (em forma de psicofobia) substituem ao conflitivo e elaborável.

O mesmo autor agrega: “*não passamos por uma configuração a outra senão de uma totalidade articulada a um devenir não regrado*” (idem: 150), pelo que penso que o social que permite a adolescência como um sólido, deu lugar a outro onde as figuras etárias -geracionais tomam forma de devenir errante (o que retomo mais adiante como figura de emigrantes internos).

Contudo, há outra dimensão que devo destacar no vínculo atual entre a sociedade e seus jovens, ainda que não esteja diretamente referida ao material investigado. Neste vínculo que hipotetizo os jovens voltam a reencontrar um sentido social, mas desta vez do lado da morte e não da vida, cumprindo uma função de jovens garantes:

quando em uma geração depois de um traumatismo que pode ser (...)qualquer tipo de experiência traumatizante não se faz o trabalho de elaboração psíquica, resulta em consequência a clivagem que vai constituir nas gerações ulteriores uma verdadeira pré-história da história pessoal (Tisseron,1997: 18).

Esta observação é inseparável da vergonha, admitida ou não, de uns pais que não somente estão abrumados ou são indiferentes, senão que se sentem também em falta com respeito a seus filhos (Volnovich,2002). Esta falta surge dessa diferença entre aquele muito que se recebeu dos antecessores e as “migalhas” que se transmite agora aos sucessores.

Indica Tisseron (1997) como estes descendentes podem chegar “*a perceber em si mesmos sensações, emoções, imagens ou potencialidades de ações que lhes parecem bizarras e que não se explicam por sua própria vida psíquica ou por sua vida familiar*” (Tisseron,1997: 18). Situação que recorda a essas sombras, ruídos ou silêncios, aparições e premonições que povoam o mundo mental mais clandestino destes jovens, configurando uma clínica das catástrofes sociais, imbricada em uma ditadura e em uma situação social ainda não resolvidas.

Desta maneira creio que efetivamente a sociedade se viu sacudida por situações de catástrofe que impulsionaram enormes mutações vinculares,

familiares e subjetivas, sem que, correlativamente se pudesse fazer o duelo imprescindível. Assim ficaram sem fazer o duelo da passagem da modernidade keynesiana ao neoliberalismo; da sociedade ampla à sociedade escassa; da cidadania possível à descidadanização ameaçante; da impunidade ditatorial à situação irresolvida das violações cometidas aos direitos humanos .

Tudo isto acarreta uma clivagem entre o dizível e não dizível; entre o pensável e o impensável, com a conseguinte impossibilidade de fazer um duelo imprescindível para aceitar as mudanças e tramitar desprendimentos que complexifiquem o psíquico.

Ao mesmo tempo, a impossibilidade de fazer duelos pertinentes para aceitar a situação social tal como se manifesta hoje em dia, encerra a esperança de que se esse duelo imprescindível não se realiza, será possível retornar a esse modelo social ao qual ainda se deseja e pelo qual se sente intensa nostalgia.

Devo aclarar, em tal sentido, que a sociedade escassa pode ser entendida não somente como uma temática da escassez, senão também do excesso. Não somente não há lugar para todos senão que ademais *a maioria* sobra. A estes *sobrantes*, pede-se a eles que se *sacrifiquem* pelos demais fazendo-os aparecer como o obstáculo para poder retornar àquela sociedade que cuidava e protegia .

Este “*sacrifício de si*” coloca então, que se com a desapareição dos *sobrantes* se restabelece (ilusoriamente) a sociedade ampla, se trata então de que os mesmos se descidadanizem o suficiente para que possam desaparecer sem despertar culpas ou escândalos. As opções são várias: emigração, erradicação, desapareição real e/ou simbólica .

Integram o grupo dos sobrantes várias camadas de população e entre elas a dos adolescentes cuja extinção (simbólica e/ou real), parece demonstrar que o excesso se elimina e que a impureza se purifica .

A política do sacrifício é inseparável da política de *expição* praticada pela cultura neo-evangélica e tanto em um como em outro caso, o obrigatório recomeço permanente desse ritual leva a consolidar, social e subjetivamente, uma sinistra compulsão à repetição. Ainda que estes rituais possam levar à negação destes sucessos catastróficos, tal situação é transitória porque quase é inecessário aclarar que o sucesso catastrófico permanece ali intacto, com o

que o ritual renova tanto quanto anula, essa impossível ordem social “recuperada”.

FRAGILIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE MEDIAÇÃO

Esta complexa situação não pode senão repercutir em uma fragilização das estruturas de mediação (Missenard,1991) e de passagem (Dolto,1990), de forma tal que já não se sabe como passar da infância à adolescência, do dentro familiar ao fora social, das estruturas que reasseguram a outras que exigem desafios e crescimento.

Se perdem pontos de ancoragem sólidos que são substituídos por um contínuo devenir que incentiva os sentimentos de insegurança, falta de auto-estima e desvalorização, com o que finalmente se perde outras estruturas de mediação : a do adolescente com sua adolescência.

Estas estruturas de passagem que se assentam no social, no familiar e no subjetivo ao mesmo tempo, podem ser pensadas como um conjunto que une e articula, outorgando um sentido solidário, de maneira tal que sua extinção afeta a tudo o que vincula .

Creio que existem três estruturas de mediação que se fragilizam :

1. O adolescente com sua adolescência
2. O adulto com sua adultez
3. A cidadania com a matriz social,

acentuando-se assim processos de indiscriminação e regressão.

Desta maneira a família passa, de espaço que garante o acompanhamento a outros vínculos, a fechar-se sobre si mesma (cena congelada–de suturação mútua). A subjetividade já não experimenta júbilo sobre suas possibilidades, senão que cerceia as mesmas em configurações como a do messianismo exacerbado, que fazem do adolescente um estranho para si mesmo. E, em lugar de sociedade sustentando uma promessa, se consolida a decepção e o desarraigo da exclusão, como forma de patologização do ideal (Enriquez, 2001).

Uma conseqüência é que o “*a sociedade me necessita*” da modernidade keynesiana, se substitue pelo “*qualquer um é substituível*” do neoliberalismo, traçando um estranho imaginário representado por uma máquina social que

parece funcionar sozinha acompanhando o anonimato do mercado, e integrada por essa somatória de “engrenagens” que substituem a ação “cidadã”.

Desta maneira as estruturas de mediação se transformam em estruturas de **exigência** com as quais não podem negociar, tendo como reverso o **desfalecimento** que desarticula certezas estruturantes destacando em seu lugar vivências de agobio e desconcerto. Como dizia L : “*no sé si voy a volver a ser normal...*”

Quadro V- Fragilização das estruturas de mediação

MODERNIDADE	NEOLIBERALISMO
SUBJETIVIDADE: O adolescente como júbilo.	SUBJETIVIDADE: O adolescente como estranheza.
FAMÍLIA: Facilitada a passagem ao outro	FAMÍLIA: Dificultada a passagem ao outro
SOCIEDADE: Recepção	SOCIEDADE: Exclusão

CATÁSTROFE SOCIAL-CATÁSTROFE PSÍQUICA-FIGURAS DE MEDIAÇÃO

A catástrofe social que propicia e na qual se assenta o neoliberalismo, gera um conjunto semântico -vincular em torno de distintas figuras contrapostas: vítima-vitimário, responsáveis- desresponsabilizados, o que, por sua vez, se articula na catástrofe psíquica de um funcionamento mental que passa a funcionar em predomínio binário, com anulação do pré-consciente com sua imprescindível função ligadora- desligadora. Daí o predomínio do Eu ideal às custas do ideal do Eu, correlativo, à nível social, da valoração da *sentença* neoevangélica em prejuízo da cultura *dialogante* (Bleichmar,1981).

Nestas condições não se podem sustentar as figuras de mediação, figuras terciárias por excelência, que operam como continente ou meta-continente do resguardo social e do resguardo psíquico. Seu valor radica em que são estruturas de transcrição, tanto quanto de equilíbrio e suporte. Em seu lugar

surgem as figuras do perverso onipotente: o diabo, o impune, o corrupto, o “dealer”, o “atorrante” ; ou as figuras da extrema debilidade: os jovens, o desclasseado, o desempregado, o excluído cronificado, o próprio Estado.

Desta maneira se facilita o “ataque” a estes segundos já que o marco de proteção estatal está abolido ao ser o mesmo Estado atacado e colocado no “banco dos acusados”, por um neoliberalismo que não tolera nenhum tipo de regulação que não seja a da ganância.

As figuras da compaixão e da tolerância se atenuam a favor de uma identificação com o agressor (desgraçadamente tão multiplicada em nossos dias...) pela qual se consensua o : “se isto acontece a ele, é porque ele merece”. Esse enunciado era já muito claro na época da ditadura, ante a prisão e desaparecimento de cidadãos e não o é menos em uma sociedade que elogia cada vez mais governos de “mão dura” e uma polícia forte e decidida

102 .

É uma operatória extrema da disjunção: “ele não tem nada a ver comigo”. O “ou eu ou o outro” tanático se impõe, com o que a possibilidade de conjunção desaparece (Kaës,1984). A partir do momento em que o neoliberalismo se estrutura em um “fora” absoduelo e em um “dentro” impenetrável, a disjunção se perfila como embasamento estrutural dele.

No “fora” estão os que o merecem, aqueles que passam a ser “responsabilizados” por serem o que são (pobres ou perdedores na escala social) agrupáveis sob o comum denominador dos “inexistentes “ ou os “invisibilizados”. Ao serem mantidos nesse “fora” já não se busca nem reintegrá-los, nem educá-los, senão que a sociedade se “depura” deles . O uso de uma palavra chave nos planos de extermínio nazistas não é nenhuma casualidade...

Pelo contrário, o “dentro” é a velocidade do Mercado, os que são “signo” e se distinguem, aqueles protegidos (ou que se crêem protegidos) vivendo em fortificações amuralhadas .

Creio que em definitivo nenhum dos dois faz laço social. Os de “fora” por um processo de descidadanização insidioso; os de “dentro” porque não vivem na

¹⁰² O horrendo episódio da morte recente de um brasileiro nas mãos da polícia britânica o exemplifica.

sociedade senão em micro-experiências utópicas e asilantes. Nos dois casos, a sociedade é um espaço “escasso”, e mais que escasso, sempre insuficiente.

A resposta ao laço social insuficiente é a Máquina: como se fosse uma espécie de maquinaria quase perfeita se introduz a idéia de que a sociedade é um ensablagement que auto corrige seus erros e descarta imperfeições (Klein,2005:120) .

A partir daí nada há que justificar e creio que Habermas (1987) se equivoca ao descrever o capitalismo tardio como preocupado em fortalecer sua legitimidade. Mas quem não se equivoca é Castoriadis (1982), ao mostrar como na sociedade atual a dimensão do instituinte se perde a favor do instituído: o sujeito nada pode frente a uma estrutura-máquina-mensagem que o precede de forma acabada e o forma e /ou manipula a seu capricho.

Enquanto que a cultura, a partir da modernidade keynesiana, se julgava pelo fato de ser transmitida e atualizada, a partir do neoliberalismo se assenta na repetição e o “sempre o mesmo” . Esta cultura:

que se considera capaz de reproduzir-se de forma virtual a si mesma, é inseparável de aspectos paranóicos: todos somos controlados tanto quanto nenhum é necessário, o que é proporcional ao incompreensível das mudanças sociais que ocorrem(...) Esta conjunção de sucessos desgraçados e crises irreversíveis fazem com que o impensável encontre um tope a partir do qual se faz urgente encontrar uma explicação do que está acontecendo, por mais que subsista um sentimento difuso de que nada ou ninguém pode explicar a dimensão de catástrofe que predomina. É o ponto em que surge a figura do bode expiatório: o jovem se faz cargo da ameaça, violências e ominosidades com as quais se intenta resgatar um sentido perdido e inapreensível (Klein,2004: 121).

Quando não sustento um resguardo confiável para o crescimento de seus integrantes, o conjunto termina por buscar um bode expiatório, atacando ao mais frágil. O adolescente entra assim em um estranho ritual de morte pelo qual aparece como necessário seu sacrifício, para conservar certo ilusório equilíbrio social. Em algumas ocasiões os sacrifícios são pessoais, na maioria, o que se sacrifica é a própria adolescência...

Esta situação catastrófica implica que o adolescente se vê na necessidade de recolocar sua cotidianidade, a que passa a sobressair em termos de “sobrevivência “. E ponto paradoxal, quanto mais teria necessidade de recorrer a um psiquismo transformador mais este psiquismo se revela em situação de “insolvência”.

Desta maneira parece que o dilema que se vai perfilando: cair em uma situação de desvalimento extremo, ou anular o adolescente de suas vidas, como estratégia mínima de resguardo do psiquismo.

A EXPERIÊNCIA DO QUE É ADOLESCENTE

Assim, o aparato psíquico passa a constituir-se também segundo o modelo de uma máquina, com prevalência do ponto de vista econômico. É uma subjetividade que se vê a si mesma em termos de incremento da tensão de necessidade ou descenso da tensão de necessidade. As coisas se experimentam em termos de tormento, agobio e receio, pelo que a experiência do adolescente como conquistador, jubiloso e explorador se opõe à do adolescente como raro, envergonhado e asilado.

A violência deste tipo de adolescência se completa sob os signos da ameaça, do ameaçante e do ameaçador. Neste ponto, considero fundamental as idéias de Jeammet com respeito a um quadro de vulnerabilidade psíquica, “*expressão de uma dificuldade do aparato psíquico em ter um rol essencial de adaptação do sujeito ao duplo registro de suas necessidades e desejo e da pressão do entorno*” (Jeammet,1996: 173).

É um funcionamento mental cujos traços essenciais assinalam a potencialidade desorganizante do fantasma inconsciente, falta de eficácia do trabalho do pré-consciente, debilidade dos mecanismos que participam no trabalho de elaboração e de contenção psíquica(...) O objeto se apresenta como perturbador e atacante (Klein, 2003: 137).

Desta maneira, praticamente tudo o que é a descrição clássica da psicanálise do adolescente parece derrubar-se. Se perde a dimensão da resignificação de Kancyper (1992), a chama do júbilo de Urribarri (1990), a

possibilidade de confrontação de Winnicott (1972), a antecipação de Piera Aulagnier (1991) e o labor do re- equilíbrio pulsional de Hanna Freud (1985).

Em seu lugar se destaca uma estrutura desorganizada e desorganizadora e a comovedora necessidade de um outro-duplo, às vezes proporcionado pelo fraterno, buscando poder conjurar a presença do estranho. Duplo que é ademais prótese psíquica pois pensam e sentem através do outro. Dado que re -dimensiona o grupo de pares já não como simples lugar de identificações (o que tem a ver mais com o processo secundário), senão como evitação do estar à sós realizando entre todos um ritual que faça desaparecer o estranho e o aterrorizante.

Aquela *guerra* da ditadura continua na *guerra* dos pais por sobreviver e na *guerra* que eles mesmos mantêm -nunca declarada e apenas percebível- contra um inimigo estranho, capaz de surgir em qualquer momento e em qualquer lugar.

Ao romper-se o contrato narcisista (Aulagnier,1975) de cidadanização e de classe média estável, estes jovens passam a estar à deriva expressando um estado fluido (Lewkowicz,2004) pelo qual não é que estejam fora do laço social do trabalho e da educação, senão que, por momentos, *não estão em nenhum lugar*.

Falei do enfoque errôneo da chamada deserção liceal, acentuando o fato de que em realidade a mesma responde a que se esgotaram as estruturas de recepção e passagem. Uma consequência é que se trata de estudantes que estão em situação permanente de dar exames, *solidificando* uma situação inesgotável de endividamento.

A adolescência já não se resolve em instâncias de negociação, como é próprio da moratória de Erikson (Maier,1980), senão em uma exigência de endividamento atormentante que se cronifica e eterniza. A experiência dos estudos é *dever* matérias, a experiência do familiar é *dever* lealdade, a experiência do cotidiano é *endividante*.

Desde o liceu existem poucas possibilidades de que se gere um diálogo, por uma acentuação de uma vertente metonímica que o torna um instituído com dificuldade para dar lugar ao metafórico. Com isto, o liceu não gera condições pelas quais, a partir e por sua presença, se verifique mudança ou impacto psíquico no adolescente que o transita. Não há apuntamento psíquico na

instituição nem a instituição se apunhala nele, dentro de um processo de desapuntamento maximizado, em relação a um mínimo de atividade psíquica.

O neurótico, a formação de compromisso, o sintoma se substituem por experiências do ominoso e o estranho. Daí que tentei delinear um marco terapêutico que me parece mais apto para este tipo de construção de subjetividade.

Neste ponto a observação de Kaës (1993), referida ao grupo como uma exigência de atividade psíquica se torna relevante. Exigência, não no sentido do obrigatório, senão no sentido do possível e da possibilidade. Passar de um aparato psíquico em *desmoronamento* a um aparato psíquico com *possibilitamento* de uma fronteira que, ao instaurar diferenças fundamentais (dentro–fora; psíquico–não psíquico; fantasia-realidade; ego-superego), permite alentar processos intersubjetivos de transformação.

Quadro VI- Formas de apresentação da adolescência:

<i>Adolescência a partir da Modernidade Keynesiana</i>	<i>Adolescência a partir do Neoliberalismo</i>
cidadanização	descidadanização
aprofundamento do próprio processo adolescente.	des-adolescência
confrontação	violência
biografização	exclusão social
resignificação da infância	cena congelada
certo grau de elaboração objetal	hiperadaptação social
uso do aparato psíquico	desinvestimento massivo
júbilo	política de sacrifício

ADOLESCENTES SEM ADOLESCÊNCIA

O anteriormente exposto não pode senão fazer refletir sobre os modelos que chamo tradicionais ou “clássicos” da psicanálise de adolescentes. Os mesmos se caracterizam basicamente pelos seguintes elementos:

- marcado acento do intrasubjetivo;
- preferência por referenciais teóricos simples;
- descuido de fatores sociais;
- confusão entre puberdade e adolescência ou adolescência e juventude, ou adolescente e adolescência;
- exagerado acento do des-contextualizado, apresentando um modelo “tipo” de adolescente engajado a um modelo “tipo” de sociedade;
- estabelecimento da subjetividade sobre valores sólidos, incambiáveis, sempre encontráveis .

Por minha parte me inclinaria por um novo modelo em que se pudesse contemplar:

- adequação de uma perspectiva vincular e transubjetiva;
- incorporação de referenciais teóricos complexos e complexizantes;
- trabalho sobre variáveis sociais, figuras de mediação e formações bifásicas;
- discriminação precisa entre adolescente, adolescência, juventude e puberdade;
- contextualização adequada de circunstâncias, fatos e problemáticas sociais;
- forjamento de novas teorias que dêem conta de uma construção de subjetividade assentada em processos de cidadanização em “quarentena”, psiquismo “desmantelado” e um “fluido” como presença efetiva.

Creio que as referências adolescentes que surgem já não são estritamente etárias nem geracionais, valores sólidos por excelência. Em seu lugar parece surgir:

- 1) um **modelo flutuante**.
- 2) um **modelo de migração interna**.

1) O **modelo flutuante** busca estabelecer que já não se trata de delimitar as formas de como transcorre a adolescência, senão que se torna imperioso estabelecer como se entra e como se sai da mesma, o que apresentei como estruturas de boas-vindas e estruturas de despedida. Quer dizer, clarificar como se estabelece o articulado que agoura adolescência e os obstáculos que fazem impossível adolescência .

Na psicanálise clássica as coordenadas témporo-espaciais se davam como estabelecidas e introjetadas (através do crescimento). Hoje o que impera é

uma “desorientação” que indica que não existem rumos precisos nem pré-estabelecidos.

Provavelmente o sujeito esteja mais à mercê de si mesmo, ou em um encontro com o outro (Outro) que remete a situações inéditas. Somente que é um excesso do inédito, contraposto a um inédito estruturante que sempre supunha implicitamente, um marco de não-mudança que acompanhava e apontava a mudança. Hoje o marco é tanto a mudança como a mudança mesma.

2) O modelo de **migração interna** busca complementar o anterior, destacando a sensação de estranheza ominosa que desperta o adolescente em sua sociedade. Sempre presente “algaraviosamente” em discursos políticos e sociais, é ignorado ou esquecido em práticas e realidades sociais que não fomentam senão processos de descidadanização que o convertem em um imigrante de seu próprio país.

Esta relação entre a adolescência e o emigrante já foi sugerida:

Para dar uma idéia do tormentoso e agitado que pode ser a adolescência, esse largo trânsito da infância à adultez, foi comparada à de um emigrante que, em um barco sacudido pelas tempestades, vai fazendo lentamente seu caminho até o Novo Mundo (Grinberg,1984: 91).

Igual ao emigrante, o adolescente passa por uma situação combinada de perda de direitos, exílio e desarraigo. Se para o emigrante esse impacto é sua terra de destino, para o adolescente é a adolescência a que se tornou impactante.

Em ambos os casos, ademais, se percebe perda de funções egóicas (transitórias no emigrante [Grinberg, 1984]), que fazem urgente que se busquem novas formas para sobreviver e reorganizar-se. Em definitivo, assim como o emigrante, o adolescente sente que enfrenta um desconhecido que resiste à possibilidade de ser conhecido, estando exposto a processos regressivantes (idem).

Em definitivo, a adolescência como aquele *espaço-tempo-marca* privilegiada sucumbe, com o que se desmembram experiências sociais, familiares e

subjetivas, que se mantinham integradas e resignificadas desde aquela. Este “puzzle sem um modelo para armar”¹⁰³ erradica necessariamente então o conflito como instância de mediação e formação de compromisso. Pelo contrário aquele puzzle “com modelo para armar”, implicava a possibilidade de tomar o conflito como oportunidade de crescimento, funcionando o aparato psíquico como continente do conflito.

Desta maneira o aparato psíquico se mantinha auto-apuntalado e catectizado (“alimentado”) por si mesmo, estabelecendo comunicação e diferença entre suas instâncias constitutivas. Este modelo de aparato psíquico é provavelmente adequado à modernidade keynesiana, onde subjetividade e psiquismo se correspondem e correlacionam de forma trófica .

Mas, em tempos de neoliberalismo, a subjetividade que aparece é outra, caracterizada pelo aplastamento ou “*untergäng*” do aparato psíquico (Bleichmar,1997). A problemática do *vazio*, substitue a da *formação de compromisso* e, em definitivo, subjetividade e psiquismo creio que se tornam antinômicos. A condição de sobrevivência de subjetividade é o empobrecimento (ou forma de expulsão) do aparato psíquico, o que redobra o imaginário neoliberal : todo espaço se constitui por expulsão irreversível de algo-alguém.

O aparato psíquico não está em realidade *ausente* senão *empobrecido*. Uma expressão de seu empobrecimento é que se substituem estruturas que se embasam no conflito, por outras que se embasam no consenso ou na sentença. Assim se constata uma atividade sobressalente do Eu ideal junto a um super- ego de tipo sádico (Klein,1997b). Estes elementos confluem em fragilizar o trânsito pela vida, com o que, no processo de crescimento, passam a predominar vivências atormentantes e inquietantes.

A mente como espaço de integração e recepção de notícias do mundo interno (Bollas,1991), é *desapuntalada* e confinada a uma situação de limite, donde o *desastroso* está presente substituindo o *júbilo* (Urribarri,1990) cada vez mais convertido em uma situação infreqüente.

Há que ter em conta que o neoliberalismo inaugura uma experiência social sem antecedentes. O laço social se estreita e exclue: nem todos formam parte

¹⁰³ Título de um de meus livros: “Adolescência: um puzzle sem modelo para armar” (2004).

dele, ou melhor dito, somente uma minoria tem direito a ele. *O adolescente fica relegado a ser somatória de situações e já não estritamente período etário.*

Situação que remete à hipótese central desta investigação: *se trata de pensar o inaudito de um estado de adolescentes sem adolescência.* Entendo adolescentes - sem adolescência não como uma antinomia senão como um *conceito - umbral* no sentido de que, *“há noções, conceitos, categorias (...) que requerem uma experimentação para determinar-se na experiência que iniciam, por isso desejaria chamar palavras-umbral a estas categorias, conceitos ou noções* (Lewkowicz,2004:151).

Desta maneira não me interessa destacar um *inexistente* (pois sem dúvida existem ainda adolescentes *com* adolescência), senão a consolidação de condições que fazem viável este *impossível*.

REPASSO DO MARCO TERAPÊUTICO DE TRABALHO

Proponho então como estratégia terapêutica a consolidação do *mental* (Bollas,1991) como estrutura de mediação fundamental entre o aparato psíquico e o mundo externo e entre psiquismo e subjetividade. Tomo *mente* como uma possibilidade de subjetividade que não é em si aparato psíquico, senão estratégia de funcionamento mental caracterizado pela consolidação de um self genuíno (Bollas, 1991), calmo e íntegro .

Se considero o conflito como correlativo ao aparato psíquico, é porque simultaneamente creio que existe um marco –o mental- como fundo silencioso de calma e tranqüilidade. De alguma maneira se relaciona ao fato de que a interpretação tem como marco-fundo também un silêncio elaborativo.

Me parece importante assinalar, a partir do material apresentado, uma mudança substancial operada a partir do neoliberalismo no que diz respeito ao grupo terapêutico. Enquanto que em geral os grupos adolescentes traziam -em tempos de modernidade- uma experiência que podíamos denominar traumática, em tempos de neoliberalismo a experiência que se consolida é de tipo catastrófica (Lewkowicz, 2004).

Por traumatismo me refiro à uma situação capaz de sofrer algum tipo de transformação, quer dizer um processo de nominação e compreensão. Pelo contrário, o catastrófico remete a uma situação inomeável e impensável. Esta idéia se complementa com o que Lewkowicz (2004) menciona como estado

fluido próprio do neoliberalismo, propiciante de uma subjetividade sem ancoradouros sociais nem embasamentos narcisistas categóricos.

Daí a importância de um enquadre que facilite condições de laço social e no qual se verifique diferença, se os integrantes acudem ou não ao grupo. Me refiro à necessidade de manter uma atitude atenta e contínua baseada na preocupação pela presença e não somente na tolerância à ausência (que era o modelo de trabalho que sustentei durante muito tempo). Tem que haver uma diferença entre estar ou não estar no grupo, relacionada a uma verdadeira marca de integração ao mesmo, inseparável por outra parte de sua dignidade como seres humanos.

E talvez “ marca” no grupo seja ainda insuficiente, tendo que acrescentar uma dimensão mais “espessa” e sólida, se temos em conta a dimensão do anulado social que estes jovens portam. Quiçá essa é a primeira operativa terapêutica: transmitir a absoluta segurança do fundamental de sua presença no grupo, ajudá-los a sentir-se integrados ao mesmo, “quebrando” esse instituído social pelo qual se transformam em expulsos.

Por isso me referi a metáforas muito mais concretas, de tipo corporal, (*abrochamento, enxertamento*) para referir-me a estes processos de “entrada” e “boas-vindas” ao grupo. Como assinala Galende (1997) se faz fundamental, como estratégia em saúde mental, a possibilidade de integração a um coletivo, neste caso, o grupo terapêutico. O fato de que isto se logre já é um logro, coisa que antes se desdenhava ou não se tinha em conta.

A partir do modelo terapêutico próprio da modernidade keynesiana, existiam condições institucionais precisas que efetivavam a transformação do consultante em paciente, colocado rapidamente desta maneira, no medular do terapêutico. Pelo contrário, hoje nos encontramos trabalhando com adolescentes que por momentos são pacientes e por momentos não. Como estão *dentro* do grupo, estão *fora* do mesmo, o que é uma situação inevitável, já que esta é a experiência que têm de como estar nas coisas: dentro e fora.

Por isso é insuficiente falar do movimento intra familiar ao fora familiar, ou pensar o terapêutico como passagem de endogamia a exogamia . *Não se trata de experiências de passagem senão de bordas*. Vivem nas bordas da família; sobrevivem nas bordas institucionais; se parapeitam nas bordas da adolescência. A partir dessa borda de grupo inevitavelmente uma parte deles

estará atenta ao *dentro*, enquanto que outra estará em um *fora* do qual não se podem desprender totalmente.

Para Kaës (1993) o sujeito de grupo precede e interatua com o sujeito do inconsciente, mas não creio que sempre seja assim. Nestas situações que descrevo há algo dos conjuntos que não precede, senão que é simultâneo ao sujeito. A partir da cultura dos pais abrumados não há dimensão temporal: passado-presente-futuro, somente há presente “devorado” pela batalha da sobrevivência, com o que ao filho se quitaram as possibilidades de estabelecer-se como herdeiro e sucessor, reclamado em uma tarefa de ajuda, sustento e cuidado de seus pais.

Não obstante, como já indiquei, resgato uma idéia kaeseana fundamental: o grupo como exigência de trabalho psíquico, expressável em uma múltipla atividade re-enigmatizante, na cultura dialógica e no aparato mental (Grinberg,1986) dos terapeutas. Desta maneira o indizível se vai transformando em dizer; o impensável em representações diversas; o inomeável em comunicações complexizantes, gerando-se, ademais, a elaboração da capacidade para suportar a angústia.

Devo confessar inclusive que encontro nestas três categorias do indizível, o inomeável e o impensável, melhores descritores da situação de subjetividade adolescente e do que pode acontecer no processo terapêutico, do que nas categorias de inconsciente, consciente, manifesto e latente ...

Desta maneira creio que é necessário explicitar, para terminar, uma hipótese que tenho mantido implícita ao longo desta investigação: supor que ainda a partir de um grupo terapêutico, estes adolescentes são uma mostra confiável para estender uma série de hipóteses a um marco mais amplo de adolescentes.

Minha resposta ao respeito é positiva, mas ainda assim é uma hipótese de trabalho que deverá ser ratificada ou retificada com outras investigações. De qualquer maneira faço notar que nos motivos de consulta destes “pacientes” pouco há de patológico. Sintomas somáticos, conflitos nos vínculos familiares, ansiedade, transtornos de conduta, em maior ou menor grau aparecem em todo adolescente. Que não se expressem, não quer dizer que não estejam, senão que se ocultam no que defini como self clandestino.

Assim mesmo observa-se que os itens de composição familiar, ocupação e rendimento estudantil que apresento no capítulo sobre contextualização da investigação são similares aos de outros jovens que não demandam atenção terapêutica. Como o mesmo informe da Clínica Psiquiátrica observa, são dados esperáveis de acordo com a proveniência da classe média, classe média-baixa desta população.

Assim mesmo as observações que realizo sobre o processo terapêutico destes tipos de grupos, me parece que sugere que nestes, mais que trabalhar sobre patologia e sintomas, se trabalha mais, muito mais, a partir de subjetividade e construção de subjetividade (Galende, 1997). Quer dizer, creio que acompanhamos o processo de subjetivação adolescente, no sentido de que, ao contrário do que se pensa geralmente, estes jovens não consultam necessariamente por uma patologia do adolescente, senão por uma dificuldade de atravessar e elaborar o processo adolescente, especialmente frente aos desafios que, como indiquei, estão determinados pelo contexto neoliberal.

Assim aparece como traço predominante, sejam ou não “pacientes”, o paradoxal ocultamento de sua parte adolescente, que aparece entremesclada a objetos inquietantes e situações ameaçantes que dificilmente podem albergar. Daí que assinalei o grupo como um espaço possível de re-adolescentização.

A configuração familiar não está ausente deste processo. Acusados não poucas vezes de cangaceiros, vagabundos, indolentes e descuidados, estes jovens nos revelam sua ansiedade por reencontrar um ideal de família que, todavia, se mostra esquivo. Não poucas vezes constatamos transferencialmente assim a pergunta sobre como fazer família a partir do grupo.

Desta maneira, e, como conclusão final, direi que creio que o neoliberalismo (permitam-me o banal do termo) é uma “bomba-relógio”. A partir da cotidianidade, os vínculos, os entramados sociais “explodem” em distintas formas de anomia, condutas graves, violência extrema, drogadição ou outras. Daí que não é pouca coisa nos perguntar sobre que tipo de sociedade estamos criando, acentuando nossa responsabilidade a respeito. Ao mesmo tempo, me interrogo em que implica esta situação a partir da assistência social, dos sistemas de saúde e saúde mental e educação: como devemos modificar e adaptar esses modelos e práticas de trabalho? Outro desafio se refere à

psicanálise: seus tipos de intervenção e os esquemas formativos que privilegia, por momentos tão distantes do que é esta realidade social...

Mas a “explosão” não é somente à luz do dia. Há outra que é subterrânea. Acostumados a pensar o dramático em termos de violência, de pobreza extrema, de atos trágicos, perdemos a perspectiva de que o dramático nem sempre surge de forma esmagadora e abrumante. Há outro drama referente ao dia-a-dia, a pequenos gestos, a condutas que se vão tolerando e marcando diferenças em relação a usos e costumes que se tanatizam cada vez mais. Sobre tudo isto é que falo nas páginas precedentes. Por isso, sem ânimo de nenhuma perspectiva apocalíptica (que pessoalmente repudio), digo: O pior está ainda por chegar.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, N. *Historia de la Filosofía*. Barcelona, Montaner y Simon S. A, 1963.
- ABERASTURY, A & KNOBEL, M. *La Adolescencia Normal- Un enfoque psicoanalítico*. Argentina, Paidós, 1980.
- ABRAMO ,H. & MARTONI BRANCO,P. (org.) *Retratos da juventude brasileira, análises de uma pesquisa nacional* . Porto Alegre, Editora Fundação Perseu, 2005.
- ABRAMOVAY, M. *et al. Gangues, galeras, chegados e rappers. Juventude, Violencia e Cidadania nas Cidades da Periferia da Brasília*. Brasil, Unesco, 1999.
- ACHER, M. *Cultura y teoría social*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1997.
- ADMINISTRACION NACIONAL DE LA ENSEÑANZA. *Unidad Ejecutora de los Programas de Educación Media y Formación Docente (MES y FOD y UTU/BID)*, Montevideo, 2002.
- ANTUNES, R. *Crisis capitalista contemporánea y las transformaciones en el mundo del trabajo In: Capacitação em serviço social e política social: Modulo 1*. Brasilia: CEAD, 1999.
- ANZIEU, D & MARTIN, J. *La dinámica de los Grupos Pequeños*. Argentina, Kapelusz, 1971.
- ANZIEU, D. *El grupo y el inconsciente grupal. El imaginario grupal*. Madrid, Biblioteca Nueva, 1986.
- ANZIEU D. (org) *Las envolturas psíquicas*. Argentina, Amorrortu, 2000.
- ARAUJO, A. (org.) *Impactos del desempleo. Transformaciones en la subjetividad*. Montevideo, Alternativas, 2002.
- ARENDT, H. *Eichman en Jerusalén*. España, DeBolsillo, 2004.
- ARIÈS, PH. & DUBY, G. (orgs.) *Historia de la vida privada, vol. II: La alta Edad Media*. Buenos Aires, Taurus, 1990.
- ARIÈS, PH. & DUBY, G. (orgs.) *Historia de la vida privada, vol. VI: La Comunidad, el Estado y la Familia*. Buenos Aires, Taurus, 1990.

- ARIÈS, PH. & DUBY, G. (orgs.) *Historia de la vida privada, vol. VII: La revolución francesa y el asentamiento de la sociedad burguesa*. Buenos Aires, Taurus, 1990.
- ARIÈS, PH. & DUBY, G. (orgs.) *Historia de la vida privada, vol. VIII: Sociedad burguesa: aspectos concretos de la vida privada*. Buenos Aires, Taurus, 1990.
- ARIÈS, PH. & DUBY, G. (orgs.) *Historia de la vida privada, vol. XI: La vida privada en el siglo XX*. Buenos Aires, Taurus, 1990.
- AULAGNIER, P. *Construir (se) un pasado*. Argentina, Revista de APdeBA Vol XIII-Nº 3, 1991.
- AULAGNIER, P. *Entrada en la Psicosis*. Argentina, Revista de Psicoanálisis de Niños y Adolescentes Nº 7, 1994.
- AULAGNIER, P. *Los destinos del placer: alienación, amor, pasión*. Argentina, Paidós, 1994.
- AULAGNIER, P. *La violencia de la interpretación. Del pictograma al enunciado*. Argentina, Amorrortu, 1975.
- BARANGER, W. *Posición y objeto en la obra de Melanie Klein*. Argentina, Kargieman, 1971.
- BARRAN, J.P. Pubertad y adolescencia, una visión histórica uruguaya: del ochocientos al novecientos. *In: Portillo, J. et al. La adolescencia Uruguay*, Ediciones De la Banda Oriental, 1991.
- BAUDRILLARD, J. *Las estrategias fatales*. España, Anagrama, 1984
- BAUMAN, Z. *Modernidad e Ambivalencia*. Brasil, Jorhe Zahar Editor, 1999.
- BECK, U. *et al. Modernización reflexiva-política, tradición y estética en el orden social moderno*. España, Alianza Universidad, 1997.
- BENJAMIN, W. La obra de arte en la época de su reproductibilidad técnica *In: Discursos interrumpidos*. Madrid, Taurus Ediciones, 1982.
- BERENSTEIN, I. *Psicoanálisis de la Estructura Familiar- Del destino a la significación*. Argentina, Paidós, 1981.
- BERENSTEIN, I. & PUGET, J. *Psicoanálisis de la Pareja Matrimonial*. Argentina, Paidós. 1988.
- BERMAN *et al. Efectos psicosociales de la represión política .Sus secuelas en Alemania, Argentina y Uruguay*. Argentina, Goethe Institut, 1994.
- BERNARD, M. *Introducción a la lectura de la obra de René Kaës*. Argentina, Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupos, 1991.

- BERNARD, M. *Los vínculos en el psicoanálisis francés contemporáneo-Una aproximación crítica a la obra de René Kaës*. Argentina, Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupos , 2001.
- BIBLIA, *La Traducción del Nuevo Mundo*. EE.UU. Watchtower and Tract Society of New York, Inc, 1987.
- BION, W.R. *Aprendiendo de la experiencia*. Barcelona, Argentina, Paidós, 1962.
- BION, W.R. *Experiencias en grupo*. Argentina, Paidós, 1979.
- BIRMAN, J. *Mal-estar na atualidade* .Río de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- BLEGER, J. *Simbiosis y ambigüedad*. Argentina, Paidós, 1967.
- BLEICHMAR, H. *El narcisismo- Estudio sobre la enunciación y la gramática inconsciente*. Argentina, Nueva Visión, 1981.
- BLEICHMAR, H: *Avances en Psicoterapia Psicoanalítica- Hacia una técnica de intervenciones específicas*. España, Paidós, 1997.
- BLEICHMAR, H. *Introducción al estudio de las perversiones*. Argentina, Nueva Visión, 1982.
- BLEICHMAR, H. *Del apego al deseo de intimidad: Las angustias del desencuentro*. Revista de Psicoanálisis Aperturas Psicoanalíticas No.2 www.aperturas.org/2bleichmar.html , 1999.
- BLEICHMAR, H. [El tratamiento de las crisis de pánico y el enfoque "Modular-transformacional"](#) Revista de Psicoanálisis Aperturas Psicoanalíticas No.3 www.aperturas.org/3bleichmar.html , 1999b.
- BLEICHMAR,S. *Acerca del malestar sobrante* Argentina, www.topia.com.ar/articulos/21malest.htm ,1997.
- BLOS, P. *La transición adolescente*. Argentina, ASAPPIA, 1978.
- BOLLAS, C. *La sombra del objeto- Psicoanálisis de lo sabido no pensado*. Argentina, Amorrortu, 1991.
- BOLLAS, C. *Fuerzas de destino. Psicoanálisis e idioma humano*. Argentina, Amorrortu, 1993.
- BRACONNIER, A. *La depresión en la adolescencia, un avatar de la transformación del objeto del amor*. Argentina, Revista de Psicoanálisis de Niños y Adolescentes N° 9, 1996.
- BURGUIÈRE,A. *Diccionario de las Ciencias Históricas*. Rio de Janeiro,Imago, 1993.

- BURIN, M. & MELER, I. *Genero y familia-Poder.amor y sexualidad en la construcción de la subjetividad*. Argentina, Paidós, 1998.
- CALDEIRA,T. *Cidade de muros-Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Brasil, Editora 34, 2000.
- CASTEL, R. *Las metamorfosis de la cuestión social. Una crónica del salariado*. Argentina, Paidós, 1997.
- CASTORIADIS, C. *A Instituição imaginária de sociedade*. Brasil, Paz e Terra, 1982.
- CASTORIADIS, C. *A criação histórica*. Brasil, Artes e ofícios, 1992.
- CENTRO LATINOAMERICANO DE DEMOGRAFIA (CELADE), COMISION ECONOMICA PARA AMERICA LATINA (CEPAL), ORGANIZACIÓN IBEROAMERICANA DE LA JUVENTUD (OIJ). *Informe 2002*, Montevideo, 2002.
- COHENDOZ,M. *Identidad joven y consumo: la globalización se ve por MTV*. España, <http://www.ull.es/publicaciones/latina/a1999coc/35mtv.html>, 1999.
- COUTINHO,C. *Gramsci. Un estudio sobre su pensamiento político*.Brasil, Civilização Brasileira, 1999.
- COUTINHO,C. *Contra a corrente-Ensaio sobre Democracia e Socialismo*. São Paulo, Cortez, 2000.
- COUZENS, D. (org): *Foucault*. Argentina, Nueva Visión, 1988.
- CZERNIKOWSKI, E. (org) *Entre hermanos – Sentido y efectos del vínculo fraterno*. Argentina, Buenos Aires, 2003.
- CHASSEGUET SMIRGEL, J. *Trauma et croyance*. Francia, Revue Française de Psychanalyse 1. 2000. PUF, 2000.
- CHASSEGUET SMIRGEL, J. *El ideal del yo*. Argentina, Amorrortu, 1975.
- CHINCHILLA, E. *Las palabras para decirlo. Un enfoque intersubjetivo de la comunicación en psicoterapia*. Revista Aperturas Psicoanalíticas N° 12,<http://www.aperturas.org/12ortiz.html>, 2002
- DANY DUFOUR, R. *A arte de reduzir as cabeças. Sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Brasil, Companhia de Freud Editora, 2005.
- DIO BLEICHMAR, E. *La sexualidad femenina. De la niña a la mujer*. España, Paidós, 1997.
- DOLTO, F. *La causa de los adolescentes*. España, Seix Barral, 1990.

- DOR, J. *El padre y su función en Psicoanálisis*. Argentina , Nueva Visión, 1990.
- DUBY, G. & PERROT, M. (orgs.) El siglo XIX. Cuerpo, trabajo y modernidad. *In: Historia de las Mujeres vol. VIII*. Argentina, Taurus, 1991.
- DUSCHATZKY, S *et al*. *Chicos en banda. Los caminos de la subjetividad en el declive de las instituciones*. Argentina, Paidós, 2002.
- CELADE. *Boletín Demográfico*, Santiago de Chile, V. 28, n.56, jul. 1995.
- EIGUER, A, *et al*. *Lo generacional Abordaje en terapia familiar analítica*, Argentina, Amorrortu, 1998.
- ELLIOT, A. *Teoría social y psicoanálisis en transición - Sujeto y sociedad de Freud a Kristeva*. Argentina, Amorrortu,1995.
- ENRIQUEZ, E. El fanatismo religioso y político *In : LEVI,A. (org) Psicociología, análisis social e intervención* Belo Horizonte, Auténtica 2001.
- ENRIQUEZ, E. Plus jamais ça *In : Devoir de mémoire: entre passion et oubli*. Revue Française de Psychanalyse Tome LXIV - Francia, Presses Universitaires de France, 2000.
- ENRIQUEZ,M La envoltura de memoria y sus huecos *In :ANZIEU D. (org) Las envolturas psíquicas*. Argentina, Amorrortu, 1990.
- ERGAS, Y. El sujeto mujer: el feminismo de los años sesenta-ochenta *In : Historia de las Mujeres vol. X*. Argentina, Taurus, 1993.
- ETCHEGOYEN, H. *Los fundamentos de la técnica psicoanalítica*. Buenos Aires, Amorrortu ,2002.
- FERNANDEZ, A. y otros. *Tiempo histórico y campo grupal-* Argentina, Nueva Visión, 1993.
- FERNANDEZ, A. La dimensión institucional de los grupos. *In: Lo Grupal 7*. Argentina, Búsqueda, 1989.
- FIERRO, L. *Motivos de consulta en adolescentes*. Montevideo, Equipo de Adolescencia-Policlínica Psiquiátrica-Hospital de Clínicas, 1992.
- FIORINI, H. *Perfil clínico y psicodinámica del trastorno narcisista* .Uruguay, AUDEPP Tomo IV-Nº2, 1994.
- FISHER, T. (org) .*Gestaô contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. Brasil, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

- FONAGY, P. *Persistencias transgeneracionales del apego: una nueva teoría*. Revista Aperturas Psicoanalíticas N° 3, <http://www.aperturas.org/3fonagy.html>, 1999.
- FONAGY, P. *Apegos patológicos y acción terapéutica*. Revista Aperturas Psicoanalíticas N° 4, <http://www.aperturas.org/4fonagy.html>, 2000.
- FORRESTER, V. *Una extraña dictadura*. Argentina, Fondo de Cultura Económica, 2000.
- FOUCAULT, M. *Historia de la sexualidad – vol. I: La voluntad de saber*. España, Siglo XXI, 1995.
- FOUCAULT, M. *Vigilar y castigar- El nacimiento de la prisión*. España, Siglo XXI, 1976.
- FOUCAULT, M. La Tecnología Política de los individuos. In: *Coleção Ditos & Escritos V*. Brasil, Política Forense Universitaria, 2004.
- FOUCAULT, M. La Ética del Cuidado de si como practica de libertad. In: *Coleção Ditos & Escritos V*. Brasil, Política Forense Universitaria, 1988.
- FOUCAULT, M. Deux essais sur el sujet et le pouvoir. In : DREYFUS H. & RAIBOW ,P. *Michel Foucault. Un parcours philosophique*. Francia, Gallimard, 1984.
- FRAGA. *et al. Jovens en tempo real*. Brasil, DP&A editora, 2003.
- FRANCO, Y. *Subjetividad: lo que el mercado se llevó.(Una perspectiva desde el pensamiento de Cornelius Castoriadis)*. Buenos Aires, www.magma-net.com.ar/subjetividad.htm, 2000.
- FRANCO, Y. *Más allá del Malestar en la Cultura*. Argentina, www.topia.com.ar/articulos/25masal.htm, 1998.
- FRANCO, Y. *Riesgo - país / Riesgo - sujeto*. Argentina, www.magma-net.com.ar/homeyago.htm, 2001.
- FRANCO, Y. *Clínica psicoanalítica en la crisis: resignación y esperanza*. Argentina, Topía en la Clínica N° 3, 1999.
- FRANKEL, J. *Explorando el concepto de Ferenczi de identificación con el agresor. Su rol en el trauma, la vida cotidiana y la relación terapéutica*. Revista Apertura de Psicoanálisis N° 11, www.aperturas.org/11frankel.html, 2002.
- FREUD, S. *Proyecto de una Psicología para Neurólogos*. Argentina, Amorrortu, Vol. I, 1895.

- FREUD, S. *Tres ensayos de Teoría Sexual*. Argentina, Amorrortu vol. VII, 1905.
- FREUD, S. *Tótem y Tabú*. Argentina, Amorrortu, Vol. XIII, 1913.
- FREUD, S. *Lo ominoso*. Argentina, Amorrortu Vol. XVII, 1919.
- FREUD, S. *Psicología de las Masas y Análisis del Yo*. Argentina, Amorrortu, Vol. XVIII, 1921.
- FREUD, S. *El yo y el ello*. Argentina, Amorrortu Vol. XIX, 1923.
- FREUD, S. *El desactivamiento del Complejo de Edipo*. Argentina, Amorrortu, Vol. XIX, 1924.
- FREUD, S. *El malestar en la cultura*. Argentina, Amorrortu Vol. XXI, 1931.
- FREUD, H. *Psicoanálisis del Desarrollo del Niño y el Adolescente*. Argentina, Paidós, 1985.
- GALENDE, E. *De un horizonte incierto, psicoanálisis y salud mental en la sociedad actual*. Argentina, Paidós, 1997.
- GARBARINO, M. et al: *Interpretación y Psicoanálisis durante la Adolescencia*. Uruguay, Revista de APU N° 68, 1988.
- GARBARINO, M. & MAGGI: *Creatividad en Psicoanálisis de Adolescentes*. Uruguay, Temas de Psicoanálisis N° 8, 1987.
- GIDDENS, A. *La transformación de la intimidad. Sexualidad, amor y erotismo en las sociedades modernas*. España, Ediciones Cátedra, 1995.
- GIDDENS, A. *Modernidad e Identidad del Yo*. España, Península, 1997.
- GIDDENS, A. *Consecuencias de la modernidad*- España, Alianza Universidad, 1990.
- GINES, A.M. et al. *Evaluación de un Modelo Hospitalario de Asistencia Psicosocial para Adolescentes*. Montevideo, Policlínica Psiquiátrica- Hospital de Clínicas, 1996.
- GIOVACCHINI, G. et al. *Adolescentes borderline*. Argentina, Nueva Visión, 1989.
- GOLSE, B : *Du traumatisme entre pulsions de vie et pulsions de mort ou de la passion à l'oubli*. Francia, Revue Française de Psychanalyse Tome LXIV, 2000.
- GOMEZ RAMOS, A. *Totalitarismo, historia y banalidad del mal*. España, www.uc3m.es/uc3m/dpto/HC/AGR/totalitarismo.html, 2003.
- GRAVES, R. *Los mitos griegos*. España, Alianza, 1985.

- GREEN, A. *El Trabajo de lo Negativo*. Argentina, Amorrortu, 1993.
- GREEN, A. *Narcisismo de vida- Narcisismo de muerte*. Argentina, Amorrortu, 1986.
- GREEN, A. *De locuras privadas*. Argentina, Amorrortu, 1994.
- GREEN, A. *Punto de vista del psicoanalista sobre la psicosis en la adolescencia*. Argentina, Revista de Psicoanálisis de Niños y Adolescentes, N° 7, 1994.
- GRINBERG, L. *Introducción a las ideas de Bion*. Argentina, Paidós, 1986.
- GRINBERG, L. & GRINBERG, R. *Psicoanálisis de la migración y del exilio*. España, Alianza Editorial, 1984.
- GRYNER, S. *et al. Lugar de palavra*. Brasil, Núcleo de Atenção à Violência (NAV), 2003.
- GUTTON, P. *Lo Puberal*. Argentina, Paidós, 1993.
- HABERMAS, J. *Teoría y Praxis. Estudios de Filosofía Social*. España, Tecnos, 1987.
- HOBBSAWM, E. *Historia del siglo XX ,1914-1991*. España, Crítica-Grijalbo Mondari, 1995.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA, *Informe 2003 y 2004*. Uruguay <http://www.ine.gub.uy/biblioteca/publicaciones.htm>
- JANIN, B. *Aportes para repensar la psicopatología de la infancia y la adolescencia*. Argentina, Revista Argentina de Psicología, Vol.40, 1989.
- JEAMMETT, PH. *Violencia y narcisismo*. Argentina, Revista Niños y Adolescentes N° 11, 1998.
- JEAMMETT, PH. *La depresión en el Adolescente*. Tratado de Psiquiatría del Niño y el Adolescente, Biblioteca Nueva, 1989.
- JEAMMETT, PH *et al. Estudio clínico - estadístico de la psicopatología de las tentativas de suicidio en el adolescente y el adulto joven*. Argentina, Revista de Psicoanálisis de Niños y Adolescentes, N° 9, 1996.
- JEAMMETT, PH. *Lo que se pone en juego en la adolescencia; La identificación en el adolescente*. Argentina, Revista de Psicoanálisis de Niños y Adolescentes N° 2, 1992.
- KÄCHELE,H.& THOMÄ, H. *Teoría y práctica del psicoanálisis* Barcelona,Herder,1989.

- KAËS, R. *Realidad Psíquica y sufrimiento en las Instituciones*. Argentina, Paidós, 1993.
- KAËS, R. *El grupo y el sujeto del grupo. Elementos para una teoría Psicoanalítica del Grupo*. Argentina, Amorrortu, 1993.
- KAËS, R. *El aparato psíquico grupal. Construcciones de grupo*. Barcelona, Granica, 1977.
- KAËS, R. *La dimensión psicoanalítica de grupo*. Argentina, Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de grupo, 1994.
- KAËS, R. (org.): *Transmisión de la Vida Psíquica entre Generaciones*. Argentina, Amorrortu, 1996.
- KANCYPER, L. *Resentimiento y Remordimiento- Estudio psicoanalítico*. Argentina, Paidós, 1992.
- KANCYPER, L. *La confrontación Generacional*. Argentina, Paidós, 1997.
- KANCYPER, L: *Jorge Luis Borges o la pasión de la amistad*. Argentina, Paidós, 1989.
- KEHL, R. (org) *Função fraterna*. Brasil, Relume Dumará, 2000.
- KLEIN, A. et al. *Hacia una metapsicología de lo comunitario. Estrategias con grupos adolescentes*. Uruguay, Roca Viva, 1997a.
- KLEIN, A. et al. *De la paradoja al grupo: el adolescente a nivel hospitalario y comunitario*. Uruguay, Roca Viva, 1997b.
- KLEIN, A. *Escritos psicoanalíticos sobre Psicoterapia, Adolescencia y Grupo*. Uruguay, Psicolibro-Waslala, 2003.
- KLEIN, A. *Imágenes del adolescente desde el psicoanálisis y el imaginario social. Condiciones de surgimiento de la adolescencia desde la modernidad y el disciplinamiento adolescentizante desde la pos-modernidad*. Uruguay, Psicolibros, 2002.
- KLEIN, A. *Adolescencia, un puzzle sin modelo para armar*. Uruguay, Psicolibro- Waslala, 2004.
- KOHUT, H. *Análisis del Self- El trastorno psicoanalítico de los trastornos narcisistas de la personalidad*. Argentina, Amorrortu, 1977.
- KOHUT, H. "Introspection, empathy and the semi-circle of mental health." *International Journal of Psychoanalysis* N°63, 1982.

- KYMLICKA, W.& WAYNE, N. *El retorno del ciudadano. Una revisión de la producción reciente en teoría de la ciudadanía*. España, Revista sobre Estado y la Sociedad, 1997 .
- LACAN, J. *Las formaciones del inconciente*. Argentina, Nueva Visión, 1979.
- LAGO, L. *A lógica segregadora na metrópole brasileira: novas tesis sobre antigos processos*. Brasil, Cuadernos IPPUR/UFRJ ano XV, Nº 2, 2001
- LAPLANCHE, J. *La sexualidad* . Argentina, Nueva Visión, 1980.
- LAPLANCHE, J. La cubeta. Trascendencia de la transferencia. *In: Problemáticas V* .Argentina, Amorrortu, 1987.
- LAPLANCHE, J & PONTALIS, J.B. *Diccionario de Psicoanálisis*. España, Labor, 1981.
- LAPLANCHE, J. *Nuevos Fundamentos para el Psicoanálisis*. Argentina, Amorrortu, 1987.
- LEWKOWICZ, I. *Pensar sin estado. La subjetividad en la era de la fluidez*. Argentina, Paidós, 2004.
- LEWKOWICZ, I. *et al Del fragmento a la situación. Notas para la subjetividad contemporánea*. Argentina, Gráfica México, 2001.
- LIPOVETSKY, G. *La era del vacío -Ensayos sobre el individualismo contemporáneo*. España, Anagrama, 2000.
- LYONS RUTH, K. *La disociación y el diálogo infanto- parental: una perspectiva longitudinal a partir de la investigación sobre apego*. Revista Aperturas Psicoanalíticas Nº17, <http://www.aperturas.org/17lyons.html>, 2004.
- LYOTARD, J. *La condición posmoderna. Informe sobre el saber* .España, Cátedra, 1989.
- MACHADO, M. D. C. *Carimáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar*. Campinas (SP), Autores Asociados/ ANPOCS, 1996.
- MAIER, H. *Tres teorías sobre el desarrollo del niño*. Argentina, Amorrortu, 1980.
- MARGULIS, M. *et al. La cultura de la noche. La vida nocturna de los jóvenes en Buenos Aires*. Argentina, Biblos, 1997.
- MARSHALL, T. *Ciudadanía, clase social y status*. Brasil, Labor, 1967.
- MINISTERIO DE EDUCACIÓN Y CULTURA. *Informe de la Comisión Coordinadora de la Juventud*. Montevideo, 1998.
- MISSAE TAKEUTI, N. *No outro lado do espelho. A Fratura Social e as Pulsoes Juvenis*. Brasil, Relume Dumará, 2002.

- MISSENARD, A. (org) *Lo negativo, figuras y modalidades*. Argentina, Amorrortu, 1989.
- MORICI, S. *Cuando la crisis nos desonstruye*. Revista Aperturas Psicoanalíticas N°11 <http://www.aperturas.org/11morici.html>, 2002.
- MOVIMIENTO DE TRABAJADORES DESOCUPADOS *Dario y Maxi- Dignidad Piquetera-*, Argentina, Ediciones 26 de junio Anibal Verón, 2003.
- NISBERT, R. *La formación del pensamiento sociológico. Vol. I y II*. Argentina, Amorrortu, 1996.
- O'DONNELL, G. Pobreza y desigualdad en América Latina: algunas reflexiones políticas *In: Contrapuntos, Ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización*. Argentina, Paidós, 1997.
- OLSON, M. *La lógica de la Acción Colectiva –Bienes Públicos y la Teoría de Grupos*. México, Limusa, 1992.
- PACHECO, C. *Una crítica comunitaria al liberalismo político-* www.revistapolis.cl/6/dono.htm, 2000.
- PANIZZA, F. *Uruguay: Batllismo y después- Pacheco, Militares y Tupamaros en las crisis del Uruguay Batllista-*. Uruguay, Ediciones de la Banda Oriental, 1990.
- PELLEGRINO, H. Pacto Edípico e pacto Social. *In: Py, L. (org.). Grupo sobre Grupo*, Brasil, Rocco, 1987.
- PICHON-RIVIERE, E. *Del Psicoanálisis a la Psicología Social vol I y II*. Argentina, Nueva Visión, 1981.
- PIZZORNO, A. Los intereses y los Partidos en el Pluralismo *In: BERGER, S.(org) La Organización de los Grupos de Interés en Europa*. Madrid, Ministerio de Trabajo, 1988.
- PRETECILLE, E. *Segregação, Classes e Política na Grande Cidade*. Brasil, Cuadernos IPPUR/UFRJ vol X N° 2, 1996.
- PUGET, J. & KAES, R. *Violencia de estado y psicoanálisis*. Argentina, Centro Editor de América Latina, 1991.
- RAUTER, C. *et al. Cínica e Política. Subjetividade e Violação dos Direitos Humanos*. Brasil, Grupo Tortura Nunca Mais, 2002.
- ROUDINESCO, E. *La familia en desorden*. Argentina, Fondo de la Cultura Económica de Argentina, 2003.
- RUIZ, C. *Os laberintos do poder*. Porto Alegre, Escritos, 2000.

- SADER, E. & GENTILI, P. (org) *La trama del neoliberalismo. Mercado, crisis y exclusión social*. Argentina, Universitaria de Bs. As., 1999.
- SARTRE, J.P. *Crítica de la Razón Dialéctica*. Argentina, Kapelusz, 1967.
- SASSEN, S. *Ciudades en la economía global: enfoques teóricos y metodológicos*. Chile, Revista Eure vol. XXIV. N° 71, 1988.
- TAVARES, L. *Os custos sociais do ajuste neoliberal no Brasil*. Chile, FLACSO, 1999.
- TISSERON, S. et al. *El psiquismo ante la prueba de las generaciones-Clinica del Fantasma*. Argentina, Amorrortu, 1997.
- TORELLO, M. *Educación: Gasto, Desarrollo Humano y Equidad*, Documento de Trabajo del Rectorado, No. 23, Universidad de la República, Setiembre 2004.
- URRIBARRI, R. *Sobre adolescencia, duelo y a posteriori*. Argentina, Revista Psicoanalítica Argentina vol. XLII, N° 4, 1990.
- UNIDAD DE ESTADÍSTICA MUNICIPAL. *Informe Mayo 2005*. Montevideo, IMM, 2005.
- VALDRE, R. *Experiencia psicoterapéutica en adolescentes con toxicomanía de éxtasis*. Argentina, Psicoanálisis con Niños y Adolescentes N° 11, 1998.
- VASCONCELOS, E. & MORGADO, R. *Subsídios analíticos e metodológicos para a atuação no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e do Programa de Atendimento Integral à Família*. Brasil, (PAIF/SAS/RJ), 2005.
- VASCONCELOS, E. (1989) Políticas Sociales no capitalismo periférico in Serviço Social & Sociedade n. 29. São Paulo, Cortez, 1989
- VASCONCELOS, E. (1988) Estado y políticas sociales en el capitalismo: un abordaje marxista. In : MONTAÑO, C. & BORGIANI, E. (orgs) *La Política Social Hoy*.-Brasil, Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social, 2000.
- VISOR *Enciclopedias Audiovisuales*. Uruguay, Visor S.A., 1999.
- VOLNOVICH, J.C. *El default con nuestros hijos: La desesperación por no cobrar- El dolor de no poder pagar*. Argentina, www.laguiasemanal.com.ar/2002-09-23/humanidades.htm, 2002
- WAINERMAN, C. et al. *Vivir en familia*. Argentina, Unicef/Losada, 1996.
- WAISBROT, D. et al. *Clinica psicoanalítica ante las catástrofe sociales. La experiencia argentina*. Argentina, Paidós, 2003.
- WINNICOTT, D. *El proceso de maduración en el niño*. España. Laia, 1981.

- WINNICOTT, D. *Escritos de Pediatría y Psicoanálisis*. España, Laia, 1979.
- WINNICOTT, D. *Realidad y Juego*. España, Gedisa, 1972.
- WUTHNOW, R. *Análisis Cultural- La obra de Peter L. Berger, Mary Douglas, Michel Foucault y Jürgen Habermas*. Argentina, Paidós, 1988.
- ZUKERFELD, R. *Procesos terciarios, creación, resiliencia y prácticas sociales transformadoras*. Publicado en la Revista Aperturas de Psicoanálisis N° 14, www.aperturas.org/14zuckerfeldautorizado.html, 2003.
- ZUKERFELD, R. *Alianza terapéutica, cambio psíquico y encuadre analítico*. Publicado en la Revista Aperturas de Psicoanálisis N° 7, <http://www.aperturas.org/7zuckerfeld.html>, 2001